

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

A SUAVE VOZ DO SEXO

As mutações no discurso da sexualidade no jornal *Mulherio* (1981-1988)

Juliane de Araujo Gonzaga

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini

São Carlos
Janeiro de 2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

G642sv Gonzaga, Juliane de Araujo.
A suave voz do sexo : as mutações no discurso da
sexualidade no jornal *Mulherio* (1981-1988) / Juliane de
Araujo Gonzaga. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
206 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

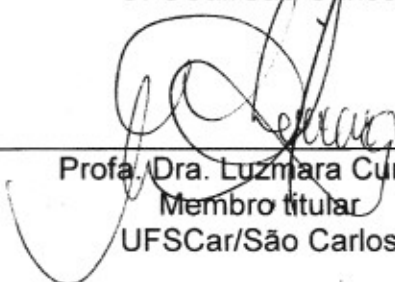
1. Análise do discurso. 2. Poder. 3. Sexualidade - história.
4. Feminismo. 5. *Mulherio* (Jornal). I. Título.

CDD: 401.41 (20ª)

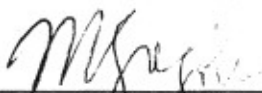
**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
JULIANE DE ARAUJO GONZAGA**



Prof. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
Orientadora e Presidente
UFSCar/São Carlos



Prof. Dra. Luzimara Curcino
Membro titular
UFSCar/São Carlos



Prof. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin
Membro titular
UNESP/Araraquara

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 25/fevereiro/2014.
Homologada na 63ª reunião da CPGL, realizada em 05/08/2014.



Flavia B. M. Hirata-Vg.:
Vice-Coordenadora
PPGL/UFSCar

*“Ainda me viro
e me vejo
pronta a te chamar
a te contar
que aprendi hoje
coisas que você soube.*

*Ainda te vejo
em cada bicho
em cada pensamento
me surpreendo olhando
com teus olhos de pesquisa
e o que vejo
vira beleza.*

*Ainda te sinto
em tudo que permanece
como se tua pressa
de vida que se extingue
ficasse um pouco em tudo
ainda”.*

(Alice Ruiz, **Pelos Pêlos**, 1984).

*Para as minhas avós,
Percília e Dalvina (in memoriam),
por suas histórias de luta, coragem e amor.*

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Ao Tonho, por sua missão de fé, amor e caridade.

À Zilú, mãe preta, obrigada por seu amor infinito.

Aos meus pais, Lurdes e Dejair, meu porto seguro de amor maior, agradeço pela vida, pela simplicidade, pelo apoio imensurável a todas as decisões que tomei e por me fazerem sentir tão especial. A vocês, meus maiores exemplos de humildade e sabedoria, a minha eterna gratidão e amor.

Aos meus irmãos Douglas e Diego, obrigada pela força, pela admiração e pelo desejo de sempre me fazer feliz. Vocês são meus principais parceiros na vida.

Aos meus avós, Percília e João, Dalvina e Manoel, agradeço por todo carinho e amor impressos nos gestos, mais que nas palavras.

À minha *grande* família, a todas as tias e a todos os tios, a todas as primas e a todos os primos, minha maior riqueza e devoção de amor puro. Obrigada por ser a casa para a qual sempre posso voltar.

À Vanice, orientadora que se tornou uma grande amiga, muito obrigada pela dedicação, pelos conhecimentos que me passou, pelo cuidado e carinho com que me tratou sempre. Obrigada por estar comigo sempre que precisei, por me orientar e me ensinar não só questões teóricas, mas também lições para a vida.

À Rosário, obrigada por ter me inspirado tantas mudanças e por despertar em mim a “vontade de saber” mais e mais sobre Análise do Discurso. Obrigada por todo aprendizado que me proporciona, pela felicidade que tem de ensinar e por confiar em meu trabalho.

Ao Carlos, que me “interrogou” na entrevista de mestrado, muito obrigada por me receber tão bem no Labor e por me passar tantos conhecimentos.

À Luzmara, obrigada por toda “luz” que irradia quando ensina algo. Obrigada pelas avaliações e sugestões que enriquecem meu trabalho.

À Denise Witzel, muito obrigada por me abrir os horizontes! Obrigada pela indicação do estágio no Québec, obrigada por me inspirar com sua pesquisa.

Aos amigos do LABOR: Nilson, Livia, Israel, Elizete, Pedro, Luciana, Denise, Geovana, Wilson, Fabrícia, Michele, Diane, Thiago, Simone, muito obrigada pela convivência e troca de informações, pelos momentos de descontração e estímulo e, principalmente, pela equipe que formamos.

Aos amigos do GEADA: Gesiel, Renan, Janaína, João, Thiago, Yuri e Maurício, obrigada por toda força que me deram e me dão até hoje. Vocês são pessoas de referência para mim, pois me ajudam muito. Espero trabalhar mais e mais com vocês.

À Amanda Braga, é claro. Por ter se tornado minha amiga, por ter me apresentado à Vanice e por ter me incentivado durante todo o processo de seleção de mestrado.

Ao César, porque me tratou e trata como se fosse uma filha. Obrigada por tudo!

Aos funcionários do DL e do PPGL da UFSCar pelo trabalho e dedicação.

À Marty Laforest e ao Marc-André Bernier, *merci de m'avoir reçue chez vous! Merci beaucoup d'être mes directeurs de recherche au Québec.*

A meus professores da Unesp/Ibilce e a tantos outros especiais que passaram pela minha vida, obrigada por me deixarem aquilo que ninguém vai me tirar: o conhecimento.

Ao Bruno, por ser o meu melhor amigo no mundo inteiro.

Aos queridos amigos de Rio Preto: Natália “Zona Leste”, Lelê, Camila “Tantão”, Thaís Tamaoki, Ana Luisa, Lara, Tamiris, Najla, Bárbara, Cátia, DaniLu, Mário, Caio, Marina Reis, Tiago Cruvinel, Arthur, Isadora “Caxú”, Paty. Obrigada pela força!

Às meninas da República Nazcoxa: Pedy, Bruna, Vanessa, Wandinha e Gabi, muito obrigada! Obrigada por me receberem em Araraquara e por todos os dias de alegria, força, tolerância e... cumplicidade! Obrigada por serem a família que escolhi.

Às amigas de Araraquara: Bruna Dandara, Jéssica, Aninha, Bruna “Acelga”, Lícia, Giovanna, Giuliana, Amália, Tainá “Bugre”, Giovana Toffolo, Natália, Camila, Iza Kelly e Maria Luisa “Debu”. Obrigada pela amizade e companhia!

À Marie-Pier e à Aurélie, minhas melhores amigas québécoise et française, respectivamente : *merci de tous les moments. Je ne vous oublierai jamais! Je vous aime!*

Às pessoas especiais que surgiram em meu caminho: Alice Maria, Vinícius Bezzon, Bruno de Paula, Pop, Geander, Thiago, Flávio, Thaís Tkatchuk, Sabrina Balsalobre, Luiza Bedê, Eneida e Kátia. Obrigada por contribuírem para a minha trajetória.

Às minhas queridas amigas, Vó Maria e Tia Léo (*in memoriam*), que me acolheram em sua casa, em Araraquara, quando tudo ainda era sonho.

À Madrinha Olga e ao Zé Carlos, que me ajudaram a crescer com ensinamentos e postura de fé e paz diante da vida. A vocês um forte “*Salve!*”.

À CAPES, que financiou esta pesquisa.

Gratidão pelas forças da Natureza que habitam em mim.

RESUMO

Esta pesquisa propõe investigar os discursos no domínio da sexualidade, produzidos por uma imprensa feminista: o jornal *Mulherio*. Publicado de 1981 até 1988, esse veículo foi escrito e editado por jornalistas, historiadoras, sociólogas e cientistas políticas feministas, a partir de um lugar acadêmico e institucionalizado, o que lhe conferiu mais possibilidades de problematizar as decisões e medidas do Estado, da Igreja, da medicina e da economia política, no que concerne ao exercício da sexualidade e às decisões sobre o corpo da mulher. A conjuntura histórica em que emergiram esses discursos é marcada pela abertura lenta e gradual na política, por mais possibilidades de manifestação e por mudanças sociais e culturais na vida pública e privada. Nesse contexto, esta pesquisa pretendeu analisar os discursos no domínio da sexualidade feminina no Brasil, por meio de trajetos temáticos, a fim de verificar se houve manutenções, mutações ou dispersões nesses discursos ao longo daquela década. Propusemos, então, os seguintes temas para análise: o prazer sexual; a legalização do aborto; o planejamento familiar e a divulgação de saberes sobre sexualidade na mídia. O aparato teórico-metodológico que conduziu esta pesquisa foi o da Análise do Discurso francesa, mais especificamente, a noção de trajeto de temático de Guilhaumou e Maldidier, as proposições de Jean-Jacques Courtine sobre memória discursiva e as reflexões de Michel Foucault acerca do método arqueológico e da genealogia do poder. A visada arqueológica e genealógica sobre esses discursos permitiu, a partir da descrição das condições e possibilidades históricas, compreender as regras de formação e os saberes produzidos nesses discursos e, ainda, os efeitos dos jogos de saber-poder no funcionamento de redes de dispositivos. Visto que o domínio da sexualidade é habitado por relações de poder, cujas técnicas e estratégias centram-se na manutenção da vida, na disciplina e na normalização dos corpos, esta pesquisa pode contribuir para a compreensão das práticas discursivas de “politização do sexo” que irromperam nos anos 1980.

Palavras-chave: discurso; poder; sexualidade; jornal *Mulherio*.

RÉSUMÉ

Cette recherche porte sur l'analyse des discours dans le domaine de la sexualité, produits par une presse féministe : le journal *Mulherio*. Publié de 1981 à 1988, il a été écrit et édité par des journalistes, des historiennes, des sociologues, des scientifiques, politiciennes et féministes, à partir d'un « lieu » académique et institutionnel. Cela lui a donné plus de possibilités afin de questionner les décisions et mesures de l'État, de l'Église, des médecins et des discours politico-économiques, en ce qui concerne l'exercice de la sexualité et les décisions liées au corps des femmes. La période historique pendant laquelle sont apparus ces discours a été marquée par l'ouverture lente et progressive dans la politique, par les possibilités grandissantes de s'exprimer et par les changements sociaux et culturels dans la vie publique et privée. En ce sens, cette recherche a proposé d'analyser les discours dans le domaine de la sexualité féminine au Brésil, à l'aide de « trajets thématiques », afin de saisir les manutentions, les mutations ou les dispersions sur ces discours-là tout au long des années 1980. On a proposé donc les thèmes suivants : le plaisir sexuel; la légalisation de l'avortement; la planification familiale; la divulgation de savoirs sur la sexualité dans les médias. Les outils théoriques et méthodologiques dont on s'est servi sont ceux de l'Analyse du Discours française : la notion de « trajet thématique » développée par Guilhaumou et Maldidier; les propositions de Jean-Jacques Courtine portant sur la mémoire discursive; les réflexions de Michel Foucault concernant la méthode archéologique et la généalogique du pouvoir. L'approche archéologique et généalogique de ces discours nous a permis, à partir de la description des conditions et possibilités historiques, de comprendre les règles de formation, les « savoirs » produits et les effets des « jeux de pouvoir » dans le fonctionnement de ce réseau de dispositifs. Étant donné que le domaine de la sexualité est marqué par les relations de pouvoir, dont les techniques et stratégies visent la « manutention de la vie », la discipline et la normalisation des corps, cette recherche peut apporter la compréhension des pratiques discursives sur la « politisation du sexe » qui ont apparues dans les années 1980.

Mots-clé : discours; pouvoir; sexualité; journal *Mulherio*.

Lista de figuras

Figura 1.....	22
Figura 2.....	26
Figura 3.....	26
Figura 4.....	71
Figura 5.....	78
Figura 6.....	83
Figura 7.....	84
Figura 8.....	84
Figura 9.....	85
Figura 10.....	89
Figura 11.....	91
Figura 12.....	97
Figura 13.....	102
Figura 14.....	107
Figura 15.....	108
Figura 16.....	113
Figura 17.....	123
Figura 18.....	129
Figura 19.....	135
Figura 20.....	136
Figura 21.....	140
Figura 22.....	147
Figura 23.....	155
Figura 24.....	160
Figura 25.....	162
Figura 26.....	169

Lista de tabela

Tabela 1	144
----------------	-----

Sumário

INTRODUÇÃO	10
I. UMA BREVE HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL	16
1.1. A imprensa feminista: as vozes do <i>Mulherio</i> na história.....	23
1.2. Os critérios de seleção do <i>corpus</i>	28
II. UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA DO DISCURSO	30
2.1. A fundação da Análise do Discurso francesa	30
2.2. Discurso, memória e história	38
2.3. Enunciado e arquivo	43
2.4. Sujeito, poder e disciplina.....	49
2.5.O dispositivo da sexualidade	53
2.6. A governamentalidade e o biopoder	58
III. DOS SABERES DA CARNE	67
3.1. O prazer e a liberdade sexual	70
3.2. Pelo direito de decidir: a legalização do aborto	95
3.3. As políticas de planejamento familiar.....	121
3.4. A sexualidade no <i>Mulherio</i> e na grande mídia	146
CONCLUSÃO: UMA VOZ NÃO TÃO SUAWE	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180
CORPUS DE ANÁLISE	187
ANEXOS	188

“É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros”.

*(Foucault, **A arqueologia do saber**, 2012a [1969]).*

“É muito fácil para uma mulher de 25 anos que estuda, trabalha, vota, dirige, tem uma máquina de lavar roupa e toma pílula anticoncepcional dizer que o feminismo é antiquado”.

*(Maitena para a **Revista TPM**, 2013).*

INTRODUÇÃO

A história das mulheres no Brasil é marcada por lutas, conquistas e desafios que se confundem com questões de ordem política e econômica, sendo a tarefa de descrever parte de suas imbricações na língua e na vida social de forte importância para este trabalho. Em pleno século XXI, ainda vivemos diversas transformações nos modos de dizer e pensar a situação pública e privada das mulheres. A história demonstra transformações nos dizeres que coexistem com a manutenção de determinadas práticas, pois “a aceleração do tempo, diversa nas diferentes partes do país, conservou traços do passado e do presente” (DEL PRIORE, 2013, p. 5). Em meio a tamanha dispersão dos discursos, podemos identificar efeitos de sentido que ressoam descontinuamente através da história¹, mostrando-nos que o que hoje tem dadas condições de enunciação, em outro momento foi enunciado em condições e possibilidades distintas.

É o que demonstram, por exemplo, os discursos feministas no Brasil que circularam no final do século XIX, num contexto em que se iniciava a república, e aqueles que emergiram no final do século XX, no período final da ditadura militar e no início da abertura política (PINTO, 2003). Essas distintas conjunturas demonstram a espessura histórica dos discursos, de modo que sua irrupção constitui um acontecimento singular (FOUCAULT, 2012a). Daí pensar nos retornos, nas repetições, nas transformações e nas dispersões como efeitos do domínio de memória articulado às movências descontínuas da história. A relação entre memória e história condiciona e determina os trajetos a serem tomados pelos discursos.

A Análise do Discurso ao lado da história (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1994) pretende descrever as condições e as possibilidades de emergência dos discursos, a fim de compreender as regras de formação e verificar se há manutenções ou transformações de sentido de um período a outro. Tendo como aparato teórico-

¹ Nesta pesquisa, adotamos a concepção de história conforme proposta pelo filósofo Michel Foucault (2012a) e assumida no trabalho da historiadora Mary Del Priore (2013). De acordo com essa concepção, a história é marcada por descontinuidades. Assim, analisar os acontecimentos históricos não implica ordená-los de modo contínuo e linear, e sim identificar os limiares, as rupturas, os cortes, as mutações e as manutenções nos percursos da história (FOUCAULT, 2012a).

metodológico uma abordagem arqueológica e genealógica do discurso, baseada nas reflexões de Michel Foucault acerca do discurso e das relações de saber-poder, esta pesquisa tem como objetivo geral descrever as regras de formação dos discursos no domínio da sexualidade, produzidos por determinada imprensa feminista, o *Mulherio*, durante a década de 1980. Além disso, pretendemos verificar como os saberes produzidos nesses domínios foram mobilizados e inscritos em relações de poder dispersas entre os sujeitos.

Assim sendo, esta pesquisa se insere em determinada parte da história das mulheres no Brasil, mais especificamente, naquela que foi vivida e enunciada ao longo da década de 1980. Durante esse período, ocorreram intensas transformações políticas que também modificaram as práticas discursivas relacionadas à economia, à cultura, à vida privada, à divisão do trabalho, aos movimentos sociais, aos direitos civis, à liberdade de expressão, etc. Os *anos de chumbo*, em que predominou o regime militar no Brasil (1964-1985), deixaram marcas na sociedade e incitaram a manifestação da população pela liberdade de expressão e pelos direitos civis (FERREIRA, 1996).

O movimento feminista no Brasil se desenvolveu numa tendência sufragista na virada do século XIX para o XX. Depois de conquistarem o direito ao voto, a militância feminista teve um momento de pausa, em função das condições políticas do Estado Novo e do regime militar (PINTO, 2003). Foi a partir do ano 1975 que o movimento ressurgiu, reorganizou suas propostas e reivindicações, e trouxe outras problemáticas da vida política e privada. Segundo Moraes (1985), o ano internacional da mulher instituído pela ONU foi o verdadeiro “motor” que estimulou a reorganização do movimento no país, pois ampliou as possibilidades de debate e propôs a discussão sobre direitos da mulher no campo da sexualidade, da reprodução e da saúde, por exemplo.

Com o retorno das atividades de militância, as feministas buscaram novos espaços para expor suas reivindicações e ideias, como, por exemplo, a imprensa feminista. Não é a primeira vez na história que a imprensa funcionou como arma política para as mulheres. Remonta ao início do feminismo brasileiro as publicações femininas, nas quais as mulheres encontravam possibilidades de expressar as reivindicações sufragistas e o acesso igualitário à educação (FRANCO & PRADO, 2012). Apesar de conjunturas históricas distintas, a escrita continuou sendo o principal meio pelo qual esses grupos de mulheres poderiam ter voz. Conforme assinala Leite (2003), os primeiros jornais feministas criados no país, no contexto de reorganização do movimento, foram o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. Em virtude do regime militar e da

promessa dos generais de um processo de abertura lenta e gradual, esses jornais abordavam temas relacionados principalmente às lutas gerais, tais como a anistia dos exilados políticos e o processo de redemocratização.

A anistia concedida em 1979 representou um marco de abertura política no país. A década de 1980 instaurou uma fase na qual as pessoas se sentiam mais abertas e livres para manifestar-se, começava uma época com menos medo e menos repressão (PINTO, 2003). Mudanças importantes repercutiram no país, as primeiras eleições diretas estaduais desde o início do regime, o movimento das Diretas-Já, a eleição indireta do presidente Tancredo Neves, a reescritura da Constituição Federal. A conjuntura histórica se modificava, assim como os costumes, a cultura e a sociedade.

Tais mudanças possibilitaram a emergência de um novo veículo que abordasse a questão da mulher, porém de modo a expor suas lutas específicas, atentando também para questões subjetivas e problemáticas da vida privada. No ano de 1981, surgiu um novo jornal feminista, o *Mulherio*, produzido por jornalistas e pesquisadoras da área de ciências humanas a partir da academia. Diferentemente dos jornais anteriores, o *Mulherio* abordou temas relacionados ao comportamento, ao corpo e à sexualidade, temas que, segundo Corrêa (2001), passaram a ter mais importância no debate feminista, em função das transformações no cenário político e social da época.

Além disso, na década de 1980, a sociedade brasileira se viu diante do risco iminente de uma política de controle da natalidade. Isso porque o governo brasileiro, na situação de devedor ao Fundo Monetário Internacional, recebeu fortes pressões no que tange ao crescimento demográfico, na tentativa de impor medidas de redução da taxa de natalidade para solucionar os problemas sociais e econômicos (CORRAL, 1996). Entretanto essas medidas nunca foram esclarecidas ou declaradas oficialmente pelo governo. Esse fato político teve como efeito a reação do movimento feminista, cuja posição foi a de questionar o papel do Estado nas decisões a serem tomadas sobre o corpo feminino e a reprodução (*Mulherio*, vol. 8, 1982).

Nesse contexto de abertura social e política, determinados saberes do domínio da sexualidade circularam e instauraram relações de poder entre as mulheres, as feministas, o Estado, a Igreja, a medicina e a economia política. De acordo com Pinto (2003), questões ligadas ao comportamento, aos movimentos de liberalização do corpo e à liberdade de exercício da sexualidade desvinculada da reprodução fizeram com que problemáticas específicas da sexualidade se tornassem temas de discussão no feminismo que se organizou nos anos 1980. Assim, tendo em vista nosso objeto de

análise, o jornal *Mulherio*, destacamos alguns temas recorrentes nessa publicação e associados ao domínio da sexualidade: o prazer e a liberdade sexual; a legalização do aborto; as políticas de planejamento familiar e a disseminação de saberes sobre sexualidade nas mídias.

Uma vez levantados esses temas específicos, pretendemos realizar quatro trajetos temáticos pelos discursos do *Mulherio*, a fim de observar se há, na repetição desses temas, manutenções ou transformações dos sentidos ao longo dos anos de publicação do jornal (1981-1988). Para tanto, adotaremos como metodologia de análise o trajeto temático, que se relaciona diretamente a um conjunto de formas de escrita e de usos de linguagem, com o fim de verificar como se dá a atualização de um dado tema na repetição. Desse modo, o trajeto temático se volta para uma memória discursiva, para identificar o *novo* na repetição, pois, ele “reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento da linguagem” (GUILHAUMOU E MALDIDIER, 1994, p. 166).

Além disso, nossos objetivos específicos são: i) descrever as regras de formação dos discursos sobre os temas levantados, atentando para as condições e as possibilidades históricas; ii) compreender, a partir da análise das materialidades, o funcionamento das redes de dispositivos de saber-poder; iii) verificar como os enunciados materializam práticas de objetivação e técnicas de controle e disciplina sobre o corpo no domínio da sexualidade; iv) analisar as possibilidades de constituição do sujeito enquanto pontos de resistência nas relações de poder; v) verificar se há transformações no sistema de enunciabilidade que rege a formação dos enunciados.

Esta dissertação se divide em três capítulos, sendo os dois primeiros destinados à fundamentação teórica. O primeiro capítulo desta dissertação tem por objetivo apresentar uma breve história do feminismo no Brasil. Procuramos expor, ainda que brevemente, as principais trajetórias de mulheres militantes e o desenvolvimento do feminismo, marcados por uma fragmentação histórica e por condições específicas de enunciação. Visto que a conjuntura histórica é determinante para compreender as possibilidades e as regularidades do discurso, voltamo-nos para a história desse movimento, atentando, em especial, para as atividades desenvolvidas na década de 1980. Ainda no primeiro capítulo, traçamos o contexto de surgimento de nosso objeto de análise: o jornal feminista *Mulherio*. Descrevemos seus modos de produção e circulação, a fim de compreender a posição que ocupou e as condições que possibilitaram a emergência desses discursos nesse lugar. Trata-se de uma fundamentação que detalha dados sobre números, volumes, duração da publicação,

principais temas e postura política. Por fim, o capítulo apresenta a ocorrência dos temas no jornal, os critérios de seleção do *corpus* e as condições de produção desses discursos.

No segundo capítulo, *Uma abordagem foucaultiana do discurso*, apresentamos uma fundamentação teórica sobre os pressupostos e conceitos da Análise do Discurso que serão mobilizados nesta pesquisa. Esse capítulo realiza um breve percurso pela fundação da Análise do Discurso na França, mostrando seus deslocamentos e reformulações, desde a primeira até a terceira fase. Na esteira da terceira fase, em que as teorias de Análise do Discurso se aproximam das concepções foucaultianas, chamamos a atenção para o papel da memória e da história na formação dos discursos. Apresentamos também apontamentos acerca das noções de “enunciado” e “arquivo” exploradas por Foucault, em *A arqueologia do saber* (2012a), conceitos mobilizados no método arqueológico de análise dos discursos. Depois da perspectiva arqueológica, apontamos para uma postura genealógica frente aos processos discursivos, de modo a descrever as relações entre o sujeito, o poder e as disciplinas. A questão do poder e das disciplinas abre caminhos para o princípio que será recorrente em nossas análises: o “dispositivo da sexualidade”. Para descrever o princípio de dispositivo, servimo-nos de reflexões desenvolvidas por Foucault em *Microfísica do poder* (2000) e *História da sexualidade I* (1999), demonstrando que é a conjunção de forças de elementos discursivos e não-discursivos que funciona como uma rede de dispositivos de poder sustentada por saberes. Considerando que os discursos no domínio da sexualidade são habitados por procedimentos de interdição, disciplina e normalizações, destacamos as noções de “governamentalidade” e “biopoder”, uma vez que a sexualidade, na década de 1980, foi associada à saúde da mulher e ao controle do Estado sobre os fluxos da população.

O terceiro capítulo, *Dos saberes da carne*, traz as análises discursivas que compõem quatro trajetos temáticos específicos localizados no domínio da sexualidade: i) O prazer e a liberdade sexual; ii) Pelo direito de decidir: a legalização do aborto; iii) As políticas de planejamento familiar e iv) A sexualidade no *Mulherio* e na grande mídia. Em cada trajeto temático, são analisadas quatro reportagens extraídas de um *corpus* devidamente delimitado. Nessas análises fazemos funcionar o método arqueológico de descrição das condições históricas de emergência dos enunciados, de modo a compreender as regras de formação dos discursos e identificar os jogos polêmicos e os usos de determinados saberes nas relações de poder. Também procuramos evidenciar os movimentos de retorno, repetição e transformação dos

discursos, atentando para o papel da interdiscursividade e para as relações entre o domínio de memória e o domínio de atualidade.

Para finalizar, apresentamos a conclusão da pesquisa, *Uma voz não tão suave*, que busca, antes, refletir sobre os efeitos dessas “vozes” e a posição deste jornal na conjuntura histórica dos anos 1980. Enumeramos os acontecimentos discursivos e os efeitos de sentidos identificados pela análise.

A motivação para investigar o tema da sexualidade, a partir de um jornal feminista da década de 1980, surgiu em consequência da transição política lenta e gradual e de uma “politização do sexo” nas práticas feministas. O domínio da sexualidade naquela época funcionou como lócus de estratégias políticas e de resistências, no sentido de estimular a criação de leis, o estabelecimento de medidas demográficas, o lançamento de programas de saúde pública, a crítica religiosa e os debates feministas sobre direitos do corpo. Esse conjunto heterogêneo de leis, políticas públicas, programas de saúde e protestos feministas fez emergir uma rede de dispositivos, condicionados por determinados saberes, que regularam a produção dos discursos, configuraram as relações de poder entre o Estado, a Igreja, a medicina, a economia política e as feministas.

Nessas condições lançamos a seguinte hipótese: no contexto de criação de leis, de programas de saúde, de pressões econômicas e políticas relacionadas à sexualidade e à reprodução, os discursos produzidos no jornal *Mulherio* funcionaram como pontos de resistência às práticas de objetivação resultantes de técnicas de biopoder e governamentalidade. Tal hipótese é reforçada, sobretudo, por tratar-se de um conjunto de discursos produzidos por uma imprensa feminista, desenvolvida por acadêmicas, que, devido à sua posição institucional, tem mais possibilidades de problematizar e questionar determinados regimes de verdade.

O propósito de uma abordagem foucaultiana do discurso vincula-se diretamente ao objetivo de demonstrar as articulações entre corpo, discurso e história, e de “libertar” os saberes produzidos nesse espaço. Pensamos que, à medida que descrevermos os discursos do *Mulherio* ligados ao domínio da sexualidade, poderemos evidenciar as regularidades discursivas e o exercício das relações de saber-poder para, então, compreender de que forma o corpo e a sexualidade funcionaram como espaço investido de poder, estratégias, exames e controle da população numa época de intensa agitação política no Brasil.

E que se faça ouvir essa *suave voz*.

I. UMA BREVE HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL

O feminismo no Brasil é marcado por uma série de acontecimentos e impasses que lhe conferem uma fragmentação histórica no que concerne às atividades de militância. Foram diversas as formas de organização, os objetivos e as pretensões do movimento, cujas primeiras manifestações começaram a despontar no século XIX. Historicamente, o movimento feminista deu seus primeiros passos com as lutas sufragistas na Europa e tiveram como marco a Revolução Francesa, no século XVIII. Já no Brasil, a movimentação das mulheres pelo direito ao voto foi impulsionada pela proclamação da república em 1889, aproximadamente um século depois. É nesse período, entre os séculos XIX e XX, que vemos surgirem os primeiros indícios do feminismo e da atuação pública das mulheres no Brasil (PINTO, 2003).

O espaço público, para as mulheres, sempre foi problemático uma vez que as regras históricas restringiam a atuação feminina ao lar, à criação e à educação dos filhos. Silenciadas publicamente, a possibilidade de se expressarem veio pela escrita de diários íntimos, de livros ou, mesmo, de artigos de jornal. Considera-se, assim, que “a escritura, suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocaram mais forte resistência” (PERROT, 1998, p. 10).

É por meio da escrita que surge uma das primeiras manifestações feministas no Brasil, mais especificamente, pelo trabalho intelectual de Nísia Floresta. Considerada por muitos a primeira feminista brasileira, Nísia estabeleceu as lutas das mulheres em torno da capacitação intelectual e do direito à educação. Todavia, sua postura feminista foi realmente impulsionada, ao traduzir o livro considerado marco fundador do feminismo europeu, “*A vindication of rights of woman*”, da inglesa Mary Wollstonecraft, intitulado por ela como “*Direito das mulheres e injustiça dos homens*”. Daí em diante, Nísia se lançou à escrita como forma de tratar a posição da mulher na sociedade brasileira, como podemos verificar no ensaio “*A mulher*”, de 1859, no qual a intelectual avalia tradicionalmente os papéis sociais das mulheres. À sua maneira e de acordo com as possibilidades da época, Nísia subverteu a ordem estabelecida propondo que as mulheres, ao educarem os homens, deveriam ensinar-lhes a respeitá-las, vendo-as

igualmente e livre de preconceitos. A postura de Nísia, desta forma, foi baseada em valores consolidados, porém, naquela época, representou uma abertura para se falar da condição social da mulher e de seu papel na formação dos homens (FRANCO; PRADO, 2012, p. 206).

A escrita foi então a principal arma política das mulheres ao longo do século XIX, de modo que a imprensa feminina foi o espaço que lhes conferiu mais possibilidades de expressão. Nesse sentido, destacou-se o papel de Josefina Álvares de Azevedo (irmã do escritor renomado), que lançou o periódico *A família*, no qual relatava as conquistas femininas, em termos de educação, e os impasses políticos em função da impossibilidade de voto feminino. O periódico foi considerado um dos mais radicais entre os congêneres daquele período, no que concerne à luta pelos direitos das mulheres e à emancipação feminina. Com a promulgação da segunda Constituição brasileira, em 1891, na qual foi vetado o direito de voto às mulheres, Josefina produziu uma peça teatral chamada *O voto feminino*, que satirizava essa condição, colocando em pauta a questão sufragista (FRANCO; PRADO, 2012, p. 211).

É na virada do século, contudo, que se fortalecem as lutas sufragistas no país. A conquista pelo espaço público foi estimulada, sobretudo, pela atuação de Bertha Lutz, que retornou de uma temporada de estudos em Paris, no ano de 1918. Filha do importante cientista brasileiro, Alberto Lutz, Bertha teve uma trajetória específica que lhe garantiu possibilidades de expressar sua luta sufragista: pertencia a elites econômica e intelectual. Tais condições favoreceram fortemente a desenvoltura de Bertha frente às forças políticas na época, concedendo-lhe a função de principal líder do movimento que dava seus contornos inaugurais. Nesse sentido, fundou junto a outras feministas a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que garantiu maior espaço e a atenção dos governantes para as causas sufragistas (PINTO, 2003, p. 21).

Tendo como principal frente de luta o voto feminino, Bertha empreendeu uma jornada marcada por manifestações, escrita de artigos para jornais, reuniões para discussões políticas e pressão junto aos membros do Congresso. Como companheira de luta, destacou-se Maria Lacerda de Moura, que se uniu a Bertha fundando a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher em 1920. A postura de Maria, entretanto, divergia bastante daquela de Bertha, que se concentrava principalmente na questão do voto feminino. Chamando a atenção para outros problemas, Maria acreditava que tal luta beneficiaria apenas a classe média e a alta da sociedade brasileira, não promovendo alterações nos demais segmentos da estrutura social. Maria se opôs fortemente à Igreja e

ao capitalismo, criticou a “dupla moralidade vigente” na organização da família com seu complemento: a prostituição (SOIHET, 2012, p. 222). Trouxe à tona questões polêmicas para a época, tais como a sexualidade, o corpo e o amor livre, e aderiu ao anarquismo. Com isso, Maria se distanciou de Bertha e das demais feministas, de segmentos médios e elevados, assumindo uma postura mais radical e menos elitista.

Nesse sentido, destaca-se uma vertente importante do feminismo brasileiro: a anarquista. Nas primeiras décadas do século XX, os imigrantes italianos, espanhóis e portugueses chegaram ao país e tornaram-se operários, introduzindo as ideias libertárias do anarquismo. Esse ideário atentava para as diferenças e opressões econômicas e sociais, de modo a contestar o poder burguês sobre o proletariado. Os efeitos desse embate ideológico foram a organização de greves e a produção ativa de uma imprensa operária anarquista², que teve como principais colaboradoras as mulheres (PINTO, 2003, p. 33). Apesar de ter uma posição ambígua em relação à condição da mulher, o anarquismo contribuiu para o feminismo, pois incorporou as mulheres ao espaço público como companheira revolucionária. É, portanto, nesses espaços revolucionários, não-feministas a princípio, que se dão as “manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição de explorada da mulher como decorrência das relações de gênero” (PINTO, 2003, p. 34).

O contexto proletariado e anarquista influencia ainda a escrita de uma das principais obras feministas nesse sentido: *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, a Pagu, escritora comunista com tendências feministas. Publicado em 1933, o romance demonstra que a escrita continua sendo forte arma política para as mulheres, uma vez que trata da difícil vida das operárias, das longas jornadas de trabalho, dos maus tratos dos patrões e do contínuo assédio sexual (RAGO, 2006, p. 578). O romance é um importante documento para a análise histórica das condições das mulheres operárias nos anos 1930, trazendo relatos acerca das condições de trabalho e da moral social aplicada às mulheres dentro das fábricas. Apesar das dificuldades enfrentadas, o contexto industrial representou a possibilidade de saída de um grupo de mulheres, de classe menos favorecida, do âmbito privado para o público (RAGO, 2006).

Paralelamente a esse feminismo anarquista, desenrolava-se ainda a luta sufragista de Bertha Lutz, que conquistou, em 1932, o direito ao voto feminino. Graças

² Neste ponto, destacamos a tese de Sargentini (1997), que demonstrou as relações entre discurso e história a partir da análise de textos da imprensa operária anarquista. A pesquisa atenta para os procedimentos discursivos que materializam os sentidos em determinado momento histórico, a conjuntura da década de 1930.

ao novo Código Eleitoral tornou-se possível o voto secreto e a participação das mulheres nas eleições. Era necessário, todavia, incorporar esse direito à Constituição que seria votada somente em 1934. Assim, Bertha e suas companheiras da Federação Brasileira para o Progresso Feminino continuaram as pressões junto aos congressistas e acompanharam atentamente todo o processo na Assembleia Constituinte para evitar qualquer retrocesso. Por fim, a conquista de uma década de lutas termina com a inclusão do artigo 108 na Constituição de 1934: as mulheres têm definitivamente o direito ao voto (SOIHET, 2012, p. 226).

Esse primeiro momento “comportado” do feminismo brasileiro teve poucas vitórias, sendo a principal o direito de voto. Embora as conquistas fossem restritas, uma análise dessa primeira fase demonstra uma inquietação na sociedade brasileira da época, tanto nas classes mais cultas e elitizadas, quanto entre os setores trabalhadores. O cenário político, no entanto, modificou-se drasticamente em 1937, ano em que Getúlio Vargas deu um golpe de Estado, dissolvendo, assim, o pacto de oligarquia política. O golpe impediu as eleições de 1937, permitindo a permanência de Getúlio no poder em um período denominado Estado Novo, que perdurou até o final de 1945. Além de extinguir “o embrião da organização da sociedade civil brasileira”, o golpe teve seus reflexos no movimento feminista, que deu uma pausa em suas atividades, recomeçando a definir sua nova organização na década de 1960 (PINTO, 2003, p. 38).

Enquanto isso, nos Estados Unidos e na Europa, a efervescência política e cultural propiciou o surgimento de movimentos sociais. A guerra do Vietnã pôs em cheque o *american way of life* e contribuiu para a crise no modelo capitalista e nos valores da família e da moral protestante, em que a mulher dedicava-se exclusivamente ao lar. No Leste Europeu, muitas movimentações em decorrência da descoberta dos crimes stalinistas e mais conflitos na Hungria e na Tchecoslováquia. No final dos anos 1960, explodem movimentos sociais como o *beatnik* e o *hippie*, nos Estados Unidos, e o maio de 1968 em Paris. Toda uma movimentação agitou o cenário político e econômico europeu e norte-americano, reflexo de uma crise nos valores conservadores da organização social. É nesse contexto de reformulação de valores, que o movimento feminista se ancora na discussão das relações de gênero a partir do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. Outro fato marcante se deu nos Estados Unidos, onde um grupo de mulheres, lideradas por Beth Friedman, queimaram sutiãs em praça pública gerando reações exaltadas. O feminismo renascia no mundo ocidental (PINTO, 2003, p. 42).

Em contrapartida, no Brasil, o cenário era bastante distinto. Vivenciando uma década minada pelo embate de dois campos ideológicos, o país viu, de um lado, a ação de partidos liberais como a União Democrática Nacional, representado pelos grandes proprietários e pela classe média; e, de outro lado, a esquerda, com partidos nacionalistas como o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Comunista Brasileiro, representados por empresários nacionalistas, operários, intelectuais e estudantes. Nessa conjuntura, a situação ainda se modificou, pois, em 1964 veio o golpe militar, período grave da história brasileira, marcado por longos anos de silêncio, repressão, prisões, tortura e exílio. E nesse contexto de ditadura militar nasceu o novo feminismo brasileiro, que se deparou com um difícil paradoxo: administrar uma postura autônoma e suas ligações com a luta contra a ditadura militar (PINTO, 2003, p. 45).

Neste cenário de impasse entre lutas gerais e específicas, entretanto, surgiu um novo espaço para a discussão feminista: a universidade. Efeito do contexto político, as pesquisas na área de história e ciências sociais investigavam temáticas que giravam em torno das oposições políticas da época, dentre as quais se destacou a teoria marxista. E nesse viés marxista foi produzida uma das primeiras pesquisas sobre o feminismo no país: “*A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*”³, tese de doutorado da socióloga Heleieth Saffioti (GROSSI, 2004, p. 212). O trabalho de Saffioti contribuiu para a bibliografia feminista brasileira, promovendo uma reflexão sobre a situação da mulher nos modos de produção industrial. De fato, essa é uma obra que reflete a configuração acadêmica da época, sobretudo na área de sociologia, que privilegiava a teoria marxista de luta de classes, que era naquela conjuntura “o principal instrumento teórico de análise no campo da política revolucionária” (RAGO, 1996, p. 34).

No início da década de 1970, o feminismo brasileiro não só principiou debates acadêmicos como também se reorganizou e recomeçou seu ativismo. A militância feminista no Brasil, até então em “pausa” devido a um cenário político conturbado, alavancou sua atuação devido a um acontecimento histórico. Em 1975, a ONU institucionalizou o Ano Internacional da Mulher, ano considerado marco para o movimento feminista no Brasil. A iniciativa também instaurou, a partir daquele ano, a

³ Nessa obra, Heleieth Saffioti focaliza as relações entre a posição da mulher e o capitalismo. A condição da mulher é analisada a partir de elementos próprios da formação histórica e da organização social brasileira. Nesse sentido, *A mulher na sociedade de classes* busca descrever a situação da mulher desde a educação, passando pela industrialização, até o movimento feminista, tendo em vista esclarecer qual é o tipo de formação destinado à mulher e quais são seus papéis sociais (SAFFIOTI, 1976).

década internacional da mulher. Logo, de 1975 a 1985, a ONU organizou uma série de conferências, palestras, projetos e estimulou a criação de políticas públicas que beneficiassem as mulheres do mundo todo. A partir disso, diversos grupos e coletivos feministas foram criados de modo espalhado pelo país. (MORAES, 1985). A década internacional da mulher favoreceu, ainda, a criação do Movimento Feminino pela Anistia, que visava lutar pelo direito à anistia de exilados e exiladas políticos no exterior. O feminismo, desta forma, juntou-se à onda de manifestações contra a ordem estabelecida pelo regime militar, o que resultou na conjunção de lutas específicas e gerais do movimento (MORAES, 1985).

Nesse contexto de luta contra a ditadura, surgiram dois veículos feministas que deram às mulheres possibilidade de expressão contra as limitações e perseguições políticas: o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* (LEITE, 2003). Novamente, a escrita é a principal arma política das mulheres. A imprensa feminista abriu caminhos e contribuiu fortemente para a organização das mulheres em torno das lutas pela democratização do país. E é neste momento específico que surgiu outra face do movimento no Brasil: o feminismo da redemocratização (PINTO, 2003, p. 67).

Em 1979, dois acontecimentos tiveram grande influência para o desenvolvimento do feminismo na década de 1980: a anistia aos exilados políticos e a reforma partidária. Com a anistia vieram novas ideias e concepções políticas que modificaram e fortaleceram os movimentos sociais como um todo. A anistia foi, igualmente, o marco de um período com menos repressão e medo e maior liberação e possibilidade de manifestação. A reforma partidária, por sua vez, representou a manobra de uma democratização lenta e gradual para o Brasil. A partir de 1980, a criação de novos partidos políticos fez com que as feministas se identificassem e, até mesmo, se afiliassem a de alguns deles, como o PMDB e o PT, por exemplo (PINTO, 2003, p. 68).

O novo cenário político da década de 1980 renovou também os temas para o feminismo. Veio à tona a questão da institucionalização, que se deu, de fato, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, resultado direto da mobilização de grupos de mulheres na campanha das Diretas-Já. Nesse contexto, a principal alternativa e frente de lutas para as feministas foi, certamente, a Constituinte, um momento particular da história do Brasil marcado por ampla participação da sociedade. E foi justamente na reescritura da Constituição Federal que o



Figura 1: Cartaz do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

CNDM⁴ atuou de forma mais direta, apresentando as propostas feministas e reivindicando mais direitos para as mulheres. Os principais temas trazidos pelas feministas para a Constituinte foram a violência contra a mulher, o direito ao planejamento familiar, a legalização do aborto e o livre exercício da sexualidade isento de manobras controlistas (PINTO, 2003).

Como principais conquistas para as mulheres, a Constituição garantiu os direitos reprodutivos, promulgando “o direito de a pessoa decidir livre e responsavelmente

sobre o número, espaçamento e a oportunidade de ter filhos”, porém, deu resposta negativa à legalização do aborto voluntário. Segundo Ventura (2009, p. 180), outros avanços da Constituição Federal para as mulheres foram: a criação de um Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM); o reconhecimento da igualdade entre os cônjuges e as novas modalidades de instituição familiar, uma ampliação dos direitos adquiridos pela Lei do Divórcio de 1977. Apesar da abertura iniciada com a regulamentação do direito de decisão às mulheres sobre a reprodução, a lei específica do planejamento familiar foi somente promulgada anos depois, em 1996 (CORTÊS, 2012).

Outro espaço que deu voz ao feminismo na década de 1980 foi o acadêmico. Como vimos, o feminismo adentra a academia por volta dos anos 1960, mas se sobressaiu definitivamente com a formação de Núcleos de Estudos e Pesquisas no início dos anos 1980. Nesse contexto, a Fundação Carlos Chagas promoveu e financiou diversas pesquisas, tornando-se referência no campo de estudo sobre a mulher. Daí a criação do jornal *Mulherio*, publicação que faz parte da imprensa feminista produzida por acadêmicas e que se destacou pelo “longo tempo de sua duração e pela popularidade que alcançou, pois era lido por grande parte das feministas em todo o Brasil” (PINTO, 2003, p. 87).

⁴ Nesse período, o CNDM lançou a campanha *Constituinte sem mulher fica pela metade*, ilustrada no cartaz. Fonte da imagem: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/GALERIA_fotos_expo_direitos3.html>. Acesso em janeiro de 2014.

No final da década de 1980, o feminismo assume uma face bastante distinta daquela nos anos anteriores. As conquistas maiores se deram na regulamentação de leis e na criação de programas de saúde para a mulher, enfim, resultados ligados aos temas principais daquela conjuntura: a sexualidade, a saúde da mulher e o planejamento familiar. As conquistas e a abertura política, social e cultural do país resultaram em um novo momento para o feminismo. Assim, a partir dos anos 1990, enquanto movimento social, o feminismo se tornou bastante fragmentado e difuso. Por outro lado, suas atividades se legitimaram de vez na academia, surgiram outros grupos expressivos tais como o Pagu (Núcleo de Estudos de Gênero) da Unicamp e o Grupo de Estudos Feministas da Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo (GROSSI, 2004).

Por fim, não nos estenderemos às manifestações contemporâneas do feminismo brasileiro. Nosso intuito foi somente o de percorrer, ainda que brevemente, a trajetória de criação, conquistas e saberes resultantes da atividade feminista no país. Para fins de análise, acreditamos ser mais pertinente realizar um recorte histórico até o final dos anos 1980. As trajetórias e os saberes produzidos ao longo da história do feminismo brasileiro são de extrema relevância para este trabalho. É a partir da descrição histórica das movimentações, resistências e transformações empreendidas pelo movimento feminista que poderemos analisar o conjunto de enunciados produzidos em uma década tão rica em manifestações e participação política.

1.2. A imprensa feminista: as vozes do *Mulherio* na história

O feminismo surgiu no Brasil inicialmente pautado nos direitos à cidadania das mulheres, demonstrando forte influência da chamada primeira onda do feminismo, que assumia um tom liberal no que tange os direitos ao voto e ao estudo. De acordo com Pedro (2003), no decorrer do século XX, as mudanças na configuração econômica e política do país estimularam novas reivindicações que endossaram as lutas feministas, tais como: participação no mercado de trabalho; inserção na esfera pública; autonomia reprodutiva; liberdade sexual; atendimento à saúde da mulher e combate à violência doméstica.

Diante do quadro de hierarquização dos gêneros, as feministas brasileiras tiveram a necessidade de estabelecer um campo de resistência política e cultural, que

tomou seus contornos a partir da criação de sua própria imprensa. Após longa pausa de atividades em função do Golpe do Estado Novo (1937) e do Golpe Militar (1964), o feminismo volta a fazer uso da imprensa como arma política somente a partir de 1975. A importância do ano de 1975 se justifica por ter sido instituído como o Ano Internacional da Mulher pela ONU, o que promoveu a abertura e a possibilidade de debater a questão da mulher (MORAES, 1985, p. 1).

Em plena ditadura militar, a expressão das mulheres ficou restrita à participação, ainda que limitada, nos partidos comunistas, sendo necessário que as mulheres assumissem outros espaços de expressão. Os objetivos da luta da mulher, a emancipação e a participação política feminina, eram considerados temas irrelevantes pelos grupos de esquerda, em função do viés “pequeno-burguês” que lhes era atribuído. Questões como a autonomia do corpo, a sexualidade, as manifestações pela liberação da mulher eram consideradas ideias específicas e divisionistas da luta geral, de modo que a prioridade nos partidos de esquerda voltava-se muito mais para “a luta pela democratização, pela anistia, pelo socialismo” (PEDRO, 2003, p. 16).

São as diversas disputas internas que promoveram tensionamentos e que estimularam novas configurações para o movimento feminista no Brasil. Em meio às lutas gerais e específicas, surgiram os dois primeiros jornais alternativos feministas: o *Brasil Mulher* (1978-1980) e o *Nós Mulheres* (1976-1978) (TAMIÃO, 2009, p. 13). A existência desses jornais refletiu os propósitos mais urgentes da época, como, por exemplo, a “luta contra a ditadura” e a busca pela “conscientização das camadas populares”, que tornaram o movimento feminista uma forma menos arriscada de realizar esse projeto (PEDRO, 2003, p. 21).

A publicação desses jornais se deu concomitantemente a outros processos históricos, como, por exemplo, aquele denominado “póstula-armada” (1978-1980). Foi um período em que se iniciou “o processo de liberalização do Estado ditatorial, já com certo abrandamento da censura à imprensa e de crítica ao modelo tradicional de se fazer política” (LEITE, 2003, p. 236). Com isso, os discursos da época foram produzidos em função da necessidade de enfatizar o sujeito mulher, sugerindo a politização do cotidiano entre as mulheres e a esquerda. Do mesmo modo, nesses jornais, houve uma busca por novas formas de expressão e mobilização, e a crítica às “relações verticalizadas, hierarquizadas e burocratizadas tão presentes na esquerda tradicional” (LEITE, 2003, p. 236).

Os editoriais e os artigos dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* retrataram, sobretudo, as lutas pela anistia e pelas liberdades democráticas, que simbolizavam uma oposição ao regime da ditadura militar. De acordo com Leite (2003), o tom principal assumido por esses jornais se relacionava, então, à participação ativa das mulheres na luta contra o regime. Apesar disso, numa tentativa de incluir um viés feminista em seus discursos, esses jornais também abordavam temas específicos, como, por exemplo: a violência doméstica, as condições de trabalho das mulheres e os direitos reprodutivos. Nesse sentido, os primeiros jornais feministas se inseriram em uma “estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história” (BARSTED, 1983, p. 16).

Outros pressupostos dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* estavam ancorados nas lutas políticas pela anistia e na ação dos partidos de esquerda, que, a partir da Lei da Anistia de 1979, alcançaram seus objetivos. Tais pressupostos devem ser fortemente considerados para compreendermos o contexto de surgimento do jornal que é objeto desta pesquisa: o *Mulherio*. Diferentemente das lutas assumidas pelos primeiros jornais, o *Mulherio* participou da mobilização pelas “Diretas-já!”, pelas eleições de 1982 e pela presença das mulheres na Constituinte (TAMIÃO, 2009).

As primeiras vozes do *Mulherio* começam a ecoar no início de 1981, como publicação periódica, resultado de um projeto idealizado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que recebeu inicialmente o apoio da Fundação Ford. O corpo editorial do jornal era formado por pesquisadoras das áreas de Ciências Sociais, História e Jornalismo, que tinham como intuito investigar a condição feminina no Brasil. Borges (1983) atenta que, apesar de assumir uma postura fortemente feminista, o *Mulherio* não integrava nenhum grupo feminista em particular, pelo contrário, reunia mulheres de grupos diversos. O jornal propunha debater questões mais subjetivas e relacionadas ao comportamento e à sexualidade da mulher, como podemos verificar nas imagens abaixo.



Figura 2: Capa do *Mulherio*, vol. 18, 1984.



Figura 3: Capa do *Mulherio*, vol. 21, 1985.

A repercussão do número zero do *Mulherio* surpreendeu até mesmo as editoras da publicação. O êxito do jornal fez com jornalistas e pesquisadoras percebessem a necessidade de um veículo de comunicação que divulgasse temas específicos de forma nova para as mulheres.

Era apenas um folheto, desprezioso, anunciando o lançamento de um jornal. Mas a repercussão que o número zero de *Mulherio* alcançou surpreendeu-nos, como a demonstrar que a mulher brasileira precisa realmente de um veículo de comunicação que divulgue suas coisas de uma forma nova, nossa (BORGES, 1981, p. 2).

Inicialmente, a circulação do *Mulherio* era gratuita e direcionada para emissoras de televisão e rádio, entidades acadêmicas, grupos feministas e associações de mulheres. A difusão do jornal é tão grande que chega a ser publicado, parcial ou integralmente, em jornais de bairro do interior de São Paulo, e lido em emissoras de rádio. Em um projeto sobre o jornal *Mulherio*, Adélia Borges explica que o jornal tem periodicidade bimensal e tiragem inicial de 8000 exemplares. Ao longo do desenvolvimento do jornal, a

publicação deixa de ser gratuita e passa a ser distribuída por meio de assinaturas no valor de 300 cruzeiros anuais. A distribuição do jornal ultrapassa o estado de São Paulo, tendo abrangência nacional e, até mesmo, internacional, visto que muitas feministas brasileiras tiveram de se deslocar em função de suas atividades profissionais. Nos dizeres de Adélia Borges,

O que me surpreendeu é que o jornal está servindo para levar a causa feminista; para levar a preocupação com a condição da mulher para pessoas que, pelo menos me parece, pelas cartas que escrevem, não tinham essa preocupação anteriormente. A correspondência que chega lá é muito grande. Uma média de 5 a 10 cartas por dia, de pessoas dos mais variados cantos do país, cidades que eu até nunca sabia os nomes (BORGES, 1983, p. 22).

A história do *Mulherio* se divide em dois períodos mais importantes⁵. O primeiro corresponde às edições de março de 1981 a setembro de 1983, durante o qual foram publicados 15 números. Nesse período, o *Mulherio* teve como responsável de projeto a pesquisadora Flávia Rosemberg e, como editora, a jornalista Adélia Borges. Devido a discordâncias no teor da pauta editorial, Borges deixou o corpo editorial e a Fundação Carlos Chagas, sendo substituída por Inês Castilho. O segundo período do jornal se iniciou em 1984 e se encerrou em 1988, último ano de publicação. O financiamento da publicação passou por dificuldades, uma vez que o jornal deixou de receber o apoio da Fundação Ford, o que levou as jornalistas e pesquisadoras a buscarem novas formas de manter sua continuidade. O *Mulherio* deixou de existir definitivamente quando passou a se chamar *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*, publicação que não teve tanto sucesso quanto a primeira.

A dimensão nacional e internacional de circulação e a crise financeira que marcaram a história do *Mulherio* demonstram a importância de se associar o consumo aos aspectos sociais fortemente expressos pelo jornal. Uma vez que a publicação foi de caráter acadêmico, financiada por uma organização voltada para pesquisa (a Fundação Carlos Chagas) e, por certo período, por uma associação privada (a Fundação Ford), podemos destacar a particularidade da relação entre o consumo e os cidadãos. Segundo

⁵ As informações foram extraídas do texto sobre a história do *Mulherio* disponível no site da Fundação Carlos Chagas: < <http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/historia.html>>. Acesso em setembro de 2012.

Canclini (1999), o consumo e a circulação de uma mídia impressa têm seus impactos nos cidadãos no sentido de promover mudanças econômicas e culturais, que, por sua vez, organizam e transformam suas identidades.

As feministas que compunham o setor editorial e o público alvo (donas-de-casa, profissionais liberais, estudantes, pesquisadoras, jornalistas, homens favoráveis à luta feminista), podiam estabelecer relações com os símbolos da indústria cultural, seja no sentido de valorizá-los, seja no sentido de rechaçá-los em favor de objetivos democráticos e engajados (CANCLINI, 1999). Considerando que esta imprensa feminista foi produzida a partir da academia, concentrou-se na causa feminista e teve circulação menor que a da grande imprensa, pensamos que a relação entre o consumo e os cidadãos, neste caso, não se dá no sentido de valorizar a indústria cultural.

As características de produção e circulação deste jornal se relacionam muito mais com os movimentos de resistência aos discursos da grande mídia e às práticas do Estado, uma vez que se enquadram como pequena imprensa voltada para um grupo considerado minoria, as mulheres. Nesse sentido, a importância do jornal feminista *Mulherio* está justamente em seu modo de atuação, pois foi um veículo de comunicação que se inscreveu em lutas sociais, configurou pontos de resistência e encontrou novas possibilidades de constituição do sujeito. Destacamos, por fim, que os discursos produzidos por esse jornal contribuíram para uma série de estratégias do movimento feminista na década de 1980.

1.3. Os critérios de seleção do *corpus*

Tendo em vista as considerações acerca do jornal *Mulherio*, bem como da conjuntura de abertura política em que irromperam seus discursos, debruçamo-nos sobre um conjunto de enunciados que apresentavam mudanças ao longo das publicações. Considerando que o conjunto de textos organizados data de 1981 a 1988, optamos por estabelecer quatro temas específicos.

Em função da grande ocorrência que apresentaram nos volumes do jornal e, ainda, da conjuntura histórica e dos fatores políticos – participação das mulheres na Constituinte pela legalização do aborto; luta por leis de planejamento familiar; discussões em torno do livre exercício da sexualidade, etc. – que favoreceram uma

“política do sexo”, decidimos analisar discursos que se inserem no domínio da sexualidade. Seguem os temas específicos e as respectivas ocorrências: i) o prazer e a liberdade sexual (treze ocorrências); ii) a legalização do aborto (quinze ocorrências); iii) o planejamento familiar (treze ocorrências) e iv) os saberes da sexualidade no *Mulherio* e na grande mídia (seis ocorrências).

Consideremos, de início, que a constituição de um *corpus* discursivo “é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa” (COURTINE, 2009, p. 54). Nesse sentido, destacamos que os objetivos propostos e as hipóteses levantadas por esta pesquisa se deram a partir da observação e da seleção do material para análise.

Visto que o objetivo principal desta pesquisa é verificar se há mutações nos discursos sobre a sexualidade na imprensa feminista, estabelecemos o seguinte critério de seleção: optar por conjuntos de enunciados, sobre os temas propostos, que apresentaram *transformações* e *dispersões* nos discursos ao longo da década. Isto é, enunciados que demonstraram movimentos de transformação ou dispersão no momento de repetição e atualização dos temas. Em suma, levamos em conta as irrupções e os retornos do discurso enquanto acontecimentos singulares (FOUCAULT, 2012a).

As condições de produção *heterogêneas* e *instáveis* (COURTINE, 2009, p. 51) também contribuíram para a seleção do material, pois permitiram identificar movimentos e mutações no interior dos temas. O processo de abertura lenta e gradual, a reescritura da Constituição Federal, a luta das mulheres na Assembleia Constituinte pelos direitos reprodutivos, a criação de programas de saúde da mulher, a divulgação de saberes relacionados ao corpo e à sexualidade nas mídias, a proliferação de procedimentos que interrompem ou previnem a gravidez fazem parte das condições de produção desses discursos, atestando sua heterogeneidade e instabilidade. Nesse sentido, selecionamos quatro reportagens ou artigos, de cada tema levantado, tendo como critério de escolha aqueles produzidos em condições distintas e que demonstraram transformações no sistema de enunciabilidade.

II. UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA DO DISCURSO

[...] que não mais se relacione o discurso ao solo inicial de uma experiência nem à instância a priori de um conhecimento; mas que nele mesmo o interroguemos sobre as regras de sua formação.

(M. Foucault, **A arqueologia do saber**, 2012a, p. 95)

Conforme já assinalamos nas considerações iniciais, o aparato teórico-metodológico que conduzirá esta pesquisa se insere na arqueologia dos discursos e na genealogia do poder proposta por Michel Foucault. É na análise dos “solos” históricos de emergência desses discursos que questionaremos sobre suas regras de formação e a produção dos saberes. A partir da descrição “arqueológica”, assumiremos uma postura “genealógica” frente a esses discursos, de modo a verificar a mobilização dos saberes nas relações de poder e, por conseguinte, no funcionamento de um dispositivo que regula e determina as práticas discursivas no domínio da sexualidade na imprensa feminista, durante a década de 1980.

2.1. A fundação da Análise do Discurso francesa

A Análise do Discurso se iniciou na França, no final dos anos 1960, em um contexto de crise. O cenário político francês em que emergiu foi marcado historicamente pelas manifestações de maio de 68. Foi uma época em que estudantes demandavam mudanças nos sistemas educacionais e os trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho. A doutrina marxista que movia as tendências revolucionárias, influenciando tanto a política quanto o campo das ciências humanas, entrava em crise. Naquele maio de 68, as manifestações estudantis e trabalhistas na França urgiram por mudanças, pois o pensamento marxista de dominação burguesa sobre o proletariado (luta de classes) e de falsa consciência do sujeito (ideologia) já não sustentava as necessidades políticas e científicas da época (GREGOLIN, 2004a).

Com isso, assinalava-se um descompasso político e epistemológico entre as ciências humanas, a realidade social e as condições materiais de existência próprias do sistema capitalista vigente. Era preciso reorganizar o modelo que encerrava os fatos sociais nas “estruturas”, isto é, nos modelos de análise que buscavam explicar e delimitar os fenômenos da sociedade num sistema de funcionamento interno. De acordo com Dosse (1993), nesse modelo “estruturalista”, os fenômenos sociais só poderiam ser explicados através do antagonismo entre os fatores internos desse sistema, desconsiderando-se os fatores externos e a possibilidade de explicá-los de forma isolada. A transição política e epistemológica atentava, assim, para a necessidade de se repensar questões consideradas exteriores a esse sistema, tais como a subjetividade, as concepções de sujeito e seu papel na história e no domínio da linguagem (GREGOLIN, 2004a). Esse período de transição teve determinados efeitos no interior das ciências humanas, e aqui destacamos as transformações ocorridas na Linguística. E foi nesse contexto de transição do estruturalismo para o pós-estruturalismo e de crise do marxismo que se desenvolveu um novo campo de investigação: a Análise do Discurso.

A posição de ciência piloto ocupada pela Linguística nas ciências humanas foi sustentada pelo modelo formal criado por Saussure, que distingue língua e fala. As consequências desse modelo foram o enfoque na língua enquanto sistema autônomo e de caráter social, e a exclusão da fala de caráter individual. A dicotomização entre língua e fala resulta na redução do sujeito ao *silêncio* e na distinção fortemente marcada entre o social e o individual, sendo aquele objeto privilegiado da Linguística. Na perspectiva de Saussure (2009 [1916]), o objeto de análise por excelência é a língua, único objeto capaz de racionalizar e proporcionar à Linguística o estatuto de ciência, devido à sua sistematicidade e autonomia. A língua não é apreendida na sua relação com o mundo, mas na condição de estrutura interna de um sistema fechado sobre si mesmo. Daí a concepção de estruturalismo: é no interior do sistema que se define, que se estrutura o objeto (DOSSE, 1993). E é a língua enquanto objeto estruturado no interior do sistema que interessava à concepção estruturalista de ciência em vigor na época. Para a Linguística, o período de transição epistemológica impulsionada pelo maio de 68, propunha que se repensasse as limitações do modelo estruturalista na análise formal da língua, que desconsiderava as implicações do sujeito e da história na linguagem. Urgia, então, a necessidade de um dispositivo analítico que considerasse a relação entre língua, história e sujeito (SARGENTINI, 2004).

Nesse sentido, linguistas e historiadores passaram a estabelecer diálogos, a fim de instaurar um dispositivo de análise linguística que não focaliza exclusivamente a língua. Entra em jogo o discurso, considerado como prática resultante da articulação entre a língua e os processos históricos. Segundo Robin (1977), a articulação entre linguística e história no tratamento do discurso constituiu o projeto inicial da análise do discurso. O encontro entre linguistas e historiadores foi determinante para a leitura de documentos, não só no sentido de ler o que está escrito no texto, mas também de compreender suas determinações históricas.

Nesse contexto, surgiu o projeto da Análise do Discurso, a partir da dupla fundação, no final dos anos 1960, por Jean Dubois e Michel Pêcheux (GREGOLIN, 2003). Apesar de abordarem especificidades distintas⁶, os trabalhos desses autores inauguraram novas metodologias de análise para a materialidade linguística. Em Pêcheux (1997a), a articulação entre a Linguística e a História foi determinante para pensar o discurso como o real entre a língua e a história, de modo a analisá-los não separadamente, e sim em relação de constituição. Isso implica pensar que os processos históricos são materializados na língua, ou seja, os acontecimentos históricos participam da constituição da língua, seja no nível da sintaxe, seja na formulação dos enunciados. A instituição da Análise do Discurso exigiu, para Pêcheux, uma transição epistemológica do modelo formal de Saussure, a fim de colocar o estudo do discurso num terreno de articulação entre língua, história e sujeito.

Para definir o conceito de discurso, Pêcheux propôs que se ultrapassasse o corte saussuriano operado entre língua e fala, que, ao propor o sistema linguístico como objeto privilegiado de estudo, elide a discursividade. Constituir a noção de discurso implicou, portanto, que se considerasse, além da língua, a questão do sujeito e as instituições políticas, sociais e jurídicas. Pêcheux retomou a dicotomia saussuriana – língua (social) e fala (individual) – para inscrever os processos de significação em outro terreno, não concebendo o sujeito nem os sentidos como individuais, mas sim como históricos e ideológicos. É nesse sentido que o autor propôs uma semântica do discurso – concebido como lugar para onde convergem componentes linguísticos, sociais e ideológicos – em vez de uma semântica exclusivamente linguística, pois as condições sociais, ideológicas e históricas de produção do discurso participam da produção de sentidos (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 2007). A língua, na Análise do Discurso, é

⁶ Jean Dubois trabalhava com lexicologia e análise enunciativa, já Pêcheux pesquisava teorias linguísticas e as propostas de Althusser ligadas ao marxismo.

então compreendida como a base de processos que se dão na relação entre língua e discurso.

Emerge então uma formulação que vai definir por muito tempo a relação língua/discurso: é a da *base* sobre a qual se desenvolvem os *processos discursivos*. Ou ainda a da “língua” como condição de possibilidade do discurso. Mas, se pergunta Michel Pêcheux, se a língua é o “lugar material em que se realizam os efeitos de sentido”, de que é feita essa materialidade? (MALDIDIER, 2003, p. 40).

Este momento de fundação da Análise do Discurso, em 1969, foi marcado pela proposta de Pêcheux de uma teoria e de um dispositivo de análise que pudessem ser aplicados em uma grande quantidade de *corpus*. Denominada *Análise Automática do Discurso* (AAD-1), essa fase se deu pela articulação de três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico (teoria das formações sociais e de suas transformações, bem como a teoria das ideologias); a linguística (teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação); a teoria do discurso (teoria da determinação histórica dos processos semânticos) (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p. 163-164).

Nesta primeira fase, a Análise do Discurso teve por objetivo formular uma metodologia baseada na “*maquinaria discursivo-estrutural*”. Na AAD-1, o “processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma”, de modo que o sujeito do discurso tem a ilusão de ser fonte autônoma dos dizeres, pois “acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’” (PÊCHEUX, 1997b, p. 311). Aqui se recusa qualquer concepção que atribua ao sujeito a condição de intencional ou de origem enunciativa dos discursos.

A AAD-1 propunha uma análise linguística por etapas, a partir de um *corpus* fechado de sequências discursivas, em um espaço de “*condições de produção* estáveis e homogêneas” (PÊCHEUX, 1997b, p. 311). A análise automatizada lidava com algoritmos e cálculos matemáticos no tratamento das informações dos *corpora* – e para tanto utilizou ferramentas informatizadas –, sob a lógica de uma “*maquinaria fechada*” de produção discursiva. A ideia era descrever, a partir das condições homogêneas e estáveis de produção, os discursos que habitavam determinada época; os embates ideológicos existentes entre esses discursos; os efeitos desses embates discursivos. O

discurso, nesta fase, assim como as condições de produção, seriam estáveis e homogêneos, e o sujeito enquanto fonte de seu dizer, uma ilusão. Entretanto, a sistematicidade e o caráter estrutural dessa “maquinaria discursiva” apresentaram limites na descrição dos discursos, pois as relações entre as máquinas discursivas se mostravam desiguais.

Foi preciso reorganizar a metodologia e as concepções teóricas que sustentariam o dispositivo de análise dos discursos. Datada de 1975, a segunda fase da Análise do Discurso (AD-2) manteve a concepção de maquinaria discursiva bem como o método automático de análise, entretanto, introduziu novos conceitos e questões então consideradas mais relevantes. Em consequência das necessidades metodológicas no interior da Análise do Discurso, Pêcheux voltou-se para o trabalho de Michel Foucault, *A arqueologia do saber* (2012a [1969]), e tomou por empréstimo a noção de *formação discursiva*. A formação discursiva estaria em relação paradoxal com seu exterior, sendo desconsiderada como “um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais [...]” (PÊCHEUX, 1997b, p. 314). A noção de formação discursiva foi, entretanto, trabalhada por Pêcheux pelo viés do materialismo histórico, de modo a ser pensada a partir da posição ideológica ocupada pelo sujeito na produção dos discursos.

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1997a, p. 160).

Nesse conceito mantém-se a concepção de sujeito assujeitado, que tem a ilusão de ser origem de seus discursos. O assujeitamento é explicado ainda como processo de interpelação ideológica que atribui ao sujeito uma “falsa consciência”. Na AD-2, a postura assumida por Pêcheux reflete a influência da leitura althusseriana de Marx e, ainda, das teorias de Althusser acerca dos Aparelhos Ideológicos de Estado. A partir desses pressupostos, Pêcheux (1997a, p. 160) buscou explicar os processos de assujeitamento, interpelação no interior das *formações ideológicas* no discurso.

Nesse sentido, outro elemento que passou a compor o quadro epistemológico da Análise do Discurso foi a psicanálise, que resultou na articulação entre o materialismo

histórico (Marx lido por Althusser), a releitura de Saussure (feita por Pêcheux) e a noção de “inconsciente” tomada de Freud. Surgiu, assim, a *tríplice aliança*, articulação responsável pela fundamentação dos conceitos de sujeito, história e língua no cerne da Análise do Discurso. O sujeito, conceito importante para se pensar a produção discursiva, foi abordado, neste primeiro momento, a partir da leitura da infra-estrutura econômica (Marx) e do poder do inconsciente (Freud) (GREGOLIN, 2004a).

As abordagens psicanalíticas e históricas corroboram a noção de sujeito inconsciente, propondo que o sujeito “é mais falado do que fala”, sendo toda fala determinada de fora de sua vontade (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26). Nesse contexto, Pêcheux também se serviu da leitura de Freud feita por Lacan, que sentenciou o sujeito como clivado e dividido, porém, estruturado na e pela linguagem. A noção de inconsciente forneceu, portanto, à análise do discurso uma teoria do sujeito condizente com um de seus interesses centrais: conceber o texto como produto do trabalho ideológico não-consciente (PÊCHEUX, 1997a, p. 171).

Todavia, o modelo de análise na fase AD-2 apresentou limitações no que concerne às condições de produção homogêneas e, sobretudo, à questão do sujeito e às marcas de subjetividade na enunciação. Nesse contexto de impasse teórico-metodológico surgiu a necessidade de reformulação dos conceitos, iniciando-se a terceira fase da Análise do Discurso (AD-3). No terceiro momento, a Análise do Discurso “explodiu” de vez o método automatizado, descartando o analisador sintático da maquinaria discursiva. Foram incorporadas à metodologia de análise a noção de condições não-estáveis de produção do discurso e a concepção de sujeito *heterogêneo*. É o momento em que a Análise do Discurso utiliza-se das reflexões de Bakhtin sobre heterogeneidade constitutiva do discurso (introduzidas por Jacqueline Authier-Revuz), e as abordagens do discurso desenvolvidas por Foucault na *Arqueologia do saber*.

Na virada dos anos 1980, a AD-3 deu espaço a outras reformulações que resultaram na introdução, também, dos conceitos de *interdiscurso* e *memória*. De acordo com Malidier (2003), esta é a fase em que Pêcheux se voltou novamente para os trabalhos de Foucault, abandonando a concepção de ideologia como determinante da produção discursiva e atentando para a concepção foucaultiana de discurso enquanto acontecimento singular – a irrupção do discurso é acontecimento único que não se repete –, efeito das condições históricas.

A necessidade de reformular a metodologia da Análise do Discurso foi declarada por Pêcheux em seu texto que prefacia a tese de Jean-Jacques Courtine⁷, “*O estranho espelho da Análise do Discurso*”, no qual sentenciou: “Já era hora de começar a quebrar os espelhos” (PÊCHEUX, 2009, p. 26). A metáfora dos “espelhos” anunciou o momento de deslocamentos e mudanças na postura teórico-metodológica da Análise do Discurso francesa. Além disso, a publicação de “*O discurso: estrutura ou acontecimento?*” (PÊCHEUX, 2006 [1983]) reformulou a metodologia de análise centrada na noção de formação discursiva, atentando muito mais para os efeitos da interdiscursividade e da memória na formulação dos enunciados. E nesse sentido, Pêcheux deu espaço também para outros tipos de materialidade, não se restringindo ao enunciado linguístico, o que demonstra uma aproximação da Análise do Discurso com a Semiologia.

Segundo Courtine (2009), os novos terrenos evidenciaram um movimento de aproximação com as propostas “arqueológicas” de Foucault, que passaram a ser trabalhadas no interior da Análise do Discurso. O discurso passou a ser pensado como “prática que provém da formação de saberes e que se articula com outras práticas não discursivas” (GREGOLIN, 2003, p. 27). A metodologia para analisar discursos passou a ser baseada nos seguintes procedimentos: investigação das regras de formação do discurso; interpretação de “jogos polêmicos” dos quais derivam os saberes; descrição das condições históricas e possibilidades de irrupção dos enunciados em determinados lugares e não em outros (FOUCAULT, 2012a). A aproximação com as propostas foucaultianas se deu ainda pela compreensão de que toda produção discursiva, na sociedade, é controlada e selecionada conforme procedimentos de exclusão, interdição ou rarefação dos discursos (FOUCAULT, 2012b). Tal postura demonstrou que a produção dos discursos é habitada por relações de poder entre os sujeitos, cujos efeitos se dão nas regularidades e nas possibilidades de irrupção dos enunciados em condições históricas dadas.

A aula inaugural de Foucault no Collège de France, publicada sob o título de *A ordem do discurso* (2012b [1970]), investiga os procedimentos de interdição e controle que determinam e regulam o aparecimento dos discursos na sociedade. E é nesse sentido que Foucault propõe pensar a produção do discurso sob a égide das discontinuidades

⁷ A tese de Jean-Jacques Courtine “*Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*” (2009 [1981]) tem prefácio de Michel Pêcheux, o texto “*O estranho espelho da Análise do Discurso*”.

históricas, afinal, as regras e as possibilidades não são fixas nem estáveis: elas se modificam conforme se dão os movimentos da história. A produção discursiva demonstra que os retornos, as repetições, as transformações, as rupturas, as dispersões estão ligadas ao domínio de memória e não irrompem de modo linear; os movimentos do discurso não são efeitos de acontecimentos contínuos e ligados, daí falar de descontinuidades históricas (GREGOLIN, 2003, p. 28).

Nesta terceira fase, a Análise do Discurso dá maior relevância para os efeitos do interdiscurso e da memória na produção do discurso, atentando para as regularidades e as dispersões, bem como para suas imbricações nas relações de poder. A metodologia de análise se volta, então, para a descrição das condições de possibilidade dos discursos, pois, são elas que determinam que numa dada época não se diga qualquer coisa a partir de qualquer lugar. Nessa arqueologia dos “solos históricos” de produção do discurso é preciso situar as leis de formação e compreender quais são as regras que o sujeito deve satisfazer para ocupar um lugar nessa ordem. A análise das regularidades contribui, então, para a compreensão dos jogos polêmicos entre os enunciados, do papel da memória e da história na formulação de regras e das possibilidades de posições para o sujeito (FOUCAULT, 2012a).

Além de desenvolver do método arqueológico de análise dos discursos, desenvolveu-se, também, uma abordagem genealógica com vistas a examinar as relações de saber-poder nos discursos. Assim, a genealogia, junto à descrição das regras e condições históricas do discurso, funciona no sentido de demonstrar: o exercício de relações de poder; a mobilização e o uso de determinados saberes em favor de técnicas de controle e disciplina; as possibilidades de constituição do sujeito (NAVARRO, 2011, p. 285). Trata-se, então, de uma postura de análise dos discursos que mobiliza pressupostos arqueológicos e genealógicos, cuja função não se restringe à investigação das condições históricas, das regras, das possibilidades e das posições do sujeito, dos jogos polêmicos entre enunciados; mas que também busca, nessas descrições, identificar como os saberes e os poderes se relacionam e quais são os efeitos dos poderes na constituição dos sujeitos, nas disciplinas e na instauração de regimes de verdade.

Enfim, as mudanças ocorridas no campo político, social e epistemológico, desde o final dos anos 1960, passando pela década de 1980, até os dias de hoje, resultaram em movimentos de reconfiguração e reformulação constantes na Análise do Discurso francesa. As posturas teórico-metodológicas de uma análise “automática” e

“althusseriano-marxista” do discurso foram importantes, pois foi em função das limitações de uma “maquinaria fechada” e de uma determinação “ideológica” na descrição e análise dos discursos que surgiu a necessidade de se repensar a relação entre língua e história. Para Courtine (1999, apud GREGOLIN, 2003), os rumos tomados pela Análise do Discurso apontam para a espessura histórica do discurso, para a descrição das regularidades e para o entrecruzamento de regimes e práticas discursivas. Enfim, apontam para a importância de rearticular o linguístico e o histórico.

2.2. Discurso, memória e história

Muitos são os lugares que (re)visitamos ao longo da história para compreender dizeres que nos inquietam. Compreender o presente é um gesto que nos remete ao passado e, ao mesmo tempo, emaranha-nos numa trama infinita que se estende ao futuro. Os “nós” que as práticas tecem na rede do discurso e os “nós” que somos nessa história de pontos descontínuos constituem memórias que por vezes se cruzam, se repetem, se refutam, se transformam. Como apanhar os sentidos produzidos por tão denso encontro? Como entrever na trama histórica o sujeito que diz e é dito pela língua?

Na Análise do Discurso de linha francesa, o discurso é compreendido como “materialização do processo enunciativo”, como materialidade resultante da articulação entre língua e história (GREGOLIN, 2000, p. 19). Os acontecimentos históricos servem de exterioridade constitutiva para a língua, que serve de suporte material para esses processos. Com isso, o discurso é determinado pelos movimentos da história e os sentidos não são fixos como se fossem a “essência das palavras” (GREGOLIN, 2000, p. 20). Analisar discursos é muito mais que interpretar enunciados, é inserir-se na história para compreender as regras de formação e as condições que possibilitaram a irrupção dos discursos numa determinada época e num dado lugar.

Nessa tarefa, é preciso identificar os vestígios deixados pela rede dos discursos que envolvem os sentidos, de modo a percorrer uma trilha de discursos anteriores. É no sentido dessa trilha que a análise do discurso verifica a existência de uma *rede interdiscursiva de formulação*, ou seja, a existência de um conjunto de formulações já produzidas e que possibilitam os movimentos de retorno e atualização dos discursos (COURTINE, 2009, p. 90). Esse conjunto de formulações já ditas é o que se denomina

interdiscurso, o que condiciona a produção dos discursos, uma vez que são as relações entre os discursos que permitem retornos, atualizações ou transformações de sentidos.

O interdiscurso funciona como lugar que fornece “os objetos dos quais a enunciação de uma sequência discursiva se apropria, ao mesmo tempo que (ele) atravessa e conecta entre si esses objetos” (COURTINE, 2009, p. 75). Logo, podemos dizer que o interdiscurso atua na constituição dos enunciados como “discurso transversal”, a partir do qual o sujeito enunciador dá “coerência ao seu fio do discurso” (COURTINE, 2009). Como exemplo de funcionamento do interdiscurso, podemos citar uma das formas pela qual ele se materializa: o pré-construído. Compreendido como efeito discursivo ligado ao encaixe sintático, o pré-construído é resultante da inscrição e nominalização de um elemento do interdiscurso no intradiscurso (nível vertical do enunciado). A forma como esse elemento é organizado sintaticamente no intradiscurso dá a impressão de que ele já estivesse ali, de que os sentidos já fossem determinados. O pré-construído remete “às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação”. (COURTINE, 2009, p. 74).

Se o interdiscurso é um conjunto de discursos anteriores que fornece os objetos a serem distribuídos na sequência discursiva, podemos dizer que se trata de uma série de formulações possíveis, numa dada posição ocupada pelo sujeito, que determina as articulações entre os objetos e a enunciação. Para dar coerência ao enunciado, o sujeito enunciador mobiliza, a partir do interdiscurso, objetos que serão dispostos horizontalmente no nível sintático ou, melhor dizendo, no *intradiscurso*. Desse modo, uma sequência discursiva é produzida a partir da relação entre o interdiscurso (nível vertical/formulações possíveis) e o intradiscurso (nível horizontal/organização sintática do enunciado), por um sujeito enunciador (COURTINE, 2009).

Já a inscrição do sujeito no enunciado se dá pela posição que ele pode ocupar neste lugar de enunciação, considerando as condições históricas de emergência da sequência discursiva. A posição-sujeito é, então, determinada pela relação entre os acontecimentos históricos e a materialidade; constitui-se pelas possibilidades de ocupar um determinado lugar, numa conjuntura dada, e pelas regras de enunciabilidade que regulam a formação dos enunciados. Segundo Foucault (2012a), não importa investigar o que o sujeito quis dizer, mas sim, as posições que ele ocupa considerando as condições históricas de produção dos enunciados. O sujeito ocupa possíveis posições de subjetividade, que evidenciam e determinam o que ele diz. O sujeito é efeito, portanto,

das possibilidades e das condições históricas, pois determinam qual o lugar a ser ocupado por ele.

No método de Análise do Discurso, marcado pela descrição das materialidades atentando para as condições históricas de aparecimento dos discursos, descrever a relação entre interdiscurso e intradiscurso possibilita compreender os trajetos históricos dos discursos e suas possibilidades de atualização (PÊCHEUX, 1997a). Nesse sentido, é preciso considerar que o interdiscurso é condicionado por uma série de acontecimentos anteriores que se inserem num domínio de memória. Assim, é o domínio de memória que possibilita a existência dessas formulações anteriores. Já que as relações entre interdiscurso e intradiscurso materializam movimentos de retorno e atualização, podemos compreender que elas se dão no interior de um domínio de memória, que serve de condição histórica para a existência dos enunciados.

É a partir do domínio de memória que poderemos apreender os funcionamentos discursivos de encaixe pré-construídos e de articulação de enunciados (no sentido dado a estes termos): isso equivale a dizer que o domínio de memória representa, num plano de organização de *corpus* discursivo, o interdiscurso como *instância de constituição de um discurso transverso* que regula para um sujeito enunciator [...]. (COURTINE, 2009, p. 112).

Diferentemente de uma concepção psicológica e individual, a memória discursiva se insere num domínio coletivo e social. O conceito de memória discursiva é assim proposto por Courtine, que define: “a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas” (2009, p. 106). A memória discursiva reveste os enunciados produzidos por um sujeito, de modo a estabelecer relações entre eles. A irrupção de formulações, já existentes em um determinado domínio de memória, forma um conjunto de sequências discursivas que coexistem numa conjuntura histórica específica, o que corresponde ao *domínio de atualidade* de formulações anteriores. O domínio de atualidade inscreve as formulações na *instância do acontecimento* dos enunciados que “confere a suas relações o efeito de uma lembrança ou de uma refutação imediatas de formulações presentes em sequências discursivas que se respondem” (COURTINE, 2009, p. 112).

É esse conjunto de formulações produzidas historicamente no interior da memória discursiva que permitem ao analista do discurso identificar os acontecimentos, as rupturas, as regularidades e as dispersões dos discursos relacionados a um dado tema.

A constante transformação desse sistema, cujos efeitos podem ser de esquecimentos, silenciamentos, repetições ou, ainda, de regularidades na dispersão de enunciados dão a ver o funcionamento de uma *formação discursiva* (GREGOLIN, 2005). A noção de formação discursiva foi trabalhada inicialmente por Michel Foucault, em *A arqueologia do saber* (2012a [1969]), e posteriormente tomada por empréstimo por Michel Pêcheux, que a empregou pela primeira vez em *A semântica e o corte saussuriano* (1971). Pêcheux desenvolveu o conceito de formação discursiva na Análise do Discurso conforme pressupostos althusserianos-marxistas de interpelação ideológica, nos quais o sujeito e seus dizeres são determinados por sua posição no interior das lutas de classes.

Tendo em vista a postura teórico-metodológica assumida nesta pesquisa, que busca examinar as condições e possibilidades históricas para a produção dos discursos, assumimos a noção de formação discursiva foucaultiana, que investiga no solo histórico de emergência dos enunciados as regras de formação e o sistema de dispersão dos enunciados. A partir dessa concepção, não se trata de compreender as leis de formação do discurso a partir das “lutas de classe” e da “falsa consciência dos sujeitos”, e sim de verificar os rastros históricos que permitiram aos sujeitos ocupar determinada posição e enunciar a partir desse lugar. Optamos, então, por adotar a noção de formação discursiva como um sistema de dispersão e de regularidades, metodologia que atenta para as possíveis posições de subjetividade, para a descontinuidade histórica e para as instabilidades e mutações do discurso.

Em *A arqueologia do saber*, Foucault define discurso como um “conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (2012a, p. 143). Os enunciados podem ser diferentes em sua forma, porém constituem um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto. Paradoxalmente, esse conjunto de enunciados não se refere a um único objeto, na medida em que o objeto não é formado definitivamente e nem conservado continuamente ao longo do tempo. À unidade dos discursos corresponderia o jogo de regras que definem as transformações dos objetos, produzindo, assim, rupturas e descontinuidades.

Para definir um conjunto de enunciados é preciso descrever a dispersão dos objetos, compreender como os objetos se separam, ou seja, formular sua *lei de repartição* (FOUCAULT, 2012a, p. 41). Estudar as formas de repartição do discurso corresponde a descrever os sistemas de dispersão. É no interior do sistema de dispersão que o analista pode identificar as regularidades, isto é, identificar uma formação discursiva.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) de uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2012a, p. 47).

Analisar as regularidades significa, de acordo com Foucault, compreender sua existência num sistema de dispersão, ou seja, de repartição dos discursos. Pois bem, as regularidades se dão na dispersão, e para estudar este sistema de dispersão, é preciso levar em consideração as formas de repartição do discurso. Em suma, para descrever uma formação discursiva é necessário compreender como se dão as regularidades na dispersão, portanto, compreender as regras que determinam as leis de repartição e a transformação dos discursos. Assim, para analisar a dispersão e as regularidades discursivas

Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege sua repartição, como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição (FOUCAULT, 2012a, p. 42).

Apesar de seguirem uma regularidade, toda formação discursiva é heterogênea, pois suas fronteiras não são delimitadas, o que permite o contato com outras formações discursivas. Do mesmo modo, a posição-sujeito não é fechada nem fixa nem homogênea, pois, em uma mesma formação discursiva, é possível encontrar distintas posições a serem ocupadas pelo sujeito. Nesse sentido, Courtine (2009) propõe que as formações discursivas sejam observadas como “fronteiras que se deslocam”, impulsionadas pela memória discursiva. As movências históricas que constituem o domínio de memória determinam, igualmente, os movimentos do discurso, suas

regularidades e suas transformações. Enfim, a possibilidade de deslocamentos da formação discursiva tem a ver com a constante transformação desse sistema, cujos efeitos são esquecimentos, silenciamentos, repetições ou ainda regularidades na dispersão de enunciados (GREGOLIN, 2005).

E é considerando o papel da memória e da história na constituição dos discursos, que traçaremos um breve panorama da história do feminismo no Brasil. Com isso, poderemos compreender as condições e as possibilidades históricas de emergência dos discursos feministas no *Mulherio*, bem como seus efeitos na constituição dos sujeitos e na determinação das posições a serem ocupadas nessa ordem.

2.3. Enunciado e arquivo

Nossa tarefa é analisar um conjunto de enunciados produzidos em um período determinado e em condições de produção específicas que se inserem nas práticas discursivas de uma época. Ao debruçar-nos sobre esse conjunto de materialidades, observamos a existência de materialidades distintas, que por vezes se cruzam e mantêm relações entre si. São diversos os efeitos de sentido produzidos pelas relações dos enunciados, de modo que nossa busca não se concentra na “gênese” desses discursos, e aqui atentamos para a impossibilidade de localizar a *origem* dos discursos. Trata-se muito mais de buscar descrever e interpretar as relações dos enunciados e seus desdobramentos, suas ligações, suas regularidades, suas dispersões (VEYNE, 2011).

Tal como descrita acima, nossa postura de análise dos discursos se localiza no interior do método arqueológico, proposto por Michel Foucault em *A arqueologia do saber*, como forma de compreender a formação dos discursos e de descrever as condições e as características do “solo histórico” no qual emergem os enunciados. Inicialmente, interrogaremos as condições de existência do enunciado: é necessária uma estrutura proposicional definida? O enunciado se constitui, definitivamente, por uma sequência linguística, uma frase, uma oração? (FOUCAULT, 2012a). Essa noção de enunciado nos parece bastante “fechada” e pouco produtiva em termos de discursividade, pois limita as condições e as possibilidades de significação. Pautados então na significação, admitimos como enunciado toda materialidade (linguística ou não-linguística) que, em seu conjunto, produza significados: o enunciado é, portanto, de natureza semiológica (GREGOLIN, 2008). Assim, consideramos que “qualquer série de

signos, de figuras, de grafismos ou de traços – não importa qual seja sua organização ou probabilidade – é suficiente para constituir um enunciado, e que cabe à gramática dizer se se trata ou não de uma frase” (FOUCAULT, 2012a, p. 102).

O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, pois não se apoia em critérios gramaticais. Tampouco constitui uma unidade material, o que nos leva a pensar em seu modo de ser singular, “nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material”. Definir o enunciado não encerra uma série de critérios estruturais de unidade, “mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2012a, p. 105). Desse modo, para analisar enunciados é preciso descrever a função enunciativa, no sentido de compreender suas condições e regras e o campo em que se realiza. Esse conjunto de aspectos compõe o referencial do enunciado, que forma o lugar, a condição, o campo de emergência, as possibilidades de aparecimento, isto é, aspectos que caracterizam o nível enunciativo da formulação (FOUCAULT, 2012a).

Nos estudos da Enunciação, compreende-se que o enunciado é estruturado por elementos, portanto, passível de decomposição em unidades linguísticas menores (BENVENISTE, 1995). Tal noção se apoia em um método de análise essencialmente linguístico que desconsidera outros tipos de materialidade, bem como outras formas de significação. Diferentemente do método arqueológico de análise dos discursos, cuja descrição do nível enunciativo não pode ser feita por análises formais, nem por investigações semânticas. É preciso analisar os enunciados considerando seu funcionamento no interior de suas relações com outros enunciados. Isso implica dizer que a função enunciativa se exerce nessas relações e é determinada pela existência de domínios associados (FOUCAULT, 2012a).

Assim sendo, podemos pensar o enunciado em relação contínua com outros enunciados, o que configura uma rede de memória e um campo de atualização. Nas palavras de Foucault:

[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por “contexto” – real ou verbal –, isto é, do conjunto dos elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido (2012a, p. 118).

A coexistência de séries de formulações com o enunciado atesta sua historicidade. E é justamente a questão da historicidade que o diferencia da frase e da proposição (GREGOLIN, 2004b). Nesse sentido, salientamos a importância do campo associado na produção do enunciado, que lhe permite ter um contexto determinado e um conteúdo representativo específico. O enunciado é então constituído pela série de outras formulações, no interior das quais se inscreve, assim como pelo conjunto de formulações a que se refere, “seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2012a, p. 120). O enunciado se caracteriza ainda pela possibilidade de produzir outros enunciados ulteriormente, estabelecendo assim uma relação de consequência ou uma sequência natural ou uma réplica.

Desse modo, Foucault (2012a) conclui que não há enunciado que não suponha outros, tampouco enunciado que não tenha em torno de si campos de coexistências, ou efeitos de série e sucessão. A possibilidade de descrever um enunciado se relaciona com sua localização em uma posição determinada em um jogo enunciativo. Analisar o enunciado permite identificar suas relações com o passado e suas possíveis relações com o futuro. Os sentidos do enunciado não são evidentes nem transparentes, de modo que para descrevê-los é preciso investigar a rede verbal, o jogo discursivo. O enunciado só pode ser apanhado na trama complexa de produção dos sentidos, o que demonstra a relação do funcionamento enunciativo e a memória em uma sociedade. O enunciado não é, portanto, livre, neutro e independente, pois sempre faz parte de uma série ou de um conjunto de formulações, desempenhando um papel em meio aos outros. Diremos, então, que o enunciado tem seu campo de atualidade, isto é, surge em condições específicas, estabelecendo relações com outros enunciados, integrando um domínio de memória e atualizando outros espaços de tempo (GREGOLIN, 2008).

A fim de compreender como se dá a análise enunciativa partimos do pressuposto de que se trata, antes, de uma análise histórica. Como analistas do discurso, não questionaremos às coisas ditas o que elas escondem, ou o que nelas estava dito e recoberto. Sendo a análise enunciativa também uma análise histórica, a postura que adotamos frente ao enunciado é a de questionar seus modos de existência, suas condições de emergência e quais são os enunciados que ele exclui. Para o analista do discurso, a inquietação não está nas coisas ditas, mas sim naquilo que constitui “o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar” (FOUCAULT, 2012a, p. 133).

Trata-se muito mais de tornar visível e analisável suas condições e possibilidades de emergência (neste e não em outro lugar), das quais decorre a relação intrínseca entre história e enunciado.

Ora, se as condições de exercício da função enunciativa definem um campo em que se dão continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos, temos, portanto, uma forma de positividade. O papel desempenhado pela positividade encontra-se atrelado ao que Foucault denomina *a priori* histórico, elemento que constitui condição de realidade para os enunciados. Vejamos de que modo o *a priori* histórico contribui para a análise dos enunciados:

Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência, mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas. A razão para se usar esse termo um pouco impróprio é que esse *a priori* deve dar conta dos enunciados em sua dispersão, em todas as falhas abertas por sua não coerência, em sua superposição e substituição recíproca, em sua simultaneidade que não pode ser unificada e em sua sucessão que não é dedutível; em suma, tem de dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. (FOUCAULT, 2012a, p. 155).

Na Análise do discurso é constante a indagação em torno das mudanças que ocorrem nas práticas discursivas. As misteriosas mutações do discurso ao longo dos séculos podem ser explicadas pela ordem da história, “que move e modifica incessantemente práticas, pensamentos, costumes, instituições, em suma, todo o dispositivo, com os discursos que apenas lhe delimitam as fronteiras” (VEYNE, 2011, p. 59). A função do *a priori* na constituição dos enunciados está atrelada à historicidade, que, por sua vez, não constitui um universo inalterável, tampouco uma estrutura intemporal.

Nesse sentido, o *a priori* se define como “o conjunto de regras que caracterizam uma prática discursiva: ora, essas regras não se impõem do exterior aos elementos que elas correlacionam; estão inseridas no que ligam” (FOUCAULT, 2012a, p. 156). Ao examinar os efeitos do *a priori*, podemos constatar a existência de regras decorrentes das discontinuidades históricas, pois a formação do enunciado não escapa à

historicidade: sua constituição é inerentemente histórica. Assim, se o *a priori* é passível de transformações, o mesmo ocorre no interior das práticas discursivas que são por ele condicionadas.

Na densidade das práticas discursivas podemos identificar sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos. Pensar o enunciado enquanto acontecimento discursivo significa pensar que ele foi produzido por enunciadores e emergiu em uma determinada situação histórica (GREGOLIN, 2004b). A análise dos enunciados, considerando o papel do *a priori* histórico na sua formação, permite identificar sistemas que regem a formação e a transformação dos enunciados: o sistema de enunciabilidade e o sistema de funcionamento, isto é, as duas faces que constituem o arquivo (SARGENTINI, 2006).

No método arqueológico, a noção de arquivo não remete a um conjunto de textos, documentos, referências de uma época. A concepção de arquivo aqui se refere ao sistema que rege a produção dos enunciados, ao conjunto de leis que permite a emergência de um enunciado e não outro em seu lugar. Analisar um determinado *corpus*, a partir da noção de arquivo, corresponde a um trabalho de descrição textual e histórica, que fornece informações concernentes à emergência dos enunciados e suas relações. É o momento privilegiado para o analista, pois se trata de uma etapa da análise que evidencia a relação existente entre a materialidade da língua, a história e o real (GUILHAUMOU E MALDIDIER, 1994). Não queremos com isso dizer que é na descrição essencialmente semântica do *corpus* que a análise do discurso constrói suas provas, é preciso antes considerar a relação constitutiva entre língua e história no trabalho de descrição e interpretação. Desse modo, o intuito de observar as condições e possibilidades históricas de emergência dos enunciados é tornar visíveis as relações entre os enunciados, seus campos associados, seus domínios de memória. Chega-se, assim, aos efeitos de sentido, às regularidades, às dispersões.

Os enunciados surgem graças a um jogo de relações que caracterizam o nível discursivo, o que equivale a dizer que eles não são inseridos ao acaso em um dado lugar, mas sim em conformidade a um conjunto de regularidades específicas. Ao que é enunciado, ao que é efetivamente dito, não é preciso questionar suas razões imediatas, pelo contrário, a questão do analista deve voltar-se para o sistema de discursividade, para as possibilidades enunciativas. Tal como apontamos, os sistemas de enunciabilidade e de funcionamento fazem aparecer os princípios e as leis de

constituição dos enunciados, e é a partir dessa abordagem metodológica que podemos descrever o arquivo.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo as relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas [...]. (FOUCAULT, 2012a, p. 158).

Pois bem, se o arquivo é o sistema de regras e leis que regem os enunciados, podemos pensar que sua função se exerce justamente naquilo que Veyne referiu como as *misteriosas mutações* do discurso (2011, p. 59). Mutações que não serão tão misteriosas caso o analista torne visíveis as condições históricas, as relações entre os enunciados e seus sistemas de funcionamento. Em suma, a função do arquivo se exerce na descrição de condições e regras de enunciabilidade, uma vez que “entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente” (FOUCAULT, 2012a, p. 159). E para compreendermos definitivamente o papel desse conceito teórico-metodológico na análise dos discursos, tomamos a conclusão de Foucault: “o arquivo é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (2012a, p. 159).

Diremos, por fim, que nosso objetivo, ao trabalhar com a noção de arquivo, não é buscar a origem dos enunciados. A busca não se localiza no começo, na *gênese* dos discursos, mas sim na descrição do já dito no nível de sua existência. É preciso investigar a função enunciativa nas coisas efetivamente ditas, para então compreender o sistema de regras que regem o enunciado. O método de análise arqueológica não busca, portanto, revelar camadas profundas e secretas do discurso. O mistério das mutações do discurso está naquilo que é aparente: na realidade que lhe constitui.

Uma vez descritos e compreendidos os processos de formação e transformação do discurso, é relevante analisar também suas instâncias de controle. Isso implica pensar que à abordagem arqueológica de descrição da formação dos enunciados pode-se acrescentar uma visada genealógica que busca identificar na rarefação e na dispersão discursivas seus procedimentos de coerção, exclusão e controle (FOUCAULT, 2012b). Logo, se a formação dos discursos é simultaneamente dispersa, descontínua e regular, a

tarefa de delimitar as condições de existência do enunciado não se dissocia nunca daquela que analisa os procedimentos de controle, coerção e exclusão dos enunciados.

2.4. Sujeito, poder e disciplina

A análise dos “solos históricos” em que emergem os enunciados pode nos conduzir aos efeitos do discurso nas relações entre os sujeitos. A partir desse pressuposto, concebemos o discurso como uma prática atravessada por saberes construídos historicamente, que circulam e contribuem para o exercício do poder. Tradicionalmente, o poder é compreendido como uma “dominação exercida por um elemento ou um grupo sobre o outro” ou, ainda, como a “soberania do Estado, a forma como a lei ou a unidade global de uma dominação” (FOUCAULT, 1999, p. 88). Porém, se observarmos seus modos de organização, veremos que o poder não é “algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar”. O poder é uma *relação* exercida entre os sujeitos, a partir de “inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 1999, p. 89-90). Desse modo, compreendemos o poder não como algo que se detém, mas sim como uma série de correlações de força, como jogos e estratégias que, por meio de lutas e afrontamentos, transformam e movem as relações entre os sujeitos.

Nos dizeres de Foucault,

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e, que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (FOUCAULT, 2000, p. 248).

Concebido como um feixe de relações, o poder não se concentra em um ponto fixo e imutável, mas sim em pontos dispersos, ramificando-se e pulverizando-se entre os sujeitos. Daí falar de “onipresença” do poder, porque se produz a todo instante, em todos os pontos. “O poder está em toda parte”, pois provém de todos os lugares (FOUCAULT, 1999, p. 89). Nessas condições podemos questionar: ora, então o sujeito está sempre inscrito em relações de poder? Certamente. O sujeito está imerso nas

relações de poder, porque não faz o que bem lhe apetece fazer, e sim aquilo que *pode*, aquilo que lhe *é permitido* considerando sua posição ocupada numa determinada sociedade (MILANEZ, 2006, p. 43). Nessa espécie de malha do poder, entrevemos microlutas constantes entre os sujeitos. São lutas estratégicas que movem e modificam suas posições, manobras de resistência que lhe permite romper determinadas relações, instaurando outras em seu lugar. Por isso falar de lutas cotidianas e movência dos sujeitos: as relações de poder estão em constante transformação, seja pelos movimentos de resistência, seja pela mobilidade dos saberes que as sustentam.

E é justamente nesse sentido que, para a Análise do Discurso, interessa estudar as relações de poder; para compreender as posições ocupadas pelos sujeitos nessas relações e o modo como tais posições participam da rede de poderes. A posição-sujeito, num enunciado, pode ser compreendida como possibilidade, entre outras, de constituir-se como sujeito e de imprimir marcas de subjetividade (FERNANDES, 2011, p. 4). Conforme já assinalado, a posição do sujeito não é fixa, e sim mutável, portanto, efeito de mobilidades históricas que condicionam e determinam as posições possíveis a serem ocupadas. Se os acontecimentos históricos são determinantes para a organização de lugares, para as possibilidades de posição para o sujeito, podemos dizer, baseando-se nessa microfísica, que o sujeito é histórico (FOUCAULT, 2000).

E é a partir desse pressuposto, de que o sujeito é histórico, que Foucault (1995) propõe investigar os modos como o ser humano torna-se sujeito na sociedade. É conhecida a afirmativa de que Foucault é o “filósofo do poder”, entretanto, sua preocupação principal foi investigar a problemática do sujeito. Para o autor são os modos de “objetivação” que transformam os seres humanos em sujeitos, uma vez que é na condição de objeto a ser detalhado e explicado que o sujeito assume uma forma. Como exemplo desses modos de objetivação, Foucault (1995, p. 231) cita a objetivação do sujeito do discurso na gramática e na linguística; a objetivação do sujeito produtivo, sujeito que trabalha, no interior das análises econômicas; a objetivação do sujeito enquanto ser vivo na história natural ou na biologia.

Outro modo de objetivar o sujeito é atribuir-lhe uma classificação, considerando sua forma em relação às dos demais. É o que Foucault denomina “práticas divisoras”, isto é, práticas nas quais o “sujeito é dividido em relação aos outros”, como por exemplo, “o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos” (1995, p. 231). Ademais, o ser humano torna-se sujeito pela possibilidade de constituir-se como sujeito de sua sexualidade, melhor dizendo, a partir do reconhecimento de sua sexualidade.

Logo, ao confessar, detalhar, explicar sua sexualidade, tendo em vista as condições históricas e as possibilidades, o indivíduo atribui a si mesmo uma forma, constituindo-se como sujeito de sua própria sexualidade (FOUCAULT, 1995).

Os modos de objetivação atribuem aos indivíduos a condição de sujeito e podem ser compreendidos como uma forma de poder que se aplica à vida cotidiana. É uma constante, nas relações entre os sujeitos, a mobilização de saberes que categorizam o indivíduo e o inscrevem em jogos de poder. A constituição do sujeito, nessas condições, tem a ver também com o exercício do poder sobre o indivíduo, poder que “liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Assim, a palavra sujeito pode ser compreendida de duas formas: “sujeito a alguém pelo controle e dependência” ou, ainda, “preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 235). De todo modo, as práticas de objetivação e subjetivação implicam formas de poder que subjagam e tornam os indivíduos sujeitos a alguém ou a si mesmos.

A partir disso, é preciso questionar como se dão as relações de poder entre os sujeitos, porém, no sentido de conduzi-los, discipliná-los. Conforme o funcionamento desta microfísica, o poder não é algo que se detém, tampouco é uma dominação unilateral de um sujeito sobre o outro, mas sim um feixe de relações de forças exercidas no campo de ações de cada sujeito. O exercício do poder “é um modo de ação de alguns sobre os outros” (FOUCAULT, 1995, p. 242). Portanto, trata-se muito mais de exercer poder sobre as *ações* e as *condutas* dos sujeitos do que sobre os sujeitos em si. Desta forma, chegamos a um ponto específico das relações de poder: a conduta.

A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estreitos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento de dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo” (FOUCAULT, 1995, p. 243-244).

Governar a ação do outro é, nesses termos, uma forma de exercício de poder sobre as condutas, uma forma de “estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Retomemos, neste ponto, o pressuposto de que o sujeito é

histórico. Os modos de ação sobre a ação dos outros constituem estratégias e tecnologias de poder elaboradas pela sociedade, conforme as condições de uma dada conjuntura histórica. Logo, o sujeito é também efeito de tecnologias de saber-poder, objeto a ser apreendido nas tramas da história, cujas condições determinam sua posição e as possibilidades de conduzir-se em sociedade (FOUCAULT, 2000). A um método arqueológico, que busca nas condições históricas as possibilidades e as posições do sujeito, atribui-se, então, uma postura genealógica, que investiga, nessas mesmas condições, os mecanismos e as técnicas que regulam e determinam suas ações.

Dentre as tecnologias de fabricação do sujeito destaca-se a disciplina, que visa calcular as ações de cada indivíduo tendo em vista um lugar estratégico de poder: o corpo. Historicamente, o corpo está imerso em relações de poder que lhe impõem limitações, proibições e obrigações. Esse tipo de controle cuida do corpo enquanto unidade, individualizando-o e trabalhando-o detalhadamente, para então inseri-lo numa massa com efeitos globais (FOUCAULT, 2001). Sobre o corpo são exercidas vigilâncias ininterruptas que resultam na coerção de seus gestos a atitudes: procedimentos de uma mecânica disciplinar. Os métodos que controlam e esmiúçam detalhes do corpo realizam, do mesmo modo, “a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”, enfim, aquilo que “podemos chamar de ‘disciplinas’” (FOUCAULT, 2001, p. 133).

O momento histórico de surgimento das disciplinas coincide com a criação de uma “arte do corpo humano”, que visa não só aumentar suas habilidades, mas também e, sobretudo, inseri-lo num mecanismo que o “torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 2001, p. 133). O resultado das disciplinas e suas imbricações históricas é uma política das coerções centradas no corpo, que manipulam, calculadamente, seus comportamentos. Forma-se uma verdadeira “anatomia política” que esquadrinha, desarticula e recompõe o corpo (FOUCAULT, 2001, p. 133). Uma maquinaria de poder que regula e determina as ações e as condutas dos outros. Em que pese os mecanismos de disciplinarização, não se trata de dominar o corpo dos outros para fazer o que se quer, e sim de fazê-los operar conforme as urgências históricas.

Ademais, o exercício do poder nos procedimentos disciplinares lança mão da seguinte estratégia: torna-se invisível para dar visibilidade ao outro. É o paradoxo entre visibilidade e invisibilidade que investe o corpo do outro de visualizações, isto é, tornando-o objeto de exames e vigilância incessantes (FOUCAULT, 2001). Enfim, a relação entre sujeito, poder e disciplinas tem como efeito a fabricação de corpos

eficazes e, ao mesmo tempo, dóceis. Quanto mais dóceis, mais úteis nesta maquinaria do poder.

2.5. O dispositivo da sexualidade

O que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo.

(M. Foucault, **História da sexualidade I**, 1999, p. 36)

Neste tópico, fundamentamos a noção de dispositivo a fim de descrever as relações estabelecidas entre os enunciados no interior do arquivo. Tendo em vista o elemento histórico e seu papel nas inter-relações entre os sujeitos na sociedade, podemos observar que, ao longo dos séculos, há o aparecimento de instituições e regimentos, bem como de novas formas de conceber o sujeito, suas condutas e ações.

De fato, a questão do sujeito está no cerne das discussões referentes ao governo de si e dos outros, inserindo-se na problemática dos micropoderes, que espalham e tornam difusos os saberes. Assim, recorrer à noção de dispositivo, conforme proposta por Foucault, justifica-se pelo objetivo de investigar as redes de saber-poder e seus efeitos positivos no governo das ações dos sujeitos. Nessas condições, podemos compreender o dispositivo como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos [...]. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes (FOUCAULT, 2000, p. 244).

O surgimento de um dispositivo está intimamente ligado com a história, o que implica pensar que sua formação se dá em um determinado momento, com condições históricas específicas, como forma de responder a uma urgência. O dispositivo surge, então, com uma função estratégica dominante. Uma vez que o dispositivo compreende a conjunção de discursos, leis, instituições, medidas, que visam regular as práticas discursivas, sua função estratégica se inscreve no interior dos jogos de poder e configura saberes. Podemos ainda definir o dispositivo como um conjunto de discursos que engloba “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2000, p. 246).

Outro aspecto do dispositivo de saber-poder está no modo como se relacionam esses dois conceitos. A princípio, podemos pensar que o saber tem caráter desinteressado e livre de todo poder, porém, na realidade, o saber é frequentemente utilizado pelo poder, que também lhe presta auxílio. Para analisar um dispositivo de saber-poder, é necessário, portanto, precisar a cada caso quais foram suas relações, se elas se deram de fato e por quais vias. Pois, se há relações entre saberes e poderes, elas estão, necessariamente, inscritas no mesmo dispositivo (VEYNE, 2011, p. 55).

O desafio proposto pela análise do dispositivo está justamente em procurar mostrar como há o acoplamento entre uma série de práticas e um regime de verdade e, ainda, como suas relações formam um dispositivo de saber-poder. Assim, é possível ao analisar o dispositivo, deparar-se com um conjunto de leis, medidas, tratados, que constituem uma rede de saberes ligada ao exercício do poder, como, por exemplo, os códigos, a ciência, a medicina, a economia entre outros. É o discurso que modela o dispositivo, que, por sua vez, encarna determinadas práticas e instaura regimes de verdade na sociedade (VEYNE, 2011, p. 54).

No contexto desta pesquisa, compreender o funcionamento do dispositivo mostra-se relevante, uma vez que propomos identificar, a partir de um conjunto de discursos, uma rede estabelecida entre leis, medidas, postulados médicos e políticas econômicas que regula as práticas no domínio da sexualidade, durante a década de 1980 no Brasil. Justificamos, ainda, a escolha do dispositivo como abordagem metodológica, pelo fato de o domínio da sexualidade ser uma instância dotada de leis, normas e controles. O conjunto heterogêneo de leis, medidas, normas, políticas econômicas, exames médicos fazem parte das regras de formação dos discursos da sexualidade, que são recobertos pelo dispositivo. Descrever e compreender o funcionamento do

dispositivo no domínio da sexualidade faz surgir o elemento essencial que produziu, em determinado momento, seu próprio discurso: a ideia de sexo (FOUCAULT, 2000).

A história da sexualidade demonstra o quanto é essencial tirar de nós mesmos esse pequeno fragmento que é o sexo, e, mais ainda, a obstinação em fazê-lo falar e confessar seus prazeres. O prazer de saber o sexo se insere em um jogo sutil no qual o saber do prazer se confunde com o prazer de sabê-lo. Será o sexo realmente um segredo? Será esse segredo uma forma de descobrir o sexo, de modo a mobilizá-lo em proveito do saber do prazer? São tantos os discursos, as leis, as instituições, as regras sobre o sexo, que podemos dizer que a ordem da sexualidade, em todo esse jogo que esconde e escancara seus prazeres, forma uma rede heterogênea de saberes-poderes e, por conseguinte, um dispositivo da sexualidade.

O dispositivo da sexualidade pode ser definido como um conjunto heterogêneo de discursos, leis, instituições, códigos de conduta que visam regular as práticas relacionadas ao sexo, inserindo-as em jogos de saber-poder. Os traços principais de funcionamento desse dispositivo mostram uma relação negativa com respeito ao sexo, visto que os poderes não podem estabelecer com ele senão uma relação de negação, barragem, ocultação, mascaramento. Em suma, “o poder não ‘pode’ nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não” (FOUCAULT, 1999, p. 81), o que promove elisões, ausências, falhas, descontinuidades em sua discursivização. O dispositivo da sexualidade apresenta, ainda, uma instância de regra, configurada pelos mecanismos de poder em uma dada sociedade. Dessa maneira, o sexo fica reduzido a um regime binário: lícito ou ilícito, permitido ou proibido. O poder pronuncia as regras de discursivização do sexo através da linguagem, isto é, pelo próprio ato de enunciá-lo o poder exerce a função de legislador (FOUCAULT, 1999).

O ciclo da interdição, no qual se insere o sexo, prescreve os hábitos e as posturas dos indivíduos, produzindo enunciados “repressivos”: “não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças”. Se o sexo só pode funcionar a partir de uma lei de proibição, é preciso que o poder estabeleça meios de promover a renúncia ao sexo, seja por meio de instrumentos e ameaças de castigo, seja por meio de sua supressão. À medida que o sexo é suprimido, sua existência só será mantida à custa de sua anulação, dito de outro modo, “o poder oprime o sexo exclusivamente através de uma interdição” (FOUCAULT, 1999, p. 81). A interdição contribui para a lógica da censura em torno do sexo, uma vez que negar sua existência torna-o ilícito e inenunciável. Ora, não se deve falar em quaisquer condições daquilo que não existe, pois o inexistente não pode ser

manifestado. Assim, o sucesso do poder está na proporção daquilo que consegue ocultar, portanto, o segredo é indispensável ao seu funcionamento.

As relações históricas entre o poder e o discurso sobre a sexualidade são marcadas por uma representação jurídica e negativa. Há nas sociedades uma insistência em permanecer preso à imagem do poder-lei que rege o sexo. Porém, considerar a sexualidade no interior de censuras, interdições e limitações de sua liberdade não contribui para uma analítica mais precisa do poder. Para compreender o exercício do poder, a constituição de saberes e o modo como esses saberes condicionam o poder, é preciso que interpretemos o discurso da sexualidade não mais como um código essencialmente repressivo. Antes, é preciso considerar a existência de uma verdadeira *tecnologia* do sexo, muito mais complexa e positiva, que o faz falar e ao mesmo tempo silenciar (FOUCAULT, 1999, p. 87).

Pois bem, quais são os mecanismos e as táticas que permitem esses efeitos de sentido? É justamente nessa direção que deve seguir o percurso de análise dos dispositivos da sexualidade, com vistas a um exame mais rigoroso das relações de poder. Podemos questionar se há, de fato, uma luta contra a sexualidade, no sentido de regê-la e ocultá-la. Os discursos demonstram que há uma tentativa de controle e, por conseguinte, de produção daquilo que seria a sexualidade. A sexualidade não é um dado da natureza que pode ser submetido ao desvelo dos saberes e dos poderes, trata-se muito mais de um produto histórico que se inscreve nas relações sociais, às quais compete orientar e manobrar o sexo em favor de uma tecnologia positiva de poder.

A sexualidade é o nome do que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1999, p. 100).

Nessas condições, podemos pensar a interdição e o efeito de repressão como estratégias do poder, uma vez que, no processo de negação e proibição, o indivíduo é levado a confessar e a descrever sua sexualidade sob o risco de penalidade ou castigo. É esse processo de revelar e confessar o sexo que move e estimula as interdições e, conseqüentemente, instaura uma rede de relações que estimula os corpos tornando-os

muito mais visíveis, dóceis e úteis. O dispositivo da sexualidade tem como razão de ser a proliferação e a inovação de saberes sobre o sexo, de modo a “penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1999, p. 101). Foucault admite, assim, uma postura contrária àquela que sustenta a noção de repressão da sexualidade nas sociedades modernas, pois, entrevemos nas interdições estratégias de poder articuladas a um processo de confissão e disciplinarização dos corpos. Muito mais que negá-lo efetivamente, o regimento do sexo faz emergi-lo em uma intensificação dos discursos, tornando o corpo objeto de saber e elemento nas relações de poder (FOUCAULT, 1999).

Um dos principais suportes do dispositivo da sexualidade é a família, que instaura, por sua vez, um dispositivo de aliança que dá acesso ao sexo sob determinadas condições. O matrimônio, o leito conjugal, a procriação, o cuidado em limitar a sexualidade das crianças, a libido da esposa são elementos que configuram uma série de relações que inscrevem a família como foco ativo da sexualidade (FOUCAULT, 1999). Não é surpreendente que, nas sociedades modernas, o dispositivo da sexualidade faça aparecer a instituição familiar como lugar privilegiado do sexo, pois é nas relações familiares que surge a necessidade de utilizar o sexo como arma de intervenção política e econômica. O controle da população em favor de uma economia do sexo que favoreça os interesses do Estado possibilita a produção de saberes em torno de fatos biológicos e médicos como a natalidade, o aborto e a anticoncepção.

No contexto desta pesquisa, o exame dos dispositivos da sexualidade na imprensa feminista permite descrever uma rede heterogênea de discursos que visam regular as práticas sexuais, inscrevendo-as em relações de saber-poder. O período histórico em que foram produzidos esses discursos é marcado por uma intensa politização tanto dos cidadãos, no que se refere à abertura e à redemocratização do Brasil, quanto das mulheres, que se reuniram e buscaram medidas paliativas para a questão da sexualidade. A década de 1980 representa um marco importante nessas discussões, pois os processos históricos que aí se deram suscitaram políticas públicas de controle da população com vistas a melhorar a condição econômica e social do país.

Com isso, vemos surgir a proposta de planejamento familiar, o debate sobre o direito de decidir sobre o próprio corpo, a questão do prazer e a educação sexual por meio da mídia. O *corpus* extraído do jornal *Mulherio* demonstra como se dão essas discussões e quais são as estratégias mobilizadas nas relações de poder entre as feministas, o Estado, a Igreja, a medicina, a economia política e a grande mídia. Desta

forma, pretendemos analisar como o prazer sexual, o planejamento familiar, o aborto e a divulgação de saberes da sexualidade nas mídias se inserem nessas relações, e como a governamentalidade e as biopolíticas conduzem e controlam as ações dos indivíduos naquela época. Nossa análise pretende descrever e compreender as regras de formação dos discursos sobre a sexualidade e suas imbricações nas redes de saber-poder. Trata-se de um exame rigoroso das condições históricas de produção do discurso, da arte de governar e das técnicas de controle e disciplina, portanto, uma abordagem arqueológica e genealógica do discurso.

2.6. A governamentalidade e o biopoder

A partir da análise dos dispositivos da sexualidade podemos entrever problemas específicos da população. Ora, mas estaria o sexo relacionado de alguma forma com a segurança de um território? Mais ainda, estaria o sexo ligado à política e à economia? Se pensarmos no modo como opera a rede de discursos, instituições e leis nas práticas de um governo, certamente a resposta é sim. Considerar o dispositivo da sexualidade e o seu papel nas formas de governar se mostra justificável, na medida em que as práticas sexuais se inserem em uma verdadeira maquinaria de regras, técnicas e estratégias. São esses procedimentos que compõem a arte de governar e, por conseguinte, conduzem à questão da população e à segurança de um território.

Pensemos inicialmente como a história nos apresenta a arte de governar. De fato, o modelo de governo, tal como encontrado nas sociedades contemporâneas, não se assemelha às primeiras formas de governar. Remontemos aos postulados de Maquiavel, que, ao descrever *o príncipe*, demonstra toda uma configuração de governo baseada na soberania do principado. Há aí uma relação de exterioridade, pois o príncipe não se insere no “principado” em seu sentido mais objetivo – súditos e território –, mas sim em uma arte de governar aquilo que lhe foi concedido por herança ou tradição. Trata-se muito mais de defender aquilo de que se tem posse do que proteger a população. A soberania, no entanto, mostra sinais de crise a partir das transformações ocorridas nas sociedades monárquicas e feudais, que resultaram na transição da época clássica para a época moderna (FOUCAULT, 2008a).

Localizamos, assim, uma ruptura importante na arte governar. Uma vez que a finalidade da soberania está em si mesma – isto é, em defender a posse do território, do

principado – e à medida que seus instrumentos lhe são garantidos sob a forma da lei, o governo surge como uma prática nova que se justifica pelas coisas por ele dirigidas. A finalidade do governo “deve ser buscada na perfeição, na maximização ou na intensificação dos processos que ele dirige, e os instrumentos do governo, em vez de serem leis, vão ser diversas táticas” (FOUCAULT, 2008a). Desse modo, há uma regressão da lei, pois ao delimitar o que deve ser o governo, a lei não é mais considerada seu instrumento maior. A história evidencia uma nova forma de governar, que não alcança suas finalidades através da lei. A fim de compreender quais são as práticas que se inserem na arte de governar, recorreremos então à noção de governamentalidade.

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008a, p. 144).

Certamente o processo de “governamentalização” criou possibilidades para a origem do que consideramos hoje o Estado. No decurso de sua história, o Estado não teve uma unidade, uma individualidade, tampouco uma funcionalidade rigorosa, isso porque o Estado “não é mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada” (FOUCAULT, 2000, p. 292). O que é importante, para compreendermos o momento atual, não se refere à estatização da sociedade, mas sim ao seu processo de governamentalização. Trata-se de um fenômeno estratégico, visto que “os problemas da governamentalidade e as técnicas do governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política”, de modo que foi a governamentalização do Estado que permitiu sua sobrevivência (FOUCAULT, 2000, p. 292). É em

decorrência da governamentalidade que o Estado se tornou o que é hoje. Assim, são as táticas de governo que permitem definir o que deve ou não competir ao Estado, ou seja, o que é público ou privado do que é ou não estatal. Logo, podemos compreender o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, a partir das táticas gerais da governamentalidade.

Foucault (2008a) chama a atenção para algumas análises sobre o Estado, que têm caráter redutor uma vez que lhe atribuem determinadas funções, tais como, o desenvolvimento das forças produtivas e a reprodução das relações de produção. Nessa perspectiva, o Estado assume um papel redutor, tornando-se um alvo a atacar e uma posição privilegiada a ocupar. Se as forças produtivas e as relações de produção são decorrentes de estratégias e medidas que visam a população, e se tais funções são de responsabilidade do Estado, podemos destacar aí a constituição de saberes de governo. Dessa maneira, todos os processos que giram em torno da população, no sentido lato, são indissociáveis da constituição de um saber de governo e, portanto, componentes de uma “economia”. Há, portanto, três movimentos que criam uma série sólida e indissociável que participa das ações do Estado até os dias atuais: governo, população e economia política (FOUCAULT, 2008a, p. 143).

Nessas condições, podemos questionar: qual é a meta final do governo? Pois bem, se a constituição de uma sociedade capitalista, as relações de produção e as forças produtivas são inerentes à organização econômica e política da sociedade atual, a meta final do governo é, certamente, a população. Mais especificamente, diremos que a meta final do governo está no modo de governar essa população, no sentido de aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde. É preciso, assim, agir diretamente sobre a população por meio de campanhas e, também indiretamente, por meio de técnicas que permitirão estimular a taxa de natalidade ou dirigir os fluxos da população. Muito mais que o poder soberano, é a população que aparece como o fim e o instrumento do governo, pois ela funciona como “sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. Ela aparece como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer” (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

Cria-se assim uma ciência de governar, que funciona a partir de determinadas técnicas sobre a população, como a estatística por exemplo. Essa estatística, que tinha funcionado, até então, no interior dos marcos administrativos, demonstra aos poucos que a população tem suas regularidades próprias, isto é, apresenta seu número de mortos, número de doentes e suas regularidades de acidentes. Consequentemente, é a

estatística que mostra que pelos deslocamentos, atividades e modos de agir, a população exerce determinados efeitos na economia. A estatística possibilita a quantificação dos fenômenos próprios da população e faz aparecer sua especificidade no âmbito da família. De fato, a família será, nesse momento, um elemento no interior da população que servirá de apoio fundamental para o governo. A família deixa de ser um modelo e torna-se um segmento:

A partir do momento em que, ao contrário, a população vai aparecer como absolutamente irreduzível à família, a família passa para o nível inferior em relação à população; aparece como elemento no interior da população. Portanto, ela não é mais um modelo; é um segmento, segmento simplesmente privilegiado porque, quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar. Mas, de modelo, a família vai se tornar instrumento, instrumento privilegiado para o governo das populações e não modelo quimérico para o bom governo. (FOUCAULT, 2008a, p. 139)

Por outro lado, a população passa a apresentar novos problemas e impasses para a ordem econômica. A população que apareceu, anteriormente, como relativa à quantidade, ao trabalho e à docilidade, também se mostra como realidade específica em outros domínios. A questão dos salários, das possibilidades de trabalho, dos preços demonstra que a população tem suas próprias leis de transformação e de deslocamento e se submete a processos naturais. Em função desses processos naturais, a riqueza se desloca, se transforma, aumenta ou diminui; e é por isso que a população pode crescer, decrescer ou se deslocar. A ação do Estado e, conseqüentemente, sua forma de governar têm como princípio fundamental respeitar esses processos naturais ou fazê-los agir na população ou, ainda, agir com eles (FOUCAULT, 2000).

A intervenção da governamentalidade estatal deve ser limitada, o que, no entanto, não representa um marco negativo. Pelo contrário, tendo o campo de ação delimitado, o Estado assume um domínio de intervenções possíveis e necessárias, mas que não tem, necessariamente, a forma de intervenção regulamentar. Trata-se muito mais de manipular, suscitar e gerir do que de regulamentar, no sentido de “enquadrar os fenômenos naturais de tal modo que eles não se desviem ou que uma intervenção desastrada, arbitrária, cega, não os faça desviar” (FOUCAULT, 2008a, p. 475). Dito de outro modo, é preciso instituir mecanismos de segurança e de intervenção do Estado,

que garantam a segurança desses fenômenos naturais. Os fenômenos naturais da população, por sua vez, são intrínsecos aos processos econômicos, e configuram o objetivo principal da governamentalidade. Assim, uma série de mecanismos que é do domínio da economia e da gestão da população tem justamente a função de fazer crescer as forças do Estado e de servir como instrumento contra a desordem, as irregularidades e os ilegalismos (FOUCAULT, 2008a, p. 475).

Além do aparecimento desse elemento que é a população, a governamentalidade atenta para a natureza de seus fenômenos. Tais fenômenos são pertinentes no nível da massa, portanto, têm caráter coletivo e resultam em efeitos econômicos e políticos. Nesse contexto, destacamos uma das técnicas empregadas pela governamentalidade: a disciplina. O papel da disciplina está na tentativa de reger a multiplicidade dos homens, na medida em que essa “multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (FOUCAULT, 2002a, p. 289). Em seguida, apontamos o surgimento de uma nova tecnologia que se dirige à multiplicidade dos homens, enquanto massa global que é afetada por processos que são próprios da vida, como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Se em um primeiro momento, a tomada de poder se dá sobre o corpo de modo a individualizá-lo, em outro momento, a tomada de poder é massificante. Essa tomada de poder não se faz em direção do homem-corpo, mas sim do homem-espécie. Assim, surge aquilo que Foucault denomina a *biopolítica* da espécie humana, uma técnica que visa

o conjunto de processos como a produção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 2002a, p. 290).

O conjunto desses fenômenos, uma vez considerados como forma de estratégia política, introduz a medicina nessa tomada de poder. É função da medicina, a partir de então, instaurar regras de procedimento, tais como a higiene pública e a difusão de informações por meio de campanhas de aprendizado e medicalização da população. De fato, são essas práticas que contribuem para a normalização de saberes voltados para o corpo-espécie, e que aumentam o poder do Estado frente aos impasses da população ao

nível da massa. Em consequência da produção de saberes relacionados à medicalização do corpo – e aqui nos referimos a um saber teórico – a medicina passa a ser um elemento de importância considerável. O papel da medicina se deve justamente ao vínculo que estabelece entre as “influências científicas sobre os processos biológicos e orgânicos”, ou seja, sobre a população e sobre o corpo; e, ainda, ao fato de a medicina “ser uma técnica política de intervenção com efeitos de poder próprios” (FOUCAULT, 2002a, p. 302). Nessas condições, podemos dizer que a medicina é um saber-poder que incide sobre o corpo, a população, os organismos e os processos biológicos, cujos efeitos serão disciplinares e regulamentadores.

Diferentemente das disciplinas, que implicam um treinamento individual no próprio corpo, a biopolítica não considera o indivíduo no nível do detalhe, mas sim através de mecanismos globais, que promovem o equilíbrio e a regularidade. Na biopolítica, levam-se em conta, primordialmente, a vida, os processos biológicos do homem-espécie, e o objetivo de assegurar-lhe não uma disciplina, mas uma regulamentação. Como vimos anteriormente, as práticas de governamentalidade foram desencadeadas pelas transformações ocorridas nos modos de governar, o que é marcado historicamente pela passagem dos regimes da soberania aos do Estado. O mesmo ocorre no interior das práticas relacionadas ao corpo-espécie, pois no período da soberania predominava um discurso distinto daquele que circula na sociedade atual. Há uma mudança nos modos de regular os processos biológicos, uma vez que “a soberania fazia morrer e deixava viver”. Surge, então, um poder que implica a regulamentação, que, ao contrário, consiste “em fazer viver e em deixar morrer” (FOUCAULT, 2002a, p. 294).

Logo, a biopolítica difere da disciplina em decorrência dos fins e objetivos que assume. Não se trata, aqui, de uma tecnologia que visa manipular o corpo como foco de forças, no sentido de torná-lo útil e dócil. Pelo contrário, trata-se de

uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo o caso em compensar os efeitos. É uma tecnologia que visa portanto não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global [...]. (FOUCAULT, 2002a, p. 297).

Dessa maneira, temos duas séries: (i) a série corpo, que implica o organismo, a disciplina e as instituições e (ii) a série população que está relacionada aos processos biológicos e aos mecanismos regulamentadores do Estado. Portanto, diremos que há um conjunto orgânico institucional, que trabalha a organo-disciplina da instituição (normas e regulação dos comportamentos), e, também, um conjunto biológico e estatal, que se insere na bio-regulamentação pelo Estado (FOUCAULT, 2002a, p. 298).

Certamente, a utilização do biopoder foi indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, que se deu pela inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e através de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. O capitalismo, no entanto, exigiu muito mais, pois foram necessários “métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar” (FOUCAULT, 1999, p. 132). Se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado como instituições de poder pôde garantir a manutenção das relações de produção, as práticas de biopolítica foram inventadas como *técnicas* de poder “presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas que agiram no nível dos processos econômicos” (FOUCAULT, 1999, p. 132).

Outra consequência do desenvolvimento do biopoder está na importância da atuação da norma, à expensas do sistema jurídico da lei. A lei funciona como recurso de proteção e, ao mesmo tempo, de embate, pois aos que a transgridem ela responde com ameaça absoluta. Nesse contexto, a lei tem a tarefa de se encarregar da vida e, para tanto, emprega mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Assim, a lei funciona cada vez mais como norma, e a instituição judiciária integra cada vez mais um aparelho contínuo – médicos, administrativos, etc. – que têm funções reguladoras. A lei contribui então para uma sociedade normalizadora, que é “efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT, 1999, p. 135).

Tendo em vista esse cenário de exercício de poderes e de técnicas e estratégias que buscam regular a vida, o sexo assume importância considerável enquanto foco de disputa política. Isso porque o sexo se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais foi desenvolvida a tecnologia política da vida. Pois, se de um lado o sexo faz parte das disciplinas do corpo – adestramento, intensificação e distribuição de forças, ajustamento e economia das energias – de outro, o sexo se alia à regulação das populações, induzindo a efeitos de ordem global. Sendo assim, o sexo se insere simultaneamente nesses dois registros, uma vez que é objeto de vigilâncias, controles constantes, exames médicos ou psicológicos que instauram um micropoder sobre o

corpo. Além disso, o sexo dá margem a medidas mais rígidas, tais como as estimativas estatísticas e as intervenções que visam o corpo social ou determinados grupos tomados globalmente.

O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade. [...] Mas vemo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice de força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um polo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (FOUCAULT, 1999, p. 137).

O domínio da sexualidade, portanto, tornou-se um campo de estratégia capital, pois, como comportamento corporal depende do controle disciplinar e individualizante e da vigilância permanente; e, ainda, porque se insere no corpo social e adquire efeitos procriadores, derivando processos biológicos amplos que não concernem mais ao corpo do indivíduo, mas sim a essa unidade múltipla que é a população. Nas práticas de biopoder, a sexualidade serve como estratégia de aumento de forças e de regulações populacionais, localiza-se na “encruzilhada do corpo e da população”, dependendo tanto da disciplina quanto da regulamentação (FOUCAULT, 2002a, p. 300).

Tendo em vista os conceitos aqui apresentados, pretendemos no próximo capítulo fazê-los funcionar na análise dos discursos produzidos pelo *Mulherio*, que abordam temas específicos do domínio da sexualidade. Consideramos, para tanto, o discurso enquanto acontecimento, que tem no seu momento de irrupção efeito de singularidade. Ao analisar os acontecimentos discursivos, pretendemos atentar para as regras de formação dos discursos e as formas que tais enunciados excluem, ou seja, identificar o que possibilitou que tal enunciado surgisse no *Mulherio*, e não outro em seu lugar. Concomitantemente à análise “arqueológica” dos discursos, verificaremos como os enunciados materializam as relações de poder de modo a identificar a

conjunção de forças, medidas, leis, que configuram dispositivos de saber-poder. Isto é, realizaremos, em complemento à análise arqueológica, uma abordagem genealógica. Nesse contexto, o que nos conduzirá será a “*vontade de saber*” determinadas questões da sexualidade na década de 1980, pois são os saberes, em sua condição histórica estratégica, que nos permitirão compreender o exercício e a distribuição dos poderes.

III. DOS SABERES DA CARNE

*Mas tantas timidezas se esvaíram
e este meu corpo agora não as tem.*

(Hilda Hilst, **Passeio**, 1963).

O conjunto de enunciados de uma época pode demonstrar as transformações nas práticas discursivas, bem como os efeitos de sentido que se dão a partir de suas relações e condições de aparecimento. Os enunciados imprimem e dão forma material a essas práticas que, por sua vez, inscrevem-se em uma série de formulações já ditas antes e em outro lugar. É justamente essa relação com outras formulações que caracteriza o enunciado como nó em uma rede, que permite resgatar no fio do discurso uma série de dizeres e verificar a singularidade de sua emergência (FOUCAULT, 2012a). Isso implica pensar que os enunciados ao mesmo tempo em que instauram o acontecimento em sua singularidade, fazem emergir uma série de formulações anteriores que participam de sua constituição. Assim sendo, o enunciado sempre integra um *jogo enunciativo*, pois “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, se apoiando e deles se distinguindo” (FOUCAULT, 2012a, p. 120).

Considerando que a coexistência entre os enunciados produzem determinados efeitos de sentido, pretendemos analisar um conjunto de enunciados do jornal *Mulherio*, a fim de compreender suas relações e transformações durante a década de 1980. Tomando como referente a sexualidade, destacamos quatro objetos de discurso desse domínio, selecionados em função da ocorrência que tiveram ao longo do período de publicação do jornal: i) o prazer e a liberdade sexual (treze ocorrências); ii) a legalização do aborto (quinze ocorrências); iii) o planejamento familiar (treze ocorrências) e iv) os saberes da sexualidade no *Mulherio* e na grande mídia (seis ocorrências). Desse *corpus*, optamos por analisar as materialidades que demonstraram princípios de transformação no sistema de enunciabilidade de cada tema. Acreditamos que são questões pertinentes a serem analisadas, uma vez que a conjuntura da década de 1980 foi marcada pelo retorno de exiladas políticas que reorganizaram o feminismo no

Brasil, reintroduzindo os debates em torno do corpo, do prazer e dos direitos reprodutivos (PINTO, 2003). Principiava-se a abertura política no país, de regime militar para Estado democrático, processo que, embora lento e gradual, proporcionou maiores possibilidades de expressão e reivindicação feminista junto às leis e às políticas públicas do governo que se reconfigurava. Era o momento de abertura também nos costumes, nos padrões, na organização social e na cultura no tocante à sexualidade (PEDRO, 2012). É nesta conjuntura histórica que emergem os discursos a serem investigados a seguir. Produzido por um grupo de sociólogas, cientistas políticas, historiadoras, jornalistas, todas feministas, o *Mulherio* nasce num contexto acadêmico, que trouxe legitimidade ao feminismo enquanto movimento social. A princípio, foi distribuído gratuitamente para o público feminino de ONGs e Centros de Referência, alcançando, depois dos anos iniciais, dimensão nacional por meio de assinaturas.

Considerando o domínio da sexualidade e os temas específicos propostos, pretendemos compreender como os enunciados aqui produzidos se relacionam a formulações outras, mantendo ou transformando sentidos, por meio de um regime de “materialidade repetível” (FOUCAULT, 2012a, p. 133). Adotaremos, então, o trajeto temático como metodologia de análise, pois ele permite vislumbrar a atualização de um tema no interior da repetição, ou seja, compreender como se “reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1994, p. 166). Com isso, poderemos descrever o sistema de enunciabilidade que rege a produção desses enunciados e, por conseguinte, verificar o funcionamento e os movimentos dos discursos analisados no interior de um sistema maior: o *arquivo*.

A noção de arquivo, conforme proposta por Foucault em *A arqueologia do saber*, caracteriza-se por um “sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (2012a, p. 158). É o arquivo que permite ao analista do discurso descrever e compreender as regras de enunciabilidade, isto é, as condições de aparecimento, esquecimento e modificação. Não se trata de um conjunto fechado de documentos de uma época, mas sim de um conjunto aberto de textos considerados monumentos históricos, que podem formar-se e transformar-se descontinuamente. Nesse sentido, podemos dizer que o arquivo é “o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (FOUCAULT, 2012a, p. 159). O arquivo é, então, aquilo que permite recuperar as condições e as regras de formação dos discursos de uma época, que permitiram o “aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua

permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de *coisas*” (REVEL, 2005, p. 18).

Na análise dos trajetos de sentido, a descrição do solo histórico em que emergiram esses discursos é o que nos permitirá compreender o exercício dos poderes e os usos dos “*saberes da carne*”.

3.1. O prazer e a liberdade sexual

Prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação.

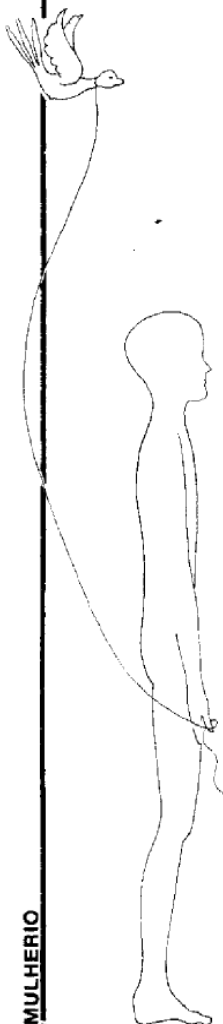
(M. Foucault, **História da sexualidade I**, 1999, p. 48).

Neste primeiro momento da análise, selecionamos enunciados que abordam o tema da sexualidade associado à questão da liberdade sexual e do prazer. Selecionamos, assim, enunciados produzidos em distintos momentos, respeitando a ordem cronológica de suas produções, a fim de identificar os movimentos e as transformações dos sentidos. Analisaremos inicialmente um conjunto de enunciados produzidos no ano de 1981, publicados na matéria intitulada “*Imitação da liberdade*”, assinada pela jornalista e pesquisadora Maria Rita Kehl (Mulherio, vol. 4, 1981, p. 22). A começar pelo título e pela diagramação da matéria, podemos considerar esses enunciados como efeito de uma reflexão acerca das condutas sexuais masculina e feminina em relação ao prazer, que circulavam na época.

Destacamos inicialmente a relação entre as distintas materialidades do enunciado, tais como o título da matéria e as ilustrações, que produzem determinados efeitos de sentido. O enunciado “*imitação da liberdade*”, considerando o tema prazer sexual, supõe uma liberdade – nesse caso, a feminina – baseada e inspirada naquela exercida pelos homens. Visto que o termo *imitação* sugere reprodução e semelhança de uma prática, compreendemos que não há um exercício exatamente igual – por parte das mulheres – àquele da liberdade sexual masculina. As ilustrações, que funcionam como suporte do conteúdo do texto, colaboram para a interpretação dos sentidos do título.

Do lado esquerdo, há a ilustração de um homem que mantém um pássaro atrelado a uma corda; já no lado direito, há a ilustração de uma mulher que mantém um pássaro no interior de uma gaiola. A imagem do pássaro na composição desse enunciado é significativa, visto tratar-se de uma figura que nos remete a uma série de enunciados outros relacionados à liberdade. Há uma série de formulações que são atualizadas nesse enunciado, a começar pelo pássaro que é tido como símbolo da liberdade, e os modos como as figuras feminina e masculina a exercem.

Às vezes no flagro, mulheres, falando de sexo como falavam os homens. As detestáveis rodinhas de homens, mais comuns na nossa adolescência do que agora, mas ainda hoje muito frequentes. Cavalheiros muito cúmplices enquanto sujeitos de um falo inquestionável (quem abre o jogo dos fracassos, das carências, das brochadas?), trocando figurinhas num boteco de esquina onde nossa presença era absolutamente vetada. Porque as figurinhas éramos, somos nós. "Aquele gostosa"... "Tem uns peitos!"... "É ótima de cama. Não abre a boca". "Dei quatro com ela". Pobre das nossas subjetividades. Passávamos às vezes pela esquina ostentando com raiva os peitos desejados. Atravessávamos a cantada geral sem espaço entre os homens nem entre as mulheres para expressar a confusão que ia se formando em relação à nossa própria identidade. Afinal, fomos elogiadas. Desejadas.



MULHERIO

IMITAÇÃO DA LIBERDADE

Cobiçadas. Aprovadas por unanimidade (ou não: nesse caso era mais fácil identificar onde doía) por mais um conselho de entendidos em matéria de sexo, em matéria de mulher. O que é que insistia em doar?

Pobres das nossas subjetividades. Pobres das subjetividades delas. Adornaram tanto o encontro sexual de elementos pirotécnicos, acrobáticos, espetaculares, que o encontro dançou. Sobrou o sexo-fonte-de-prazer (leia-se orgasmo: o único comprovante legítimo do prazer...), o sexo patético e solitário, os manuais tipo faça-você-mesmo ou "como tornar-se especialista em três lições fáceis". Sobrou a enorme decepção por não entendermos que o sexo desprovido do encontro realmente se torna, como desejam os sexólogos americanos, uma função fisiológica como outra qualquer.

"É tão sem graça", me dizia uma moça solteira, sem preconceitos, de 20 anos: "Primeiro, o cara tem mil truques pra me fazer gozar; depois é minha vez de desempenhar tudo o que sei até ele gozar. Depois não tem mais nada". Não tem mais nada lá, onde um dia estiveram depositados todo o medo e todos os segredos da vida. Não tem mais nada lá onde nos disseram estar o pecado e a fonte de todos os males sociais. Não tem mais nada lá onde estiveram uma vez nossas fantasias de segurança, amor eterno, casamento feliz. Não tem mais nada lá onde a civilização cristã encerrou a maior parte de suas mentiras, de suas culpas, de suas técnicas de controle sobre nossos atos e nossas consciências. Não tem mais nada lá onde, depois de tanto trabalho e tanta luta ideológica, depois de tanta dor e de tanta esperança, depois de tanto medo e tanta coragem, depois da psicanálise e do feminismo, depois dos hippies e dos guerrilheiros, pensamos encontrar as pistas da liberdade e da plenitude humana. As mulheres encabeçaram essa luta. As mulheres se fizeram portadoras desse desejo de liberdade, enquanto face mais oprimida dessa moeda de autoritarismo, machismo, repressão e dupla moral sexual. As mulheres deram a primeira virada na mesa, exigiram a condição de sujeitos de sua sexualidade. E igualdade diante dos homens, igualmente nus, igualmente ao se encontrarem em pé de desejantes, com igual direito à

escolha e a iniciativa, descobrem perplexas que já não tem mais nada lá, onde (enquanto nos era inacessível) sempre pareceu se encontrar a razão da nossa existência.

Não tem mais nada lá no lugar da sexualidade liberta porque nós ainda não soubermos ocupar aquele lugar. A dupla moral sexual nos oprimia: interditava nosso acesso ao prazer e empobrecia tremendamente o prazer masculino. Para as mulheres, a plenitude (sexo e amor e vida e liberdade) sempre adiada. A sensibilidade preservada em quartos de moça virgem, a emoção à flor da pele, o desespero da espera, as fantasias. Para os homens a prática — pode tudo! — e a fragmentação. Prazer de um lado, amor do outro. Liberdade com uma, ternura com outra. Dupla moral, dupla pressão: o encontro que liberta a subjetividade sempre impossível.

A dupla moral sexual nos oprimia mas num primeiro momento só conseguimos desfazer-la adotando a moral masculina. É claro, saímos da condição de oprimidas brandindo a lei do opressor (mas eu não disse que o opressor é simplesmente o homem, o macho, o ser masculino) e tentando igualar-nos a ele. Tentamos ser fáticas. "Se ele pode, eu também posso." Conseguimos libertar-nos da obrigatoriedade do casamento como condição para o prazer, mas com isso perdemos também o que havia de mais íntegro em nós, aquilo que a mulher tem para ensinar ao homem se quiser a integração entre a sexualidade e a afetividade, entre a expressão do desejo e a expressão da carência, entre a possibilidade do orgasmo e a possibilidade da subjetividade.

A mulher sabe que seu desejo é expressão de uma falta, uma carência. A falta do outro. Nossa cultura, simbolizando o falo como o que é completo, o que não tem faltas, ajudou a mulher a assumir sua castração — castração que é condição de todo ser humano, pois não existe ser completo em si mesmo, não existe o ser fálico que se pensa que o homem seja. É isso, não tenham raiva do velho Freud quando se refere à castração. Saber-se castrado é simplesmente perder a onipotência, reconhecer-nos incompletos. A mulher sabe dessa falta, mas como foi explorada e espezinhada em função dela, agora tenta fazer-se fálica para se libertar. En-

regar-se à mesma miséria vivida pelo homem: a condenação à eterna carência por não se admitir carente.

O homem, por sua vez, por possuir no corpo o símbolo do falo, por ser ainda o principal responsável pela produção de riquezas na sociedade, por não estar biologicamente atado aos filhos e portanto ter mais mobilidade e muitos etcéteras mais, pensa que é fálico. Que sua função no encontro amoroso é apenas a de completar a mulher com seu corpo, com seu gozo e não a de completar-se com o que é feminino. O homem imagina-se proprietário do seu prazer, prazer no qual a mulher entraria apenas como fetiche, depositário de fantasias, símbolo de posse e de poder. A mulher sabe que seu prazer mais pleno requer o outro, o contacto, a interação. Sofre com o sexo que não dialoga, a relação sexual em que as pessoas não se olham, não se perguntam, não se acariciam até o fundo da alma.

Mas nosso medo é grande. Ai, nos jogam na cara outra vez nossa condição de castradas! Assim, tentamos crescer e nos colocar em pé de igualdade com o homem, assumindo as posturas, as mentiras, os símbolos e o teatro da sexualidade dominada pela ótica masculina. Pobres de nossas subjetividades: vamos para a cama e não encontramos mais nada lá. Às vezes nos flagro, mulheres, fazendo sexo como fazem os homens.

Maria Rita Kehl



Ilustração de Maria Angélica de Oliveira

Figura 4: *Mulherio*, vol. 4, 1981, p. 22.

A mulher detém seu pássaro dentro de uma gaiola, e o homem o mantém solto, porém atado a uma corda. Isso nos dá a ideia de uma liberdade mais flexível para os homens, ainda que não seja plena e isenta de coações sociais (a liberdade está “atada” a uma corda); e de uma liberdade menos flexível para as mulheres, que a sustentam no interior de coações mais rígidas (a liberdade está “encarcerada” em uma gaiola). Assim, o título e a ilustração dão forma material ao discurso segundo o qual as liberdades exercidas por homens e mulheres são distintas e obedecem a regulações mais ou menos flexíveis, tendo em vista a divisão social dos papéis de gênero na época. A relação entre o enunciado verbal e o não-verbal faz emergir um discurso que questiona a chamada revolução sexual iniciada no final da década de 1960 (SOHN, 2008), supostamente vivenciada pelas mulheres então. Além disso, considerando o gênero do texto – trata-se de um artigo de opinião – bem como a posição ocupada pela autora – a psicanalista e jornalista Maria Rita Kehl – podemos depreender que o efeito de sentido resultante da relação entre essas materialidades faz emergir o discurso de que, mesmo que as mulheres exerçam a liberdade sexual, ela não é exatamente igual à do homem, daí a ideia de “*imitação da liberdade*”. Passemos, então, à análise de algumas sequências no interior do texto, que problematizam a questão da liberdade e do prazer vivenciada pelos sujeitos.

(1) Atravessávamos a cantada geral sem espaço entre os homens nem as mulheres para expressar a confusão que ia se formando em relação à nossa própria identidade. Afinal, fomos elogiadas. Desejadas. Sobrou a enorme decepção por não entendermos que o sexo desprovido do encontro realmente se torna, como desejam os sexólogos americanos, uma função fisiológica como outra qualquer.

O conjunto de sequências (1) apresenta o dilema relacionado ao exercício da liberdade sexual entre homens e mulheres. O fato de serem livres para exercer sua sexualidade inclui, necessariamente, a possibilidade de as mulheres serem “desejadas” e “elogiadas”, o que, no entanto, leva a uma “confusão” no modo de constituírem suas identidades. Ao mesmo tempo em que a liberdade sexual implica o desejo do outro, ela também faz emergir contradições no que diz respeito ao modo como cada sujeito encara o exercício da sexualidade. A “decepção” de que fala o sujeito do enunciado é resultante justamente da incompatibilidade dos pontos de vista feminino e masculino; isto é, o sujeito, constituído por discursos historicamente atribuídos ao feminino, marca no

enunciado sua posição frente ao tema: a de que “sexo desprovido de encontro” é apenas prazer entre corpos, apenas uma “função fisiológica qualquer”. O sujeito é construído, dessa forma, não só por um conjunto de práticas discursivas já existentes, mas também em oposição ao outro sujeito que, diferentemente, vê no sexo a possibilidade uma fonte legítima de prazer. O que é corroborado na seguinte série de enunciados:

(2) Não tem mais nada lá, onde um dia estiveram depositados todo o medo e todos os segredos da vida. Não tem mais nada lá onde nos disseram estar o pecado e a fonte de todos os males sociais. Não tem mais nada lá onde estiveram uma vez nossas fantasias de segurança, amor eterno, casamento feliz. Não tem mais nada lá onde a civilização cristã encerrou a maior parte de suas mentiras, de suas culpas, de suas técnicas de controle sobre nossos atos e nossas consciências.

A posição-sujeito nesses enunciados mobiliza uma série de formulações já ditas, que formam, por sua vez, um conjunto de possibilidades de dizeres (interdiscurso), organizados no nível horizontal do enunciado (intradiscurso). Nesse sentido, podemos identificar nesses enunciados possibilidades de formulações que se inserem em uma memória discursiva relacionada ao exercício da sexualidade. Como exemplo, destacamos o enunciado que apresenta o dêitico “lá”, que demarca um espaço de interdição ao sexo, construído historicamente nas relações sociais. O sexo para o sujeito (aqui constituído como voz social do feminino) é, no interior dessa memória discursiva, um *lugar* em que estão o “medo”, os “segredos da vida”, a “fonte de todos os males sociais”, ou seja, marcado por uma discursivização negativa e repressiva do sexo. Do mesmo modo, esse interdiscurso é constituído de formulações que discursivizam o sexo como um ideal de “fantasias de segurança”, “amor eterno” e “casamento feliz”, em função das práticas de determinadas instituições, como a “civilização cristã”, que regula e possibilita ao exercício da sexualidade apenas em condições restritas.

A posição-sujeito desses enunciados atesta também toda uma configuração histórica das práticas de poder e “controle” da instituição cristã sobre os atos e as consciências das mulheres, levando-as sempre a falar e a confessar sua sexualidade como um pecado. Podemos dizer que esses enunciados se inserem em uma rede de discursos heterogêneos sobre a sexualidade, cujo modo de funcionamento se dá por meio da interdição e da ideia de repressão, uma vez que “o poder oprime o sexo exclusivamente através de uma interdição” (FOUCAULT, 1999, p. 81). Inversamente,

os efeitos da interdição ao sexo, da imputação de regras e do segredo são de dar visibilidade ao sexo, no sentido de estimular os corpos e intensificar os prazeres. Ainda que haja a ideia de “repressão” os corpos são estimulados constantemente a confessar sua sexualidade, o que incita ainda mais o sujeito a conhecer e a pôr em discurso os saberes e os prazeres da carne. Nos dizeres de Foucault: “Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia” (FOUCAULT, 1999, p. 26).

Apesar disso, a história mostra mudanças nos modos de discursivização da sexualidade feminina, o que culmina em acontecimentos tais como os processos de liberação e os movimentos contra a repressão sexual, o que pode ser identificado na série de enunciados seguinte:

(3) As mulheres encabeçaram esta luta. As mulheres se fizeram portadoras desse desejo de liberdade, enquanto face mais oprimida dessa moeda do autoritarismo, machismo, repressão e dupla moral sexual. As mulheres deram a primeira virada na mesa, exigiram a condição de sujeitos de sua sexualidade. A dupla moral sexual nos oprimia, mas num primeiro momento só conseguimos desfazê-la adotando a moral masculina. É claro, saímos da condição de oprimidas brandindo a lei do opressor (mas eu não disse que o opressor é simplesmente o homem, o macho, o ser masculino) e tentamos nos igualar a ele. Tentamos ser fâlicas. “Se ele pode, eu também posso”.

Na mesma matéria, há a ocorrência dos enunciados acima, que se diferenciam da série anterior na qual o sujeito se constituía por meio de práticas discursivas mais tradicionais em relação à sexualidade. Nessa série de enunciados, o sujeito assume um posicionamento mais político, no sentido de demonstrar que as mulheres “encabeçaram a luta” por sua liberação sexual. Considerando o “desejo de liberdade” e as condições históricas em que foram produzidos esses enunciados – ano de 1981, período de início da abertura política e social no país –, vemos emergir um sujeito que se alia às lutas, mais especificamente, aos movimentos de resistência. No entanto, apesar de iniciar um movimento de resistência, o sujeito ainda se constitui como “face mais oprimida” em oposição ao *outro*, que é representado pelo “autoritarismo”, pelo “machismo” e pela “repressão e dupla moral sexual”.

Os enunciados atestam que o movimento de resistência frente à opressão sexual se dá a partir da condição de sujeitos de sua sexualidade, ou seja, é na constituição do

sujeito enquanto “sujeito de sua sexualidade” que o sujeito pode se posicionar fora da opressão e assumir sua liberdade. Além disso, o movimento de resistência materializado nesses enunciados também é condicionado pela adoção da “moral masculina”, o que resulta em um efeito de sentido contraditório. Ora, se é necessário se assumir como sujeito de sua própria sexualidade, nesse caso feminina, porque então adotar a moral sexual masculina? É justamente essa contradição que nos leva a pensar nas condições e nas possibilidades de emergência do discurso da liberdade sexual feminina.

Outras materialidades linguísticas que corroboram uma contradição constitutiva desses discursos são as marcas de enunciação, mais especificamente, as do sujeito-enunciador, que indicam mudanças e heterogeneidades na posição-sujeito assumida pela autora. Num primeiro momento, o sujeito-enunciador se constitui fora do grupo de mulheres que luta por sua liberação sexual, uma vez que se serve do referente “as mulheres” para indicar práticas desse domínio, tais como: “*As mulheres encabeçaram esta luta*”; “*As mulheres se fizeram portadoras desse desejo de liberdade*”; “*As mulheres deram a primeira virada na mesa*”. Em seguida, o sujeito-enunciador se constitui enquanto membro que integra o grupo de mulheres que luta pela liberação sexual, adotando a marca enunciativa “*nós*”, como podemos atestar nas sequências: “*A dupla moral sexual nos oprimia; [...] só conseguimos desfazê-la adotando a moral masculina*”; “*[...] saímos da condição de oprimidas brandindo a lei do opressor*”; “*[...] tentamos nos igualar a ele*”; “*Tentamos ser fálicas*”.

Com isso, verificamos alterações e heterogeneidades que resultam num efeito de contradição constitutiva da posição-sujeito assumida por Kehl. Desse modo, os enunciados dão a ver um sujeito-enunciador, que ora se assume como observadora das transformações históricas e sociais, ora como sujeito que participa e integra esse cenário de lutas. A contradição constitutiva aqui, pode ser explicada pela posição assumida por Kehl – a autora parte de um lugar especializado para analisar a condição das mulheres – e pelo objetivo e público-alvo do jornal – mulheres feministas ou simpatizantes do feminismo, que se interessam pelo tema da liberação sexual da mulher.

Já no que diz respeito aos movimentos de resistência, verificamos que esse sujeito não tem condições de se assumir livre dos discursos “autoritários” e “repressivos”. Isso demonstra que, embora a resistência e a luta pela liberdade sexual comecem seus movimentos, o sujeito aqui é condicionado pela conduta moral masculina, mais especificamente, pelo falo. Tendo em vista, as regras de formação desses discursos – mulheres não podem falar de sexo e prazer como o falam os homens

– podemos verificar que o discurso da liberdade sexual feminina somente tem possibilidade de emergência, nesse momento, se produzido a partir de pressupostos tradicionais da moral masculina.

Desse modo, tanto na série de enunciados (1) quanto na série (3), o sujeito se situa em um “conflito” de identidade, que é resultante das relações de poder entre as mulheres e as normas de conduta moral masculina. Esse sujeito ao mesmo tempo em que realiza movimentos de resistência ao constituir-se como sujeito de sua própria sexualidade, encontra-se “dividido no seu interior e em relação aos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 231), uma vez que ainda constata uma postura dita *fálica* frente às práticas sexuais femininas.

Por fim, examinaremos a série de enunciados (4), que finaliza a matéria expondo a transição ocorrida nas práticas sexuais para as mulheres e suas consequências:

(4) Conseguimos libertar-nos da obrigatoriedade do casamento como condição para o prazer, mas com isso perdemos também o que havia de mais íntegro em nós, aquilo que a mulher tem para ensinar ao homem se quiser, a integração entre a sexualidade e a afetividade, entre a expressão do desejo e a expressão da carência, entre a possibilidade do orgasmo e a possibilidade da subjetividade.

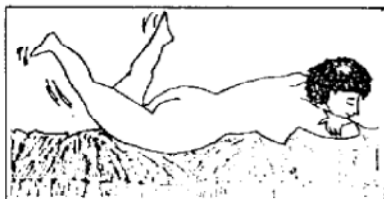
Marcados historicamente, os enunciados acima atualizam uma memória discursiva que possibilitou a emergência desse tipo de formulação; no interior dessa memória, podemos localizar discursos segundo os quais o acesso ao sexo só era permitido às mulheres casadas e com a finalidade de procriação. A instituição do casamento era condição *obrigatória* para que as mulheres pudessem praticar sexo e ter prazer, prática que funcionava como técnica de vigilância e controle dos corpos. É possível identificar maior ocorrência desse discurso em épocas anteriores, em virtude da configuração histórica brasileira e dos aspectos culturais tradicionais vivenciados pelos sujeitos. O período de emergência desses enunciados se caracteriza pela abertura política, processo que se deu gradualmente, de modo que determinadas condutas morais mais rígidas em outro momento, no ano de 1981 começaram a passar por transformações. Assim, juntamente ao processo de abertura, a mudança de costumes morais também começou a se transformar lentamente, embora esse objeto de discurso ainda apareça, apresentando ressonâncias descontínuas através da história.

Seguindo a postura adotada nos enunciados anteriores, o sujeito aqui problematiza ainda o movimento de resistência das mulheres e o exercício de sua sexualidade. Nesse sentido, os enunciados da série (4) problematizam essa liberdade, enfatizando as diferenças atribuídas a homens e mulheres nas práticas sexuais. O dilema apresentado se relaciona à contradição entre ser livre para sentir prazer e perder o que há de “mais íntegro” nas mulheres, ou seja, a capacidade de promover “a integração entre a sexualidade e a afetividade”. O sujeito se constitui ainda em oposição à figura masculina, incapaz de “expressar desejo e carência”, e de desvincular “orgasmos” de “subjetividade”.

Logo, o sujeito se encontra dividido, pois, ao exercer sua liberdade de modo muito semelhante aos homens, perde atributos convencionalmente associados à natureza feminina (sensibilidade, emoção, afetuosidade, etc.). Dessa forma, podemos verificar que a relação entre enunciados sobre a liberdade sexual, o prazer e as capacidades e as qualidades femininas produz os seguintes efeitos de sentido: i) a mulher não exerce a mesma liberdade que a do homem; ii) a mulher só pode exercer a liberdade sexual se assume condutas morais masculinas ou “fálicas”; iii) exercer a liberdade sexual do mesmo modo que o homem implica perder atributos e qualidades próprias do feminino. Daí a materialização desses discursos no título, como constatação dessas relações: imitação da liberdade.

Posteriormente, o *corpus* extraído do jornal *Mulherio*, traz uma matéria que apresenta posição distinta em relação aos discursos anteriores. Vemos na relação entre os enunciados um movimento de mudança, ainda que sutil, no sentido de transformar as práticas discursivas relacionadas à liberdade sexual e ao prazer. A próxima matéria que analisaremos se intitula “*Muito prazer, periferia*” (*Mulherio*, vol. 5, 1982, p. 17), que, diferentemente da anterior, não vem assinada.

Muito prazer, periferia



A fila para a sexóloga do hospital

No ambulatório de Ginecologia do gigantesco Hospital das Clínicas, de São Paulo, uma longa fila de mulheres esperam sua vez para serem atendidas num serviço inusitado dentro de um hospital público: o setor de Sexologia e Ginecologia Psicossomática. Ali, desde 1974, uma psicóloga, Valdevez Bittencourt, e um médico, Haruo Okawara, recebem mulheres de baixa renda que apresentam algum tipo de problema sexual — na maioria das vezes, a falta de prazer.

Em novembro passado, a agenda de consultas já estava repleta até o final de janeiro. O grosso da clientela do serviço é constituído de mulheres pobres, que certamente estão sofrendo com a inflação, a falta de empregos, a ausência de água encanada ou de luz, mas que também encontram tempo para ir a um hospital à procura de ajuda na busca do prazer.

Segundo a psicóloga Valdevez Bittencourt, um dos problemas que aparece mais frequentemente no HC é a repressão do desejo sexual. "Há um grande número de mulheres que não se permitem sentir desejo e excitação. Elas sentem-se culpadas de ter desejo, como se pudessem ser confundidas com prostitutas. Conviver com as emoções de culpa vinculadas ao desejo e à excitação é tão difícil que muitas fogem da situação simplesmente reprimindo o desejo".

A tática empregada pela maioria dessas mulheres é, então, a da "distração" no momento da relação sexual: elas pensam em outras coisas, nos problemas do dia-a-dia, nos filhos, etc., impedindo-se de sentir o estímulo sexual.

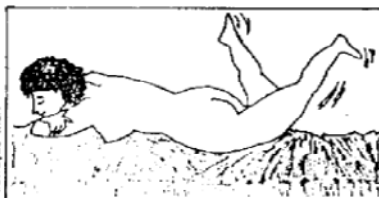
Valdevez diz que o homem, em geral, consegue abstrair mais os problemas cotidianos — de emprego, de condução, de sobrevivência — na hora da relação sexual. A mulher enfrenta dificuldades para isso e, em consequência, não desenvolve um sentido de responsabilidade pelo próprio prazer. "O prazer tem que vir de uma situação muito favorável e de um parceiro habilidoso, carinhoso, que pegue na sua mão e lhe diga frases românticas. A mulher não assume a responsabilidade de que depende dela se permitir sentir prazer. Vê o sexo como responsabilidade do homem".

Ao contrário do que dizem muitos militantes políticos, a preocupação com a própria sexualidade não é exclusiva de burguesas ociosas ou intelectuais. É o que demonstram estas duas experiências:

Na maioria dos casos, afirma a psicóloga, os problemas sexuais decorrem de uma vida conjugal insatisfatória. "Na semana passada, atendi uma moça de 29 anos mas aparência de 40, quatro filhos, que no começo do casamento sentia prazer na cama. Com o tempo, o marido foi se tornando a cada dia menos afetivo, menos carinhoso, e ela foi se sentindo rejeitada, insegura. Quando ela foi para o hospital ter o quarto filho, o marido levou outra mulher para casa. Depois de voltar para casa e encontrar a outra, ela não sentiu mais prazer nenhum, a relação tornou-se algo aversivo. Na terapia que estou fazendo, o foco não é o sexo em si, mas o tipo de vínculo que foi desenvolvido entre eles".

Com uma dificuldade de sobrevivência que não lhes permite sequer pensar na possibilidade de separação, essas mulheres continuam convivendo com um marido que não lhes dá a menor satisfação. E ainda, muitas vezes, acusam-nas de frigidez, ameaçando abandoná-las, diz Valdevez. É com essas mulheres que a psicóloga trabalha, em terapias que em muitos casos se prolongam por mais de um ano.

Conversando sobre sexo no clube de mães



Quinzenalmente, 10 a 20 mulheres do Clube de Mães de Diadema, cidade industrial paulista, reúnem-se com uma equipe de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Com os filhos a tiracolo, elas chegam ao barracão acolhedor com um objetivo: conversar sobre a sua vida sexual.

São mulheres simples, donas-de-casa dedicadas ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos pequenos. A maioria está na faixa dos 25 aos 35 anos e, mesmo sendo alfabetizadas, têm muita dificuldade com a leitura. Junto com elas, a equipe da Fundação está elaborando uma série de folhetos sobre sexualidade feminina, todos com muitas ilustrações. (Já estão prontos cinco folhetos: "Entendendo o

nosso corpo"; "Quando os filhos perguntam certas coisas..."; "Quero ser mãe?"; "A consulta ginecológica" e "Muito prazer", ilustrados por Marilena Piri.)

Da mesma forma como se deslocam para ir ao barracão do clube fazer tricô ou participar de um curso de gestantes, essas mulheres também se interessam em discutir seus problemas mais íntimos e aproveitam ao máximo esse espaço de sociabilidade e a oportunidade de sair dos limites acanhados de seu mundo doméstico.

Falando de seus prazeres, ou da falta deles, nunca se esquecem, por exemplo, de como fica complicado "transar" quando toda a família se amontoa num só cômodo, ou quando o desemprego bate à porta. Mas percebem também que não é só isso que conta. O desconhecimento do próprio corpo, a vergonha ou o nojo de certas partes, também contribuem para uma vivência sexual pouco satisfatória.

Desde as primeiras reuniões, Terzinha, pouco mais de 20 anos, duas filhas, é uma das mais animadas do grupo, dizia gostar do marido, embora nunca conseguisse satisfazer-se plenamente nas relações sexuais. Ficou surpresa e animada ao conhecer a função do clitóris — ou "campainha", como resolveram chamar. No encontro seguinte, ela contou que tinha conversado com o marido e, juntos, haviam procurado outras formas de se estimular sexualmente, conseguindo uma relação muito mais prazerosa.

Noutra ocasião, as mulheres sugeriram uma discussão sobre como deveria ser uma visita ao ginecologista. Lola, que não perde uma reunião, ofereceu-se para ser examinada. Elisabeth Meloni, médica que faz parte da equipe de pesquisa, mostrou a todas como se coloca o espéculo. Como é o colo do útero, a vagina etc. Em seguida, com o auxílio de um espelho, Lola se auto-examinou.

"Foi um momento emocionante", relatam Cristina Bruschini e Cecília Simonetti, que fazem parte da equipe. "Tudo se passou num clima solene de descoberta de algo importante para cada uma. Houve muita curiosidade, muito espanto e admiração ao descobrir como a mulher é bonita por dentro, percebendo-se, pelos comentários, o quanto a experiência foi valorizada por todas."

"Momentos como esse — concluem elas — nos fortalecem para enfrentar o ceticismo dos que afirmam que a repressão sexual não se inclui no rol das preocupações das mulheres de baixa renda. Deixam também evidente a possibilidade de diálogo e entendimento entre mulheres de origens sociais e ocupações diferentes. Talvez porque tenhamos em comum a opressão sexual, mesmo que esta se manifeste de maneira específica nas diferentes classes sociais."

Figura 5: *Mulherio*, vol. 5, 1982, p. 17.

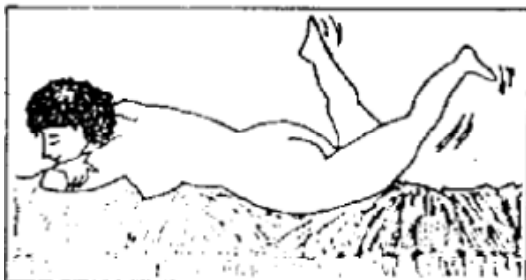
Inicialmente, destacamos o modo como se configura a diagramação da matéria, que ocupa uma página inteira e é acompanhada de ilustrações que servem de suporte ao conteúdo. Com um título sugestivo, *“Muito prazer, periferia”*, o sujeito-enunciador imprime um jogo de sentidos em função da ambiguidade da palavra “prazer” no enunciado. Acompanhada do advérbio intensificador “muito”, o uso do termo prazer possibilita duas interpretações: i) “muito prazer” no sentido de apresentação, contato inicial, conhecimento entre pessoas desconhecidas; ii) “muito prazer” no sentido de intensificação do prazer sexual. É relevante observar o uso do vocativo (periferia) no enunciado, pois permite interpretar efeitos de sentido relacionados ao jogo de ambiguidade do termo prazer. Com isso, podemos interpretar os sentidos do enunciado como uma aproximação do sujeito com a periferia, de modo a estabelecer um contato, uma relação de conhecimento e, ao mesmo, tempo, a possibilidade de falar e de difundir saberes sobre o prazer sexual.

O conjunto de enunciados verbais e não-verbais – o corpo nu de uma mulher, desenhado de modo simples, sem grandes efeitos de erotização – materializam a difusão de saberes sobre o prazer, o que pode ser justificado pelo conteúdo das materialidades que sugerem a divulgação de informações sobre sexo e prazer para mulheres que são mães e que vivem na periferia. Analisaremos então os enunciados de (1) a (3):

- (1) *A fila para a sexóloga do hospital.*
- (2) *Conversando sobre sexo no clube das mães.*
- (3) *Ao contrário do que dizem muitos militantes políticos, a preocupação com a própria sexualidade não é exclusiva de burguesas ociosas ou intelectualizadas.*

No enunciado (1), destacamos um acontecimento discursivo no âmbito da sexualidade: as mulheres têm a possibilidade de falar sobre sexo com um especialista no hospital. É importante compreender que um saber, construído historicamente como “segredo”, nesse enunciado, vem atualizado no interior de práticas especializadas, nesse caso, a médica. No conjunto de formulações possíveis (interdiscurso) sobre o prazer sexual, o saber médico tem possibilidade de emergência nesse momento (ano de 1982), o que indica a medicalização do prazer ou, ainda, a objetivação científica do prazer sexual. A difusão de um saber médico sobre o prazer insere-se, portanto, no interior de uma biopolítica, que funciona como dispositivo de poder que regula práticas vinculadas à saúde, sempre no sentido de favorecer e proporcionar o bem-estar por meio de

Conversando sobre sexo no clube de mães



técnicas de controle e disciplina. Assim, “o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações” (FOUCAULT, 1999, p. 137).

O lugar em que é permitido falar sobre sexo e prazer é o hospital, o que imprime legitimidade a esses saberes, sendo o sujeito autorizado a difundir esses saberes

um especialista ou, mais especificamente, uma especialista: *a* sexóloga. Além da objetivação de um saber sobre o sexo, o enunciado permite inferir uma condição para ocupar a posição de sujeito autorizado a difundir esses saberes: é preciso ser, assim como o público atendido, *mulher*. Assim, a possibilidade de produzir discursos sobre o prazer sexual vem acompanhada da regulação daquele que fala, ou seja, que autoriza quem pode ou não difundir esses saberes. Nesse caso, o enunciado traz expressamente que o sujeito autorizado não é um médico nem um sexólogo, e sim uma especialista em sexo que é, necessariamente, mulher.

O enunciado (2) indica a circulação de saberes sobre o sexo também em outro lugar: o clube das mães. O enunciado demonstra que as mães também são autorizadas a falar sobre sexo e que, portanto, podem ocupar lugar nessa ordem do discurso (FOUCAULT, 2012b). Nesse enunciado, o sujeito da enunciação adota uma conjugação verbal que exime marcas de personalidade (uso do verbo “conversar” no gerúndio), o que pode ser interpretado como: i) recurso sintático próprio de um campo especializado e/ou acadêmico, afinal, a matéria tem como escopo a difusão de saberes sobre sexualidade e prazer em lugares específicos; ii) estratégia discursiva para dar maior destaque ao sujeito que receberá a mensagem e os saberes, ou seja, as **mães**.

Além disso, a relação entre enunciado verbal e não-verbal produz determinados efeitos de sentido, uma vez que a imagem da mulher nua sem efeitos de erotização, sem apelo para saliências da forma física, pode promover uma identificação com o público-alvo dessas informações, ou seja, a mulher que é mãe. As mulheres que compõem o clube das mães vivem na periferia, são de classe baixa e têm dificuldades em conciliar prazer e maternidade, logo, a imagem favorece o processo de identificação desses sujeitos como mães e como mulheres de sensualidade tomada como natural e menos erotizada.

O enunciado verbal (3) que acompanha a ilustração acima produz sentidos a partir de um “já-dito” atribuído a muitos militantes políticos, segundo o qual a “preocupação com a própria sexualidade seria exclusiva de burguesas ociosas ou intelectualizadas”. O efeito de sentido do “já-dito” se dá a partir da oposição marcada sintaticamente por meio da construção adversativa “*ao contrário do que dizem muitos militantes políticos*” e da negação da exclusividade dessa prática a um grupo restrito de mulheres “*a preocupação com a própria sexualidade não é exclusiva de burguesas ociosas ou intelectualizadas*”. A posição-sujeito no enunciado se opõe a esse “já-dito”, dando a entender que, nesse grupo de mulheres que se preocupam com sua sexualidade, também se incluem aquelas de baixa renda e de baixa escolaridade. Esse enunciado mantém também relações com as formulações anteriores (1) e (2), pois demonstra, da mesma maneira, a possibilidade de emergência desses discursos entre sujeitos que ocupam esse lugar social (a periferia), e de circulação desses saberes nesse grupo de mulheres (clube das mães).

Esses efeitos de sentido do enunciado (3) atualizam práticas de uma memória discursiva da sexualidade no Brasil, na qual há a existência histórica de enunciados que atestam a divulgação de saberes sobre sexo e suas particularidades a um grupo restrito de mulheres, que são autorizadas a obtê-los e a enunciá-los, desde que satisfaçam a boas condições econômicas e alto nível de instrução. A história brasileira corrobora tal fato, pois, em momento anterior a 1982, era muito mais difícil que mulheres pobres e de baixa escolaridade pudessem receber informações sobre sexualidade, prazer, contracepção, etc.

O papel dessa memória discursiva é o de definir as formulações possíveis no interior do interdiscurso, que têm possibilidade de serem materializadas no nível intradiscursivo dos enunciados. Dentre essas formulações possíveis, nesse momento, emergem aquelas que têm condições de aparecimento, ou seja, aquelas que possibilitam a difusão de saberes sobre o sexo entre mulheres de distintos níveis sociais. Os enunciados analisados mantêm relações entre si, atualizando e transformando dizeres anteriores. Além disso, inserem-se numa rede de discursos que, por sua vez, encontra-se inscrita em “dispositivos de poder e de saber”, que, por conseguinte, instauram um regime de verdade (FOUCAULT, 1999, p. 71). Assim sendo, a descrição desses enunciados permite interpretar os seguintes efeitos de sentidos produzidos em 1982: i) o saber sobre o sexo é “medicalizado” e contribui para as práticas da biopolítica; ii) o saber sobre o sexo passa a circular entre um grupo de mães da periferia, permitindo a

conciliação entre prazer e maternidade; iii) a possibilidade de circulação desses saberes entre mulheres de classe social menos favorecida, indica transformações nas regulações na rede de dispositivos de saber-poder.

As práticas discursivas analisadas permitem compreender uma transformação sutil no sistema de enunciabilidade do jornal *Mulherio*. Os discursos sobre o prazer e a liberdade sexual que antes tinham condições de emergência mais restritas (apenas entre os homens e as mulheres “burguesas”), nesse momento, podem emergir em outros lugares (hospital e periferia), sendo também autorizados a outros sujeitos (sexólogas, mães, mulheres da periferia). Falar de sexo e, mais especificamente, de prazer, em um primeiro momento do *Mulherio* (vol. 4, 1981, p. 22), mostrou-se sob o efeito de determinações mais rígidas e tradicionais, em função do texto analítico e crítico da condição das mulheres escrito por Kehl, que se diferencia bastante daquele que aparece no segundo momento (vol. 5, 1982, p. 17), um texto de caráter jornalístico que visa apresentar a proliferação de saberes sobre sexo entre as mulheres da periferia. Desse modo, as mutações aqui identificadas se dão muito mais no que concerne às funções-autor (FOUCAULT, 2001), às características dos sujeitos que organizaram os enunciados, e aos distintos gêneros de textos que foram analisados, do que no período histórico correspondente aos anos de 1981 a 1982.

O trajeto temático que aqui empreendemos permite vislumbrar as correlações entre enunciados de um período a outro e, por conseguinte, identificar um “jogo de posições possíveis para o sujeito” (FOUCAULT, 2012a, p. 132), que determina o que se pode dizer e quem pode dizer a partir desse lugar, um jornal feminista. A descrição dos enunciados permite ainda entrever as condições de existência, buscando responder à questão “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (2012a, p. 33). Além disso, como pressuposto para a análise, consideramos o enunciado não como um “acontecimento passageiro”, e sim como uma “materialidade repetível”, que no momento de sua irrupção instaura um acontecimento singular (FOUCAULT, 2012a, p. 133). Assim, o enunciado é repetível, porém, o acontecimento de sua enunciação é sempre único e singular.

Nesse sentido, identificamos no *corpus* selecionado a ocorrência de materialidades que se repetem no jornal *Mulherio*, e que produzem efeitos de sentidos no campo de coexistência com os demais enunciados. O enunciado “*Prazer é revolucionário*” aparece nos volumes 6 e 7, em contextos de enunciação distintos, mas atualizando discursos anteriores e produzindo novos sentidos. A primeira ocorrência

desse enunciado a ser analisada é uma imagem extraída de uma reportagem sobre o “8 de março”, dia internacional da mulher, em que é avaliada a trajetória do movimento feminista no Brasil.



Figura 6: *Mulherio*, vol. 6, 1982, p. 12.

A imagem funciona como suporte para o conteúdo da reportagem, uma vez que materializa os movimentos de luta e reivindicação das mulheres no país, conforme corrobora o seguinte enunciado: “*Nesses últimos anos, paralelamente à abertura democrática, por pequena que seja, as pessoas puderam se organizar, perdendo o medo de tornar públicas suas reivindicações*” (*Mulherio*, vol. 6, 1982, p. 12). Assim como na imagem, o enunciado verbal faz emergir as práticas discursivas da época, que eram marcadas por um movimento mais politizado e organizado em torno das necessidades da população. Seja a favor da democracia, seja a favor das lutas específicas do feminismo, o ano de 1982 foi um momento propício para manifestações, pois se caracterizava por uma configuração histórica na qual o sujeito era estimulado a reivindicar o fim do regime militar e a participação democrática na política brasileira.



Figura 7: Capa do *Mulherio*, vol. 6, 1982.

QUE AVALIAÇÃO VOCÊ FAZ DA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL?

CARMEN — Acho que 1978 foi um ano muito importante, porque nós nos desorientamos umas às outras. Cada uma estava lutando isoladamente, conectando e colando as práticas de solidariedade, ainda de usar uma linguagem muito moderada. A que seguimos também quatro meses seguidos. Hoje em dia, não se pode dizer que tenhamos conseguido grandes coisas. No entanto, pelo menos já conseguimos criar uma rede conceitual da sociedade com relação à mulher. O que era uma característica nossa, também não vergonha de dizer que o homem, há a vergonha das atitudes de discriminação. O caso do "Dona" Street é bastante ilustrativo, sua condenação derrubou aquela tese de defesa da honra. De repente, vinha um homem de certa idade, de tradição jurídica como o Dr. Heitor Fragoso, falando uma linguagem de feminismo e machismo, a pretensão do homem ser proprietário da mulher era claro que fomos ridicularizadas, chamadas de mal-educadas, mas quando se entrou com uma ação a campo nossa linguagem não dá mais para passar pelo silêncio.

Estamos ainda muito longe de atingirmos os objetivos que perseguimos, mas já estamos ficando longe.



Figura 8: *Mulherio*, vol. 6, 1982, p. 12.

Examinando as relações desse enunciado com os enunciados anteriores – em que os saberes sobre o sexo circulavam em lugares mais restritos (hospitais e grupos de mulheres) –, o discurso que brada o “*Prazer também é revolucionário*”, estampado no cartaz do coletivo feminista, atesta a saída do movimento das mulheres para as ruas. Esse movimento implica pensar na transformação das regras que formam esses discursos, passando de uma posição “privada” para uma posição “pública”, de modo que o sujeito tem condições de enunciar sua sexualidade, também, na forma de luta política. A politização do sexo reverbera, nesse momento, tanto em lugares mais institucionalizados quanto nas ruas, o que resulta em mais posições possíveis para o sujeito. O discurso em favor do “prazer” ampliou seu campo de circulação para as ruas devido à possibilidade de enunciação propiciada pelas manifestações, que demandavam uma revolução política no país, no início do processo de abertura. Nesse sentido, o “prazer também é revolucionário”, pois, assim como as lutas políticas gerais, o grito de revolução da moral e dos costumes representava tanto uma forma de resistência frente às práticas mais tradicionais, quanto ao exercício do poder “conservador” do regime militar. Trata-se de um enunciado que emerge em um lugar estratégico – entre lutas gerais e específicas – e que se relaciona com enunciados anteriores, instaurando um acontecimento singular: assumir sua sexualidade e “permitir-se” sentir prazer pode

funcionar como resistência ao discurso que atribuía à sexualidade feminina apenas a função reprodutiva. O discurso favorável ao prazer, assim como as lutas pela abertura política, “revolucionária”, transforma e atualiza dizeres anteriores, evidenciando novas regras e possibilidades de formação dos discursos sobre a sexualidade feminina.

Um enunciado emerge na edição seguinte do *Mulherio*, em outro contexto de enunciação. Se antes o discurso “*Prazer é revolucionário*” aparece associado aos movimentos de abertura política, posteriormente surge associado à avaliação da ação de um grupo feminista na divulgação de saberes sobre sexualidade.

Mulheres em ação

E o prazer de falar de prazer?

O grupo Sexualidade e Política, de São Paulo, acaba de lançar o folheto **Prazer é Revolucionário**. O nome é entusiasmador, assim como a proposta: “Ser uma espécie de dicionário de informações sobre saúde e sexualidade, dirigido às mulheres das classes populares, que até agora tiveram pouco acesso a esse tipo de informação e reflexão”. É o que afirma Tais, uma das militantes do grupo, que surgiu em agosto de 1980, quando algumas feministas independentes, ou ligadas a outras entidades, se propuseram levar a discussão desses temas às mulheres não feministas, que se organizam nos movimentos populares, ou que apenas iniciam um processo de conscientização.

Desde então, entraram em contato com mulheres que atuavam em grupos de paróquia, associações de bairro, clubes de mães, em regiões como Mooca, Carapicuíba, Grajaú e Taboão, da periferia de São Paulo. Sempre que essas mulheres mostraram interesse em debater o assunto, o grupo organizava palestras sobre o corpo da mulher e do homem, reprodução, prazer, contracepção, aborto, gravidez, parto, amamentação, menopausa, doenças sexualmente transmitidas e controle do corpo pelo auto-exame.

Esses temas constam do folheto, feito com o propósito de servir de “memórias das palestras” e fonte de informação a ser trabalhada pelas próprias mulheres. “Nossa idéia é que elas dêem continuidade e vida ao trabalho, elaborando novo folheto, por elas mesmas, com seus depoimentos, e sem as informações que julgarem desnecessárias” explica Tais

Segundo ela, as dificuldades para fazer o folheto foram muitas. “Procuramos, no levantamento dos assuntos, ser simples e diretas, empregar pouca elaboração teórica e transmitir claramente as informações, para que o folheto seja de fato um instrumento de trabalho concreto, de reflexão”.

Contudo, para algumas pessoas que estão pesquisando as imagens que ilustram publicações como esta, sobre sexualidade, surgem algumas perguntas: Até que ponto alguns desenhos do folheto contribuem para tornar mais assimiláveis as informações inovadas pelo texto? Será que as mulheres identificam, nestas imagens pouco prazerosas, o que elas conhecem ou procuram descobrir e sentir no seu próprio corpo?

Para todo mundo que não mais duvida de que o prazer é revolucionário vem a exclamação: Pena que um folheto que leva esse nome reserve para o prazer um texto de pouco mais de uma página, e, ainda por cima, espremido entre a reprodução e a contracepção! Principalmente quando se sabe que falar de prazer, descobrir o prazer, sentir prazer empolga, entusiasma, arrebatava as mulheres, sempre que elas se reúnem para discutir sua sexualidade.

Cecília Simonetti



Prazer
é revolucionário

CORPO DA MULHER
GRAVIDEZ
SEXUALIDADE
MENOPAUSA

Figura 9: *Mulherio*, vol. 7, 1982, p. 21.

O enunciado que intitula a reportagem “*E o prazer de falar de prazer?*” (*Mulherio*, vol. 7, 1982, p. 21) permite identificar um regime de materialidades repetíveis, pois, assim como na reportagem “*Muito prazer, periferia*” (*Mulherio*, vol. 5, 1982, p. 17), há um jogo enunciativo que estabelece correlações de sentido. Compreendemos, assim, que os enunciados não são “livres” nem “neutros”, uma vez que se apoiam uns nos outros constituindo séries e campos de coexistência (FOUCAULT, 2012a, p. 120). Se em momento anterior, o termo “prazer” produziu efeitos de sentido ambíguos, nesta ocorrência podemos identificar, do mesmo modo, um

jogo com dois sentidos de prazer: i) prazer como algo agradável e ii) prazer sexual. A repetição desse jogo, no entanto, atualiza sentidos distintos, pois, nesse caso, trata-se de uma crítica ao espaço limitado conferido à discussão sobre o prazer.

A reportagem aborda o lançamento do folheto “*Prazer é revolucionário*”, produzido pelo grupo “Sexualidade e Política”, que propõe:

(1) *Ser uma espécie de dicionário de informações sobre saúde e sexualidade, dirigido às mulheres das classes populares, que até agora tiveram pouco acesso a esse tipo de informação e reflexão.*

A emergência desses discursos permite identificar a produção e a circulação de saberes, no formato de panfleto, sobre saúde e sexualidade, evidenciando uma prática biopolítica que situa o prazer no domínio da medicalização e do bem-estar dos corpos. Com efeito, um panfleto que pretende servir de “dicionário de informações” funciona como difusor de saberes e de normas de conduta “recomendadas” para uma vida sexual melhor. Além disso, o folheto é destinado às “mulheres das classes populares”, o que repete e atualiza enunciados anteriores no jornal, que estimulavam a circulação de saberes sobre sexo para mulheres de classe social menos favorecida e com menos instrução. O estímulo à circulação de saberes sobre saúde e sexualidade – ainda que favoreça a instrução de um grupo de mulheres –, funciona como estratégia para a prática de uma biopolítica centrada na “disciplina do corpo” e no “controle das populações” (FOUCAULT, 1999, p. 137).

Em função da diagramação, os enunciados se relacionam de modo a permitir a compreensão de determinados efeitos de sentidos, uma vez que os subtítulos da reportagem se articulam com a imagem disposta ao centro. Em destaque ao lado esquerdo, como forma de classificar o conteúdo da reportagem, vem em negrito o enunciado “*Mulheres em ação*”. Ao centro, o enunciado “*Prazer é revolucionário*” acompanha a imagem de mulheres manifestantes na rua. Essa disposição de enunciados aciona uma memória discursiva relacionada ao discurso do prazer como forma de “revolucionar”, transformar práticas mais tradicionais da sexualidade feminina. Os enunciados verbais – “*Mulheres em ação*” e “*Prazer é revolucionário*” – e o não-verbal sugerem, dessa forma, a ideia de ação, de movimento, de luta pelos direitos das mulheres. O sujeito dos enunciados se caracteriza pela capacidade de agir, opondo-se a uma postura passiva e estimulando a luta pela afirmação de sua sexualidade. Assim, a

posição-sujeito do enunciado evidencia um lugar em que, constituir-se enquanto sujeito de sua sexualidade, possibilita a atuação e a representação política das mulheres. O que pode ser corroborado pelo enunciado seguinte:

(2) Para todo mundo que não duvida de que o prazer é revolucionário vem a exclamação: Pena que um folheto que leva esse nome reserve para o prazer um texto de pouco mais de uma página, e, ainda por cima, espremido entre a reprodução e a contracepção! Principalmente quando se sabe que falar de prazer, descobrir o prazer, sentir prazer empolga, entusiasma, arrebatava as mulheres sempre que elas se reúnem para discutir sua sexualidade.

A posição-sujeito assumida pelo *Mulherio*, ao criticar o breve espaço concedido pelo folheto ao prazer, demonstra a possibilidade de falar sobre o tema, desvinculando-o da reprodução e da contracepção. Essa posição pode funcionar como ponto de resistência às normas de conduta e às técnicas de controle da sexualidade. Isto é, falar de prazer, nesse lugar, não significa falar de gravidez tampouco de condutas morais nas práticas sexuais femininas. O enunciado refuta, portanto, enunciados anteriores que relacionam a sexualidade feminina exclusivamente à reprodução. O saber sobre o prazer é materializado nesses enunciados “*falar de prazer, descobrir o prazer, sentir o prazer empolga, entusiasma, arrebatava as mulheres*”, evidenciando o funcionamento de um dispositivo histórico que regula a sexualidade, no qual há “a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências” (FOUCAULT, 1999, p. 100).

As relações entre essa série de enunciados permite descrever e compreender um campo associado específico que lhes atribui um “conteúdo representativo” e um “contexto determinado” de emergência (FOUCAULT, 2012a, p. 119). Vemos se formar uma “trama complexa” entre esses enunciados, que se repetem e se transformam, e que se inscrevem em uma rede de dispositivos de saber-poder; os enunciados, no interior desses dispositivos, dão forma material aos saberes e às regras de formação e circulação dos discursos sobre a sexualidade feminina nessa época.

Prosseguindo na análise com o objetivo de verificar o trajeto temático, verificamos uma descontinuidade na emergência de enunciados que tratam especificamente do “prazer”. Em meio às transformações políticas e sociais da década de 1980, tais como o impasse das eleições e a reescritura da Constituição, verificamos

que a ocorrência do tema se dá em condições distintas e segundo propostas políticas diferentes daquelas apresentadas nos primeiros anos do *Mulherio*. Ao observarmos a ocorrência do tema “prazer”, nos últimos anos do jornal, identificamos repetição no ano de 1988, que resultou em um acontecimento singular e na produção de novos sentidos. Trata-se do período em que a Aids ganha maiores dimensões no país, tornando-se um problema de saúde pública e, também, de cunho moral. A seguir a capa do volume em que vem publicada reportagem sobre a questão.



Figura 10: Capa do *Mulherio*, vol. 37, 1988.

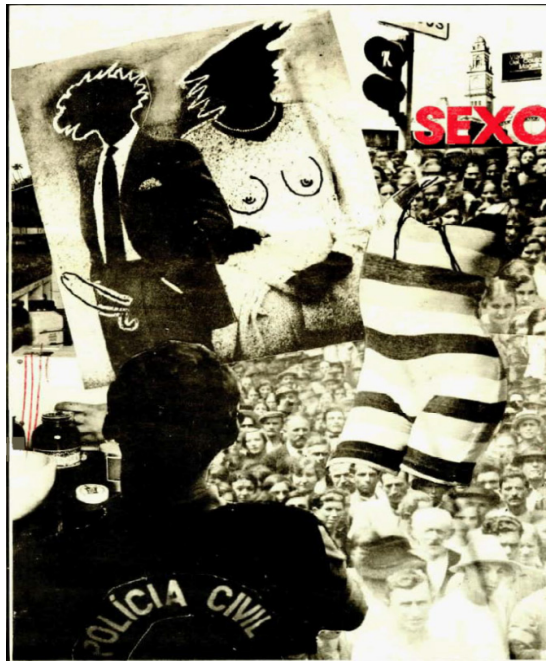
Podemos destacar a relação de coexistência entre os enunciados mistos que compõem essa capa (*Mulherio*, vol. 37, 1988), e que dão forma material ao discurso da docilidade dos corpos, isto é, o discurso que determina o “corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2001, p. 118). Corpos dóceis são, portanto, aqueles dos quais é possível extrair uma eficácia e sobre os quais se exerce um controle rígido, tanto nos

gestos e na linguagem, quanto nos comportamentos do sujeito. São práticas que Foucault denomina *disciplinas*, uma vez que “permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2001, p. 118). Nesse sentido, começaremos observando como a relação entre enunciado verbal e não-verbal materializa tais práticas de disciplina e controle sobre os corpos.

O enunciado “*Aids pede nova camisa (de força): a responsabilidade cívica*” materializa as práticas de disciplina e controle sobre o corpo desencadeadas pela proliferação da Aids no Brasil na década de 1980. Com a expressão “*nova camisa (de força)*” o enunciado atualiza saberes relacionados à Aids, tais como o principal instrumento de prevenção da doença: a “camisa de Vênus”, termo utilizado coloquialmente para referir-se ao preservativo. Além disso, o sintagma “de força” produz uma ambiguidade de sentidos, que atualiza não só práticas biopolíticas centradas nas doenças sexualmente transmissíveis, mas também o discurso da medicalização do “louco”, cujos movimentos são limitados e controlados pela camisa de força. Entre a materialidade linguística e a história, vemos emergir nesse enunciado uma memória marcada pelos processos de objetivação do sujeito pela medicina. Atentamos para as classificações descritas por Foucault em *História da Loucura*, tais como o “louco”, o “anormal”, que neste caso adquire outras objetivações tais como temos o “doente”, o “aidético”, que situam o sujeito em um lugar onde é necessário o controle e a medicalização (FOUCAULT, 2003, p. 102).

Visto que a doença pede uma “nova camisa”, a camisa anterior – a prática biopolítica de medicalização do corpo – já não exerce controle suficiente, são necessárias, portanto, novas técnicas de manutenção da disciplina. Daí a nova “camisa de força” contra a Aids: a responsabilidade cívica. A definição de cívico faz referência à noção de “cidadão como elemento integrante do Estado (deveres)” (Dicionário Houaiss, 2009, p. 476). Uma vez que a responsabilidade cívica se insere nas práticas do Estado e do governo, podemos entrever, nesse momento, uma relação estreita entre a Aids e a governamentalidade.

Passando de uma biopolítica centrada na prevenção, na vigilância, na objetivação do sujeito, para uma técnica de controle exercida pelas decisões e coações do governo, vemos surgir um novo regime de disciplinas sustentado por leis e medidas institucionais. Nesse sentido, a imagem que acompanha o enunciado verbal serve de suporte para as relações entre sujeito, corpo e Estado, uma vez que é composta pelos corpos de um homem e de uma mulher na posição



de marido e esposa – uma referência ao papel civil do casamento – em que estão à mostra a genitália masculina e os seios da mulher como forma de alusão ao sexo. É interessante notar a ausência de seus rostos, o que resulta na produção de uma impessoalidade em contraste com os vários rostos da multidão que se pode ver ao fundo.

A articulação entre o casal e o corpo feminino sem rosto e o conjunto de pessoas, que são dispostas juntamente à materialidade em vermelho “sexo”, produz os seguintes efeitos de sentido: i) o sexo é uma prática individual e ao mesmo tempo coletiva; ii) todo cidadão tem responsabilidade pelo exercício de sua sexualidade perante a sociedade; iii) o sexo representa perigo de doenças. Todas essas relações “cívicas” são acompanhadas pelo *olhar* atento da polícia civil, aqui representada por um policial que *vigia* de perto suas ações, isso porque “o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (FOUCAULT, 2001, p. 143).

A emergência desses enunciados demonstra a articulação da biopolítica com a governamentalidade no sentido de produzir novas técnicas de poder. Se a meta final do governo está no modo de governar a população – aumentando sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde –, é a população que aparece como objetivo e

instrumento de controle. Nessas condições, a governamentalidade funciona como “linha de força” que conduz e governa os *outros*, trazendo à tona “o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes” (FOUCAULT, 2008a, p. 144). É nesse contexto que entra a questão do prazer. Nesse espaço que é controlado e regido pela “linha de força” contra a Aids, desenvolvem-se saberes que regulam e condenam o prazer como fonte de doenças e malefícios para a população. Alguns desses saberes são discutidos na reportagem “A nova condenação do prazer” (*Mulherio*, vol. 37, 1988, p. 3), que analisaremos a seguir.

DEBATE

A nova condenação do prazer

A contrarrevolução sexual e dos costumes iniciada na década de 60 sofreu um duro golpe com a Aids, que veio consolidar os discursos conservadores dos anos 80 e reafirmar o prazer a uma nova angústia: a responsabilidade cívica.

Emir Sader

O primeiro vídeo de Aids no hemisfério norte já havia adiantado a imagem: o Central Park parecia um jardim de infância, os filhos de Woodstock sacorrendo a monogamia e a abstinência, assistindo TV a cabo todas as noites cozinhando em seus apartamentos. O personagem modelo dos anos 80 foi chamado pela imprensa norte-americana de *macho potado* — aquele que, instalado em um confortabilíssimo sofá, pode comê-lo pelo telefone, enquanto exerce sua onipotência com o controle remoto nas mãos, voltado para a televisão a cabo, o vídeo, o Atari, como objetos do prazer. Um deles, *ruppie mod*, declara a uma revista, em seu apartamento de Manhattan: “Eu adoro Nova York porque está cheia de canais”.

Mas o que aconteceu no transcurso de duas gerações, dos 60 aos 80, para que uma espécie de antirrevolução sexual e dos costumes se realizasse no mesmo terreno — Califórnia, Nova York, capitais da Europa Ocidental e da América Latina — dos avanços de meio século antes?

A Aids vem apenas consolidar um movimento já iniciado em um terreno abonado por prognósticos conservadores da década de 60 — o regressão, o *thatcherismo*, o Papa João Paulo II. Os fenômenos políticos conservadores — que se intensificaram amplamente pela Europa ocidental, com o recuo ou a desistência da social-democracia — em suas raízes já na década passada, quando o capitalismo intramarcado entrou em um ciclo longo de caráter recessivo, depois da sorteada expansão do pós-guerra. Essa recessão significa, entre outros coisas, a elevação dos níveis de desemprego depois de um incremento linear dela no quarto de século anterior.

Enquanto se expandiu o signo dominante na economia, a incorporação de novos contingentes ao mercado de trabalho não introduziu conflitos novos, tão absorvíveis, gerando ao mesmo tempo idênticas ou a produção estava em condições ideais. Foi nesse marco que a chegada maciça da mulher ao mercado de trabalho foi saudada como mais uma manifestação da democracia e da modernidade, da *qualidade* que tardava, mas chegava aos poucos. Os efeitos dos avanços sem ruptura tornaram de um lado o outro da borda.

Os anos decaídos
Depois de um infeliz tempo de maldição do prazer, graças a alarmantes pelo “perigo” da prividez, de estigma da perda de virgindade e das doenças venéreas, vem agora um tempo novo com as anticoncepcionais, o aborto, a pílula e a as contraceptivas moras diante da crise da família nuclear. O amor finalmente realizou seu ideal de redenção e reencontro entre o prazer e o sentimento. Era a vitória da paixão.

Um idílio que acabou durando pouco. Os filhos inquietos genitores voltam a se entreter com o

fantasma do prazer associado à angústia, surge um novo tipo de pecado sexual: a responsabilidade cívica. A Aids — a real e a manipulada pela propaganda — converteu uma virada da mudança nos costumes e de retrocesso moral.

No Brasil, a década está marcada pela violência urbana, pela extensão do consumo de drogas, do uso dos avanços da tecnologia eletrônica, pelo domínio da política institucional e pelo pálcio da Aids. Na sua combinação, se intensificou um estilo de vida prazeroso, centrado na televisão, nas antenas parabólicas, no controle remoto, no videocassete, na informática e na generalização dos serviços a domicílio, via computação ou telefone. O narcisismo dos anos 70 é acentuado pela hipocridia, agora às expensas do sexo. Deixar o cigarro, a bebida, o sexo, para ficar com “a saúde”. “Venha assistir cinema e sair para a Aids como uma ‘virginidade de natureza’”.

(1) Pesquisa realizada na França demonstra que, somente entre os anos 1971 e 1986, a idade média das primeiras relações sexuais aumentou em três anos e meio: de 20 e 1/2 para 27 anos.

A maldição do prazer

Ontem a sífilis, hoje a Aids: os mesmos sintomas rondam. “Deus a enviou como penitência e castigo” — disse um médico espanhol, em 1499. Para o cirurgião francês Ambroise Paré, em 1575, “a ira do Deus, que permitiu que essa doença caísse sobre o gênero humano para reinar sua luxúria e seu desordenado consumpção”. Linguagens coincidentes.

A atitude das instituições também se repetiu, quando veio se completar o caso sífilis da descoberta da América. Os hospitais se recusaram a receber os vítimas de sífilis. O Parlamento de Paris dá 24 horas para que os doentes estrangeiros deixem a cidade, sob pena de internamento. Como sempre, é a possibilidade de renascimento do *chovinismo*. O sociólogo belinês, irmão de Henri, hoje necessita de visto especial para atender a um convite de viagem aos Estados Unidos. Ele, um candidato justo ao Prêmio Nobel da Paz, pela sua dignidade ra luta pela vida.

Também sobre, sempre para as mulheres de comportamento “desviante”. No século XIX, as prostitutas são encarceradas em casas e lhes são impostas visitas médicas regulares. Com a Aids, a Checoslováquia, a URSS e a Bélgica decidem processar quem contamina seu parceiro. Mas o mesmo fazem as “liberais” Suécia e Dinamarca. Na França, existe um projeto para retirar-se o benefício da previdência social.

A origem da sífilis era tão obscura quanto a da Aids: teria surgido na América, talvez com Cristóvão Colombo. A Aids pode ter vindo dos Estados Unidos,



embora se diagnostique sua origem como sendo africana. Ligada às relações sexuais, a sífilis e a Aids se prestam a instrumentalizações morais. A Iálide Víctria havia conhecido epidemias piores que a sífilis, como a peste negra do século XIV que, em dez anos, matou entre um quinto e a metade da população da Europa. Mas ela não apresentava conotação moral, atacando “democraticamente” a todos.

Enquanto que a sífilis se instalava no coração mesmo da vida, inserindo com os prazeres do amor, com a liberdade sexual, com o medo, a vergonha e a morte. A Aids já matou mil pessoas no Brasil entre 1985 e 1987. O mesmo número de mortos, mesmo associação vives que morreram em uma hora no País. A diferença vem do meio social que afeta um e outro: a sífilis não tem o lado de sair al estigado por uma doença com conotação sexual e mortes que remetem diretamente a natureza do sistema social existente.

Já em 1806 papa havia ordenado a castidade, junto com os médicos da época, porque impediam a reprodução. A castidade só se impôs pela intervenção do Exército, que tem necessidade de soldados corajosos e bem dispostos para o combate e para entreter a morte.

Rainha Víctria - Gorbachev

Quando a sífilis foi controlada, as condições pareciam dadas para uma longa bonança do prazer amoroso. De repente, a Rainha Víctria retorna em grande estilo e não deixa a quem ninguém. A desigual liberalização proposta por Gorbachev não está isenta dos retrocessos. Em seu livro *Perestroika*, ele se preocupa pela falta de atenção das “vidas e horas-feras” em relação às crianças. Com o trabalho profissional, as mulheres não encontram mais tempo para educar suas famílias cotidianas no lar — a serviço de casa, a criação de filhos e a formação de uma boa *atmosfera doméstica*” (*Perestroika*, Ed. Paul Sallier, São Paulo, 1987, págs. 133).

Apresenta *Sheher* descoberto que “muitos dos problemas comportamentais das crianças e dos jovens, em nossa moral, cultura e produção, são parcialmente devidos ao embaçamento das relações familiares e da negligência nas responsabilidades para com a família. Eis o resultado paradoxal de nosso desejo sincero e politicamente justificado de libertar as mulheres iguais aos homens em tudo”.

A implantação da *perestroika* busca superar esse problema, encontrando caminhos “bons e que deve ser feito para que as mulheres possam retomar suas missões puramente femininas” (sic).

O que confirma que a imposição das tendências espontâneas na recomposição da economia

acionem para o retrocesso na situação da mulher. Uma reafirmação da involução dos costumes e da propaganda Aids que, como se diz, os publicitários não riamam dinheiro e se eles insistem na utilização de ris, masculino e feminino, e apelos psicológicos no marketing comercial, é porque os estímulos seguem presentes e a sensibilidade serve sempre como bom apelo. Os *lipless* em Ipanema já são assimilados sem “exatidão”, talvez uma intensificação da sensualidade em detrimento da sensibilidade, desequilibradamente.

Mesmo se os grupos de *maier* não batem em retirada. Clubes de substituição são criados na Europa entre os *gays*, aumentando também a aplicação do *liberalismo* feminino, como grupo de não risco, em um universo do prazer tão ameaçado por doenças e pela lei. A *odontia* e a *relação* são considerados crimes passíveis de prisão em alguns países.

Atuação fatal?

O filme mais significativo do vídeo é uma parábola sobre a Aids, personificada em uma Eva de traços diabólicos e sedutores. A câmera e os ritmos torcedores dos espectadores estão situados no campo de visão mata de escuridão. Assim como se vale de várias câmeras no mito e uma única lente na cateira, a lente tradicional precisa ser salva dos perigos que assolam. A problemática do “adulterio” volta com todos os seus feios.

Enquanto isso, a Constituinte passa por alto sobre qualquer institucionalização das conquistas básicas das mulheres na vida cotidiana. A legislação do aborto do direito de cada uma dispor de seu próprio corpo, é preferido em favor da disposição de sua (deles) propriedade: terra, imprensa, rádios, televisões.

Um forte retrocesso ocorreu no transcurso dos anos 80. Gomenta a consciência dele pode ter e uma nova virada na correção de forças entre as tendências conservadoras da reconquista da casa intramarcado e brasileira e as reivindicações libertárias. A bandeira de recuperação da alegria do prazer não pode desconhecê-lo: os riscos que a proliferação da Aids evidencia.

Mas sem cair na armadilha de governos que ao nível de responsabilidade pela sua irresponsabilidade criminosa ao não tomarem as medidas indispensáveis de saúde pública, desviaram atenção para as “armacas” e ainda futuram em cima das consequências morais conservadoras, mas que eles são o mais interessados. A criminalização do prazer é um duro golpe na democratização da vida cotidiana, na liberalização dos costumes e na conquista dos meios de dispor de sua própria vida. As mulheres serão as principais vítimas, por se constituírem ainda no elo mais frágil da cadeia.

Emir Sader é membro do Conselho Editorial do *Mulherio* e professor de Política do USP.

mulherio
nov.88

Figura 11: *Mulherio*, vol. 37, 1988, p. 3.

Examinaremos algumas sentenças discursivas a fim de compreender as condições e as regras de formação desses discursos, bem como as práticas de

governamentalidade e biopoder materializadas nesses enunciados. Destacamos as sequências de (1) a (4):

- (1) *A contrarrevolução sexual e dos costumes iniciada na década de 60 sofreu um duro golpe com a Aids, que veio consolidar os discursos conservadores dos anos 80 e condenar o prazer a uma nova angústia: a responsabilidade cívica.*
- (2) *Depois de um infundável tempo de maldição do prazer, gerações atormentadas pelos “perigos” da gravidez, do estigma da perda da virgindade e das doenças venéreas viam abrir-se um tempo novo com os anticoncepcionais, o aborto, a penicilina e as conquistas morais diante da crise da família tradicional.*
- (3) *Os filhos daquelas gerações voltam a se enfrentar com o fantasma do prazer associado à angústia, surge um novo tipo de pecado sexual: a responsabilidade cívica. A AIDS – a real e a manipulada pela propaganda – consolida uma virada de mudança nos costumes e de retrocesso moral.*
- (4) *A criminalização do prazer é um duro golpe na democratização da vida cotidiana, na liberalização dos costumes e na conquista dos direitos de dispor de sua própria vida.*

Nos enunciados de (1) a (4), vemos a atualização de uma memória discursiva ligada aos costumes e à moral sustentados historicamente pela doutrina cristã e burguesa e pela medicina. Conforme visto anteriormente, as condições de formação dos discursos sobre sexualidade favoreceram a ocorrência de uma *contrarrevolução sexual*; porém, na virada da década de 1980, um acontecimento histórico instaurou um princípio de rarefação desses discursos: a proliferação da Aids. A história ainda nos mostra que o discurso da liberação sexual teve mais possibilidades de emergência a partir do final década de 1960, provavelmente em função da nova organização social e política que buscava articular-se aos movimentos de abertura e revolução como estratégia de resistência ao regime militar. Se em outro momento do *corpus*, o prazer era considerado revolucionário, neste momento, o prazer é condenado como responsabilidade cívica, isto é, como responsabilidade de cada cidadão pelo bem-estar da sociedade. Isso demonstra uma transformação no sistema de enunciabilidade, que condiciona a formação de discursos distintos, bem como novas relações de saber-poder na rede de dispositivos da sexualidade.

No nível intradiscursivo dos enunciados (2) e (3), destacamos a atualização de formulações anteriores relacionadas ao “prazer” e às suas consequências, tais como,

“maldição do prazer”; “‘perigos’ da gravidez”; “estigma da perda da virgindade”; “doenças venéreas”; “fantasma do prazer”; “angústia”; “pecado sexual”. A relação entre esses enunciados demonstra que o exercício da sexualidade atrelava-se a riscos de gravidez e doenças venéreas e era considerado pecaminoso uma vez que decorre da perda da virgindade (considerada infração grave, sobretudo, para as mulheres solteiras). Esses sintagmas materializam acontecimentos históricos associados às práticas de confissão muito difundidas pelo cristianismo, que resultou, por conseguinte, num processo constante de “consciência de si” (FOUCAULT, 2006a, p. 71).

Trata-se de uma técnica de poder que, a partir da confissão de sua subjetividade, faz com que o sujeito seja alertado sobre suas próprias fraquezas e tentações. A técnica da tomada de consciência sobre si mesmo em relação ao seu corpo e à sua sexualidade contribuiu para a construção de uma moral baseada na coação e na disciplina do sexo. Isso porque “a carne é a própria subjetividade do corpo, a carne cristã é a sexualidade presa no interior dessa subjetividade, dessa sujeição do indivíduo a ele mesmo [...]” (FOUCAULT, 2006a, p. 71).

Outras formulações trazidas para o intradiscursos atestam uma transformação ocorrida nas práticas da sexualidade ao longo dos anos. Vemos no enunciado (2) a materialização de práticas históricas e sociais – a circulação de métodos anticoncepcionais, a luta pelo aborto, o uso da penicilina e as conquistas morais – que propiciaram um movimento de resistência a discursos moralizantes, possibilitando a emergência de discursos de liberação e de apropriação do corpo e do prazer. A posição-sujeito evidencia uma oposição às práticas moralizantes anteriores que condenavam a gravidez fora do casamento e a perda da virgindade, e que neste momento se utilizam de uma *nova condenação do prazer*: uma técnica de biopoder e controle da sexualidade baseada nos riscos da Aids.

Se antes a disciplinarização dos corpos se valia dos riscos de infração das normas cristãs, neste momento, a ameaça é centrada principalmente no corpo do próprio sujeito. O retrocesso moral consistiu, portanto, na ameaça de morte em função do prazer e da necessidade de auto-vigilância do sujeito; não se trata apenas de uma vigilância externa que faz o sujeito confessar sua sexualidade a todo instante, mas também de uma “autovigilância”, de uma consciência de si que coloca o sujeito como autor e alvo de seu próprio controle (FOUCAULT, 2006a, p. 71). Desse modo, a proliferação da Aids funcionou como princípio de rarefação do discurso do prazer, uma vez que a doença decorre do ato sexual sem proteção ou mesmo entre homossexuais – sinônimo de prazer

no discurso moral; era portanto um verdadeiro “crime” falar de sexo livre de preocupações morais.

No enunciado (4), a posição-sujeito evidencia uma postura contrária às práticas moralizantes que criminalizam o prazer, e favorável à “democratização da vida cotidiana”, à “liberalização dos costumes” e à “conquista dos direitos de dispor de sua própria vida”. A constituição do sujeito aqui contribui para um movimento de resistência às normas de conduta moral e ao uso dos saberes sobre a Aids nas práticas de governamentalidade e biopoder, isto é, nas formas de governar e conduzir o corpo dos *outros* em favor do bem-estar coletivo. Assim, o discurso do prazer como *responsabilidade cívica* funcionou como instrumento de controle moral e biopolítico à medida que a Aids significou uma transgressão nas condutas sexuais e um risco para a saúde da população. Embora haja uma dispersão dos discursos moralizantes no início da década, no final desse período a repetição desses discursos atualiza novos sentidos, dessa vez relacionados aos perigos da Aids, ao crime do prazer e ao risco de dizimação das populações.

Chegando ao final deste trajeto temático, concluímos que as transformações ocorridas a partir da abertura política possibilitaram a irrupção de enunciados que questionaram a liberdade sexual feminina e que bradaram nas ruas “*o prazer também é revolucionário*”. Revolução de costumes? Transformações sim, mas não revoluções. Vimos que foi possível no Brasil falar de sexualidade e prazer para as mulheres da periferia, que os saberes específicos da sexualidade não se concentraram apenas na “elite burguesa”, dispersando-se para as margens a partir de lugares institucionalizados como o hospital. Deslocam-se os saberes, reorganizam-se as relações de poder. Se as mulheres de classe social menos favorecida puderam ter acesso a esses saberes, conhecer mais sobre o prazer, este dispositivo se modificou, sendo necessárias novas tramas. A moral cristã, que condenou o pecado do prazer no início do trajeto, retornou e encontrou, no final, o discurso da biopolítica e da governamentalidade. As verdades determinam que é preciso gerir os corpos, a sexualidade e a saúde. A medicalização da alma deu espaço, no final dos anos 1980, à medicalização dos corpos. Surgiu o novo pecado do sexo: a Aids.

E (des)continuamente a rede de dispositivos se transforma.

3.2. Pelo direito de decidir: a legalização do aborto

Ora, o direito de vida e de morte é um direito que é estranho já no nível teórico; com efeito, o que é ter direito de vida e de morte?

(M. Foucault, **Em defesa da sociedade**, 2002, p. 286).

Na seção anterior, verificamos as regras de formação dos discursos sobre o prazer no jornal *Mulherio*, identificamos regularidades e distintos modos de dizer e pensar o prazer feminino ao longo da década de 1980. Conforme visto nas análises, o prazer foi colocado em discurso, pelo jornal, na forma de resistência a discursos que o condenavam e apregoavam seu caráter patológico e imoral. Além disso, em dado momento, vemos surgir o discurso que o constitui como “revolucionário”, uma vez que o prazer passa a ser disseminado em favor da luta feminista pelos “direitos do corpo”. Constatamos que falar, detalhar, explicar o prazer para as mulheres foi, nesse período, uma forma de politizar o sexo e fortalecer as lutas feministas pelo direito de decidir sobre o próprio corpo. Neste sentido, prosseguimos analisando os discursos produzidos pelo jornal *Mulherio* acerca da sexualidade, mais especificamente, de suas imbricações com os direitos reprodutivos do corpo, o que nos conduziu a uma questão bastante polêmica e frequente no debate feminista: o aborto.

O histórico do aborto no Brasil teve a influência de acontecimentos importantes, tais como o regime militar (1964-1985) e o processo de abertura política (1979-1985). A redemocratização do país colaborou para tornar mais visível a questão do aborto, pois possibilitou o debate e a elaboração de normas e políticas públicas. Além disso, a sociedade civil se fortaleceu devido à sua disposição a participar mais ativamente das reivindicações por direitos de cidadania e democracia. Nesse contexto, o movimento feminista encontrou abertura para trazer à tona a discussão do aborto e do direito de decidir sobre o próprio corpo, destacando-a como um problema de ordem política e social (ROCHA, 2006, p. 369). O histórico legal do aborto no país é marcado por normas formuladas nos anos 1940, durante o período ditatorial do Estado Novo. Nessa época, “a divulgação e a prática do aborto eram punidas por diferentes instrumentos legais – sendo o principal deles o Código Penal, que ainda hoje considera o aborto um

crime” (ROCHA, 2006, p. 369). Nesse Código⁸, as punições previstas para a prática do aborto estão dispostas no capítulo “Dos crimes contra a vida”, que categoriza as práticas e as condições de aborto puníveis por lei, classificando-o como ato ilegal.

Começaremos este trajeto temático analisando um conjunto de enunciados efetivamente produzidos na reportagem intitulada “*A lei ignora a realidade*”⁹ (*Mulherio*, 1981, vol. 1, p. 4). Nesta reportagem o jornal *Mulherio* questiona o caso de Edna Pereira dos Santos, vítima de estupro, que recorreu judicialmente para que pudesse abortar, mas teve o pedido negado por falta de provas. O caso suscitou discussões entre as feministas do jornal, pois demonstrou a “insuficiência” das leis referentes ao crime de estupro e, ainda, a necessidade de repensar a responsabilidade de quem está por trás da reprodução humana. O debate recai então sobre o papel das leis e do Estado na formulação de regras para o procedimento do aborto em casos de estupro.

Começaremos analisando a relação entre o título e a chamada da reportagem, apontado suas condições de aparecimento e o modo como se articula no interior de um dispositivo de saber-poder que regula e condiciona esses dizeres. O enunciado “*A lei ignora a realidade*” é produzido a partir do jornal feminista, o que confere efeitos de sentido que atestam uma oposição entre as jornalistas do *Mulherio* e a legislação sobre o aborto. Visto que o contexto histórico da época é marcado pelo início da abertura política, pelo acesso limitado a informações e métodos contraceptivos e pela precariedade econômica de determinada parcela da população, a prática do aborto tornou-se frequente e serviu, até mesmo, como solução para certo grupo de mulheres (BARSTED, 1992, p. 107). A “realidade ignorada” expressa no enunciado materializa o contexto social da época, marcado pelos impasses enfrentados por essas mulheres no campo da reprodução, o que implica determinadas formas de agir em relação às leis e à sociedade. Se a lei determina a proibição e a criminalização do aborto, e se o aborto, contudo, faz parte da “realidade” vivida por grupos de mulheres, podemos verificar posições antagônicas nesses discursos e, com efeito, relações de poder entre os sujeitos.

⁸ O aborto no Brasil é regulamentado pelo Código Penal de 1940, como crime contra vida com punição prevista de um a três anos de detenção, caso tenha sido provocado pela gestante ou com seu consentimento (art. 124). Se provocado por terceiros, sem a aprovação da mulher, a reclusão prevista é de três a dez anos (art. 125). Outras situações previstas pelo Código são aquelas em que o aborto não é crime, tais como: forma de salvar a vida da mulher (art. 128, I) e estupro (art. 128, II). Não há em nenhum código de leis brasileiro a possibilidade de praticar um aborto voluntário, de modo que privilegia-se mais a proteção do nascituro que a da mãe.

⁹ Em virtude da baixa resolução da imagem disposta no corpo da análise, essa reportagem vem digitalizada em anexo.

Aborto

EL IGNORANTIA

Apesar de suas ambigüidades, pois a principal intenção mostrava-se contraditória em suas atitudes e depoimentos, o recente caso do Itamar Pereira dos Santos, moço mineiro que procurou aplicar judicialmente o preceito legal de que um aborto em circunstâncias de estupro não é passível por lei, teve pelo menos algumas consequências importantes. A primeira delas foi chamá-lo a atenção para as falhas de nossa lei penal no tocante a dois assuntos que dizem respeito especificamente à mulher: o aborto e o estupro.

No caso do aborto, revelou não só a ineficiência, como a hipocrisia da lei e do corpo judicial que aplica, já que o pedido foi negado pelo juiz, sob a alegação de que o estupro não fora praticado, o que, na maioria dos casos, é praticamente impossível na situação atual.

A possibilidade em termos de caso de Rêna fez com que surgissem na imprensa inúmeras outras denúncias de situações semelhantes, mostrando que essa realidade é excepcional, mas não incomum nos perfizes de nossas grandes cidades e não só aqui, onde facilmente se realçam as condições de escassez de um direito vivo de violência que a própria lei sanciona.



Não a consequência mais importante desse caso é analisar a reação concreta surgiu de uma iniciativa de várias entidades feministas do Rio de Janeiro, o Movimento das Mulheres Profissionais em Direito, Grupo Ceres, Núcleo Feminista de Cultura, Colégio de Mulheres e Casa da Mulher do Rio de Janeiro, que entregaram a Henrique Cabral, presidente do Conselho Federal de Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uma carta em que sugeriu a criação na entidade de um grupo de estudos em torno da questão do aborto, com vistas a uma possível modificação de nossa lei, no sentido de uma liberalização ou, alternativamente, de um suprimento de bem recebido e esperável que o grupo seja criado o mais breve possível. Esta não é a primeira vez que os mais jurídicos brasileiros manifestam sua preocupação com o velho problema do aborto, apontando a inefi-

ciência de uma lei que não impede, mas estimula e pratica do aborto clandestino, em várias condições possíveis. Faltam declarações nesse sentido por parte das autoridades como Ministério Público, mas elas não têm o mesmo peso que a manifestação de um órgão coletivo como a OAB, cuja atuação em defesa dos direitos humanos em geral, não há dúvida, é mais eficaz.



É o quadro existente é suficientemente alarmante para justificar esta preocupação, pois, apesar de lei punível ou por causa dela, calcula-se que se praticam anualmente no Brasil mais de três milhões de abortos clandestinos. Em consequência disso, morrem muitas mulheres por isso, sem contar aquelas afetadas permanentemente por danos diversos à sua saúde física e mental, com destaque para as seqüelas físicas e a esterilidade. Esses dados são sempre aproximativos, corrigidos a partir de extrapolações ou da análise qualitativa das complicações abortivas constatadas em nosas hospitais, pois é muito difícil obter estatísticas exatas sobre uma prática que se realiza na clandestinidade.

Mas há principalmente no setor médico, quem consiste em seus membros subalternos, quando confrontados com a situação de verdadeiro fascismo social que constitui o cotidiano da nossa sociedade, mais profundos. O trabalho nisso tudo é que se trata de um flagelo totalmente desmedido, pois o aborto realizado em condições sanitárias e médicas, durante os três primeiros meses de gravidez, é uma operação bastante simples e segura, com uma taxa de mortalidade muito inferior à do aborto por lei, que por 100 mil no primeiro caso, contra 15 por 100 mil no segundo. Para milhões de Organizações Mundiais de Saúde, a taxa de mortalidade do aborto legalizado é de 20-30 por 100 mil em caso de aborto clandestino não medicalizado, enquanto a mesma fonte.

das nos últimos anos o número total de abortos tende a cair, depois dos primeiros anos. Em termos mundiais, o aborto é uma prática devidamente controlada e livremente exercida de controle de nascimento, depois da concepção oral e da esterilização hormonal. Exatamente no Brasil e em outros países de América Latina, com legislações restritivas, constitui uma prática em expansão, apesar de proibida.

Embora o aborto clandestino seja uma realidade traumática que pode ocorrer para qualquer mulher, não se aplica de mesma maneira a todas as classes sociais. Uma mulher de classe alta ou média, que tenha condições de pagar ou procurar artificialmente interromper sua gravidez, o aborto pode faz-lo em relativa segurança ou, pelo menos, sem perigo de morrer por causa disso. O mesmo não acontece com as mulheres das classes mais desfavorecidas, que, caso de uma gravidez não desejada, são forçadas a recorrer a métodos ou a praticarem o auto-aborto, sem nunca primitivo sempre bastante perigoso. Isso mostra que a manutenção da proibição contribui para manter um odioso privilégio de classe, tornando-o mais difícil de ser eliminado.



A legislação não apenas o número de abortos, mas também as condições para que aqueles que se realizam de toda forma se façam em condições menos perigosas e mais humanas para as mulheres que assim esbo-

REALIDADE

Maria Carmelo da Cunha

mo uma questão de moral individual, de um lado, os que pretendem pôr fim à sorte de milhares de mulheres e, de outro, os que sobrepõem à vida desses seres humanos bem mais os direitos do feto, por considerarem que já são seres humanos desde a concepção, embora nem sempre tenham sido concebidos e muito menos registrados.

Os valores e que se previu que três devesse ser aparentemente moral é uma discussão política da maior importância, quem deve controlar a reprodução humana? Os homens, o Estado ou as mulheres, que têm o corpo próprio desenvolvido? Por isso mesmo, não é de se estranhar que, até a atualidade, o aborto seja considerado um crime, como é o presidente americano, Ronald Reagan, que é contrário ao aborto e portanto favorável ao direito à vida dos fetos, mas que ordena de constante transição a construção da bomba de hidrogênio, que faz a vida dos organismos, mas deixa as propriedades intactas. Ou a de certos organismos anormais, que são também favorecidos pela porta de morte.

Um legislador sobre o assunto, um Estado que se pretende igual e democrático não pode privilegiar o direito de uma corrente religiosa ou moral, por mais respeitável que ela possa parecer, mas procurar atender a necessidades da sociedade como um todo. Justamente porque se busca a equidade nas legislações de igual abstração, que só podem ser objeto de escolha individual, é que a atual legislação sobre aborto não é capaz de atender a situação social concreta, sobrevivendo em meio a uma injustiça de fato, que atinge milhares de mulheres.

Nota: Voltaremos ao assunto num próximo número. Para quem quiser ter uma visão de conjunto desta questão, veja o assunto, indicamos o livro "O que é o aborto", publicação da Frente de Mulheres Feministas, editada pela Cortez Editora.



Apesar da proibição legal — ou por causa dela — calcula-se que há anualmente no Brasil mais de três milhões de abortos.

Figura 12: Mulherio, vol. 1, 1981, p. 4-5.

É o que também demonstra a chamada em destaque na diagramação do texto: “Apesar da proibição legal – ou por causa dela – calcula-se que há anualmente no Brasil mais de três milhões de abortos” (Mulherio, 1981, vol. 1. p. 5). A proibição legal do aborto funciona aqui como um saber institucionalizado que serve de instrumento para a manutenção do exercício de poder do governo sobre a população e a reprodução humana. A posição institucional e autorizada confere a este saber a condição de verdade, o que contribui fortemente para a legitimação, a proliferação e a positividade do poder sobre a população (FOUCAULT, 2008b). Com isso, a leis individualizam os sujeitos, sujeitando-os a dadas formas de se conduzir, e, ao mesmo tempo, inserindo-os em uma massa global que possibilita a multiplicação das forças e a “disciplinarização dos corpos” (FOUCAULT, 2001, p. 184). No interior deste dispositivo, a lei contribui para o exercício da biopolítica, atuando por meio de normas que visam proteger, regular, corrigir e administrar a vida da população.

Observando a materialidade linguística, verificamos que a relação sintática estabelecida pelas locuções conjuntivas “apesar da” e “por causa dela” funcionam como um pré-construído, que resulta em determinados efeitos de sentido e que demonstra os jogos de saber-poder aí implicados. A organização sintática do enunciado possibilita compreender que a prática do aborto ocorre mesmo que haja a proibição legal ou, ainda, em função dessa proibição. Os efeitos de sentido de concessão e causa permitem identificar distintos usos dos saberes ou, melhor dizendo, distintas estratégias no interior das relações de poder. Isso porque a proibição legal é um saber institucionalizado que contribui para o dispositivo, estabelecendo normas de interdição ao aborto e, também, procedimentos de incitação e estimulação.

Para localizar essas relações de poder, é preciso, antes, compreender o que ocorre na legalidade e na ilegalidade. O que se compreende por ilegal no campo da legalidade é o aborto, o “não deixar viver” ou, ainda, o “fazer morrer”, práticas discursivas contrárias às da biopolítica do Estado, que privilegiam o “fazer viver”. O fato de o aborto ser praticado “apesar da” ou “por causa da” condição de ilegalidade constitui um antagonismo que funciona como resistência à lei, isto, é, como uma tentativa de dissociação do poder exercido pela legalidade. Este dispositivo funciona, portanto, através do antagonismo de estratégias de proibição e incitação; um saber que é utilizado para fins de controle e interdição do “fazer morrer”, acaba proliferando ainda mais sua prática. Por ser proibido, o aborto tem que ser esmiuçado, detalhado, confessado para melhor controle da lei, o que leva o sujeito a duas opções possíveis: submeter-se à vigilância e à confissão constantes ou resistir a elas. Se o funcionamento deste dispositivo se caracteriza por um “antagonismo das estratégias” (FOUCAULT, 1995, p. 234), podemos dizer que, quanto mais confesso for o aborto, mais seus detalhes serão proliferados, promovendo uma incitação a esses discursos.

A organização do poder em torno da vida da população tem como instrumento principal a lei, que instaura normas aos sujeitos, inscrevendo-se, assim, no interior de um dispositivo que funciona positivamente na extração de forças e utilidade do corpo (FOUCAULT, 2001). Além disso, os efeitos deste dispositivo são históricos, pois são os acontecimentos e os movimentos da história que possibilitam a emergência e o uso dos saberes na manutenção e na proteção da vida. A proibição legal, a impossibilidade de permitir o aborto por vontade do próprio sujeito, é efeito da organização social da época, em que os saberes da justiça, juntamente aos saberes médicos, foram mobilizados em favor da atuação do Estado sobre os fenômenos da população.

A possibilidade de falar de aborto, a partir deste lugar, deve-se ainda à posição legitimada de acadêmicas e feministas e, também, devido à possibilidade de manifestações e às transformações sociais resultantes da abertura política. É importante destacar que, na época, a legalização do aborto foi também amplamente discutida nos jornais, em reportagens que questionavam a posição da população em relação ao tema (BARSTED, 1992). As relações de poder que habitam o discurso do aborto na época também dão a ver a existência de outras técnicas de controle e administração da vida, como podemos verificar nos enunciados seguintes:

(1) Na verdade, o que se esconde por trás desse debate aparentemente moral, é uma discussão política da maior importância: quem deve controlar a reprodução humana? Os homens, o Estado ou as mulheres, que têm o seu próprio corpo envolvido?

Pois bem, se nos enunciados anteriores vimos materializarem-se técnicas legislativas de interdição e regulação do aborto, nos enunciados acima, podemos verificar marcas de um discurso que se prolifera fortemente na época: o sexo também é político. A constituição histórica do domínio da sexualidade ou, mais especificamente, o da reprodução humana marca os sujeitos dando-lhes a condição de sujeito a um corpo que necessita de cuidados constantes para fins de controle de uma massa coletiva. Analisando o nível intradiscursivo dos enunciados em (1), vemos a atualização de um “debate moral”, que pode ser localizado historicamente nas práticas religiosas de disciplina e governo dos outros. A moral, o conjunto de regras de conduta em sociedade, é instrumento do governo das ações dos sujeitos, atualizando, de certa forma, o funcionamento do “poder pastoral” que visa, por meio do controle da reprodução, a “salvação da alma” dos sujeitos. No entanto, o contexto da década de 1980 é marcado por uma organização de poder distinta: entra em jogo o Estado, que utiliza as leis, os tratados médicos e os saberes científicos em nome da saúde individual e coletiva da população. No poder do Estado, o discurso da “salvação da alma” dá lugar àquele da “proteção da vida”. Em suma, neste período não é a alma que pode ser condenada, e sim o “homem espécie” que pode ser punido com a perda da vida (FOUCAULT, 2008a).

A pergunta retórica “*quem deve controlar a reprodução humana?*” materializa questões biopolíticas próprias da época, marcada por um contexto histórico de mudanças e desenvolvimento de políticas de natalidade no país. Considerando a posição assumida pelo sujeito – o sujeito fala de um jornal feminista –, a resposta implícita é a

de que a reprodução humana deve ser controlada pelas mulheres. Além disso, há na materialidade linguística, um processo de subjetivação “*ou as mulheres que têm seu próprio corpo envolvido?*”, que pode ser compreendido como estratégia de resistência às formas de objetivação do corpo feminino. Assumir-se como sujeito de sua sexualidade e de seu próprio corpo funciona como tentativa de dissociar as relações de poder, melhor dizendo, o uso dos saberes médicos que examinam e objetivam o corpo, a disciplina e o controle exercidos pela Lei e pelo Estado.

Vejamos, por fim, como o discurso feminista produzido pelo *Mulherio* materializa os saberes da governamentalidade no enunciado seguinte:

(2) *Ao legislar sobre o assunto, um Estado que se pretenda leigo e democrático não pode privilegiar a opinião de uma corrente religiosa ou moral, por mais respeitável que ela possa parecer, mas procurar atender às necessidades da sociedade como um todo.*

Novamente entram em jogo as estratégias de controle sobre a população que caracterizam este dispositivo da reprodução. Analisando a posição-sujeito do enunciado, compreendemos que o sujeito se opõe à participação de “*corrente religiosa ou moral*” no debate do aborto, uma vez que seus discursos primam pelo “direito à vida desde a concepção”. O sujeito se opõe marcadamente ao discurso religioso na criação de leis sobre o aborto, mas, apesar disso, não elimina a participação do Estado nesta decisão. De acordo com o sujeito, o Estado não deve adotar princípios religiosos nas leis, e “*sim procurar atender às necessidades da sociedade como um todo*”, ou seja, ter como alvo principal a população.

É na população que o Estado concentra suas técnicas de governamentalidade, uma vez que o governo da população, com vistas a manter a segurança e o bem-estar dos indivíduos, favorece suas técnicas de poder. Desta forma, o sujeito se constitui em conformidade aos procedimentos da governamentalidade, pois atesta o procedimento que inscreve o corpo de cada indivíduo em uma anátomo-política, tornando-o ponto útil de multiplicação de forças no interior de uma coletividade. O enunciado demonstra, então, um movimento de contradição em relação aos enunciados anteriores. Se antes o sujeito se posiciona em favor da decisão da mulher sobre o próprio corpo, aqui o sujeito legitima as técnicas de governamentalidade, submetendo-se ao poder do Estado no estabelecimento de normas à prática do aborto.

Com isso podemos dizer que este sistema de enunciabilidade se caracteriza, neste momento, pela possibilidade de emergência do tema aborto no interior de uma biopolítica que participa de práticas de governamentalidade. Logo, há uma regularidade marcada por enunciados que funcionam como ponto de resistência à legislação que interdita o aborto e que, ao mesmo tempo, materializam o poder do Estado em medidas e estratégias de controle sobre a vida da população. Prosseguindo as análises, buscaremos descrever e compreender os sentidos produzidos na repetição do tema aborto, suas condições e possibilidades de aparecimento e, ainda, como se inscreve em jogos de saber-poder. Analisaremos, então, a reportagem intitulada “*Aborto*”¹⁰ (*Mulherio*, vol. 15, 1983, p. 3), na qual há a manifestação de uma feminista representante do grupo SOS Corpo de Recife a respeito da atuação de determinadas instituições no campo da reprodução.

Ao observar a organização da página, o que salta aos olhos, a princípio, é a materialidade não-verbal, disposta no centro da reportagem. Composta pela imagem de mulheres em uma manifestação de rua, com destaque para o cartaz estampado com os dizeres “*Nosso corpo, nós decidimos*”, temos a materialização de um discurso que irrompe no campo da sexualidade, em condições de protesto contra o controle exercido sobre o corpo das mulheres. Temos novamente, neste lugar, a emergência do discurso “o sexo é político”, uma vez que sua materialização faz aparecer relações de poder e pontos de resistência nos modos de subjetivação do corpo. Partindo do pressuposto de que o enunciado não é, necessariamente, uma sequência linguística, uma frase, nem uma proposição, e sim qualquer tipo de materialidade significante (FOUCAULT, 2012a, p. 102), compreendemos o conjunto de imagem mais frase como um enunciado que produz efeitos de sentido e que legitimam o sexo como componente das lutas políticas das mulheres.

¹⁰ Devido à baixa resolução da imagem disposta no texto de análise, apresentamos o conteúdo dessa reportagem digitalizado em anexo.

"Uma coisa é a política antinatalista do governo, pressionado pelo FMI; a postura natalista da Igreja e dos setores de esquerda. Outra é o programa de planejamento familiar do Ministério da Saúde, tal como está sendo montado e distribuído por aí. Outra discussão é a oferta da contracepção, hoje. E uma outra, ainda, é a gente no meio de tudo isso."

(Sônia do SOS Corpo, de Recife, no Encontro de Brasília)

O assunto está aí. Apesar de em seu 1º Congresso as mulheres paulistas já terem chegado à resolução de denunciar amplamente o aborto clandestino e a década de 80 ter sido aberta com a ação direta das feministas cariocas no caso das duas moças flagradas numa clínica de aborto em Jacarepaguá, o fato é que ainda hoje, às vésperas do 22 de Setembro — Dia Nacional de Luta pela Legalização do Aborto, aprovado por 300 representantes de 57 grupos feministas de todo o País no Encontro sobre Saúde, Sexualidade, Contracepção e Aborto realizado em março, no Rio de Janeiro — o assunto permanece polêmico e obscuro.

Muitos temores correram (e correm) por baixo do pano dessas discussões. Num País onde os direitos elementares de saúde estão longe de serem cumpridos, será certo destacar o aborto enquanto questão social? Como enfrentar a poderosa influência da Igreja? E o grande número de mulheres católicas organizadas nas comunidades de base, como reagirão?

Estas são algumas das perguntas que tantas vezes nos fizemos e nos fizemos, mas que ainda não sabemos responder. Sabemos que nós, mulheres brasileiras em idade fértil, temos abortado muito e dolorosamente. Sabemos que para nós a possibilidade de abortar é talvez mais presente que a de dar à luz. Que a contracepção é um problema nunca inteiramente resolvido, uma preocupação cotidiana. E que vivemos (e morreremos) num País onde a mortalidade infantil alcança, no Ceará, o incrível percentual de 50%. Onde a cada duas vidas que geramos, uma é abortada. Aborto provocado? Por quem?

Como abortamos

Carregada de feiras misturas de pinga ou vinho com ervas mals ou mesmo tóxicas; Pílula Contra (feita de uma árvore da Amazônia, muito usada no Maranhão; chá de alface-mãe, patchouli, quina-quina, fedegão; gotas misturas de formol, iodo e álcool-resol; sonda, taço de couve, fio de luz, pedaço de arame. (Hemorragia). As privilegiadas (privilegiadas?) fazem curetagem, com médicos mais ou menos sôrdidos.

Estes são alguns dos métodos usados pelas mulheres brasileiras para praticar esse

ABORTO

inominável que é o aborto e que a maioria prefere chamar "descer" ou "arrtar filho". Drogas e objetos estranhos que nos enfiam ou deixamos enfilar pela boca e vagina, no desespero de arrancar alguma coisa que a revelia nos cresce no ventre.

O preço é muito alto sempre. De perfuração no útero à própria vida, pagamos ainda em dinheiro emprestado, quantias que vão, hoje, de 30 a 300 mil cruzeiros (amanhã será muito mais) para sustentar um comércio criminoso e por isso mesmo tão bem remunerado. Para as seqüelas, impiedade que pode custar nossa própria capacidade de gerar, como demonstra Hildete Pereira de Melo, economista, em suas pesquisas nos hospitais do INPS do Rio (Mulherio n. 7, Julho Agosto de 1982).

E primavera

É por estas razões que o 22 de Setembro não será certamente um dia marcado por manifestações públicas de massa, como era nome poderia sugerir, e isso ficou claro nos depoimentos que recebemos de feministas de vários Estados — pessoalmente, por carta ou telefone.

Mas o início da primavera marcará, este ano no Brasil, um amplo debate sobre o aborto. A palavra maldita poderá ser ouvida ao mesmo tempo num programa de rádio dirigido às donas-de-casa de Olinda, em Pernambuco, e em debates públicos, dentro e fora das Universidades, em Florianópolis, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Luís do Maranhão e São Paulo. E ainda subindo a rampa do Planalto, em Brasília, na forma de um anteprojeto elaborado pelas feministas cariocas e que deverá somar-se ao da deputada Cristina Favares (PMDB-PE), já existente.

Embora tenham sido unânimes em aproveitar o dia para discutir o assunto política-

mente, os grupos feministas com que tivemos contato de modo geral concordam que uma campanha pela legalização do aborto hoje, no Brasil, encontrará sérios obstáculos nas bases que trabalham. Exceção feita às cariocas, que têm atuação direta em casos como o de Cleira (Mulherio n. 2, julho-agosto de 1981) ou das moças de Jacarepaguá, sem se ligarem diretamente ao movimento popular. Elas colocam sua contribuição no âmbito da atuação pela imprensa, assumindo o papel de amplificadores de um grito ainda sufocado.

"Dia 21 pretendemos fazer um grande debate", conta Clair Castilho Coelho, vereadora do grupo feminista Violência, de Florianópolis. "Não dá para fazer palestra ou ato público, o que dá é para jogar o tema em discussão."

Embora o aborto infectado seja a segunda causa de mortalidade materna em Florianópolis, "a população não consegue ouvir o assunto tranquilamente", diz Clair. "As poucas pessoas que acham que devem ser descriminalizado pensam assim: por razões médicas e não do ponto de vista da mulher decidir sobre o próprio corpo. Por isso penso que o debate deve trazer alguma luz para o feminismo e da saúde pública, para que se possa analisar os vários lados da questão."

Falando de longe do movimento organizado, considera Sônia Rosset, do Departamento de Psicologia da Universidade da Paraíba:

"Agora, como o pessoal está reagir... tenho a impressão que muito mal. É que a Igreja lá é uma Igreja dita progressista, mas que nunca vai se colocar a favor da descriminalização do aborto." Ela conta que as poucas feministas de João Pessoa têm-se desmontado, mais que com o aborto, com brutais assassinatos de mulheres por seus ex-maridos.

De São Paulo, Vera Soares exprime uma opinião quase unânime entre as entrevistadas, particularmente do Maranhão e Pernambuco: a necessidade do aborto ser focalizado no quadro do planejamento familiar e das condições de saúde da mulher. Diz ela:

"É fundamental obter a descriminalização, pois o aborto praticado no clandestinato impede o controle das condições em que é realizado. Não há como conter os abusos contra as mulheres. Mas veja, não há como pensar em aborto livre se as condições de saúde são o que são. A luta pelo aborto é inseparável da luta pela saúde da mulher."

Maria Celina Borges, de Belo Horizonte, contribui com a experiência de base do grupo Sempre Viva:

"A realidade que temos encontrado é de uma grande influência da Igreja sobre as mulheres, chegando ao ponto de um padre intervir diretamente nas reuniões de grupo, polemizando muito na questão dos anticoncepcionais e do aborto. Num bairro de Contagem havia uma questão muito comum ao movimento popular: as reuniões tinham que ser realizadas em local da Igreja." E continua dizendo que "mais do que a descriminalização do aborto, é preciso que todas tenhamos acesso a ele. O aborto deve ser assumido pelo serviço de saúde do Estado, deve ser gratuito. E é preciso que este serviço melhore, e muito. Pois hoje é de dar medo pensar em fazer um aborto pelo INPS..."

Restam ainda muitas questões a se pensar. O perigo de nossas reivindicações serem capitalizadas por setores os mais conservadores e controlistas do Governo, e o conflito causado pelo uso de verba de instituições internacionais envolvidas com o controle das populações do 3º mundo. E ainda, e principalmente, o nosso direito de não abortar: informação e acesso aos meios de contracepção para engravidar apenas quando queremos; silêncio e alegria para nossos filhos, o prazer de amamentar; creches. O direito à maternidade compartilhada com nossos homens e toda a sociedade.

Inês Castilho



Figura 13: *Mulherio*, vol. 15, 1983, p. 3.

Visto que a reportagem trata de acontecimentos de um período específico, no qual há intensa proliferação de medidas "controlistas" e a instauração de regras e posicionamentos no campo da reprodução, podemos verificar um campo de coexistência entre séries de formulações anteriores e este enunciado, o que atesta sua historicidade e sua função de suporte para o conteúdo do texto. A produção destes enunciados é efeito

histórico de dadas práticas discursivas no campo da sexualidade, o que permite vislumbrar posicionamentos, deslocamentos ou manutenção de sentidos. Considerando que o enunciado não surge isoladamente, isto é, que “o enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2012a, p. 118), analisaremos como este enunciado não-verbal se relaciona com o enunciado verbal, mais especificamente, com a chamada em destaque na reportagem.

(3) *“Uma coisa é a política antinatalista do governo, pressionado pelo FMI; a postura natalista da Igreja e dos setores de esquerda. Outra é o programa de planejamento familiar do Ministério da Saúde, tal como está sendo montado e distribuído por aí. Outra discussão é a oferta da contracepção hoje. E uma outra, ainda, é a gente no meio disso tudo” (Sônia do SOS Corpo de Recife no Encontro de Brasília).*

A partir do final dos anos 1970, as questões reprodutivas começam a ser discutidas no país, no contexto de uma luta geral que pretendia retomar os direitos políticos básicos confiscados pela ditadura militar. O movimento feminista no Brasil se inseriu nessas lutas, assumindo “objetivos gerais e específicos” e questionando, principalmente, as medidas instauradas no campo da reprodução (SCAVONE, 2004, p. 56). Neste período, determinadas instituições exerceram forte pressão nas decisões do poder público, com vistas a combater a legalização do aborto no país. A política antiaborto foi fortemente endossada por membros da Igreja Católica, bem como pela “efetivação no país de políticas internacionais de controle da natalidade, as quais, graças à omissão do Estado brasileiro, influenciaram os rumos da fecundidade das mulheres brasileiras” (SCAVONE, 2004, p. 57).

Na década de 1980, o país sofreu constantes pressões do Fundo Monetário Internacional para que houvesse uma queda da natalidade, como condição de acordos financeiros. Seguindo o preceito neomalthusiano de que quanto menor o crescimento populacional, maior o acúmulo de riquezas, o Estado deu abertura para projetos de saúde pública que reduzissem os nascimentos e controlassem a densidade demográfica. Além disso, a esterilização feminina foi amplamente disseminada como principal método contraceptivo, em detrimento de métodos não definitivos como a pílula, por exemplo. O acesso a informações e a métodos contraceptivos era difícil entre as parcelas mais pobres da população no início da década.

Considerando este contexto histórico, verificamos que os enunciados materializam práticas de controle e disciplinarização dos sujeitos no interior de uma biopolítica da reprodução, demonstrando diferentes posições na organização dessas relações de poder. Instituições como o governo, o FMI, a Igreja, os setores de esquerda e o Ministério da Saúde mobilizam saberes específicos sobre a sexualidade, com o intuito de fortalecer e produzir poderes sobre o corpo. A constituição histórica desses discursos evidencia um dispositivo no qual os saberes médico, econômico, político e religioso esmiúçam e delineiam informações sobre o corpo, instaurando normas e procedimentos disciplinares para os sujeitos. A materialidade linguística dá a ver um sujeito que não é sujeito-dono de seu corpo, e sim efeito de processos históricos e de saberes econômicos e políticos, situando-o, ainda, como objeto da medicina e das estratégias de governamentalidade e de biopoder.

O enunciado *“E uma outra, ainda, é a gente no meio disso tudo”* corrobora o processo de subjetivação do sujeito pelas instituições e pelos saberes mobilizados, pois dá a ver o modo como o sujeito se insere nessas relações: como objeto detalhado por saberes que contribuem para as técnicas de controle e, ainda, como corpo útil que fortalece e multiplica os poderes. Ao mesmo tempo em que os enunciados demonstram uma objetivação do sujeito pelos saberes médico, econômico e religioso, também demarcam um lugar institucional ocupado pelo sujeito que enuncia, evidenciando a emergência desses discursos como forma de resistência às práticas de objetivação do sujeito. A autoria da fala atribuída à *“Sônia do SOS Corpo de Recife no Encontro de Brasília”* permite verificar efeitos de sentido que estabelecem pontos de resistência e práticas de subjetivação. O pertencimento a este lugar institucional, o *“SOS Corpo”*, faz aparecer um conjunto de medidas políticas em prol dos direitos das mulheres sobre o próprio corpo. Do ponto de vista discursivo, podemos dizer que esta posição-sujeito evidencia práticas discursivas que *“ajudam”*, que possibilitam novas formas de subjetivação, mais especificamente, de se assumir como sujeito do próprio corpo.



O lugar de onde fala o sujeito, a partir de uma instituição chamada “*SOS Corpo*”, produz efeitos de sentido de subjetivação como forma de resistência, assim como a imagem que serve de suporte para a reportagem. Com isso, podemos dizer que os processos de objetivação e subjetivação destes enunciados mantêm relações com esta materialidade não-verbal. O enunciado “*Nosso corpo, nós decidimos*” produzido em condições de manifestação contra a objetivação exercida pelo Estado, pela Igreja, pelo Ministério da Saúde e pelo FMI sobre o corpo das mulheres, é efeito dos processos históricos e das práticas biopolíticas que se deram na época. Há neste enunciado um processo de subjetivação como

resistência aos saberes e poderes dessas instituições. O quadro histórico mostra que o feminismo no país ganhou maior espaço de manifestação, uma vez que se inseriu em lutas gerais e específicas e se legitimou como movimento social relevante para a organização política da época (BARSTED, 1992). Assim sendo, as mulheres tiveram a possibilidade de produzir enunciados nos quais se assumem como sujeito de sua própria sexualidade, como estratégia para exercer controle sobre o próprio corpo e reprodução.

Eis o acontecimento discursivo: estes enunciados materializam práticas de subjetivação e irrompem no momento em que há intensa proliferação de práticas de objetivação do corpo, estabelecendo uma relação de refutação e produzindo novos efeitos de sentido. Esses efeitos de sentido implicam novas formas e possibilidades de subjetivação, bem como práticas discursivas que buscam dissociar o poder exercido pelas instituições nas decisões sobre o corpo das mulheres. Desta forma, podemos concluir que as condições históricas de produção desses discursos contribuem para um sistema de enunciabilidade que determina: i) processos de objetivação do corpo feminino pelos discursos médico, econômico, político e religioso; ii) uso de saberes específicos e técnicas de governamentalidade e biopoder sobre a reprodução e iii) novas possibilidades de subjetivação como forma de resistência ao controle e à disciplinarização dos corpos.

Há, desta forma, uma manutenção dos sentidos em relação aos enunciados produzidos em 1981, pois os discursos do *Mulherio* demonstram em 1983, ainda, o uso de técnicas de vigilância da saúde do corpo, de uma anátomo-política que objetiva a multiplicação das forças do Estado a partir da reprodução da população. Além disso, os discursos analisados colocam em jogo a subjetivação como possibilidade de resistência aos poderes das instituições envolvidas. Este dispositivo funciona, portanto, em função da mobilização de saberes específicos que detalham o corpo feminino instaurando relações de poder entre os sujeitos e práticas de regulação e disciplina.

Passaremos, então, à análise da repetição do tema aborto nos anos posteriores do jornal *Mulherio* a fim de verificar se há manutenção ou transformação de sentidos, além de descrever as configurações de saber-poder neste dispositivo durante a década de 1980. Nos anos seguintes, o processo de redemocratização do país prossegue ainda num ritmo lento e gradual, porém com fortes transformações no cenário político. No ano de 1985, há a eleição, ainda que por indicação do Congresso Nacional, do presidente Tancredo Neves. A transição do governo Figueiredo (1979-1985) para o governo Neves representou avanços para o fim do regime militar, sendo o ano de 1985 um marco político, pois pela primeira vez em vinte e um anos um presidente civil era eleito e não um presidente militar (FERREIRA, 1996).

Com a eleição de Tancredo Neves, o Brasil começa o período da “Nova República”, denominação considerada inadequada, pois a transição política foi mediada e controlada ainda pelo regime militar. A continuidade do projeto de redemocratização do Brasil foi dada por José Sarney, que ocupou o cargo da presidência devido ao falecimento de Tancredo Neves. Foram propostas mudanças no Legislativo no que concerne à liberdade eleitoral da população, às eleições diretas, à criação de novos partidos e, sobretudo, à reescritura do principal documento legislativo brasileiro: a Constituição Federal (FERREIRA, 1996). O contexto de redemocratização e de reescritura da Constituição favoreceu maior abertura ao movimento de mulheres “o que levou as feministas a iniciarem um diálogo mais articulado com os partidos políticos e, principalmente, com as candidatas feministas às eleições legislativas” (BARSTED, 2009, p. 237).

Tais acontecimentos históricos possibilitaram a emergência do discurso feminista pró-aborto no contexto da Constituinte, principal instrumento legislativo que poderia, de fato, regulamentar os direitos dessa prática. Com isso, o movimento feminista passou a incentivar fortemente a participação das mulheres na Constituinte, postura materializada no enunciado “*Mulher, garanta seus direitos participando da Constituinte*” (*Mulherio*, vol. 25, 1986, p. 14). Podemos compreender esta materialidade como efeito dos acontecimentos históricos vividos pelas mulheres neste período: era chegado o momento propício para as transformações requeridas na Lei pelas feministas e, sobretudo, para a legitimação política dos “direitos reprodutivos”, debate outrora reservado apenas ao campo privado (VENTURA, 2006, p. 213). O funcionamento linguístico do enunciado, construído no modo imperativo, permite interpretar efeitos de sentido de incitação à participação feminista na Constituinte. É, portanto, o acontecimento histórico marcado pela reescritura da Constituição e pela luta das mulheres por seus direitos na lei que possibilita a emergência deste tipo de enunciado, neste lugar.



Figura 14: *Mulherio*, vol. 25, 1986, p. 14

Verificamos, do mesmo modo, marcas dessas práticas discursivas em enunciados produzidos no ano de 1986, no artigo intitulado “*Constituinte. Vamos batalhar esse debate*”¹¹ (*Mulherio*, 1986, vol. 24, 1986, p. 16-17). Assinado pela pesquisadora Ethel Leon, o artigo descreve a situação do processo de legalização do aborto na época. O conjunto de enunciados aí produzidos permite identificar as condições que possibilitaram a emergência desses discursos neste lugar, as marcas do interdiscurso na formulação desses dizeres e, ainda, os jogos de saber-poder que habitam esses enunciados. O enunciado que intitula o artigo tem no nível intradiscursivo uma escolha lexical cujo conteúdo semântico faz emergir uma memória relacionada ao movimento feminista. O verbo “*batalhar*” aciona acontecimentos históricos anteriores – o sufrágismo, as manifestações nas ruas, as organizações de mulheres operárias, etc. –

¹¹ O artigo “*Constituinte. Vamos batalhar esse debate*” vem digitalizado em anexo.

que consolidaram o feminismo como movimento de *luta* das mulheres por direitos iguais. Nesse sentido, podemos identificar na expressão imperativa “*vamos batalhar esse debate*” um trajeto de sentidos históricos e sociais, vestígios de práticas discursivas anteriores que constituíram o feminismo como movimento de militância pelos direitos das mulheres. Ao acionar essa memória discursiva, o enunciado tem efeito de lembrança a enunciados anteriores e, ainda, de reposta às práticas discursivas da década de 1980, que restringiam o debate do aborto ao campo da ilegalidade.

CONSTITUINTE. CONSTITUINTE. CONSTITUINTE. CONSTITUINTE

Apesar das freqüentes queixas e críticas dirigidas aos partidos políticos em geral, impermeáveis às questões e candidaturas femininas, as mulheres vêm discutindo em todo o país os direitos a serem conquistados na próxima Constituição.

Mulherio vem recebendo inúmeras sugestões de temas a debater no próximo período: maternidade, trabalho doméstico, exercício da sexualidade, enfim, tudo que afete a vida das mulheres.

Neste número tratamos de três temas bastante intrincados entre si: a polêmica liberalização do aborto, uma visão de Emir Sader dos direitos do corpo e dos direitos à propriedade da terra e ainda uma contribuição de Florisa Verucci, que faz parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a respeito das mudanças a propor no texto constitucional sobre a família.

Esperamos que os textos publicados contribuam para o debate. E ainda, pedimos a nossas leitoras e leitores que escrevam, relatem suas discussões e suas sugestões.

Animo, moçada!

INTE. [ITUI]

NTE. CONSTITUINTE. CO
NSTITUINTE. CONSTITU
[N]

CONSTITUINTE.

Vamos batalhar esse debate

ABORTO: ALTO RISCO NA CONSTITUINTE

De todos os debates relacionados com a questão feminina na futura Constituinte, o mais polêmico, seguramente, é o do aborto. Antiga reivindicação das mulheres, a legalização do aborto cada vez mais assume dimensões ditas “ideológicas”, ganhando sempre contornos que por mais apelativos que sejam (lembrem-se do Grito Silencioso?) são incapazes de responder aos dramas vividos anualmente por cerca de 3 milhões de brasileiros obrigados a recorrer a curiosas, profissionais inescrupulosos, passando riscos de vida, humilhações, enfim...

Para o movimento de mulheres no Brasil, o aborto tem sido preferencialmente tratado como uma questão de saúde da mulher. Reconhecidas as dificuldades de acesso à contracepção e sua falibilidade, considera-se o aborto um mal necessário para interromper gravidez não desejada. Uma questão de saúde, uma vez que o objetivo de legalizar a prática do aborto não se desvincula de uma política global de direitos reprodutivos, onde o

16 Mulherio

Figura 15: *Mulherio*, vol. 24, 1986, p. 16-17.

Neste sentido, podemos ainda identificar na chamada que antecede a matéria, “*Aborto: alto risco na Constituinte*”, outros traços das condições de produção destes discursos no ano de 1986. Seguindo o método arqueológico, que questiona ao enunciado quais são suas condições de aparecimento e quais são os enunciados que repete, refuta ou transforma (FOUCAULT, 2012a), podemos compreender sua irrupção num campo de atualidade marcado pela seguinte regularidade: as possibilidades de se falar de aborto na Constituinte eram restritas, pois a posição-sujeito assumida neste lugar não autorizava a produção de enunciados favoráveis à legalização desta prática. Isso se deve ao funcionamento deste dispositivo do aborto, marcado pela proliferação de leis e estratégias políticas, que planejavam regular a reprodução no Brasil na década de 1980. Se a lei é o principal instrumento de controle e disciplina do Estado sobre a população, e se seu objetivo principal nesta época era exercer o poder sobre a reprodução humana – seja na diminuição demográfica por meio do planejamento familiar, seja na estratégia do “fazer viver” através da proibição do aborto –, podemos compreender o “*alto risco*” do aborto na Constituinte como materialidade que evoca as condições restritas e limitadas de produção deste discurso, neste lugar e nesta época.

Além disso, a materialidade faz emergir uma série de formulações anteriores ligadas à legislação do aborto, tais como os procedimentos de interdição postos em discurso no contexto dos anos 1940, época em que foi promulgada a primeira versão do Código Penal. Naquele período, o aborto no contexto da lei era, também, regulado por procedimentos de interdição que resultaram na ilegalidade da prática como forma de manter o controle sobre a reprodução (VENTURA, 2006, p. 233). Deste modo, podemos considerar a expressão “*alto risco*” uma materialidade que, ao mesmo tempo em que faz emergir as condições restritas de produção deste discurso, demonstra a existência histórica de formulações anteriores que interditam a prática do aborto. Temos, assim, efeitos de lembrança e repetição de enunciados anteriores que funcionam como procedimento de interdição ao aborto e, ainda, como técnica de poder das leis e do Estado exercida sobre a reprodução humana no Brasil.

A análise das condições de produção desse conjunto de enunciados, no contexto da Constituinte, permite constatar também que a posição assumida pelo sujeito, a partir do *Mulherio*, frente à ilegalidade do aborto, pode resultar em estratégias e pontos de resistência à legislação penal. Vejamos as sequências discursivas a seguir:

(4) *Mudança no Código Penal – situar o debate nesse terreno é difícil. Fechando os olhos ao número escandaloso de sequelas e mesmo morte por abortos praticados na ilegalidade, forças de direita em geral (mas também de esquerda) e, sobretudo, a Igreja Católica vêm promovendo uma campanha contrária à legalização do aborto ou mesmo à regulamentação dos casos permitidos por lei (estupro e perigo de vida para a mãe). De todo o jeito, o aborto hoje é matéria do Código Penal. Nada existe na Constituição brasileira que recrimine sua prática. Bastaria mexer no Código Penal para legalizar o aborto sem mexer numa só linha da atual Constituição.*

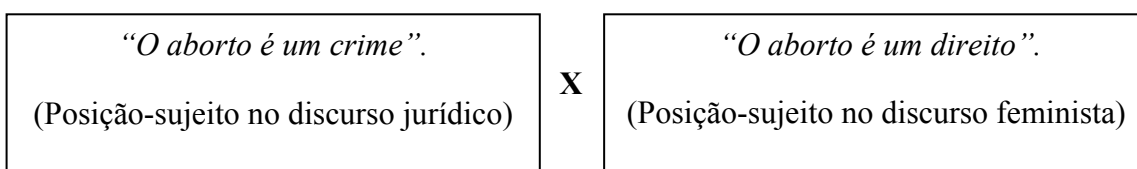
Os enunciados acima corroboram as condições restritas de produção do discurso da legalização do aborto na Constituinte, pois demonstram as dificuldades de debater o tema na organização social da época, e demarcam a posição de autoridade de distintas instituições ao enunciar sobre a questão, tais como as “forças de direita” e “de esquerda”, e a “Igreja Católica”. A oposição marcada entre instituições religiosas e políticas e as feministas, nesses enunciados, faz aparecer uma série de conflitos históricos, na medida em que atualiza práticas de uma memória discursiva, mais especificamente, os procedimentos religiosos de regulação e confissão sobre a sexualidade, e o controle político do Estado sobre a vida da população.

Apesar dessas condições restritas, podemos identificar brechas que possibilitam a emergência do discurso do aborto na lei, uma vez que existem “casos permitidos por lei”, como o “estupro e o perigo de vida da mãe”. Contudo, podemos dizer que, ainda que seja possível falar de casos legais para a prática do aborto, esta possibilidade é regulada por condições ligadas à saúde, à manutenção das forças do corpo e ao comportamento considerado “normal” na sexualidade. Até mesmo a legalidade do aborto é habitada por saberes que regulam e multiplicam os poderes exercidos sobre o corpo das mulheres. Logo, mesmo os casos de aborto legal são controlados e regulados, pois a distribuição de saberes e as organizações de poder não deixam de existir; o que ocorre são transformações nas relações de saber-poder à medida que se modificam as práticas discursivas. Com isso, compreendemos que as relações entre saberes e poderes neste dispositivo contribuem para a circulação dos seguintes discursos: i) é preciso regular para cuidar; ii) é preciso vigiar para preservar o corpo; iii) é preciso criar leis e condições para o aborto a fim de gerir a vida.

Ademais, atentamos para o modo como as feministas mobilizam as condições e as possibilidades de produção do discurso na forma de estratégia à proibição do aborto na lei. Pois bem, a Constituição é entendida como a lei fundamental e suprema de um

Estado, cuja finalidade é “estabelecer o conteúdo referente à composição e ao funcionamento da ordem política desse Estado (organização do poder, distribuição da competência, exercício da autoridade, direitos individuais e sociais da pessoa humana, etc.)” (PAULO, 2006, p. 5). Por outro lado, o papel do Código Penal está no estabelecimento de normas de conduta pelo viés da punição pelas ações desviantes.

Neste sentido, observemos os enunciados: “*De todo o jeito, o aborto hoje é matéria do Código Penal. Nada existe na Constituição brasileira que recrimine sua prática*”. A materialidade linguística permite identificar regularidades distintas nos dois códigos e, por conseguinte, possibilidades distintas de enunciação em cada instrumento legislativo. Se no contexto da lei o aborto é considerado um crime e não um direito, sua prática é regulada por excelência pelo Código Penal, ou seja, no interior de um sistema de punição. Desta forma, compreendemos que a prática do aborto se localiza muito mais num regime que controla e pune o ato desviante, do que num conjunto de normas e “possibilidades” para o sujeito. O discurso do aborto na Lei se inscreve em uma regularidade marcada pelo controle e pela punição do sujeito; regularidade bastante distinta daquela que habita o discurso feminista, o que permite identificar um antagonismo discursivo existente entre as posições-sujeito assumidas pela Lei e pelas feministas, esquematizado da seguinte maneira:



O antagonismo discursivo existente entre a Lei e as feministas dá a ver relações de poder que atestam as regras de formação dos discursos sobre a legalização do aborto neste sistema de enunciabilidade. Conforme essas regras, não há possibilidade, a partir da Lei, de falar do aborto como um direito comum a todas as mulheres, o que leva o *Mulherio* a assumir outra posição em seus enunciados a fim de adentrar nessa ordem. O enunciado seguinte corrobora essas regras e dá a ver a estratégia proposta pelas feministas no jornal: “*Bastaria mexer no Código Penal para legalizar o aborto sem mexer numa só linha da atual Constituição*”. Se antes a posição assumida pelo jornal legitimava o aborto como “direito de decidir” (*Mulherio*, vol. 15, 1983, p. 3), agora é

preciso assumir uma posição distinta para que se possa falar de legalização do aborto. As condições e as possibilidades de produção do discurso sobre o aborto na Lei contribuem para que o *Mulherio* deixe de tratar o aborto no contexto dos “direitos”, das possibilidades comuns a todos os sujeitos, para situá-lo em um processo de “descriminalização”, ou seja, para tratá-lo como ato que não deve ser punível por Lei. Em suma, neste momento histórico, as condições de produção do discurso e o lugar ocupado pelo *Mulherio* possibilitam muito mais falar de legalização do aborto no contexto penal que naquele dos direitos constitucionais. E é a partir dessas posições-sujeito e dessas condições de produção que podemos verificar um princípio de rarefação dos discursos da legalização do aborto na Constituinte.

Selecionado, organizado, e distribuído conforme determinadas regras, o discurso traz à tona seus procedimentos de controle e de exclusão. É na rarefação das condições de produção e dos sujeitos que podem falar a legalização do aborto a partir deste lugar, a Constituição, que compreendemos uma transformação no sistema de enunciabilidade que rege este conjunto de enunciados. Nesse sentido, a análise arqueológica voltada para o solo de formação dos discursos (FOUCAULT, 2012a), permite verificar que, mesmo assumindo uma posição feminista favorável à legalização do aborto, os enunciados do *Mulherio* se inscrevem nas regularidades e nos procedimentos de controle legitimados pelo Código Penal. As possibilidades de discurso resultantes dos acontecimentos históricos, da instauração do Estado de Direito e da reescritura da Constituição tornam-se rarefeitas e dão lugar às novas organizações de poder e aos procedimentos de controle do discurso da legalização do aborto. Segundo Foucault, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (2012b, p. 35), o que nos leva a compreender uma das regras principais deste sistema de enunciabilidade: nem todo sujeito tem à sua disposição as entradas na Lei.

No entanto, aí estão as descontinuidades para nos contar essa história da sexualidade e dos direitos reprodutivos no Brasil. Apesar das restrições para falar sobre a legalização do aborto na Constituinte, o *Mulherio* relembra um acontecimento de 1983 (o dia nacional pela legalização do aborto) para retomar o debate em 1987. Antes da promulgação oficial da Constituição Federal, este sistema de enunciabilidade determina que discursos favoráveis ao aborto não têm condições de emergência na Lei. Porém, as feministas encontram novas “brechas” para falar do tema e responder a discursos

anteriores. Vejamos como se dão esses movimentos de retorno e resposta aos discursos na reportagem seguinte.

CONSTITUINTE

ABORTO: MOMENTO DE DECISÃO

HÁ MAIS DE TRÊS ANOS ACONTECEU NO BRASIL O DIA NACIONAL DE LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO. AO CONTRÁRIO DO QUE SE PODERIA ESPERAR, DE LÁ PARA CÁ, A QUESTÃO NÃO AVANÇOU. ALIÁS, ESTÁ AMEAÇADA DE RETROCEDER NA NOVA CONSTITUIÇÃO. ISTO DEFLAGROU UMA REAÇÃO CONJUNTA DOS GRUPOS AUTÔNOMOS DE MULHERES.



Lançamento da campanha de iniciativa popular em São Paulo

SANTAMARIA SILVEIRA

Por pouco as mulheres não perderam o trem da história. Na Carta das Mulheres, o item sobre o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher acabou sendo substituído por uma segunda versão na forma de dispositivo, que não incluiu a questão do aborto por ser matéria pertinente às leis ordinárias. "Fomos ingênuas", analisa a feminista carioca Comba Marques, "ao supor que o aborto não seria levado pelos conservadores para a Constituinte". Para Comba, esse erro mostrou imaturidade e mereceu reflexão: "Adotamos a política da avestruz, evitamos falar sobre o assunto para ver se passava despercebido". Raquel Moreno, feminista paulista, concorda com a colocação e ressalta: "Estamos nos esbarando. De um lado, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher defende que a matéria não é Constitucional; de outro, o movimento autônomo de mulheres pretende manter a luta da conscientização mesmo que os resultados venham a ser obtidos só numa fase pós-constituinte".

A reação das mulheres só veio quando os anteprojetos da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso transformaram o aborto em crime, independente da circunstância em que foi realizado. Até mesmo nos casos previstos pelo atual Código Penal: gravidez resultando de estupro ou quando a gestante sofre risco de vida. Estabelecendo ainda as subcomissões que a vida deve ser protegida desde a concepção. "A aprovação de qualquer uma destas propostas marcaria um retrocesso muito grande na luta da mulher, pois é uma radicalização da questão", afirma a deputada federal Cristina Tavares (PMDB-PE), que propôs um projeto de descriminalização do aborto, derrotado há três anos.

Na tentativa de reverter o quadro negativo, movimentos feministas independentes de mulheres de cinco estados resolveram articular

uma proposta de iniciativa popular, que pode ser encaminhada à Constituinte, desde que subscreva "por 30 mil assinaturas e endossada por três entidades. "Foi a solução que restou, pois a própria dinâmica da Constituinte é muito acelerada", diz Comba, "só teremos até o final de julho para passar os abaixo-assinados". Com a proposta da iniciativa, o movimento de mulheres pretende usar o lastro da sociedade civil para barrar as posições conservadoras.

Proposta Abrangente

Tentando estabelecer parâmetros, a emenda de iniciativa popular das mulheres estipula em seu segundo artigo o prazo de noventa dias para a interrupção da gravidez, cabendo ao Estado a garantia deste direito através da prestação de assistência por meio da rede de saúde pública. "Colocamos o aborto no contexto saúde", explica Raquel Moreno, "porque nos casos dos grupos paulistas, a maioria desenvolve trabalhos junto à periferia, onde as mulheres estão muito próximas da igreja e qualquer lese isolada poderia não ser bem compreendida". A emenda também apresenta uma ressalva de que serão respeitadas as convicções éticas e religiosas individuais. "É um dispositivo usado em muitos países onde o aborto foi regulamentado", explica Comba, "serve para ampliar a questão". Através dessa ressalva, o movimento espera deter a manipulação do aborto pelos controlistas, que desejam acabar com a pobreza, acabando com os pobres.

Apesar de brasileiro ser muito legalista e de o aborto ter sua prática vinculada ao crime, uma consulta popular realizada pelas feministas cariocas, que formaram o grupo "Averta Família para a Constituinte", apurou um índice médio favorável de 60% para a legalização do aborto. Outra pesquisa recente, da revista *Nova*, promovida em 23 Estados brasileiros, apontou que 75,4% de suas leitoras acham que a mulher solteira, separada, divor-

ciada ou viúva deve ter total liberdade para abortar. Porém, mostrou um dado preocupante: 59,9% acham que as casadas precisam da autorização do marido para abortar.

Luta Antiga

Calcula-se que ocorra no Brasil cerca de 3 milhões de abortos, sendo que mais de 200 mil mulheres recorrem à rede do INPS para tratar de hemorragias, perfurações de útero e outras graves infecções provocadas por abortos mal feitos. Isto prova o que todo mundo já sabe: as sequelas do aborto só atingem as classes populares, que não podem pagar clínicas clandestinas especializadas em sucção, cesariana ou dilatação e curetagem, os processos mais comuns. Atualmente, 2% das mulheres brasileiras correm risco de vida nas mãos dos abortistas ou pelo auto-aborto, que resultam em mais um problema grave de saúde pública.

A legalização do aborto chegou a ser cogitada como uma possível conquista das mulheres na nova Constituição, mas, diante da predisposição de 60% dos parlamentares se posicionarem contrários à ideia, o entusiasmo arrefeceu. "O aborto continua a ser colocado como uma guerra santa", pondera Cristina Tavares, "está colocado indevidamente na Constituinte, e por ser um assunto complexo e delicado, deveria ser aprovado ou rejeitado mediante um plebiscito popular".

Atualmente, os relatórios das comissões temáticas estão na Comissão de Sistematização, cuja função é compatibilizar as propostas. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) relatora-auxiliar e uma das maiores opositoras à legalização do aborto, foi encarregada de preparar o relatório sobre a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações. Para a deputada Cristina Tavares isso não é motivo de preocupação: "a Sandra Cavalcanti não pode ser louca o suficiente para deturpar o conteúdo dos relatórios ao seu bel-prazer".



ENQUANTO ISSO
EM BRASÍLIA
UMA CRUZADA
CONSTITUINTE
CONTRA O ABORTO.

Figura 16: *Mulherio*, vol. 30, 1987, p. 5.

A última reportagem a ser analisada neste trajeto temático, intitulada “*Aborto: momento de decisão*” (*Mulherio*, vol. 30, 1987, p. 5), atualiza o tema da legalização do aborto na Constituinte e dá a ver, logo de início, transformações nas regularidades que habitam os discursos do *Mulherio*. Afinal, o “momento de decisão” sobre a legalização do aborto indica a determinação de regras que modificarão as práticas discursivas acerca dos direitos reprodutivos e que reorientarão saberes específicos sobre o corpo em novas organizações de poder. Como detalhado acima, esta reportagem retoma acontecimentos anteriores demonstrando a existência de sentidos históricos ligados à luta pela legalização do aborto no Brasil, bem como as regras de formação desses discursos. Vemos, então, os percursos descontínuos desses discursos ao longo da década de 1980, pois, mesmo sob um princípio de rarefação, o discurso do aborto na Constituinte ressurge à luz de acontecimentos históricos que possibilitam sua emergência como resposta a discursos anteriores. Observemos como se materializa esse retorno nos enunciados a seguir:

(5) *Há mais de três anos aconteceu no Brasil o dia nacional de luta pela legalização do aborto, ao contrário do que se poderia esperar, de lá para cá, a questão não avançou. Aliás, está ameaçada de retroceder na nova Constituição. Isto deflagrou uma reação conjunta dos grupos autônomos de mulheres.*

Na base linguística dos enunciados, verificamos uma repetição, um movimento de retorno a um acontecimento anterior (“*o dia nacional de luta pela legalização do aborto*”), em um momento específico (“*há mais de três anos*”), que teve seu lugar nessa rede de formulações possíveis sobre a legalização do aborto. Esse acontecimento participa do domínio de memória que prescinde a formação destes enunciados, constituindo uma exterioridade que organiza os discursos no nível interdiscursivo. Em meio a tantos discursos dispersos, podemos localizar os efeitos do interdiscurso: a retomada de formulações anteriores determinam efeitos e formas de enunciação no nível do enunciado (COURTINE, 2009, p. 112). Isso implica pensar no acontecimento descrito pela materialidade linguística e nas regras de formação que regeram os enunciados no momento de sua irrupção.

Pois bem, no ano de 1983, o dia nacional de luta pela legalização do aborto¹² significou uma possibilidade de manifestação das mulheres por mudanças nas leis e pela garantia de direitos reprodutivos. Daí a instauração de um determinado regime de enunciabilidade, marcado por condições de produzir discursos que defendem o direito de decidir sobre o próprio corpo e por possibilidades de mudanças na lei.

No entanto, a repetição deste enunciado, nas condições de 1987, produz efeitos de sentido distintos, que atestam transformações nas regras de formação desses discursos. Isso porque a menção a este acontecimento histórico aciona as regularidades anteriores, demonstrando, entretanto, que a partir que desse acontecimento não derivaram novas regras de formação dos discursos: “[...] *ao contrário do que se poderia esperar, de lá para cá, a questão não avançou. Aliás, está ameaçada de retroceder na nova Constituição*”.

Os discursos retornam, entram em dispersão, assumem novas regras de formação, instauram a possibilidade de outros ainda surgirem. O trajeto histórico realizado por esses discursos dá a ver também a emergência de novas práticas discursivas em torno da luta pela legalização do aborto. É o que demonstra o enunciado seguinte: *“Isto deflagrou uma reação conjunta dos grupos autônomos de mulheres”*. Conforme as novas regras de formação do discurso, as possibilidades de participação das mulheres na lei, bem como de sua alteração são bastante restritas, o que contribui para a emergência de enunciados que respondem aos procedimentos de controle e exclusão do discurso. A imagem que acompanha o conteúdo da reportagem também é significativa e mantém relações com os enunciados analisados, uma vez que materializa a resposta das feministas às práticas de controle instauradas, funcionando como suporte da reação do movimento de mulheres.

¹² O “Dia Nacional de Luta pela Legalização do Aborto” ocorreu no dia 22 de setembro de 1983. Organizado por grupos feministas na ocasião do “Encontro sobre saúde, sexualidade, contracepção e aborto” realizado em março daquele ano, no Rio de Janeiro. Teve como objetivo difundir informações, explicar os danos do aborto clandestino e demonstrar a importância da legalidade para a saúde das mulheres, com a criação a promoção de políticas públicas e fiscalização das condições de realização. Foi divulgado em meios midiáticos diversos, tendo como principais aliados a deputada federal Cristina Tavares, o órgão SOS Corpo de Recife e pesquisadoras na área de gênero (*Mulherio*, vol. 15, 1983, p. 3).



Lançamento da campanha de iniciativa popular em São Paulo

Composta de enunciados verbais e não-verbais, a imagem apresenta mulheres e homens reunidos em assembleia para discussão sobre os direitos do corpo, conforme indicado pelos dizeres inscritos ao fundo (*“Direito de decidir sobre nosso corpo”* e *Movimento de mulheres de São Paulo*). Além disso, há uma legenda que acompanha a foto, *“Lançamento da campanha de iniciativa popular em São Paulo”*, que descreve a natureza do evento. Considerando o conteúdo imagético e linguístico do enunciado acima, bem como as condições que motivaram a reação do movimento de mulheres, podemos interpretar esta imagem como uma materialidade que dá suporte a práticas de resistência. Desse modo, esta materialidade resulta em efeitos de lembrança, pois retoma os movimentos de resistência produzidos por enunciados anteriores, mais especificamente aqueles que irromperam em 1983, e que questionavam as técnicas de governamentalidade e biopoder sobre a reprodução da população.

Visto que o referente da imagem é o lançamento de uma campanha de *iniciativa popular*, verificamos que o movimento de resistência se dá a partir do lugar ocupado pela *população* em relação às decisões, interdições e legislações do *Estado* sobre o corpo. É a partir desta posição que podemos identificar um movimento de resistência às técnicas de governamentalidade exercidas sobre a população para fins biopolíticos. A reação desse grupo de mulheres permite, então, apreender na densidade dos enunciados um acontecimento discursivo, uma vez que funciona como resposta ao retrocesso do aborto na Constituição e abre possibilidades de constituição do sujeito como forma de resistência. Assim como em outro momento do *Mulherio*, ocorrem aqui processos de subjetivação – *“Direito de decidir sobre nosso corpo”* – que buscam dissociar o poder

de dadas instituições e barrar as práticas de objetivação do corpo exercidas por saberes econômicos, políticos, jurídicos e médicos.

A relação de coexistência entre enunciado não-verbal e enunciados verbais permite descrever as relações de poder exercidas naquele momento entre o Estado e as feministas, nas quais o principal instrumento de controle e manutenção da vida é a lei. Para ter acesso à lei, à condição de legalidade, é preciso que o sujeito preencha determinadas regras. Logo, se o sujeito que fala a partir do movimento de mulheres reivindica o “direito de decisão sobre o próprio corpo”, a autonomia em relação à reprodução, este sujeito não corresponde às regras e determinações dos procedimentos biopolíticos adotados pelo Estado, portanto, não está apto a entrar nesta ordem. A impossibilidade de adentrar nesta ordem leva o sujeito a buscar “brechas” no discurso, a partir das quais possa assumir-se como sujeito do próprio corpo e de resistir ao controle sobre a reprodução. Daí a reação de grupos de mulheres, a irrupção de novas campanhas e as possibilidades outras de constituição do sujeito que têm efeito de resposta, refutação e resistência às técnicas de governamentalidade e biopoder, aos procedimentos de disciplina, controle e otimização do corpo da população.

Voltando à descrição dos acontecimentos históricos, o *Mulherio* destaca que o “momento de decisão” na Constituinte resultou, enfim, na predisposição de 60% dos parlamentares contra a legalização do aborto. Incorporando princípios que asseguram a dignidade humana (Art. 1, inciso III) e a igualdade entre homens e mulheres (Art. 5, inciso I), a Constituição deixou uma lacuna em relação ao aborto, mas, ainda assim, atendeu a determinadas demandas do movimento de mulheres. Em relação aos direitos reprodutivos, a Constituição garantiu “o direito de a pessoa decidir livre e responsabilmente sobre o número, espaçamento e a oportunidade de ter filhos”, contudo, não estabeleceu o direito à vida desde a concepção (VENTURA, 2009, p. 180).

O *status* do nascituro e seus direitos não foram detalhados por esse código, havendo apenas a garantia da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à igualdade aos cidadãos (Art. 5). A Constituição Federal incorporou, ainda, artigos que reconhecem a igualdade entre os cônjuges e as novas modalidades de instituição familiar. Em relação à situação dos filhos, a Constituição reconheceu que os filhos “havidos ou não da relação do casamento”, inclusive os adotivos, têm os mesmos direitos e qualificações, e proibiu qualquer “designação discriminatória relativa à filiação” (BARSTED, 1999, p. 50). O debate sobre a sexualidade e a reprodução não teve, no entanto, o êxito esperado pelas feministas no que concerne à legalização do aborto.

Apesar disso, a pressão do movimento de mulheres sobre os parlamentares abriu possibilidades para a regulamentação de direitos relacionados ao planejamento e aos métodos de contracepção, direitos assegurados pelo Estado.

Por fim, verificaremos como o resultado negativo da legalização do aborto na Constituinte foi interpretado pelas feministas, analisando as relações de coexistência entre os enunciados e os efeitos do interdiscurso na atualização de discursos anteriores. Assim, destacamos os seguintes enunciados: i) “*O aborto continua a ser colocado como uma guerra santa*” pondera Cristina Tavares [...]” e ii) “*Enquanto isso em Brasília, uma cruzada constituinte contra o aborto*” (enunciado verbal articulado com materialidade não-verbal).

Na forma de discurso relatado, o *Mulherio* reproduz o enunciado organizado pela posição-sujeito ocupada pela deputada Cristina Tavares, produzindo um efeito de remissão a outros discursos. O enunciado “*O aborto continua a ser colocado como uma guerra santa*”

atualiza um discurso anterior, pois retoma uma das formulações-origem que habita o domínio de memória do discurso religioso: “o aborto é pecado”. Tendo em vista essas formulações anteriores, podemos compreender a expressão “guerra santa” como materialidade que aciona a existência histórica de sentidos ligados à perseguição e aos procedimentos de controle nas lutas empreendidas pela Igreja Católica no século XI, as Cruzadas. Visto que o enunciado se estrutura na forma de comparação entre o aborto e a guerra santa, identificamos marcas de um interdiscurso cujos efeitos de sentido atribuem ao aborto a condição de prática que peca contra a moral e os bons costumes, portanto, de prática que deve ser “perseguida” e condenada. O mesmo efeito de sentido é instaurado pela existência dessas formulações religiosas, que são acionadas no nível intradiscursivo do enunciado: “*Enquanto isso em Brasília, um cruzada constituinte contra o aborto*”.

A materialidade linguística é disposta junto à ilustração de um cavaleiro que impõe uma bandeira com uma cruz, principal símbolo da Igreja Católica. Considerando que “os discursos trazem essas formulações, no imediatismo de uma retomada”,



ENQUANTO ISSO
EM BRASÍLIA
... UMA CRUZADA
CONSTITUINTE
CONTRA O ABORTO.

podemos dizer que a repetição evidencia um trajeto que constitui uma “espessura estratificada dos discursos” (COURTINE, 1999, p. 19). Nesse sentido, ao atribuir à Constituinte o estatuto de Cruzada contra o aborto, o enunciado faz aparecer um movimento de dispersão, pois, atualiza o tema do aborto em associação a uma luta religiosa e não mais jurídica conforme expresso nos enunciados anteriores. A repetição de formulações religiosas, a partir do lugar ocupado pelo *Mulherio*, constitui a Constituinte não como efeito de práticas jurídicas, e sim religiosas. Logo, o modo como esses enunciados se relacionam permitem compreender a reescritura da Constituição não como uma prática essencialmente política e laica, mas, sobretudo, religiosa, pois funciona conforme as regras de formação de discursos morais e cristãos.

Por fim, podemos dizer que o trajeto de sentidos da legalização do aborto, traz à tona uma série de embates históricos em torno do “direito à vida”. Posicionando-se contra qualquer participação da Igreja Católica nessa discussão, as feministas, contudo, inseriram-se nas normas do Estado ao lhe conferir legitimidade para legislar sobre o assunto. Apesar disso, os enunciados são marcados por diversas práticas de subjetivação, tentativas de assumir-se como sujeito de seu próprio corpo, que resultaram em manobras de resistência. O funcionamento deste dispositivo pode, então, ser descrito a partir de processos de objetivação e subjetivação e da posição de autoridade assumida pela Constituição nesse conjunto de regras. Nesse sentido, em dado momento, foi necessário que o *Mulherio* assumisse uma posição-sujeito distinta para satisfazer às condições da ordem da legalidade. Foi preciso falar de aborto na condição de crime, em vez de falar naquela de direito constitucional, comum a todas as cidadãs brasileiras. Com a decisão negativa à legalização, o *Mulherio* produziu enunciados que associaram a Constituinte às Cruzadas, às guerras santas empreendidas pela Igreja Católica. De fato, a Igreja pressionou fortemente os parlamentares na época, o que contribuiu de certa forma para a negativa do aborto da Constituinte. Ao ser habitado também por regras religiosas, os discursos da legalização do aborto apresentaram descontinuidades e dispersões, uma vez que emergiram no domínio da Lei, sendo atualizados no final em associação com o discurso religioso.

Afinal, a questão que tanto mobilizou essas feministas era justamente: a quem deve recair o direito de decidir pela vida e pela morte? Como vimos o direito de vida e de morte não é exercido livre das imbricações de saber e das redes complexas de poder. Há demasiadas forças que aí se concentram, tais como as do Estado, da Igreja, da medicina e das próprias feministas. Nessas condições, resta então questionar acerca do

direito de *controlar* ou de *planejar*. É o que investigaremos na próxima seção: as políticas de planejamento familiar no Brasil.

3.3. As políticas de planejamento familiar

Nesta seção propomos analisar a repetição do tema “planejamento familiar” em um conjunto de enunciados produzidos pelo *Mulherio* durante a década de 1980. Assim como na seção anterior, na qual analisamos os discursos sobre o aborto, prosseguiremos trabalhando com a temática “direitos reprodutivos”, que implica uma série de práticas do movimento de mulheres com o intuito de defender os direitos de decidir sobre o próprio corpo. A importância de analisar este tema reside justamente em verificar como uma questão específica ligada ao domínio da sexualidade pode contribuir para a criação de biopolíticas ligadas à saúde e à reprodução, e para o exercício de uma “*arte de governar*” a partir de uma economia política centrada na gerência da vida da população (FOUCAULT, 2008b, p. 4). Realizar um trajeto temático pelos discursos do planejamento familiar no Brasil, produzidos por este jornal feminista, permitirá identificar as verdades construídas a esse respeito, bem como a posição das feministas em relação a essas verdades. Assim, as análises permitirão compreender e descrever as regras de formação desses discursos, o funcionamento desse dispositivo de saberes e poderes nas práticas de planejamento e os sentidos históricos de regulação e controle no campo da fecundidade.

Historicamente, o acesso aos meios de contracepção no Brasil era possível apenas em casos de gravidez que representasse riscos para a saúde da mulher, sendo ilícita a sua prescrição para a livre regulação da fecundidade. Do mesmo modo, os métodos de laqueadura tubária e vasectomia, sob a interpretação jurídica e dos conselhos de ética médica, representavam crime de lesão corporal. No entanto, a partir de 1979¹³, a proibição foi revogada sendo permitida a adoção de métodos contraceptivos, porém, mantida ainda a ilegalidade do aborto. A regulamentação do direito ao planejamento familiar foi impulsionada pelo movimento de mulheres que, durante o processo da Constituinte, pressionou fortemente os parlamentares, alegando a inexistência de alternativas no sistema público de saúde para o controle da fecundidade. Além disso, o movimento de mulheres denunciou a existência de um “elevado número de esterilizações femininas realizadas por instituições assistenciais financiadas por capital externo, de forma inadequada e ilícita, no bojo de ações dirigidas à saúde da mulher, com o propósito de controlar a natalidade nos segmentos mais pobres e de

¹³ A proibição de uso de substâncias destinadas à prevenção da gravidez foi revogada pela Lei 6.734 de 04/12/1979 (VENTURA, 2006, p. 218).

população negra” (VENTURA, 2006, p. 218). Principiavam-se, então, os debates feministas em torno do exercício livre da sexualidade e da autonomia da fecundidade.

O conceito de *direitos reprodutivos* surgiu no início da década de 1980 como manobra política das feministas nas lutas por igualdade, liberdade e dignidades no campo da sexualidade e da função reprodutiva. As principais reivindicações feministas relacionavam-se ao acesso à informação e aos meios contraceptivos, e ao exercício da liberdade sexual e reprodutiva. Esta luta teve como principal impulso o processo de abertura política no Brasil, que possibilitou a entrada dessas questões nas discussões de reformas para o processo de democratização. Uma das principais conquistas das mulheres, nesse sentido, foi a implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), instaurado pelo governo federal em 1983. As medidas do programa não se restringiram à saúde materno-infantil e incorporaram um plano de assistência integral à mulher, considerando o exercício da sexualidade e a autonomia nas decisões sobre a função reprodutiva (VENTURA, 2006, p. 213).

No mesmo período, foram efetivadas no país políticas internacionais de controle da natalidade que influenciaram as taxas de fecundidade das mulheres. Disseminava-se a prática da esterilização, como procedimento contraceptivo mais comum e acessível, que reforçou a política de queda da natalidade no Brasil, em função dos acordos estabelecidos com o Fundo Monetário Internacional. A efetivação dessas medidas foi uma das exigências aos países credores, com o intuito de reduzir o crescimento demográfico brasileiro e garantir melhorias na condição social (SCAVONE, 2004, p. 59). Nesse contexto, destacamos a reportagem “*Planejamento familiar*”¹⁴ (*Mulherio*, 1983, vol. 14, p. 3-4) na qual a pesquisadora Carmen Barroso analisa o programa de planejamento lançado pelo Ministério da Saúde e os efeitos dessas políticas de redução da natalidade entre as mulheres brasileiras. Começaremos analisando os seguintes enunciados:

¹⁴ Em função do tamanho bastante reduzido da imagem que aparece no texto de análise, trazemos a reportagem digitada em anexo para melhor compreensão do leitor.

Planejamento Familiar

O planejamento familiar está no ordem do dia. Projetos, reuniões, artigos, pronunciamentos etc. A nível do governo federal parece haver uma disputa feroz entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Família. O projeto do Ministério é até bem razoável, pois propõe o atendimento integral à saúde da mulher e o desliga das pregações controlistas que pretendem reduzir a natalidade para resolver os problemas sociais do País. Preconiza o acesso a todos os métodos anticoncepcionais, mas não fala nada da fabricação de diafragmas e DIUs. E aí começam a surgir as dúvidas quanto à sua implementação. Há também a suspeita de que seja resposta a uma imposição secreta do FMI. Mas, neste caso, o projeto da senadora Michelle, de criação de uma poderosa Comissão Interministerial de Planejamento Familiar, atenderia melhor aos objetivos de redução do crescimento demográfico.

A Igreja Católica continua sua resistência a essa política antinatalista e ao uso de métodos que considera não naturais. No entanto, lesões importantes como o padre Charbonneau e Hubert Lepargueux questionam a posição tradicional da Igreja e, primeiro, numa série de artigos publicados na Folha de S. Paulo, o seu livro Democracia, Ética e Igreja, que acaba de ser lançado pela Alica. Nos governos estaduais de oposição — é o caso da Secretaria da Saúde de S. Paulo — enfrenta-se a difícil questão de atender às necessidades das mulheres e dos homens de controlar sua fecundidade e, ao mesmo tempo, não se confundir com programas parciais, autoritários e misóginos. A misoginia continua imutável. Num programa de TV de larga audiência, ao abordar o problema do menor, o senador Roberto Campos é invocado para resolver a questão com a diminuição dos nascimentos. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas mostra-se alarmado com o nível de saúde dos jovens que se alistam para o serviço militar. A solução? Menos bebês, por incrível que pareça. Autoritarismo também é o que não nos falta. Um publicitário de destaque, através da Folha de S. Paulo, ofereceu seus serviços para converter 125 milhões de brasileiros a planejar sua família.

Em 5 de janeiro de 1979 o New York Times noticiou que quatro trabalhadoras de uma indústria química americana haviam optado pela esterilização para não ter que desistir de sua empresa — em que estavam empregadas a petroleiras subsidiárias tentativas multinationais. Embora esse exemplo não seja necessariamente típico das condições que se encontra a maioria das mulheres, é certamente sintomático dos determinantes sociais da escolha reprodutiva. Em diversos países e modos, mulheres em diferentes países, ocupações, classes, raças, ideologias e situações conjuntas encontram suas decisões reprodutivas estruturadas por um conjunto de condições sobre as quais têm muito pouco controle.



Como é sabido, a taxa de fecundidade das mulheres brasileiras permaneceu praticamente constante de 1950 até 1960, verificando-se uma queda a partir daquela data. Pesquisas realizadas em diversos Estados indicam aumento acentuado do uso de anticoncepcionais, há prática do abortivo e, especialmente, do recurso à esterilização. A esterilização feminina que permanece praticamente irreversível em alguns Estados, como o Piauí, já é o método mais comum.

Comparando dados de São Paulo de 1965 a 1978, vemos que o recurso à esterilização aumentou de 100% nos 13 anos. Em pesquisa realizada em 1979 no Piauí constatamos que 80% das ligaduras foram realizadas após 1974. No Rio Grande do Norte, das mulheres esterilizadas até 1980, 71% foram na segunda metade da década, indicando um aumento extraordinário nos anos mais recentes.

Um exame cuidadoso dos dados aponta sugestivas diferenças regionais: a esterilização é um método relativamente mais importante no Nordeste do que em São Paulo. Em São Paulo o ritmo de expansão da esterilização foi mais rápido entre as mulheres de nível mais baixo de instrução. No Nordeste, o grande fornecedor de esterilização tem sido o Estado, através de hospitais estaduais e municipais, segundo pelo DNAMPE.

É provável que grande parte das esterilizações realizadas no país tenha sido ardentemente solicitada pelas elites. Claramente, não foram o resultado de coerção ou manipulação direta mas é também provável que a grande maioria dessas solicitações seja determinada por fatores da estrutura da própria sociedade capitalista.

Embora uma ampla variedade de fatores determinem a probabilidade de diferentes grupos de mulheres serem esterilizadas, quatro determinantes sociais parecem críticos: a posição da mulher na família e no mercado de trabalho, a cultura patriarcal, a política de saúde e a política demográfica.

Posição da Mulher

A grande maioria das mulheres não está, como as trabalhadoras da indústria química americana, em condições de escolher entre a esterilização e emprego melhor remunerado. Seja como for, há nos Estados Unidos, como quebra-dentes de castanha em Belém do Pará, ou como trabalhadoras a tempo inteiro em indústrias de confecções do Rio de Janeiro, as mulheres não contam com nenhum apoio da sociedade para a reprodução das crianças. Como empregadas domésticas, à margem da legislação trabalhista, as operárias que têm de se submeter a humilhantes provas de não gravidez, como clientes das clínicas de aborto clandestinas, diferentes grupos de mulheres experimentam diferentes formas de opressão reprodutiva. Mas para a maioria das mulheres, a crise econômica e a impossibilidade de a família servir como refúgio seguro são determinantes estruturais de decisão de se submeter a uma cirurgia irreversível para controlar a fecundidade.

Em face das consequências da maternidade, de sem apoio de equipamentos sociais e instalações públicas, do controle de vida extremamente difíceis, muitas mulheres sem dúvida escolhem — nacionalmente — a esterilização como a solução que oferece mais garantias contra a concepção. No entanto, o desejo de um método eficaz, que evite a taxa de crescimento das esterilizações, não pode ser reduzido apenas a condições econômicas. O controle da fecundidade também envolve as questões relacionadas à autonomia e à autodeterminação da mulher.

Cultura patriarcal e sexualidade

Por vezes, a promoção da esterilização é acompanhada da promessa de um bônus especial — uma vida sexual sem preocupação. Para muitas mulheres, no entanto, o sexo pode ser muito diferente do mito da liberdade sexual projetado na retórica do mercado da esterilização. Para as mulheres educadas para ignorar o próprio corpo, e a arte a normas sexuais de recato e passividade, com o medo de serem estigmatizadas como "fáceis", a esterilização não apresenta os problemas de assumir a responsabilidade pela atividade sexual.

Por outro lado, é também verdade que o contexto material e sexual no qual uma mulher se encontra pode fazer com que a esterilização seja o método que maximiza seu controle sobre sua própria vida. Se o companheiro não houver aos métodos anticoncepcionais ou não quiser assumir nenhuma responsabilidade, as mulheres podem preferir o método que não é menos controlador, mas mais seguro e menos dependente da cooperação masculina.

Política de saúde

Atualmente a concepção é uma indústria controlada por interesses econômicos altamente concentrados — as companhias farmacêuticas multinacionais, a rede hospitalar privada, a medicina de grupo e as instituições de planejamento familiar. A mercantilização da regulação da fecundidade assume formas que refletem os interesses destes grupos: uma definição de "eficácia" em que a garantia de evitar filhos pesa mais do que a saúde e segurança dos usuários, o favorecimento do controle dos profissionais em detrimento da autonomia dos "pacientes", a preferência por métodos de tecnologia sofisticada, mais rentáveis e eficientes. Dada a predominância da pílula e da esterilização.

Dadas as características do sistema médico brasileiro, a maioria das esterilizações é planejada e realizada imediatamente após uma cesariana (67% das esterilizações realizadas em hospitais de Campinas e 60% das esterilizações do Rio Grande do Norte e Pernambuco). Não é por acaso que o Brasil é o país que tem o maior percentual de cesáreas. E que um estudo realizado em nove hospitais de São Paulo e Rio concluiu que considerações financeiras desempenham um papel importante ao encorajar os médicos a planejar maior número de cesáreas em operações particulares e de convênio do que entre outras mulheres. Entre outros, estes fatores afetam dois aspectos do sistema brasileiro: a submissão dos interesses da saúde à lógica do lucro e a resistência à medicalização da contracepção, que faz parte de uma tendência geral de favorecimento de hospitalizações e satisfação dos serviços em detrimento das medidas preventivas e de cuidados básicos de saúde.

Evidentemente, porém, os produtores e fornecedores das mercadorias de contracepção não impõem seus métodos preferidos sem o ter de se acomodar às necessidades percebidas pelas mulheres. A política da reprodução segue um processo sutil de negociação e luta. A prevalência de um método num determinado momento tem tanto a ver com estratégias para manutenção do controle, legitimidade

política e ausência de resistência organizada quanto com a lucratividade ou eficácia demonstrada. Isso explica, por exemplo, por que o uso de DIU ainda não é mais disseminado no Brasil.

Política demográfica

A política do governo brasileiro no longo dos últimos 20 anos tem sido marcada por contradições e ambiguidades, tanto a nível da retórica oficial quanto a nível das medidas concretas. As contradições de interesses antagônicas entre facções internas dos diferentes grupos que devem o poder resultaram numa política de acomodação onde coexistem a omissão de um programa global e o apoio, ao nível dos governos estaduais, à atuação de associações privadas financeiras por organizações estrangeiras, sobre os quais não tem controle.

Como não poderia deixar de ser, os efeitos dessa política sobre o exercício da liberdade reprodutiva são também contraditórios, embora sempre restritivo — numa direção ou noutra.

Por fortes que tenham sido as pressões de 16 natalistas não foram suficientes para promover um sistema de saúde que desistisse a gestação ao parto e ao parto, uma atenção adequada, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Não é de surpreender que mulheres procurem limitar a prole para preservar sua saúde, pois a taxa de mortalidade materna por complicações do parto é nove vezes maior no Brasil do que em países desenvolvidos.

Por razões que tenham sido as companhias dos neo-maternalistas para promover a ideia de que a redução da natalidade seria importante para a solução de todos os problemas sociais que nos assolam, desde a poluição até o desemprego, não foram suficientes para dar a todas as mulheres interessadas o acesso a meios anticoncepcionais legais, no sexo seguro, modernos, reversíveis de baixo custo e de fácil uso. (Alas, nem é de interesse dos controlistas promover o acesso amplo a métodos reversíveis, pois dependem da motivação individual e, portanto, não são os mais eficazes do ponto de vista da redução da natalidade.) Mulheres que querem evitar a gravidez encontram dificuldades que vão desde a falta de acesso às informações necessárias até a exposição ao risco de efeitos danosos à saúde causados pela ingestão de pílulas sem o devido acompanhamento médico. Não é de surpreender que a esterilização definitiva lhes pareça uma alternativa tentadora.

No que se refere ao planejamento familiar, estas recomendações incluem a seguinte:

Deve-se proporcionar às mulheres o acesso a métodos anticoncepcionais e seguros, com acompanhamento médico. Paralelamente, será necessário incentivar a participação masculina na responsabilidade pela concepção e pela anticoncepção, e coibir os abusos na esterilização praticada sem pleno consentimento e conhecimento da paciente, quanto à sua irreversibilidade. Devem-se, a todo custo, evitar imposições no sentido de contrair a mulher a ter ou não ter filhos. Igualmente deve combater a ideia falaciosa de que a pobreza é causada pelo grande número de filhos. Propiciar às mulheres a informação e a oportunidade de obter seu próprio corpo, de sua sexualidade e de sua vida.

Essas recomendações devem ser entendidas como parte de um plano global de atendimento à mulher durante todas as fases da vida. Esta mesma ideia norteou o grupo de estudos sobre saúde do Conselho de Condição Feminina do Conselho do Estado de São Paulo. Além de caráter globalizante, suas propostas diferem dos atuais programas de planejamento familiar em dois pontos essenciais: o respeito à liberdade da mulher e do homem quanto à sexualidade e à reprodução e a ênfase na participação popular, tanto a nível dos métodos de ensino quanto a nível da orientação e controle do próprio programa.

Pelo mesmo motivo que não interessa aos controlistas a plena disseminação de métodos que dependam da persistência da vontade de não ter filhos, também não lhes interessa tornar o aborto mais seguro e acessível, atra-

vés de sua desmoralização. Permanecendo legal, o aborto apresenta um sério risco para as mulheres que decidem interromper a gravidez que não conseguiram evitar. Pagando exorbitâncias incoerentes, com medicamentos salinos e entregando seus corpos a mãos sobre cuja qualificação não há nenhum controle social, muitas dessas mulheres são levadas a optar "livre e racionalmente" pela solução definitiva de esterilização.

Em relação à esterilização, a política oficial apresenta uma forma de acomodação. Ao mesmo tempo em que, como vimos, a esterilização vem sendo praticada em larga escala no país, inclusive pelo DNAMPE, o Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Medicina não adotaram a proposta que lhes foi encaminhada em 1981 pelo Congresso de ginecologistas brasileiros no sentido de alterar a legislação para permitir a licitude de procedimentos médicos e vontade da paciente. Dessa forma, esta cirurgia, que se torna cada dia mais comum, mantém um caráter de semiilegitimidade, o que impede sua regulamentação e fiscalização. Com isso, abrem-se as portas a abusos muito sérios.

Conclusões

O problema da esterilização apresenta de forma mais aguda e dramática as dificuldades que as mulheres enfrentam no controle de sua vida reprodutiva.

A análise deste problema deixa claro que somente a concepção de uma nova sociedade, mais justa, igualitária e livre permitirá a todas o pleno exercício do direito de desistir ou de não desistir ter filhos e agir de acordo com esse desejo. No entanto, há um série de medidas que poderiam e deveriam ser implantadas desde já. A fim de que as medidas restritivas que atualmente pesam sobre a liberdade de escolha possam ser mitigadas.

No relatório que preparei para o Unifem em 1982 tive a oportunidade de fazer uma série de recomendações, complementares e mutuamente dependentes, que, no seu conjunto, fomentariam a questão específica da mulher como um elemento muito importante, dentro de uma estratégia global para promover a plena participação de todos os brasileiros.

No que se refere ao planejamento familiar, estas recomendações incluem a seguinte:

Deve-se proporcionar às mulheres o acesso a métodos anticoncepcionais e seguros, com acompanhamento médico. Paralelamente, será necessário incentivar a participação masculina na responsabilidade pela concepção e pela anticoncepção, e coibir os abusos na esterilização praticada sem pleno consentimento e conhecimento da paciente, quanto à sua irreversibilidade. Devem-se, a todo custo, evitar imposições no sentido de contrair a mulher a ter ou não ter filhos. Igualmente deve combater a ideia falaciosa de que a pobreza é causada pelo grande número de filhos. Propiciar às mulheres a informação e a oportunidade de obter seu próprio corpo, de sua sexualidade e de sua vida.

Essas recomendações devem ser entendidas como parte de um plano global de atendimento à mulher durante todas as fases da vida. Esta mesma ideia norteou o grupo de estudos sobre saúde do Conselho de Condição Feminina do Conselho do Estado de São Paulo. Além de caráter globalizante, suas propostas diferem dos atuais programas de planejamento familiar em dois pontos essenciais: o respeito à liberdade da mulher e do homem quanto à sexualidade e à reprodução e a ênfase na participação popular, tanto a nível dos métodos de ensino quanto a nível da orientação e controle do próprio programa.

Pelo mesmo motivo que não interessa aos controlistas a plena disseminação de métodos que dependam da persistência da vontade de não ter filhos, também não lhes interessa tornar o aborto mais seguro e acessível, atra-



Aberto

Figura 17: Mulherio, vol. 14, 1983, p. 3-4.

(1) O projeto do Ministério é até bem razoável, pois propõe o atendimento integral à saúde da mulher e o desliga das pregações controlistas que pretendem reduzir a natalidade para resolver os problemas sociais do país. Preconiza o acesso a todos os métodos anticoncepcionais, mas não fala nada da fabricação de diafragmas e DIUs. E aí começam a surgir as dúvidas quanto à sua implementação.

Ao descrever o projeto do Ministério da Saúde, os enunciados demonstram a posição assumida pelo jornal em relação a essas propostas. Esse efeito de sentido pode ser interpretado a partir do funcionamento sintático do enunciado "O projeto do Ministério é até bem razoável", no qual a conjunção "até" tem efeito de pré-construído determinando sentidos. Dizer que o projeto é "até" razoável determina que, a princípio, esperava-se que o projeto do Ministério não fosse tão razoável quanto se mostrou em seguida. Com essa premissa, é possível compreender que a relação estabelecida entre os sujeitos implicados na enunciação, o Mulherio e o Ministério da Saúde, caracteriza-se

pela inexistência de concordância total de ideias. Sendo assim, podemos compreender uma oposição entre as feministas e as práticas do governo no que concerne à função reprodutiva, o que evidencia relações de poder dispersas entre os sujeitos. Apesar dos sentidos de oposição determinados pelo pré-construído, verificamos que o *Mulherio* considera o projeto “até razoável”, uma vez esse projeto está, de certo modo, em conformidade com as práticas feministas. Isso porque os discursos que emergem no projeto do Ministério obedecem a uma regularidade semelhante àquela do discurso feminista, neste caso, aquela que determina dizeres ligados aos direitos das mulheres de controlar sua própria fecundidade. Tais regras de formação podem ser apreendidas nas seguintes materialidades: “*pois propõe o atendimento integral à saúde da mulher e o desliga das pregações controlistas que pretendem reduzir a natalidade para resolver os problemas sociais do país*”. Embora obedçam a regularidades semelhantes no que concerne à autonomia e aos cuidados da fecundidade, o projeto do Ministério “*não fala nada da fabricação de diafragmas e DIUs*”, deixando de lado a inclusão de métodos contraceptivos, prática que não corresponde ao conjunto de regras de formação dos discursos feministas. O que resulta, novamente, em efeito de antagonismo entre os sujeitos da enunciação.

Quanto ao modo como se organizam os jogos de saber-poder nestes discursos, identificamos nas materialidades a emergência de objetos que correspondem às especificidades da população no campo reprodutivo, tais como: *atendimento integral à saúde da mulher, métodos anticoncepcionais, diafragmas e DIUs*. A mobilização desses objetos contribui para uma biopolítica baseada no cuidado de problemas apresentados pela população. Afinal, a manutenção de um governo se dá através do governo da população, tanto no cuidado da saúde de cada indivíduo quanto no aumento de sua duração de vida. Desse modo, a promoção e a divulgação de métodos contraceptivos podem ser compreendidas, no interior deste dispositivo, como técnicas de gerenciamento da vida e do fluxo da população. A vida da população é o fim último destas técnicas, pois é pelo “sujeito de necessidades e aspirações” que o governo dirige as condutas e organiza uma ciência de governar (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

Pois bem, se os enunciados materializam objetos e técnicas de uma biopolítica centrada no gerenciamento da vida da população, e se a posição-sujeito dos enunciados se constitui em conformidade com esses objetos e técnicas, é possível compreender que o discurso feminista se insere na lógica deste dispositivo, assimilando as normas e as regularidades do discurso da governamentalidade. Ao mostrar-se favorável à

distribuição de medicamentos e ao atendimento de saúde da mulher, o sujeito não empreende nenhum movimento de resistência, logo, participa dessas relações legitimando a implementação de técnicas de gerenciamento da vida.

Em contrapartida, quanto à relação entre “densidade demográfica” e “rendimento econômico de um território”, a posição-sujeito do enunciado promove um movimento de resistência. Isso porque se constitui em oposição ao princípio que norteia o funcionamento econômico das sociedades capitalistas, conforme materializado no enunciado “*O projeto do Ministério é até bem razoável, pois [...] o desliga de pregações controlistas que pretendem reduzir a natalidade para resolver os problemas sociais do país*”. Este enunciado evidencia regras de formação de um discurso da economia política¹⁵ que determina: quanto menor a taxa de natalidade da população, menores são as dificuldades econômicas e sociais enfrentadas por um país.

Se a economia política “é uma espécie de reflexão sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes na sociedade” (FOUCAULT, 2008b, p. 19) é ela que deve ser capaz de “*resolver os problemas sociais do país*”, assegurando, assim, a prosperidade da nação. A aceitação desta verdade, produzida por práticas econômicas e políticas, faz com que as sociedades legitimem a necessidade de regular a natalidade a fim de solucionar problemas sociais, garantir o aumento de riqueza e contribuir para as formas de governo. Ao operar um movimento de resistência a essas práticas, o sujeito, aqui, contesta, conseqüentemente, a condição de verdade desses discursos e o método desta “arte de governar”.

Os enunciados fazem aparecer o funcionamento deste dispositivo baseado na mobilização de saberes econômicos, políticos e médicos em favor do governo das populações e, ao mesmo tempo, demonstra a existência de pontos de resistência às verdades construídas historicamente por essas práticas. Desse modo, é possível identificar a materialização de práticas discursivas “contraditórias”, uma vez que a posição-sujeito se constitui em conformidade com as técnicas biopolíticas de gerência da função reprodutiva e, no entanto, opõe-se à gerência da reprodução em favor da economia política do país. Os enunciados demonstram, portanto, um efeito de contradição no discurso do *Mulherio* e a complexidade das relações de poder aí inscritas. De um modo ou de outro, o sujeito encontra-se inscrito nas tramas múltiplas,

¹⁵ Citamos como exemplo desse modelo de economia política, a doutrina neomalthusiana que defende a implementação de políticas de população e controle da natalidade como estratégia de melhoria social e econômica de um país (BRITO; CARVALHO, 2005).

heterogêneas e dispersas deste dispositivo. Não há como se desvencilhar do poder: ele está em toda parte (FOUCAULT, 1999, p. 89).

Nesse sentido, vejamos ainda as relações entre a posição-sujeito e a verdade econômica-política nos enunciados (2) e (3):

- (2) *É provável que grande parte das esterilizações realizadas no país tenha sido ardentemente solicitadas pelas clientes. Claramente, não foram o resultado de coerção ou manipulação diretas, mas é também provável que a grande maioria dessas solicitações seja determinada por fatores da estrutura da própria sociedade capitalista.*
- (3) *Em face das consequências da maternidade, sem apoio de equipamentos sociais e instituições públicas, sob condições de vida extremamente difíceis, muitas mulheres sem dúvida escolhem – racionalmente, sem coerção – a solução que oferece mais garantias contra a concepção.*

Os enunciados acima evidenciam a postura das mulheres em relação ao principal método contraceptivo na época, a esterilização. Considerando que o recurso a métodos como a pílula, o diafragma e o DIU não era uma constante na parcela de mulheres de classe social mais pobre, a solução que lhes parecia mais acessível era, certamente, o procedimento cirúrgico de esterilização. A emergência de um novo modelo de família, com número reduzido de filhos, e o ritmo das sociedades industriais contribuíram para que a esterilização surgisse como opção mais acessível e definitiva pela “não-maternidade” (SCAVONE, 2004, p. 62). Dessa forma, as condições econômicas e políticas do país da época possibilitaram a emergência de discursos que tratavam as esterilizações como “ardentemente solicitadas pelas clientes”, uma vez que solucionariam o problema da reprodução num contexto “sem apoio de equipamentos sociais e instituições públicas, sob condições de vida extremamente difíceis”.

Uma vez que as condições de emergência desses discursos refletem as dificuldades econômicas para o exercício da maternidade naquele período, podemos compreendê-las como determinantes da difusão de uma verdade: é preciso esterilizar, é preciso evitar a gravidez para subsistir na sociedade capitalista e no modelo de produção vigente. Esse regime de verdade é materializado pelo enunciado “é também provável que a grande maioria dessas solicitações seja determinada por fatores da estrutura da própria sociedade capitalista”. Temos, então, um regime de verdade que legitima uma

série de práticas discursivas de regulação e controle da fecundidade em favor da economia política do país. Todavia, essa relação entre jogos de verdade e poderes no exercício de regulações da fecundidade é desconsiderada pela posição-sujeito que afirma: “*Claramente, [as esterilizações] não foram o resultado de coerção ou manipulação diretas*”; “*muitas mulheres sem dúvida escolhem [a esterilização] – racionalmente, sem coerção*”. Vejamos os efeitos desse regime de verdade na instauração de práticas regulatórias da fecundidade e como as mulheres se constituem como sujeitos e objetos de uma metodologia de governo.

É possível compreender nos enunciados um movimento de contradição entre o regime de verdade econômica-política e a conduta das mulheres, uma vez que a posição-sujeito afirma a ausência de coerção ou manipulação aos procedimentos de esterilização. Ora, se as práticas são determinadas por um regime de verdade que regula e controla a fecundidade, entrevemos, *de fato*, um movimento de disciplinarização dos corpos. Assim, embora os enunciados materializem a existência de uma verdade que legitima e regula as ações das mulheres no campo da fecundidade, o sujeito desconsidera os efeitos dessa verdade como manipuladores ou coercitivos, o que demonstra um processo de assujeitamento às práticas que regulam a fecundidade.

Partindo do pressuposto de que o papel do governo não está na gerência de cada indivíduo, mas sim de suas ações, podemos considerar os fluxos da população como objeto e alvo desta metodologia de governo. Essa arte de governar consiste em fazer da população sujeitos de necessidades e aspirações, mas também objetos do governo, de modo que a população “aparece como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer” (FOUCAULT, 2008a, p. 14). Nesse sentido, os enunciados materializam o funcionamento dessa arte de governar, que, ao mesmo tempo em que constitui as mulheres como sujeitos conscientes de suas aspirações (“*muitas mulheres sem dúvida escolhem [a esterilização] racionalmente, sem coerção*”), também as constituem como objetos, pois é preciso controlar a própria fecundidade para inserir-se no modelo de economia política, que gerencia os fluxos da população para a prosperidade da nação.

Desta forma, podemos compreender o funcionamento deste dispositivo a partir da organização de uma série de medidas econômicas, políticas e médicas. É por meio do incentivo mercantilista de acúmulo de capitais e das políticas públicas voltadas para a saúde reprodutiva, que as mulheres são levadas à autovigilância de seus corpos, gerindo sua própria fecundidade em favor dessa arte de governo. Conforme os enunciados, a

“coerção” e a “manipulação” não são efeito de uma ordem direta do Estado, porém, ainda assim existem; elas são efeito dos jogos de verdade, da organização de poderes, da distribuição de normas e da regulação da conduta dos indivíduos no interior dessa economia política. Portanto, em 1983, a atualização do tema planejamento familiar faz emergir uma série de relações entre verdades e poderes que culminam no exercício da autovigilância dos corpos em vista do funcionamento de uma arte de governar. O funcionamento desse dispositivo não se dá, então, a partir de uma ordem direta do Estado, tampouco de uma relação de dominação; o controle dos corpos é efeito de uma série de medidas médicas, normas e postulados econômicos e políticos que encontram no fluxo das populações a principal tática de fortalecimento do poder do Estado.

Em momento posterior, o *Mulherio* traz novamente a questão do planejamento familiar para tratar de problemas suscitados pela dificuldade de sua implementação e, ainda, da mobilização de suas metas por instituições financeiras estrangeiras. É o que podemos verificar na reportagem a seguir, intitulada “*Contracepção: o drama nosso de cada dia*” (*Mulherio*, 1984, vol. 17, p. 6) e assinada por Ethel Leon, que traça um panorama das questões reprodutivas no país naquela época.

Em uma página que traz a inscrição “Planejamento familiar”, a reportagem é disposta juntamente a uma ilustração que nos remete à imagem de uma girafa mãe e seu filhote; enunciados que se relacionam e produzem efeitos de sentido ligados à maternidade. Os sentidos históricos da maternidade foram resultantes dos valores construídos sobre a figura da mulher como esposa e mãe, que reforçaram a “divisão dos sexos”, atribuindo-lhes atividades e sentimentos específicos (RUBIN, 1993, p. 42). No contexto da década de 1980, em que o país passava pelo processo de democratização e pela intensa industrialização nas grandes cidades, ocorreram, igualmente, transformações no domínio da sexualidade, de modo que as práticas discursivas se modificaram dando espaço para outros usos do corpo. As mulheres sentiam a necessidade de controlar sua fecundidade em favor de suas condições sócio-econômicas e, também, do exercício de uma sexualidade mais livre e igualitária.

PLANEJAMENTO familiar

CONTRACEPÇÃO: o drama nosso de cada dia

Regular nossa fertilidade. Exercer a maternidade e a contracepção: nossos direitos, luta de longa data. Que agora encontra novos e poderosos interlocutores. Nosso corpo virou "problema de Estado": um avanço, no caso de programas de saúde, de fato. Uma catástrofe quando nossos úteros viram itens nas pautas de negociação de crescimento populacional.

O Ministério da Saúde anuncia o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, o PAISM. Entre as feministas de todo o país há uma forte tendência a repudiá-lo: "É controlismo disfarçado de feminismo", "é o FMI" — dizem nós.

Ao mesmo tempo, o governo recém-eleito de São Paulo formula um projeto de saúde muito próximo ao do Ministério. Tudo isso começou no ano passado e até hoje o debate segue, mas não só ele. O Programa ministerial estabelece centros de treinamento, solta folhetos para a população, anuncia em rádios e televisões. Em Goiânia começa a ser implantado. Em São Paulo também.

Enquanto isso, cresce a atuação das entidades controlistas privadas como

BENFAM e CEPAIM que assessoram o Inamps e realizam experiências de contracepção a torto e a direito sobre as mulheres.

"Estamos vivendo uma situação complicada", diz Maria José Araújo, médica feminista que clínica na Casa da Mulher do centro e na Casa da Mulher do Grajaú, em São Paulo. "Eu percebo um imenso atraso político na recusa sistemática dos programas de saúde governamentais. Em primeiro lugar, devemos nos perguntar se temos força para retirar esses programas do cenário. E se retirarmos, o que fazer?"

Repudiar apenas o Programa não leva a nada. Se o poder público assume as questões de contracepção, pode haver uma pressão social por parte dos grupos

Maternidade, um fato político

Annunciada no segundo semestre de 83, a iniciativa do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) de se empenhar na redução da natalidade no Brasil se apresenta agora de público: o brigadeiro Waldyr Vasconcelos, ministro-chefe do EMFA, propõe a criação de um Conselho Nacional de Planejamento Familiar. (Qualquer semelhança com projeto da senadora andreezista Eunice Michilis não sendo mera coincidência).

Baseada na premissa de que o excessivo crescimento da população gera pobreza, esta proposta do EMFA provavelmente vem-se adiantar à Conferência Mundial de População, promovida pelas Nações Unidas em agosto no México.

"Há dez anos, quando se realizou a última Conferência de População, em Bucareste, já se falava em 'harmonizar' as tendências demográficas com as tendências de desenvolvimento" — diz Elza Berquó, pesquisadora do Cebrap. "E foram tiradas recomendações quanto a metas demográficas mundiais."

"Agora no México muda o tom da Conferência", continua Elza. "Em primeiro lugar fala-se na participação dos governos e não mais dos países. Fala-se em instigar (e não recomendar) os gover-

nos a assumirem medidas eficazes de diminuição da natalidade. Elogia-se com vigor o papel das entidades privadas mundiais que vêm trabalhando com planejamento familiar."

"Planejar" para dominar

há uma grande preocupação com o crescimento zero da população europeia e, em breve, da população norte-americana também, em confronto com o crescimento das populações latino-americanas e africanas. "Pode-se prever que a Conferência do México vá estabelecer metas demográficas a nível regional, nacional e sub-nacional. Há uma tendência à criação de organismos supra-nacionais de planejamento familiar."

O governo brasileiro vem se preparando para participar da Conferência do México a partir de uma comissão interministerial formada pelo SNI, EMFA, Ministério do Interior, do Exterior, da Saúde, do Trabalho e da Secretaria do Planejamento, através do IBGE e do IPEA. Até agora ninguém conhece os termos do documento que a delegação brasileira apresentou no México. Em



assembléia geral, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC — aprovou uma moção dirigida ao governo federal no sentido de que esse documento seja tornado público.

Entim, é preciso muita grita a esse respeito. Se o governo brasileiro se comprometer com o estabelecimento de metas demográficas, pode-se prever que a esterilização, já tão praticada, vai se tornar um fenômeno de massa brutal.

"Infelizmente, reconhece Elza Berquó, os partidos políticos, preocupados exclusivamente com a sucessão, estão completamente omissos nesta questão. Se vingar o Conselho proposto pelo EMFA, já se antecipa uma política de planejamento familiar como instrumento de reduzir a natalidade, portanto uma política autoritária e anti-social"

Reacionarismo médico

Mas não é só nos meios militares que se encontra o pensamento conservador e autoritário que prega o controle da natalidade. Carlos Alberto Salvatore, professor titular da Clínica Ginecológica da Medicina da USP, convidado — pasmem! — a participar da Oficina de Discussão sobre Saúde da Mulher, organi-

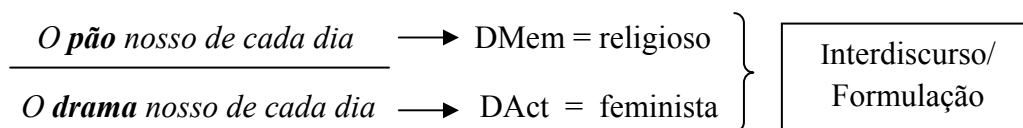
zada pela Secretaria da Saúde de São Paulo, tem em seu repertório as seguintes pérolas: "Somente deveriam ter filhos os casais que, após alguns anos de casamento, realmente pretendessem viver unidos e se encontrassem em condições econômicas, psíquicas e físicas para terem filhos e educá-los até os 15-17 anos de idade. O número de filhos está diretamente relacionado às condições econômicas do casal, e a explosão demográfica intimamente ligada à pobreza."

"Cabe ao governo, auxiliado pelas instituições privadas, dar assistência aos necessitados, aos pobres. O governo é responsável pela 'evolução demográfica da nação'. Portanto deve controlar o crescimento demográfico..."

"... O ensino deve ser feito principalmente para as moças púberes, pois a sexualidade deve ser controlada pela mulher. A ela cabe inclusive o controle da atividade sexual do companheiro através do 'pudor', arma feminina que infelizmente as mulheres de hoje não mais sabem utilizar como forma de adiar o início da atividade sexual quando adolescentes e como forma de atração e exaltação sexual quando madura e responsável."

E.L.

A partir dessas considerações, tomemos o enunciado título “*Contraceção: o drama nosso de cada dia*” no qual verificamos efeitos de repetição e lembrança de uma formulação que habita o domínio de memória religioso: “*o pão nosso de cada dia*”. Sintaticamente, o enunciado se estrutura numa relação de aposição entre o termo “contraceção” e o sintagma nominal “o drama nosso de cada de dia”. Ao empregar um sintagma nominal que repete uma formulação de um domínio de memória religioso, modificando seu núcleo (de “pão” passa-se a utilizar “drama”), num domínio de atualidade feminista, podemos identificar as marcas do interdiscurso na constituição desse enunciado e apreender, nesse entrecruzamento, sentidos distintos. Vejamos esquematicamente a relação entre as duas formulações:



Segundo Courtine, analisar as relações entre o domínio de memória e um domínio de atualidade não tem como fim buscar a sequência “natural” do antes, do agora e do depois e sim de “caracterizar as repetições, as rupturas, os limites e as transformações de um tempo processual” (2009, p. 111). Assim, analisar a irrupção de um enunciado, atentando para seu domínio de atualidade implica em observar as relações de coexistência entre as formulações e a formulação discursiva de referência em uma conjuntura histórica dada. Os movimentos de repetição, ruptura, transformação decorrem das relações de coexistência entre as formulações que, por sua vez, instauram um *acontecimento*. É a instância de acontecimento discursivo que confere às relações entre os enunciados “o efeito de uma lembrança ou de uma refutação imediatas de formulações presentes em sequências discursivas que se respondem” (COURTINE, 2009, p. 112). Nessas condições, as relações entre o domínio de memória e o domínio de atualidade resultam num aspecto “dialogado”, ou seja, a atualização de enunciados que repetem, citam ou refutam outros, faz aparecer as marcas de memória, a existência de enunciados anteriores, rastros de sentidos históricos (COURTINE, 2009, p. 112).

A partir da repetição de uma formulação discursiva de referência, com o núcleo do sintagma nominal modificado (“o pão”/“o drama”), interpretamos uma relação de

retomada, na forma de diálogo com o discurso religioso. Porém, a posição-sujeito assumida no domínio de atualidade – o sujeito fala a partir de um jornal feminista –, permite compreender efeitos de resposta como uma demarcação de antagonismo discursivo. Isso porque o sentido de “pão”, na doutrina cristã, associa-se ao alimento do corpo e da alma, enquanto o de “drama” refere-se a problemas, conflitos. Logo, embora a repetição materialize uma retomada aos discursos religiosos, a substituição dos sintagmas nominais implica uma mudança de sentidos, o que pode ser compreendido como uma refutação determinada pelo domínio de atualidade feminista e pela posição-sujeito assumida no enunciado.

A conjuntura histórica em que é atualizada a formulação religiosa é marcada por uma série de impasses no campo da fecundidade; trata-se de um período em que o movimento de mulheres reivindica maior acesso às informações e aos métodos contraceptivos para as mulheres. Nesse contexto, diversas instituições atuaram diretamente neste debate, dentre as quais a Igreja Católica que assumiu posição relevante, pressionando as decisões do Estado. A relação de coexistência entre esses enunciados, nesta conjuntura histórica específica, determina, portanto, uma instância de acontecimento, uma vez que a retomada do discurso religioso num domínio de atualidade feminista resulta em efeitos de refutação, instaurando novos sentidos históricos.

Nessas condições, podemos interpretar o “drama da contraceção” enfrentado na época, produzido a partir do discurso feminista na forma de repetição do discurso religioso, como demarcação de posição oposta às concepções religiosas sobre a contraceção. Isso porque a doutrina cristã não é favorável a métodos não-naturais de controle da fecundidade, o que, em contrapartida, é uma das práticas mais reivindicadas pelas feministas para o exercício pleno da sexualidade. Dessa forma, o enunciado materializa as marcas de um interdiscurso que possibilita a irrupção de uma formulação religiosa, resultando em efeitos de sentido de oposição entre os discursos feministas e cristãos acerca da contraceção.

Passemos, então, à análise da chamada que antecede a reportagem, na qual a posição-sujeito assumida pelo *Mulherio* descreve as relações de poder estabelecidas entre as instituições, o Estado e as feministas. Observemos os enunciados a seguir:

- (4) *Regular nossa fertilidade. Exercer a maternidade e a contraceção: nossos direitos, luta de longa data. Que agora encontra novos e poderosos*

interlocutores. Nosso corpo virou “problema de Estado”: um avanço, no caso de programas de saúde, de fato. Uma catástrofe quando nossos úteros viram itens nas pautas de negociação de crescimento populacional.

O conjunto de enunciados acima evidencia o corpo como materialidade na qual se concentram saberes e poderes com o objetivo de fixar-lhe uma série de estratégias e práticas que conduzam seus usos e suas ações. Essa anátomo-política, esse o conjunto de técnicas que têm como alvo e objeto o corpo, caracterizou-se inicialmente por constituir o corpo como superfície de suplícios e penas para, então, fazê-lo funcionar no interior de disciplinas que modelam e corrigem o corpo (FOUCAULT, 2001). No interior desta anátomo-política, localiza-se o Estado que se serve de um “corpo político” constituído de elementos materiais e técnicas “para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber” (FOUCAULT, 2001, p. 31).

Nesse sentido, podemos compreender o corpo, mais especificamente, as questões ligadas à fecundidade, maternidade e contracepção, como alvo e objeto de relações de poder instauradas entre as feministas e o Estado. Os enunciados *“Regular nossa fertilidade. Exercer a maternidade e a contracepção: nossos direitos, luta de longa data”*, demonstram que a luta pela autonomia dos corpos, pelo direito de decidir sobre o próprio corpo, constitui o discurso feminista e atualiza uma série de práticas históricas anteriores associadas a essas questões. A irrupção desses enunciados materializa o percurso desses discursos, as transformações no domínio da sexualidade, resultando em efeitos de sentido que atestam a desvinculação do sexo da reprodução.

Além disso, os enunciados materializam processos de subjetivação (*“Regular nossa fertilidade”*; *“nossos direitos, luta de longa data”*), que configuram movimentos de resistência e, por conseguinte, tentativas de dissociar o poder e o controle exercidos sobre o corpo das mulheres. Tendo em vista as descontinuidades dos discursos, vemos emergir novamente, aqui, o discurso *“nosso corpo nos pertence”* que constitui as práticas feministas, situando o “sexo como político”. É possível ainda verificar vestígios desses discursos no enunciado *“Maternidade, um fato político”*, que irrompe numa conjuntura histórica marcada por lutas entre as feministas e o Estado sobre o controle da fecundidade, e que fazem aparecer os usos do corpo como objeto e alvo de saberes e poderes que sujeitam os indivíduos a determinadas normas de condutas.

Destacamos ainda, nesse sentido, a ocorrência de sintagmas nominais que materializam processos de subjetivação como forma de resistência no interior dessas lutas. Observemos o esquema abaixo:



Historicamente, as lutas empreendidas entre as feministas e o Estado durante a década de 1980, no Brasil, giravam em torno da questão reprodutiva, sendo a principal reivindicação o direito assumir-se como sujeito responsável pelas decisões acerca da fecundidade e da maternidade. Tendo em vista os processos de subjetivação nesses enunciados, é preciso “pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores” (REVEL, 2002, p. 84). Assim, a partir desses acontecimentos históricos, verificamos medidas adotadas pelo Estado, como o estabelecimento de planos de assistência de saúde à mulher e metas de fluxo populacional, que funcionaram como técnicas de poder sobre a população e as taxas de fecundidade. Se o sujeito, nesta conjuntura, deve controlar sua fecundidade e tomar precauções quanto à saúde reprodutiva, temos como efeito um sujeito objetivado por saberes médicos, econômicos e políticos, e disciplinado por normas de conduta.

No entanto, consideremos os dois significados para a palavra sujeito: “sujeito a alguém pelo controle e dependência” e “preso à sua própria identidade por um consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 235). No interior das lutas, portanto, há duas possibilidades: constituir-se como sujeito ao poder e controle de alguém ou como sujeito a si mesmo. Desse modo, para promover pontos de resistência as feministas assumiram novas possibilidades de subjetivação; daí a irrupção de materialidades a partir das quais as feministas se constituem em sua singularidade, como sujeitos de sua própria fecundidade, de seus direitos, de seu corpo, de se útero. Isso porque os pontos de resistência, nesse tipo de luta, implicam “uma relação consigo, por meio de um certo número de técnicas”, o que permite “constituir-se como sujeito de sua própria existência” (REVEL, 2002, p. 82). O principal objetivo dessas lutas, então, não é atacar a instituição do Estado, e sim suas técnicas de poder, suas práticas de

objetivação. Enfim, a forma como as feministas se constituem – como sujeitos de seus próprios corpos, úteros, direitos e fecundidade – funciona aqui como estratégia de resistência frente às técnicas de poder e controle do Estado.

Ao analisar a repetição do tema “planejamento familiar” neste conjunto de enunciados identificamos uma manutenção dos sentidos, no que concerne ao funcionamento deste dispositivo na formação dos discursos do *Mulherio*. A materialidade linguística “*Nosso corpo virou ‘problema de Estado’*” é efeito de uma anátomo-política que faz do corpo alvo e objeto de uma arte de governar, logo, como materialidade que atualiza práticas discursivas de controle e de cuidados com a vida e o bem-estar da população. Assim como anteriormente, as estratégias dessa arte de governar causam efeitos de “contradição” nos discursos do *Mulherio*, o que demonstra o funcionamento deste dispositivo (constituído por leis, regras, medidas econômicas e saberes médicos), na regulação da fecundidade. Isso se deve à posição-sujeito assumida nos enunciados, que contesta a verdade econômico-política segundo a qual é preciso reduzir a fecundidade em favor da prosperidade da nação e que, ao mesmo tempo, assujeita-se às práticas biopolíticas centradas na saúde reprodutiva e na contracepção.

Dessa forma, o movimento de mulheres se constitui em favor de uma biopolítica que cria mecanismos de cuidados e otimização da saúde do corpo (“*um avanço, no caso de programas de saúde, de fato*”), porém, se constitui em oposição às técnicas dessa biopolítica que são baseadas na economia política que gerencia os fluxos da população (“*Uma catástrofe quando nossos úteros viram itens nas pautas de negociação de crescimento populacional*”). Com isso, verificamos uma manutenção de sentidos em relação aos enunciados produzidos no ano anterior, pois, ainda que haja movimentos de resistência ao controle da fecundidade para fins econômicos, os discursos evidenciam um assujeitamento às normas que regulam a saúde reprodutiva das mulheres.

Prosseguiremos o trajeto temático analisando a repetição do tema “planejamento familiar” a fim de verificar se há mudanças, transformações, rupturas e, também, para compreender como se organiza a rede de dispositivos de saber-poder nesses discursos. Assim, analisaremos a edição do *Mulherio* de 1986, que destaca em sua capa o procedimento de esterilização masculina como nova alternativa para o planejamento familiar. Podemos identificar, a partir da emergência deste tema, um princípio de transformação no sistema de enunciabilidade que habita esses enunciados, pois, diferentemente dos períodos anteriores, aqui, o planejamento familiar é discutido tendo em vista procedimentos no corpo dos homens e não no das mulheres.



Figura 19: Capa do *Mulherio*, vol. 24, 1986.

A começar pela descrição da capa desta edição do *Mulherio*, visualizamos a imagem de um homem que corta um peru assado e, ao lado, a imagem do mesmo animal, porém vivo. Tendo em vista que os enunciados estabelecem relações de coexistência entre si, interpretamos o sentido dessas materialidades não-verbais a partir da relação que estabelecem com os enunciados verbais “*Vasectomia*” e “*O congelamento da prole com sexo sem tabela*”. Isso porque, para interpretar os sentidos dos enunciados não-verbais, é preciso considerar sua relação com os enunciados linguísticos, o que permite apreender “as leis de possibilidades” e “as regras de existência para os objetos que se encontram aí nomeados” (FOUCAULT, 2012a, p. 110). Além disso, “não há enunciado que não suponha outros” (FOUCAULT, 2012a, p. 121), o que implica pensar no feixe de relações, na coexistência desses enunciados e suas possibilidades de significação.

É preciso, portanto, apanhar as relações existentes entre o significante “peru” e o termo “vasectomia”, para, então, apanhar os sentidos possíveis nessa trama complexa de relações. Dentre os usos da expressão “peru”, identificamos aquele empregado coloquialmente para referir-se ao “pênis”, que participa, do mesmo modo, do conteúdo referencial do enunciado “*Vasectomia*”. Ora as relações de significação entre as

distintas materialidades possibilitam o aparecimento do “peru” sendo cortado em associação com a vasectomia, como significante do procedimento de esterilização masculina. Logo, se a vasectomia tem por finalidade cortar, impedir a produção de espermatozoides, o “corte do peru” pode ser compreendido como significante do rompimento da virilidade, uma vez que o procedimento, naquela época, gerou polêmicas quanto à manutenção do desempenho sexual masculino.

Ademais, o enunciado “*O congelamento da prole com sexo sem tabela*”, em relação com os demais enunciados, traz à tona sentidos anteriores. Este enunciado atualiza a existência histórica de práticas de contracepção feminina, pois o “sexo com tabela” é um procedimento contraceptivo controlado pelas mulheres, por meio da vigilância do próprio ciclo menstrual. Se surge a possibilidade de outro método contraceptivo, como a vasectomia, a vigilância deixa de ser exclusiva das mulheres, passando a ser também de responsabilidade masculina.

Nesse sentido, a relação entre esses enunciados permite constatar que os discursos do “planejamento familiar” assumem, neste período, novas regras de formação. A contracepção deixa de implicar somente a inibição da ovulação, assumindo novas formas, como aquela que inibe a produção de espermatozoides, conforme podemos verificar no artigo “*Xô espermatozoides*”¹⁶ (Mulherio, 1986, vol. 24, p. 12).



Uma vasectomia pode ter como resultado uma diminuição da libido, da ereção ou da masculinidade? Ou, pelo contrário, pode aumentar a potência? Tem aí alguma coisa a ver com tesão?

A medicina já cansou de responder negativamente a estas perguntas. Mas elas continuam merecendo para cada caso uma resposta, muitas vezes positiva. Até esta: é ele quem faz e é ela quem brocha.

É que os mais temidos efeitos colaterais de esterilização masculina, que está aí em grande oferta no mercado, fogem ao campo da medicina que investiga o perfeito funcionamento fisiológico de um pênis não dedicado à reprodução. Eles florescem e descambam pelo terreno criativo, místico e conflituoso do imaginário social sobre tudo que se refira a sexo, reprodução, virilidade e amor.

Nesta matéria falam homens, mulheres, médicos e psicólogos que de alguma forma convivem com a opção.

Rita Freire

Depois de alguns anos protelando a ideia de esterilizar-se, e muito pouco informado sobre como fazê-lo, o bancleiro Ivan Zanetti conseguiu, aos 30 anos, a sua vasectomia. E levou um susto. Mas se livrou do susto quando o ajudou a recuperar-se da operação, Ivan descobriu-se suficientemente formado por uma sensação de liberdade que ele mesmo preferia não admitir. "Eu sentia que ia ser casado e paquerado por todas as mulheres. Elas de alguma forma sabiam que eu não oferecia mais perigo. E isso foi estranho. Fiquei assim algum tempo, até me identificar de que nada tinha mudado".

A mesma coisa contou Heitor dos Santos, advogado e gerente comercial que, perto dos 40 anos, resolveu esterilizar-se. Com só nada mudou. Mas não tirou-se da sanção de que "as mulheres mudaram" com relação a ele. Estavam mais dispostas, menos "indiscricas". E isso foi estranho, antes que não estivesse entre o objetivo da esterilização um g

Amor?

Tanto Ivan quanto Heitor são casados. E vivam na vasectomia a crescerão de um ato de amor pelas companheiras, com ênfase nos momentos. Ivan chegou a vir na esterilização uma forma de amor e mulher de volta. Após três filhos — três crianças diagnosticadas — o casamento se estreitou. A escolha da vasectomia é feita só feita pelo casal, mas a operação foi sempre adiantada.

"Eu mesmo não sou paiado" — lembra Ivan — "Como diligente estudante, tinha todo um discurso que me empedia de admitir a ideia de estar com medo frente a uma decisão desta natureza". Já separados, ele vive

na cirurgia uma forma de mostrar a Eliana que o casamento poderia reestruturar-se sem que ela deixasse, sozinha, com a prevenção de uma quarta gravidez.

Heitor dos Santos conseguiu, muitas vezes, uma estranha dissimulação de sentimento machista "assustado" e de comprometimento, ao preocupar-se com a responsabilidade pela contracepção, e solidário com um eventual futuro marido dela, que, "caso eu venha a faltar, terá uma esposa em condições de cuidar dos filhos". O mesmo, de qualquer forma, não valeu para uma eventual futura companheira dele.

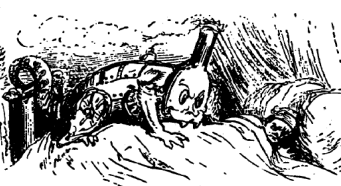
"Eu teria que conviver com isso. Minha experiência como pai de família já esta realizada."

Afronta

Ainda que a ideia de uma esterilização desprovida dos parâmetros espermatológicos possa ser estimulante para homens e mulheres, essa "sentença" estranha com que um número cada vez maior de homens e mulheres se dirigem às clínicas de esterilização para o convívio do lar, nem sempre é de liberdade. E a realidade das mulheres nem sempre é de liberdade.

Apesar de que a vasectomia revelou-se, entre os métodos empregados para a esterilização definitiva, o mais prático, rápido e barato, e foi incorporado com facilidade pelas clínicas que atuam sob o signo do planejamento familiar. Mas, tomando como público alvo uma população menos privilegiada — econômica e culturalmente — onde o controle da natalidade é mais intrínseco, as clínicas e suas propostas de salvar os homens de novos filhos, tiveram a frente a valores que estão longe de ser reformulados.

Entre estes valores, segundo a psicóloga Vera Pava, a maternidade é uma espécie de "alcorço de reser-



va moral". Mas não é o único ameaçado. A contracepção sempre foi considerada como encargo feminino. Transferido ao homem, a amargura passa a recair sobre o seu sentido de virilidade, com todos os fantasmas que podem relacionar-se com o medo do castigo. Um medo que, condicionado pelo sentido de poder patriarcal, não encontra saída para dissipar-se. "Ou seja" — diz Vera — "Curtia-se o demônio sem permitir que ele se manifeste".

A preocupação e os fantasmas ao pertencermos a um esquema social de valores, não são apenas masculinos. As mulheres também, como constatou claramente a ginecologista Tânia das Graças, também temem pelo "fetiche" de seus homens. E às vezes, mesmo que tenham muitos filhos, preferem a esterilização, mesmo que não sejam alternativas muito recomendadas para o planejamento de sua família, o mesmo que moram de medo de crianças, elas preferem submeter-se a uma laparotomia, bem mais cara, e muito mais agressiva ao organismo.

Acostumada a lidar com o drama do "não quero mais te filho mas vou respeitando o tomar a pilula", Tânia das Graças sorribo tudo, em muitos casos, a opção pela laparotomia a ela se revelou um certo status jurídico a vontade, que sabe reconhecer um bom marido quando ele não mette esforços e avia com todas as despesas para que a mulher faça a operação.

Por baixo do pano

No mesmo nível da associação entre capacidade de reprodução e virilidade, algumas mulheres muito bem informadas, que se dizem racionalmente favoráveis à esterilização masculina — entre os depoimentos citados para base desta matéria — admitiram nestas circunstâncias a ideia. Uma ginecologista, de 30 anos, confessou, em privado totalmente, o tédio por um novo marido quando descobriu que ele tinha sido vasectomizado. Uma arquióloga, de 28 anos, soua a palavra "tédio" para descrever

Figura 20: Mulherio, vol. 24, 1986, p. 12.

¹⁶ Devido à baixa resolução da figura, o texto do artigo vem digitado em anexo.

A vasectomia originou-se no final do século XIX, sendo destinada ao tratamento da próstata e, posteriormente, à contracepção. No Brasil, a vasectomia ganhou maior espaço no início da década de 1980 com a criação da entidade PRO-PATER (Promoção da Paternidade Responsável) em São Paulo, representando um marco nos procedimentos de esterilização, pois inaugurou a era da contracepção masculina (CASTRO, 1983). Apesar de centrar-se no corpo masculino, a disseminação da vasectomia esteve associada diretamente com a vida reprodutiva das mulheres, uma vez que se tornou a opção mais acessível, prática e segura para uma parcela da população. Por outro lado, a disseminação do procedimento, no final da década de 1980, impulsionou o debate sobre quem deve ser responsável pela contracepção (o homem ou a mulher), trazendo à tona uma série de valores tradicionais. O movimento de “embate” entre essas práticas discursivas pode ser apreendido nos enunciados em (5) e (6):

- (5) *Mas tomando como público alvo uma população menos privilegiada – econômica e culturalmente – onde o controle da natalidade é mais incentivado, estas clínicas e suas propostas de salvar os homens de novos filhos, fazem afronta a valores que estão longe de ser reformulados.*
- (6) *A contracepção sempre foi considerada como encargo feminino. Transferida ao homem, a ameaça passa a recair sobre seu sentido de virilidade, com todos os fantasmas de castração. Um medo que, condicionado pelo sentido do poder patriarcal, não encontra saídas para dissipar-se.*

A princípio chamamos a atenção para o encaixe das orações nas sequências discursivas em (5), que resultam em efeito de pré-construído. A descrição dos enunciados permite compreender que a criação de clínicas de esterilização masculina tem como público alvo os meios sociais menos privilegiados (um reflexo da política de fluxos populacionais), porém, sua atuação, nesse meio específico, suscita embate de valores. Vejamos como o encaixe dessas orações pode determinar efeitos de sentido: “*Mas tomando como público alvo uma população menos privilegiada [...] estas clínicas e suas propostas de salvar os homens de novos filhos, fazem afronta a valores que estão longe de ser reformulados*”. O encaixe dessas orações tem efeito de pré-construído, uma vez que determina a interpretação de que é, especificamente, nos meios mais desfavorecidos econômica e culturalmente, onde surgem os embates entre valores tradicionais e novas práticas de contracepção masculina. Logo, a partir dessa

organização sintática, podemos compreender o público menos favorecido como o meio no qual há mais dificuldades de instaurar a procedimento da vasectomia, uma vez que, nesse meio, circulam discursos mais tradicionais que questionam o papel masculino na contracepção.

Os enunciados em (6), do mesmo modo, materializam o embate entre práticas discursivas em torno da esterilização. A irrupção do enunciado “*A contracepção sempre foi considerada como encargo feminino*” atualiza a existência histórica de discursos que legitimam o corpo da mulher como principal força reprodutiva e, também, contraceptiva. A questão da reprodução se constituiu através da história por meio de saberes que situam o corpo feminino como lugar estratégico de poderes e controles sobre os nascimentos. Em contrapartida, o enunciado “*Transferida [a contracepção] ao homem, a ameaça passa a recair sobre seu sentido de virilidade, com todos os fantasmas de castração*” demonstra que esse conjunto de regras históricas passa por transformações, de modo que há, neste período, a possibilidade de atribuir a função da contracepção também ao homem. Nessas condições verificamos que as regularidades – que determinavam o controle da reprodução como função exclusiva das mulheres – apresentam aqui um princípio de transformação.

Todavia, o embora haja mudanças nas práticas discursivas, a existência de valores e normas tradicionais ligadas à virilidade e ao desempenho sexual masculino emergem no nível intradiscursivo, materializando a possibilidade de formulações opostas. Nesse sentido, as regras de formação dos discursos evidenciam que as mudanças nas relações afetivas e na sexualidade principiaram uma abertura nas práticas discursivas em torno da contracepção, porém, não promoveram rupturas com discursos anteriores ligados ao “poder patriarcal”. A emergência de práticas ligadas à contracepção masculina gerou, então, um movimento de embate que reatualizou “o orgulho masculino a respeito de sua capacidade sexual e da superioridade do homem sobre a mulher”, o que representou “empecilho à divulgação e adoção da vasectomia como método efetivo de planificação familiar” (CASTRO, 1983, p. 11).

É possível compreender, desta forma, a coexistência de regularidades distintas no mesmo campo de atualidade, de modo que é possível falar de “transferência da contracepção ao homem”, bem como é possível falar dos “fantasmas da castração”. A oposição entre regularidades, no nível intradiscursivo do enunciado, corrobora, ainda, relações de poder, entre homens e mulheres, organizadas por saberes científicos sobre a esterilização. Assim, os procedimentos médicos contribuem para modificar as

organizações de poder no campo da reprodução, incluindo também o corpo masculino nos procedimentos de vigilância da fecundidade. Essa rede de saberes, nesta conjuntura histórica de planejamento familiar, passa a exercer poderes sobre o corpo do homem, modificando as “lutas” entre homens e mulheres na questão da contracepção.

No cerne das políticas de planejamento familiar, a posição do governo sempre se mostrou ambígua, pois não houve, durante a década de 1980, a instauração institucional de políticas nesse sentido, havendo apenas o desenvolvimento de projetos pelo Ministério da Saúde ligados à saúde reprodutiva da mulher e o risco de implementação do controle da natalidade para fins econômicos. A postura assumida pelo governo brasileiro na época propunha “defender a soberania nacional promovendo a não-ingerência externa em assuntos de interesse nacional” (CORRAL, 1996, p. 103). Desse modo, o governo lançou mão de um *laissez-faire* que possibilitou o investimento de capital externo em clínicas de planejamento familiar e na indústria farmacêutica nesse mercado, impulsionado, sobretudo, pelo violento processo de urbanização no país (CORRAL, 1996, p. 103).

Durante o processo de abertura e redemocratização do Brasil, o movimento de mulheres organizou-se contrariamente às posições neomalthusianas que poderiam ser instauradas no país por influência do FMI. Com a criação do PAISM, no entanto, o movimento voltou sua atenção para a possibilidade de receberem informações e tratamentos para controlar a fecundidade. Apesar das discordâncias quanto às finalidades da implementação de um projeto de planejamento familiar no país, houve certa congruência entre o movimento de mulheres e as propostas educativas e clínicas do Ministério da Saúde no campo da reprodução (BELTRÃO; MÉDICI, 1995).

Em 1987, período da Nova República no Brasil, a polêmica em torno dos objetivos do planejamento familiar no país volta à tona, possivelmente desencadeada pela proximidade da promulgação da nova Constituição Federal. Nesse contexto, de redefinições de diretrizes políticas e legislativas, o *Mulherio* insere-se na discussão, questionando se haverá, de fato, a implantação de uma política nacional de controle da natalidade. Visto que até então o governo havia se mostrado ambíguo diante dessas questões, a redemocratização e a Constituinte apresentaram-se como período propício para decisão determinante. É o que podemos verificar no conjunto de enunciados produzidos na reportagem “*Controle da natalidade: a polêmica continua*” (*Mulherio*, 1987, vol. 28, p. 8).

SAÚDE

Controle da Natalidade: a polêmica continua

LEILA VILLAS
jornalista



Conseguirá a Nova República um feito inédito até para os vinte anos da ditadura militar: implantar nacionalmente uma política de controle de natalidade no País? A resposta pode demorar, mas as críticas estão aí e não poupam o governo.

Enquanto se aguarda novos desdobramentos sobre o polêmico projeto de controle de natalidade, a grande questão que se coloca para a sociedade brasileira parece ser a seguinte: nas intenções demográficas do atual governo de transição, prevalecerá o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) - uma legítima conquista das lutas feministas no Brasil, que contrapõe o planejamento familiar, direito inalienável da população feminina, e ações governamentais que tentem estabelecer metas populacionais "ideais"? Ou acabará vingando um controle da natalidade afeito às surradas intenções de cunho neomalthusiano, francamente neofascistas, várias vezes ensaiado no País e sob o qual se ocultam interesses estrangeiros e nacionais há décadas em jogo? Vale lembrar que as intenções controlistas, especialmente no Terceiro Mundo, tratam a questão populacional como assunto geopolítico, envolvendo até longínquas considerações estratégicas das superpotências.

Planejamento ou controle

A dúvida entre essas duas questões - planejamento familiar segundo as concepções do PAISM, de um lado; e controle da natalidade, há décadas pretendido por escusos interesses - parece, entretanto, paradoxal: afinal, em plena época de consolidação da chamada abertura democrática, estariam de volta as intenções controlistas?

A julgar, no entanto, pelo que transpareceu da reunião interministerial do Conselho de Desenvolvimento Social, realizada a 19 de janeiro último, pelo menos em parte tais intenções permanecem vivas na equipe governamental. Da reunião, emergiu uma Comissão Interministerial encarregada de "estudar a implementação de uma política familiar" no País, sob a coordenação do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel. Até o ministro-chefe do Gabinete Militar integraria a comissão, formada também pelos titulares das pastas do Planejamento, Previdência, Trabalho, Educação, Justiça, Interior, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Urbano.

Cada ministro saiu desse encontro com sua própria versão da forma como foi abordado o tema demográfico. Mas, por exemplo, não passou despercebido aos observadores a defesa feita pelo titular do Interior, Ronaldo Costa

Couto, de um programa de "paternidade responsável". Ora, tal conceito, conforme observou o jornalista José de Arimatéia, do jornal "Folha de S. Paulo", é um dos achados do anteprojeto-de-lei elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a natalidade, instalada em 1983 pelo PDS (governo Figueiredo), com o objetivo de "investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro". De acordo com as informações de Arimatéia, esse anteprojeto foi remetido ao então recém-empossado presidente Sarney em abril de 1985, na mesma semana em que morreu Tancredo Neves.

Os resultados (oficiais, em parte) da reunião de 19 de janeiro não tardaram a provocar protestos entre a sociedade organizada. A secretária-geral do Conselho Federal de Medicina, Ana Maria Lipke, imediatamente levantou suspeitas de que o anteprojeto já pode estar sendo gradualmente implantado no país, nos últimos meses, embora ainda não tenha transparecido nenhum decreto ou decisão oficial sobre o assunto. Maria Amélia Teles, da União de Mulheres, e Martha Ariha, do Conselho da Condição Feminina, também protestaram contra o ressurgimento das intenções controlistas.

"Cabe ao Congresso Constituinte discutir essa questão e estabelecer as respectivas restrições", opinou, por sua vez, o ex-reitor da Unicamp e secretário de Estado nos governos Montoro e Quéricia, José Aristodemio Pinotti. Segundo ele, o governo pode estar se deixando enganar nessa questão por "teses e interesses estrangeiros". Ele revela que entidades privadas, americanas e japonesas já investiram (segundo dados de alguns anos atrás) 20 milhões de dólares em programas de controle da natalidade no país, principalmente em ações de esterilização masculina e feminina e distribuição de contraceptivos. Nos últimos anos, o controle de natalidade tem sido coordenado no Brasil por duas grandes entidades privadas: a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar (Benfam) e o Centro de Assistência Integral à Mulher e à Criança (Cepamim).

Em contraposição, o PAISM

O PAISM, nascido na fase de pre-articulação do governo Franco Montoro, em São Paulo, e posteriormente incorporado, em pleno governo Figueiredo, ao Ministério da Saúde (gestão Waidyr Arcovore) parte de um pressuposto inverso ao dos programas de intenção controlista. Ele encara o planejamento familiar como um direito de saúde da população feminina, do qual

deve incumbir-se o Estado e, mais especificamente, seu ministério afim. Segundo o PAISM, a mulher brasileira deve ter acesso, através do Inamps, a toda sorte de informação e assistência sobre o funcionamento de seu próprio corpo, incluindo exames ginecológicos regulares e preventivos de doenças como o câncer. E, nesse contexto, a mulher deve ter acesso ao meio contraceptivo de sua escolha, com vistas a seu bem-estar pessoal e ao de sua família.

"Qualquer tentativa de retirar a questão do planejamento familiar do âmbito do Ministério da Saúde e, mais especificamente, do PAISM, seria um retrocesso", argumenta, de seu lado, a presidente da Comissão dos Direitos da Reprodução (vinciada ao Ministério da Saúde), Elza Berquó, também pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e coordenadora do Núcleo de Estudos de População da Unicamp, e considerada como uma das mais competentes autoridades brasileiras em assuntos demográficos.

Berquó rebate um a um os argumentos de que, para vencer suas crises sociais e econômicas, o Brasil precisa reprimir seus índices de natalidade, chamando, primeiro, atenção para o acentuado declínio da taxa de natalidade nacional, nos últimos anos (uma queda de 19%, entre 1980 e 84). Ela lembra as cuidadosas projeções, segundo as quais, mantidas as atuais tendências, "na virada do século o Brasil terá uma população máxima de 183,5 milhões e um mínimo de 164,5 milhões de habitantes" - o que põe definitivamente por terra o espectro da superpopulação.

A especialista volta-se para um exemplo ainda recente, para liquidar os argumentos de que o Brasil não se desenvolve econômica e socialmente: "Ainda no início do Plano Cruzado, o desemprego caiu verticalmente e o País se ressentiu da falta de mão-de-obra. Isto é uma evidência de que, em lugar de controle de natalidade, o que falta ao desenvolvimento do País é um modelo político que direcione o modelo econômico, hoje improvisado pelo capitalismo brasileiro periférico e perverso."

Sem citar nomes, Berquó confia em que há no Congresso Constituinte representantes do movimento feminista capazes de colocar corretamente a questão do planejamento familiar, em conformidade com os anseios democráticos da Nação e em repúdio a intenções de "taxas ideais" tão tristemente já ensaiadas por grupos e comissões de população na América Latina.



Figura 21: *Mulherio*, vol. 28, 1987, p. 8.

A irrupção destes enunciados, neste momento histórico, é marcada por uma descontinuidade resultante da dispersão dos discursos ao longo da década de 1980. Dessa forma, identificamos que as regras de formação dos discursos que habitam os enunciados produzidos no ano de 1984, retornam e emergem em 1987, porém em domínio de atualização distinto. No contexto da Nova República, de passagem de um regime militar para o estado democrático, as condições de produção dos discursos apontam para a possibilidade de institucionalizar o planejamento familiar e de instaurar um controle da natalidade a nível nacional.

Tendo em vista essa conjuntura histórica, começaremos analisando as materialidades não-verbais que servem de suporte para esse conjunto de enunciados. A imagem de um médico que segura um bebê como se fosse um objeto comum permite vislumbrar a relação entre a medicina e a natalidade, demonstrando a autoridade e o poder exercidos pelos médicos nos cuidados e no controle dos nascimentos. Na relação entre médico e paciente, os saberes científicos sobre o corpo são mobilizados numa série de exames e detalhamentos do corpo – tanto da mãe quanto do recém-nascido – tornando-os alvo e objeto de uma biopolítica que gerencia a qualidade de vida em favor de técnicas de governo das populações. O enunciado não-verbal materializa, portanto, a posição de autoridade que os saberes médicos assumem nessas relações de poder, evidenciando seu papel no gerenciamento dos nascimentos e da saúde reprodutiva. A condição de autoridade científica sobre os processos biológicos da população garante à medicina condição “de técnica política de intervenção com efeitos de poder próprios” (FOUCAULT, 2002a, p. 302).

Considerando a conjuntura histórica da época, compreendemos que a técnica principal desta biopolítica é o gerenciamento da vida ou, mais especificamente, dos nascimentos, com vistas a governar seus fluxos e condições adequadas para a economia política do país. Nesse sentido, remontemos às proposições neomalthusianas, fortemente rebatidas no início da década pelo movimento de mulheres. Os princípios neomalthusianos contribuem para um regime de verdade amplamente difundido na forma de técnica estratégica de governo, pois visa diminuir os nascimentos em favor do enriquecimento e melhoria social de uma nação. A partir dessas considerações, vejamos como se organiza o outro enunciado não-verbal que acompanha os enunciados.

Composta pela imagem de um triângulo preenchido com crianças em posição invertida, o enunciado faz aparecer as regras determinadas por essa verdade econômica-política: é preciso decrescer o fluxo populacional, é preciso diminuir a natalidade para,

então, aumentar o acúmulo de riquezas e garantir a prosperidade econômica do país. Essa materialidade recupera a existência histórica desses discursos, atualizando-os em um domínio marcado pela “polêmica do controle da natalidade” e a partir de uma posição-sujeito feminista, o que resulta em sentidos de contestação e oposição. Dessa forma, o enunciado corrobora a circulação desse regime de verdade, também neste período, porém, abre a possibilidade de emergência de discursos que refutam e transformam esse conjunto de regras. Logo, a materialidade recupera tais práticas discursivas questionando sua condição de verdade para, então, deslocá-las e evidenciar seu funcionamento nas técnicas de governo.

De um modo geral, neste momento, o *Mulherio* descreve as condições do planejamento familiar praticado no país, com base no projeto do Ministério da Saúde e do PAISM, atentando para a “ameaça” que significaria retirá-lo desse contexto para inseri-lo em medidas demográficas e estatísticas de controle da população. No que concerne às regras de formação dos discursos, destacamos a oposição constituída entre as concepções de “planejamento familiar” e “controle da natalidade” a partir do lugar ocupado por este jornal feminista. O modo como são produzidos esses discursos demonstram regularidades bastante distintas e, até mesmo, opostas, devido à posição que o sujeito assume frente à economia política do governo. Nessas condições, vejamos os enunciados em (7) e (8):

- (7) *Planejamento ou controle – A dúvida entre essas duas questões, o “planejamento familiar” segundo as concepções do PAISM, de um lado; e “controle da natalidade”, há décadas pretendido por escusos interesses, parece, entretanto, paradoxal: afinal, em plena época de consolidação da chamada abertura democrática, estariam de volta as intenções controlistas?*
- (8) *Ele [PAISM] encara o planejamento familiar como um direito de saúde da população feminina, do qual deve incumbir-se o Estado e, mais especificamente, seu ministério afim. Segundo o PAISM, a mulher brasileira deve ter acesso, através do Inamps, a toda sorte de informação e assistência sobre o funcionamento de seu próprio corpo, incluindo exames ginecológicos regulares e preventivos de doenças como o câncer. E, nesse contexto, a mulher deve ter acesso ao meio contraceptivo de sua escolha, com vistas a seu bem-estar pessoal e ao de sua família.*

Os enunciados em (7) permitem identificar uma oposição entre “planejamento” e “controle”, associando o primeiro às práticas do PAISM no contexto da saúde da mulher, e o segundo aos “escusos interesses” do governo. É possível identificar, no nível intradiscursivo dos enunciados, a atualização de formulações anteriores, ou seja, um retorno das propostas do governo no início da década, que previam uma regulação na quantidade de nascimentos como forma de satisfazer a regras impostas por instituições financeiras internacionais. Os “escusos interesses” não foram claramente explicados na época, sendo conhecidos posteriormente, pela divulgação de um memorando, declarado pelo Conselho de Segurança de Estado dos Estados Unidos em 1974, no qual se propunha “o controle populacional como forma de reduzir as necessidades dos países do Sul, exportadores de matérias-primas”. Neste documento, a implementação da política é recomendada para 13 países, dentre os quais o Brasil, apontados como prioritários para o controle populacional (CORRAL, 1996, p. 103).

A possibilidade de retorno das “intenções controlistas” do governo, na conjuntura da redemocratização, resulta no posicionamento deste sujeito em relação às práticas natalistas no país. Nos enunciados em (8), verificamos que a posição-sujeito ocupada pelo *Mulherio* se constitui favoravelmente às práticas do PAISM e o INAMPS, que oferecem às mulheres a divulgação de “*informação e assistência sobre o funcionamento de seu próprio corpo*” e o procedimento de “*exames ginecológicos regulares e preventivos de doenças como o câncer*”. Identificamos, assim, uma organização de saberes sobre o corpo feminino, que o tomam como objeto, extraindo-lhe informações e examinando-o para fins de vigilância e regulação da fecundidade. O modo como se organizam esses saberes promovem, então, o exercício do biopoder sobre o corpo feminino por meio do controle dos processos biológicos. Embora os discursos do planejamento familiar demonstrem processos de objetivação (exames, informações, preventivos), suas regras de formação também configuram possibilidades de constituição do sujeito, de modo que a mulher, nessas relações de poder, pode assumir-se como sujeito de seus direitos, de sua própria saúde e de suas escolhas contraceptivas, conforme verificamos nos enunciados: “*Ele [PAISM] encara o planejamento familiar como um **direito de saúde** da população feminina*” e “*a mulher deve ter acesso ao meio contraceptivo de **sua escolha***”.

Nessas condições, o planejamento familiar é construído, a partir da posição-sujeito ocupada pelo *Mulherio*, como um direito de saúde da mulher, em oposição ao controle da natalidade, compreendido como manobra de dominação sobre o corpo.

Assim, os enunciados produzidos, neste lugar, determinam os seguintes efeitos de sentido: i) o planejamento familiar é um procedimento que examina e regula a fecundidade da mulher, porém é exercido pela decisão e vigilância da própria mulher; ii) o controle da natalidade é um procedimento que examina e regula a fecundidade da mulher, porém pela decisão do Estado para fins econômicos e políticos. Os processos de subjetivação e objetivação nesses discursos são detalhados na tabela abaixo:

Planejamento familiar	As mulheres decidem sobre a fecundidade e a maternidade. → Relações de poder marcadas por processos de objetivação e mais possibilidades de subjetivação.
Controle da natalidade	O Estado e outras instituições decidem sobre as taxas de natalidade. → Relações de poder marcadas por processos de objetivação e possibilidades restritas de subjetivação.

Tabela 1: O “planejamento familiar” e o “controle da natalidade” a partir da posição-sujeito ocupada pelo *Mulherio*.

Enfim, os sentidos de planejamento familiar, produzidos a partir do lugar ocupado pelo *Mulherio*, são bastante distintos daqueles relacionados ao controle da natalidade. De acordo com essa posição, o planejamento familiar, ainda que implique objetivações e exames detalhados do corpo, é o procedimento de poder no qual há mais possibilidades de subjetivação, uma vez que a vigilância do corpo é permitida e também exercida pelo próprio sujeito. Compreendemos, assim, que os enunciados do *Mulherio* não constituem o sujeito fora dos procedimentos de vigilância, pelo contrário, o sujeito é objeto de exames e detalhamentos da saúde reprodutiva. Esse movimento de vigilância, a partir do discurso feminista, é constituído como técnica a ser exercida pelo sujeito sobre o próprio corpo. Além disso, podemos interpretar a posição do *Mulherio* favorável ao procedimento de planejamento familiar, conforme proposto pelo PAISM, como manobra de resistência às estratégias controlistas com vistas à economia política do país. Esse conjunto de enunciados apresenta, portanto, uma manutenção nos sentidos: o sujeito se constitui a favor das técnicas biopolíticas de cuidado da saúde

reprodutiva, porém, em contraposição aos procedimentos de controle da fecundidade no interior de uma economia política de enriquecimento e melhoria social.

Concluimos este trajeto temático, atentando para o efeito de contradição dos discursos do planejamento familiar, produzidos no *Mulherio*, que se manteve até o final do período do jornal. A contradição que constitui e divide esses discursos é resultante das distintas formas de projeção enunciativa assumida pelo sujeito. Nos quatro textos analisados, o jornal ora assume uma posição favorável às técnicas de exame e controle da saúde reprodutiva – e aqui sua posição é construída por um “nós” inclusivo – ora assume posição contrária à regulação da natalidade no funcionamento da economia política – posição construída pelos referentes linguísticos “as mulheres” e “elas”. Desse modo, verificamos movimentos de assujeitamento às práticas de objetivação, mas também de resistência aos controles da fecundidade na arte de governar.

Esse sistema de enunciabilidade se caracteriza também pela possibilidade de formação de discursos sobre a inserção do homem nas práticas de contracepção, que principiou um movimento de transformação, mas que, contudo, não promoveu rupturas com valores tradicionais do “poder patriarcal”. Verificamos, por fim, que o sujeito aqui é efeito de uma conjunção de fatores: leis, políticas públicas, medidas econômicas, exames médicos que resultam na disciplinarização, no controle e, inclusive, na autovigilância da fecundidade.

No próximo tópico, finalizaremos esta pesquisa realizando um contraponto entre os discursos da sexualidade produzidos no *Mulherio* e na grande mídia. Com isso, pretendemos compreender por que esse tipo de discurso, marcado por uma vontade de saber, pôde, naquela época, emergir na imprensa feminista e não em outro lugar.

3.4. A sexualidade no *Mulherio* e na grande mídia


Falar contra os poderes, dizer a verdade e prometer o gozo; vincular a iluminação, a liberação e a multiplicação de volúpias; empregar um discurso onde confluem o ardor do saber, a vontade de mudar a lei e o esperado jardim das delícias – eis o que, sem dúvida, sustenta em nós a obstinação em falar de sexo em termos de repressão [...].

(M. Foucault, **História da sexualidade I**, 1999, p. 12-13).

Neste tópico, propomos analisar um conjunto de enunciados que tratam exclusivamente do papel da mídia na proliferação de saberes sobre a sexualidade. Assim como nos tópicos anteriores, nossa metodologia de análise será o trajeto temático, proposto por Guilhaumou & Maldidier (1994), que busca identificar na repetição de um tema a atualização de novos efeitos de sentido. Com isso, poderemos descrever as regras de formação dos discursos e compreender como funciona esse sistema de enunciabilidade no interior do arquivo que rege a manutenção ou a transformação dos enunciados (FOUCAULT, 2012a, p. 158). Ademais, o trajeto temático pode auxiliar a análise da rede de dispositivos que habita esses discursos, uma vez que a atualização do tema faz emergir toda uma série de saberes que se inscreve em jogos de poder e, ao mesmo tempo, os condiciona (FOUCAULT, 2000, p. 246).

Ao tratar do papel da mídia na proliferação de saberes da sexualidade, propomos analisar a postura de outras mídias a partir do ponto de vista do jornal *Mulherio*. Desse modo, o *corpus* a ser analisado foi selecionado conforme os seguintes critérios: i) matérias que tratam exclusivamente do papel da mídia na divulgação de saberes sobre a sexualidade; ii) textos que demarcam tanto a posição do *Mulherio* quanto a de outras mídias em relação ao tema; iii) textos que questionam as práticas discursivas em torno do sexo nos veículos da época. Visto tratar-se de um jornal feminista produzido por acadêmicas, pressupõe-se, em um primeiro momento, que o modo de enunciar a sexualidade se diferencia daquele da grande mídia. Assim, nossa análise buscará compreender se a repetição do tema – proliferação de saberes sobre sexualidade na mídia – atualiza novos sentidos e como se inscrevem em dispositivos de saber-poder. Poderemos, dessa forma, identificar se há manutenção, transformação ou dispersão dos discursos durante a década de 1980, além de contribuir para a descrição do papel da mídia na produção de saberes sobre a sexualidade nesse período.

Começaremos analisando um conjunto de enunciados produzidos na matéria “*Em contraponto, ‘Capricho’ e ‘Mulherio’*”, assinada por Mariza Corrêa (*Mulherio*, vol. 1, 1981, p. 14), no qual o jornal pretende demonstrar expressamente seu posicionamento em relação ao tema da sexualidade e às demais mídias na divulgação desses saberes. Visto tratar-se do primeiro volume do jornal, podemos supor que a emergência desses discursos é condicionada pela necessidade de demarcar sua posição-sujeito no espaço midiático, a partir da oposição com outros veículos de comunicação.



Em contraponto, “Capricho” e “Mulherio”

A pseudoneutralidade pode ser tão pernicioso quanto a preconceito. Um exemplo é a resposta a uma carta publicada na revista *Capricho*, em fevereiro deste ano. Abaixo, a carta, a resposta de *Capricho* e a resposta que daríamos à mesma carta:

“Sou noiva, 25 anos, e adiei a data do casamento. Tudo porque tenho o clitóris muito desenvolvido. Ele é bastante saliente, e os lábios da vagina não o cobrem. Por isso, gostaria de saber se existe alguma operação que acabe com esse problema.”
C. R. (RJ)

Capricho responde: “Sim. A operação para diminuir o tamanho do clitóris existe (clitoridectomia ou amputação do clitóris). É uma cirurgia relativamente simples, com resultados satisfatórios e praticamente sem complicações. Este crescimento exagerado do clitóris pode ocorrer por uso indiscriminado de medicamentos que contenham hormônios masculinos. Mas também pode ocorrer por um distúrbio hormonal do organismo.

O primeiro passo é fazer uma consulta com um médico ginecologista para um exame completo. Ele poderá dizer se o seu caso é mesmo de operação e lhe fornecerá todas as informações necessárias. Fique

Os meios de comunicação social desempenham, inegavelmente, um papel de formação da opinião pública, inibindo ou reforçando comportamentos e atitudes. Mas como é que eles têm tratado a questão da mulher?

tranqüila, casos como o seu são muito frequentes.”

Mulherio responde: “Sim, esta operação existe: ela foi inventada pelos médicos, no século passado, para ‘curar’ as manifestações da sexualidade feminina que fossem consideradas desviantes dos rígidos padrões de comportamento impostos às mulheres daquela época. A masturbação era então apontada como a causa de várias doenças e o orgasmo muitas vezes definido como uma doença em si mesmo. Ao descobrirem que o clitóris é uma zona particularmente sensível do corpo da mulher, os médicos criaram no Ocidente a clitoridectomia, além de outras operações mutiladoras do corpo feminino. Masters e Johnson, em suas pesquisas a respeito da sexualidade, mostraram que a remoção da extremidade do clitóris, que possui nervos ligados ao sistema nervoso geral do corpo, leva à perda da sensibilidade erótica na mulher e pode conduzir à frigidez nas relações sexuais. Quando as mulheres começaram a discutir sobre seu corpo a partir de suas próprias experiências, e não mais guiadas pelos manuais médico-ginecológicos, a redescoberta do clitóris como fonte de prazer foi uma conquista importante. Outra foi a aprendizagem de que o clitóris é parte da anatomia feminina e pode variar em tamanho de mulher para mulher — como varia o volume dos seios ou a largura dos quadris. Assim, o que se costuma chamar de “crescimento exagerado” do clitóris pode ser simplesmente uma tentativa de reduzir todas as mulheres a um mesmo padrão de conformação corporal. Pode ser também a expressão do confusão que a presença deste órgão feminino, tão parecido com o pênis mas tão diferente dele, causa na cabeça dos homens.”

Mariza Corrêa

Notas

O 8 DE MARÇO NA IMPRENSA PAULISTA

— Já vão longe os tempos em que as feministas eram pintadas pelos meios de comunicação como exóticas “queimadoras de sutiãs”. Ainda persistem comentários ridicularizantes isolados, mas eles não constituem mais a nota dominante. Um exemplo disso foi a cobertura da comemoração do 8 de março pela imprensa paulista e pelas publicações de circulação nacional.

Entre os diários, a Folha de S. Paulo destacou-se com a melhor cobertura, confirmando, assim, ser leitura obrigatória de todas as pessoas que se interessam pela questão da mulher. Além de editoriais, artigos, e reportagens, dedicou um número do Folhain inteiromente ao assunto. O Estado de S. Paulo, por sua vez, destacou-se com a pior cobertura. Numa demonstração de desdém ou ignorância, chegou ao ponto de trocar informações ou dar informações erradas, o que surpreende num órgão tão cioso da confiabilidade de suas matérias. Por exemplo, atribuiu a organização do Congresso da Mulher Paulista num dia a uma inexistente Sociedade Brasileira da Mulher, em outro dia, ao PT. Assim, quem consultar seus valiosos arquivos no futuro terá uma visão completamente equivocada dos fatos.

As revistas de grande circulação, Veja e Isto É, dedicaram duas matérias cada uma ao Congresso, destacando especialmente os problemas causados pela realização de um encontro paralelo no Pacaembu. Na imprensa alternativa, Movimento esteve à frente pela qualidade e pela quantidade de material publicado (números 293 e 298). Em Tempo, Voz da Unidade e O Trabalho também dedicaram extensas matérias ao evento, com predomínio para a análise política do Congresso. Na imprensa ligada a instituições, O São Paulo, da Cúria Metropolitana, deu uma boa cobertura; enquanto na imprensa de bairro destacou-se a Gazeta de Pinheiros. Na televisão, o melhor trabalho sem dúvida

Figura 22: *Mulherio*, vol. 1, 1981, p. 14.

Atentando inicialmente para a diagramação dos enunciados, vemos que a matéria é publicada em um espaço demarcado no canto superior esquerdo com o termo “imprensa”¹⁷. Além disso, vemos nesse espaço a matéria principal disposta abaixo de um enunciado em destaque que introduz o tema [Os meios de comunicação social

¹⁷ É importante ressaltar que esta não é uma seção permanente do jornal. A demarcação “imprensa”, apesar disso, é significativa, pois imprime na materialidade linguística as relações de alteridade entre o *Mulherio* e as demais mídias na época, o que colabora para a constituição do sujeito que enuncia a partir de um lugar específico, a imprensa feminista.

desempenham, inegavelmente, um papel de formação da opinião pública, inibindo ou reforçando comportamentos e atitudes], e ao lado de uma nota que comenta os modos de divulgação do “8 de março” na imprensa paulista. As duas matérias abordam, então, o papel de outras mídias na divulgação de saberes específicos, e se inserem em um contexto que avalia essas práticas. Em função do tema proposto, nossa análise se centrará na matéria principal que compara os pontos de vista da revista *Capricho* e do jornal *Mulherio* sobre a sexualidade feminina.

Observemos, inicialmente, os enunciados que antecedem o “contraponto” entre os dois veículos.

- (1) *Os meios de comunicação social desempenham, inegavelmente, um papel de formação da opinião pública, inibindo ou reforçando comportamentos e atitudes.*
- (2) *Em contraponto, Capricho e Mulherio: a pseudoneutralidade pode ser tão perniciosa quanto o preconceito. Um exemplo é a resposta a uma carta publicada na revista Capricho, em fevereiro deste ano.*

No enunciado (1), a posição ocupada pelo sujeito – o sujeito fala a partir de um jornal “alternativo” feminista – permite a assertiva de que os meios de comunicação social participam da formação da opinião pública e, mais, que em função do lugar que ocupam socialmente, têm a possibilidade de “inibir” ou de “reforçar” atitudes e comportamentos. Considerando o emprego do advérbio “inegavelmente” podemos interpretar o conteúdo do enunciado como um pré-construído, isto é, como um saber que já nos é dado e que determina efeitos de sentido. Atentando para o papel da mídia na formação das práticas discursivas, percebemos a relação entre a posição do sujeito e o caráter polêmico do discurso: todo discurso é organizado, selecionado e redistribuído conforme os procedimentos de controle e a posição ocupada por seu sujeito (FOUCAULT, 2012b, p 2). O discurso não é neutro, e sim marcado por saberes históricos que se inscrevem constantemente em jogos polêmicos.

Os discursos da mídia são, portanto, marcados por relações de saber-poder que se articulam e determinam quem pode falar a partir desse lugar, o que resulta em determinados efeitos de sentido. A mídia, em função do lugar institucionalizado que ocupa, é autorizada a produzir certos dizeres a dados sujeitos cujos efeitos podem ser interpretados como influência nas atitudes e nos comportamentos em sociedade.

Segundo Gregolin, o papel das mídias é estabelecer uma mediação entre seus leitores e a realidade, de modo que “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (2007, p. 4).

No enunciado (2) o caráter polêmico do discurso se materializa na oposição marcada entre *Capricho* e *Mulherio*; o “contraponto” entre os dois veículos evidencia posições opostas, assim como estratégias e determinações discursivas distintas. Além dessa oposição, podemos verificar no enunciado uma relação de alteridade que contribui para a constituição dos sujeitos implicados na enunciação. Nesse sentido, considerando a heterogeneidade como constitutiva dos dizeres, podemos identificar uma *alteridade representada* “pela qual o dizer, reflexivamente, pelas formas observáveis, dá lugar nele mesmo a emergências desses dois outros” (AUTHIER-REVUZ, 2011, p. 7). Assim, a representação marcada do *Outro* permite relacioná-lo a dizeres anteriores e, por conseguinte, faz emergir suas posições no interdiscurso, na exterioridade discursiva dos já-ditos possíveis de atualização no interior do enunciado.

Visto que o sujeito não é a fonte nem a origem de seu dizer, e sim “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”, (FOUCAULT, 2012a, p. 115), observarmos que o sujeito do enunciado (2) assume uma determinada posição no jornal *Mulherio*, situando-se em lugar distinto daquele ocupado na enunciação pela revista *Capricho*. A partir dessa oposição, o sujeito atribui ao *Outro* um discurso marcado por uma “pseudoneutralidade”, cujos efeitos são “perniciosos” e “preconceituosos”. Para constituir-se e demarcar sua posição, o *Mulherio* se vale do pressuposto de que nenhum discurso é neutro, e sim marcado por discursos outros, por um *a priori* que o constitui e que estabelece continuidades temáticas e jogos polêmicos (FOUCAULT, 2012a, p. 155). Desse modo, podemos identificar uma relação do tipo [Se *Capricho* é *x*, *Mulherio* é *y*], que pode ser compreendida da seguinte maneira: se a *Capricho* é pseudoneutra, e por isso perniciosa e preconceituosa, o *Mulherio* não imprime neutralidade em seus discursos, não sendo pernicioso nem preconceituoso.

Considerando as posições assumidas pelos dois veículos, observemos os efeitos de sentido resultantes do lugar ocupado discursivamente por eles, de modo a evidenciar quais práticas podem ser “perniciosas” ou “preconceituosas” – do ponto de vista do *Mulherio* – para os respectivos leitores. Começaremos analisando o discurso que emerge na revista *Capricho*, mais especificamente na resposta à carta de uma leitora da revista, que pergunta sobre a existência de alguma cirurgia que diminua o tamanho do

órgão sexual feminino, o clitóris; isso porque a leitora acredita ter um clitóris “muito desenvolvido” e “bastante saliente”. Vejamos as sequências discursivas (3) e (4):

(3) *Capricho responde: “Sim. A operação para diminuir o tamanho do clitóris existe (clitoridectomia ou amputação do clitóris). É uma cirurgia relativamente simples, com resultados satisfatórios e praticamente sem complicações. Este crescimento exagerado do clitóris pode ocorrer por uso indiscriminado de medicamentos que contenham hormônios masculinos. Mas também pode ocorrer por um distúrbio hormonal do organismo.*

(4) *“O primeiro passo é fazer uma consulta com um médico ginecologista para um exame completo. Ele poderá dizer se o seu caso é mesmo de operação e lhe fornecerá todas as informações necessárias. Fique atenta e tranquila, casos como o seu são muito frequentes”.*

A resposta da revista *Capricho* é favorável à questão da leitora, afirmando a existência desse tipo de cirurgia chamada de “clitoridectomia” ou de “amputação do clitóris”. A cirurgia tem “resultados satisfatórios”, logo se tal procedimento é considerado “satisfatório”, pressupõe-se a existência de padrões para o que é aceitável ou não, e a necessidade de estar em conformidade com eles. É possível notar aí a emergência do discurso que considera desviante o clitóris que tenha “crescimento exagerado”, o que ocorre por manipulação “indiscriminada” de medicamentos com hormônios masculinos ou, ainda, por algum “distúrbio hormonal”. Em função da regularidade desse discurso – que se dá na interdição daquilo que é desviante da norma –, é necessário que a leitora faça uma “consulta com um médico ginecologista”, para um “exame completo”, que autorize ou não tal procedimento cirúrgico.

Do ponto de vista discursivo, podemos identificar a materialização de práticas históricas que se inserem no domínio da *anomia* (FOUCAULT, 2002b, p. 69). O modo como se organiza o discurso possibilita compreender o crescimento “exagerado” do clitóris como evidência de uma anomalia, portanto, desviante dos padrões aceitáveis em sociedade. Esse acontecimento permite identificar, ainda, ecos de uma memória discursiva ligada ao “hermafrodita” cuja anatomia é desviante dos padrões e que, por isso, é considerado “monstro” (FOUCAULT, 2002b, p. 89). Historicamente, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, o corpo antes considerado “órgão de prazer”, torna-se instrumento de desempenho na produção. Assim, é necessária “uma cisão, uma cesura no corpo, que é reprimido como órgão de prazer e, ao contrário, codificado,

adestrado, como instrumento de produção, como instrumento de desempenho” (FOUCAULT, 2002c, p. 299). A partir do século XVIII, vê-se surgir uma preocupação voltada para a sexualidade e para a masturbação, que representavam riscos para a produtividade e desempenho do corpo.

Nesse contexto, é necessário instituir formas de correção para essas práticas, daí a criação de um sistema de “disciplina-normalização”, no qual o poder não é repressivo e sim produtivo. A repressão à sexualidade e à masturbação “só figura a título de efeito colateral e secundário, em relação a mecanismos que, por sua vez, são centrais relativamente a esse poder, mecanismos que fabricam, mecanismos que criam, mecanismos que produzem” (FOUCAULT, 2002d, p. 64). Logo, tudo aquilo que contribui para a sexualidade e a masturbação – como, por exemplo, um órgão sexual feminino “avantajado” – deve ser interdito, vigiado e corrigido, com vistas a fazer funcionar um dispositivo de saber e poder cujos efeitos são produtivos e positivos. O poder aqui não é ligado ao “desconhecimento”, pelo contrário, seu exercício é condicionado pela criação e difusão de informações sobre o sexo, ou seja, pela “formação de um saber” (FOUCAULT, 2002d, p. 65). Trata-se de uma concepção positiva do mecanismo de poder que, no domínio da sexualidade, busca na “vontade de saber” o estímulo necessário para fazer funcionar toda essa rede de poderes.

Nas sequências discursivas (3) e (4), é possível apreender relações que se inserem em um sistema de “disciplina-normalização”, no qual é preciso *corrigir* tudo aquilo que possa indicar uma *anomia* e, principalmente, evidenciar um comportamento desviante do corpo. Se o clitóris é, por excelência, o órgão sexual feminino que mais proporciona prazer, e se o prazer representa riscos para a produtividade dos corpos, é necessário procedê-lo à disciplinarização e à normalização (FOUCAULT, 2002c, p. 299). Isso implica o procedimento de “exame” a fim de observar os detalhes da anatomia corporal e verificar se há, conforme a normatividade, a necessidade de cisão, de corte, ou seja, de correção. A medicina entra em jogo, pois quem tem mais autoridade – na conjuntura histórica da década de 1980 –, a orientar e a prescrever tal procedimento é o médico. O saber médico é positivo, então, à medida que produz e faz mover poderes e dispositivos de controle e de vigilância do corpo, em função daquilo que é considerado ou não como *normal* no interior das práticas discursivas.

Dessa forma, ao apontar as práticas de disciplinarização e normalização do corpo, o *Mulherio* se situa em posição antagônica à *Capricho*, como vemos nos enunciados em (5) e (6):

(5) *Mulherio responde: “Sim, esta operação existe: ela foi inventada pelos médicos, no século passado, para ‘curar’ as manifestações da sexualidade feminina que fossem consideradas desviantes dos rígidos padrões de comportamento impostos às mulheres daquela época. A masturbação era então apontada como a causa de várias doenças e o orgasmo muitas vezes definido como uma doença em si mesmo. Ao descobrirem que o clitóris é uma zona particularmente sensível do corpo da mulher, os médicos criaram no Ocidente a clitoridectomia, além de outras operações mutiladoras do corpo feminino”.*

Nas sequências discursivas (5), há a atualização de uma memória discursiva relacionada a saberes sobre a “manifestação da sexualidade feminina desviante” no século passado, que contribuíram para a disseminação de “rígidos padrões de comportamento impostos às mulheres”. Esses padrões circulam descontinuamente através da história, pois podemos verificar a produção desses dizeres dispersos em distintas épocas. No contexto da década de 1980, os saberes que são atualizados na resposta do *Mulherio* são aqueles que invocam a masturbação como causa de doenças e o orgasmo como a própria doença, práticas que se inserem na lógica de um dispositivo que visa produzir nos corpos uma docilidade e torná-los úteis e domesticados. Isso porque, “a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2001, p. 119). Assim, a cirurgia que objetiva “curar” o crescimento “exagerado” do clitóris funciona como técnica de disciplina e normalização, no sentido de *adaptá-lo* e de *corrigi-lo* ao que é aceitável no domínio da sexualidade.

Além disso, as sequências discursivas em (5) fazem menção a um acontecimento: a emergência de um saber – a descoberta de que o “*clitóris é uma zona particularmente sensível do corpo da mulher*”, isto é, que lhe proporciona prazer – o qual desencadeará relações de poder esparsas na sociedade cujo objetivo é interditar e vigiar o “uso dos prazeres” em favor da produtividade e do desempenho do corpo (FOUCAULT, 1988). Todo esse procedimento tem efeitos de “repressão”, o que, segundo Foucault, trata-se de um paradoxo, pois o poder articulado à vontade de saber incita os sujeitos a falar de sua sexualidade, de modo que as “técnicas de poder

exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa, mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos” (1999, p. 17). Com isso, os dizeres que interditam o sexo têm como estratégia fazer o sujeito confessá-lo sempre mais e mais, criando e disseminando conhecimentos em um movimento de incitação constante. Assim, os procedimentos discursivos de interdição têm como resultado a não proibição do sexo, e sim a incitação.

Ao analisar as sequências discursivas (6), podemos verificar um movimento de transformações no interior do arquivo que rege a formação desses discursos.

(6) *Quando as mulheres começaram a discutir sobre seu corpo a partir de suas próprias experiências, e não mais guiadas pelos manuais médico-ginecológicos, a redescoberta do clitóris como fonte de prazer foi uma conquista importante. Outra foi a aprendizagem de que o clitóris é parte da anatomia feminina e pode variar em tamanho de mulher para mulher – como varia o volume dos seios ou a largura dos quadris. Assim, o que se costuma chamar de “crescimento exagerado” do clitóris pode ser simplesmente uma tentativa de reduzir todas as mulheres a um mesmo padrão de conformação corporal.*

Se na sequência anterior, as “sexualidades desviantes” eram interditas e corrigidas, nesta sequência vemos a modificação nos modos de organização e circulação desses saberes. O discurso da sexualidade só podia circular, antes, a partir de lugares institucionalizados e autorizados a corrigir seus desvios como a medicina por exemplo. Contudo, em função das mudanças históricas e sociais, tornou-se possível para as mulheres “discutir sobre seu corpo a partir de suas próprias experiências”, desvinculando-se da medicina, dos “manuais médico-ginecológicos” e promovendo resistências por meio da “redescoberta do clitóris como fonte de prazer”. Assim, saberes institucionalizados relacionados à interdição e à normalização e passam a coexistir com saberes que circulam entre as próprias mulheres e que contribuem para resistências locais.

Outro saber que é materializado nessas sequências vincula-se à possibilidade de anatomias distintas entre as mulheres. Ainda que a norma padronize uma determinada anatomia para o clitóris, emerge nesse período o discurso que defende a diversidade de formas e volumes do órgão. Como exemplo temos o enunciado “o que se costuma chamar de ‘crescimento exagerado’ do clitóris pode ser simplesmente uma tentativa de

reduzir todas as mulheres a um mesmo padrão de conformação corporal”, que materializa claramente o sistema de disciplina-normalização tão difundido na sociedade. Esse conjunto de enunciados produzidos neste lugar (na imprensa feminista), neste período (a década de 1980), reforça a produção de efeitos de sentido que instauram pontos de resistência locais, proliferando saberes que “disciplinam” e “normatizam” o corpo (FOUCAULT, 2002c, p. 299).

Para concluir esta etapa da análise, podemos verificar que os enunciados, produzidos a partir do lugar ocupado pela revista *Capricho* – uma revista de grande circulação e de tom mais “conservador” – tem como regra de formação dos discursos uma série de práticas anteriores que reforçam a necessidade de correção e disciplina do corpo “anormal”. Em contrapartida, no lugar a partir do qual enuncia o jornal *Mulherio*, os discursos têm possibilidade de emergir na forma de resistências locais que, por menor que sejam, evidenciam a “vontade de saber” como condição e efeito do poder e do controle sobre o corpo feminino. Identificado um “nó” nessa rede de dispositivos estimulada pelas relações de saber e poder na mídia passaremos à análise de outras matérias publicadas posteriormente no *Mulherio*.

Analisaremos um conjunto de enunciados produzidos na matéria intitulada “*Contra a repressão sexual*” (*Mulherio*, 1981, vol. 2, p. 18), publicada no volume posterior àquele anteriormente analisado. A emergência desses enunciados foi condicionada por um acontecimento na ordem midiática: a investida de censura ao quadro “Comportamento Sexual” de Marta Suplicy no programa *TV Mulher*. Nesse quadro, Martha propunha-se a abordar de modo objetivo e acessível o tema da sexualidade, divulgando saberes até então reservados a lugares restritos. A censura promoveu a indignação de feministas telespectadoras que se manifestaram no *Mulherio* a favor da continuidade do quadro da sexóloga e que discutiram sobre as condições e as possibilidades de falar sobre sexualidade no Brasil.



Contra a repressão sexual

Quem liga a televisão na Rede Globo às 10,40 da manhã tem a agradável surpresa de encontrar Marta Suplicy falando, com naturalidade, de assuntos muito importantes mas que costumavam ser segregados às alcovas: orgasmo, prazer, clitoris, etc. Sua postura feminista transparece na constante ênfase dada à igualdade entre os sexos, ao respeito à integridade pessoal e ao tratamento de assuntos raramente debatidos em nossos meios de comunicação de massas como as múltiplas manifestações da violência institucionalizada contra as mulheres. Atuando há mais de um ano, Marta tem conquistado a simpatia e admiração de grande número de pessoas, que lhe escrevem muitas cartas diariamente.

Preocupados com a investida da censura contra o programa, os grupos feministas de São Paulo (Frente de Mulheres Feministas, Associação das Mulheres, Sociedade Brasil Mulher, Grupo Nós Mulheres, Pró-Mulher, SOS Mulher, Centro da Mulher Brasileira e Grupo F. de Reflexão) encaminharam ao diretor da TV Mulher a seguinte manifestação:

"As integrantes dos grupos organizados de mulheres acima citados vêm através desta expressar seu apoio à sexóloga Marta Suplicy, objeto de críticas injustas e descabidas, por causa do trabalho de esclarecimento e educação sexual que realiza no programa "TV Mulher".

"Num país onde ainda predominam os preconceitos em relação a tudo o que se refere à esfera sexual, ele responde certamente a uma necessidade. Nada há de



Marta, informações objetivas e linguagem acessível.

foto: M. Machado/S. Souza

* As restrições feitas quanto à conveniência do horário também não fazem maior sentido, porque esse tipo de esclarecimento pode e deve atingir a faixa de público que inclui adolescentes, crianças e mulheres, talvez as mais necessitadas de informação.

"Em reação às mulheres, o quadro de Marta contribui para sua conscientização, dando-las a melhor conexão com o próprio corpo, controlá-lo e estimá-lo, condição indispensável para a sua realização como seres humanos integrais. Toda alienação surge da ignorância e no caso das mulheres, ela começa no próprio corpo.

"Por todos esses motivos, queremos deixar aqui consignados nosso apoio ao programa "TV Mulher" e nossa solidariedade à sexóloga, cujo trabalho deve prosseguir, para benefício de muita gente que não tem acesso a outras fontes informativas. Ao mesmo tempo, protestamos contra aqueles que, com base numa visão estreita e reacionária do papel da educação e dos meios de comunicação, exercem pressões para a retirada do quadro. São certamente setores minoritários, assim como são cada vez mais minoritários os que caem no ridículo de proibir o beijo ou mandam para a fogueira gravuras de Picasso, em virtude da mesma visão.

"Se o sexo, sem os véus da hipocrisia ou do preconceito, os choca, eles têm toda a liberdade de girar o botão. Mas não podem querer impor aos outros — sem dúvida a maioria — as consequências de sua própria miopia".

vergonhoso ou de intrinsecamente mau no sexo, que precisa ser encarado com mais naturalidade e não ocultado e reprimido como se fosse uma tara. A sexualidade é parte integrante da personalidade humana e tratá-la de forma discriminatória é criar atitudes pouco saudáveis, além de pouco democráticas.

"Informações objetivas e em linguagem acessível como aquelas transmitidas por Marta Suplicy, mostrando o sexo dentro de um conceito de liberdade com responsabilidade, não constituem, de forma alguma, incentivo à sexualidade irresponsável ou à pornografia, como afirmam alguns pouco esclarecidos. Ao contrário, a educação sexual está na ordem inversa da pornografia, pois esta só pode existir e se manter num clima de repressão e de tabu, que a alimenta.

Figura 23: *Mulherio*, vol. 2, 1981, p. 18.

Acompanhando o título da matéria, vem um logotipo com a inscrição "censura", que pode ser interpretada como uma forma de antecipar o procedimento discursivo a ser questionado no texto. É importante ressaltar que, no ano de 1981, não houve de fato uma censura ao quadro de Marta, e sim uma investida que desencadeou discursos de oposição, isto é, a manifestação das feministas sobre o caso. O jornal *Mulherio*, ao dar espaço para esses grupos feministas, demonstrou seu apoio, identificando-se com a causa. A posição-sujeito assumida nesses enunciados, portanto, não reflete somente a postura das feministas, mas também a do *Mulherio* diante dos acontecimentos. Observemos, então, o modo como o sujeito se posiciona frente à tentativa de "silenciamento" ou, ainda, de interdição de dizeres sobre a sexualidade na televisão aberta. Observemos as seguintes sequências discursivas:

- (1) *Quem liga a televisão na Rede Globo às 10h40 da manhã tem a agradável surpresa de encontrar Marta Suplicy falando, com naturalidade, de assuntos muito importantes mas que costumavam ser segregados às alcovas: orgasmo, prazer, clitoris, etc. Sua postura feminista transparece na constante ênfase dada*

à igualdade entre os sexos, ao respeito à integridade pessoal e ao tratamento de assuntos raramente debatidos em nossos meios de comunicação de massa como as múltiplas manifestações de violência institucionalizada contra as mulheres.

Nessas sequências, as materialidades destacadas corroboram o princípio de formação do discurso segundo o qual não é possível falar o que se quer de qualquer lugar. Nas palavras de Foucault, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2012b, p. 9). Tendo em vista o suporte e o horário em que são veiculados esses saberes (na Rede Globo às 10h40 da manhã), e quem é autorizado a divulgar os saberes (a psicóloga e sexóloga Marta Suplicy), verificamos a materialização de determinadas possibilidades e condições para a emergência desses discursos.

No ano de 1981 foi possível produzir discursos sobre o sexo a partir desse lugar, a televisão aberta, adotando um tom de “*naturalidade*” para falar sobre temas específicos como “*orgasmo, prazer, clitóris*”. Temas que antes eram “*segregados às alcovas*” e que agora emergiam em um contexto de ampla divulgação e em horário acessível a milhares de espectadores. Isto é, o que antes tinha possibilidade de emergência apenas em lugares restritos, neste momento, tinha condições de circular em um meio amplamente divulgado e visualizado. Do ponto de vista histórico, os acontecimentos foram marcados pelo início da abertura política no Brasil, que, apesar de “lenta e gradual”, teve suas influências em diversos setores da sociedade (SILVA, 2010, p. 256). Assim, tanto na mídia quanto na política as práticas sociais demonstraram transformações no sentido de “abertura” também nos costumes. Foi um período em que o movimento feminista ganhou mais adesão e pôde circular mais facilmente na mídia. Como exemplo temos a produção da minissérie *Malu Mulher* (1979)¹⁸, que contribuiu para a divulgação de saberes relacionados tanto à sexualidade feminina quanto à posição da mulher na sociedade.

O sistema de enunciabilidade, desse modo, apresenta transformações no que se refere às possibilidades e às condições de emergência desses discursos. Se anteriormente tais discursos obedeciam a uma regularidade que possibilitava sua

¹⁸ *Malu Mulher* foi um seriado exibido pela Rede Globo no final da década de 1970. Retratou a situação das mulheres brasileiras através do cotidiano da personagem Malu, socióloga, divorciada e com uma filha. Fonte: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/malu-mulher.htm>>. Acesso em novembro de 2013.

circulação apenas em lugares mais restritos – grupos feministas e organizações de saúde e apoio à mulher –, posteriormente é possível identificar uma dispersão desses discursos, que passam a emergir em outro lugar, a televisão aberta. De fato, tais saberes correspondem a “*assuntos raramente debatidos em nossos meios de comunicação de massa*”, o que implica pensar nas regras de produção e circulação dos discursos: o que se pode dizer e como se pode dizer neste lugar de enunciação? O enunciado materializa tais regras, demonstrando que não é possível, nos meios de comunicação de massa em geral, abordar tais temas. Apesar disso, este lugar apresentou mais possibilidades de emergência desses discursos em função do público-alvo e do referente assumido pelo programa: o *TV Mulher* destinava-se às mulheres de classes sociais diversas e tratava de temas variados da vida cotidiana.

(2) *Informações objetivas e em linguagem acessível como aquelas transmitidas por Marta Suplicy, mostrando o sexo dentro de um conceito de liberdade com responsabilidade, não constituem, de forma alguma, incentivo à sexualidade irresponsável ou à pornografia, como afirmam alguns pouco esclarecidos. Ao contrário, a educação sexual está na ordem inversa da pornografia, pois esta só pode existir e se manter num clima de repressão e de tabu, que a alimenta.*

As sequências discursivas (2) evidenciam o modo como se apresentam os dizeres de Marta na televisão, atentando para o fato de serem “*informações objetivas e em linguagem acessível*”. Ora, o modo de enunciar tais saberes vincula-se diretamente ao público-alvo, visto que o enunciador necessita antes, para formular seu discurso, conceber as características de seu enunciatário, ou seja, imaginar como se constitui o *outro* para constituir-se a *si mesmo* por e na linguagem (AUTHIER-REVUZ, 2011, p. 8). A imagem que o enunciador faz de seu enunciatário é determinante para o modo como serão formalizados seus dizeres no enunciado. Portanto, se o público é composto de classes sociais distintas, é preciso lançar mão de um tipo de linguagem mais objetiva e acessível para que os dizeres possam circular mais facilmente entre os enunciatários.

Atentando para as condições de formação do discurso, as materialidades demonstram que para enunciar neste lugar – o programa *TV Mulher* na Rede Globo – é preciso que o sexo seja associado ao “conceito de liberdade com responsabilidade”, portanto não sendo articulado à “sexualidade irresponsável” nem à “pornografia”. Tais condições contribuem para a inscrição desses saberes em dadas relações de poder, uma

vez que apresentam uma regularidade na produção e circulação dos discursos. Falar de sexo só é possível, no contexto do programa, se houver a articulação entre sexualidade e “liberdade responsável”, sendo interdito o discurso da pornografia, que atentaria contra o caráter sério e pedagógico que Marta imprime no seu dizer. Pensar na questão da liberdade nos leva, necessariamente, àquela do poder, pois, “só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres”, ou seja, o exercício do poder entre os sujeitos carece pelo menos de certa forma de liberdade (FOUCAULT, 2006a, p. 276).

Dessa maneira, se “*a educação sexual está na ordem inversa da pornografia*” podemos dizer que o discurso que aí emerge só tem possibilidade de surgir se associado à questão da educação, portanto, ligado às normas que disciplinam as ações, os comportamentos, as condutas sexuais dos sujeitos. Mesmo que o discurso irrompa como transformação e ruptura com discursos “tradicionais” e “moralizantes”, há ainda aqui uma tendência à disciplinarização, que reflete práticas de poder e controle do discurso da sexualidade. Os saberes que “educam” a mulher no domínio da sexualidade são efeito dessas relações de poder, que buscam na constituição do sujeito e da sua sexualidade determinar sua posição e suas possibilidades de dizer e de agir (FOUCAULT, 2006a).

Assim, ainda que os enunciados do *Mulherio* defendam o quadro de Marta como possibilidade de romper com tabus e práticas moralizantes, seus dizeres demonstram regras de formação e circulação que restringem sua emergência ao domínio da educação sexual e da saúde. O saber aqui então impulsiona o poder, pois aprender sobre sexo com uma especialista resulta em técnicas de disciplina que visam o corpo como fonte de informações e, por conseguinte, como alvo de controle e determinações.

O efeito de repressão sexual suscitado pelo título da matéria “*Contra a repressão sexual*” revela uma série de funcionamentos discursivos que incitam e intensificam cada vez mais os sujeitos a revelarem e a confessarem sua sexualidade, nesse caso, na mídia. A tentativa de censura ao quadro “Comportamento sexual” estimula a visibilidade do corpo, uma vez que o procedimento de interdição instaura redes de dispositivos, sustentados por saberes e poderes, que levam o sujeito a falar mais e mais sobre sua sexualidade para fins de disciplina e controle. O dispositivo se forma, então, por meio das práticas de censura, interdição, confissão e detalhamento, que têm efeito de incitação e de proliferação de saberes sobre a sexualidade. Logo, segundo o funcionamento daquilo que Foucault denomina “paradoxo repressivo”,

podemos dizer que quanto mais interdito for o sexo, mais falado, detalhado e proliferado ele será na mídia e na sociedade (1999, p. 17).

A repressão sexual, nos enunciados do *Mulherio*, é abordada de modo a favorecer uma “liberalização” para falar de educação sexual na tevê, invocando o discurso da moral e dos costumes tradicionais e, ao mesmo tempo, constituindo pontos de resistência a eles. Opor-se a tais práticas não implica detenção de poder por parte da grande mídia nem da pequena (como uma relação entre dominados e dominadores), mas sim uma pulverização do poder, que determina os dizeres conforme os seguintes fatores:

- i) posições-sujeito: a produção do discurso depende de quem fala e de onde se fala, assim, falar a partir do programa *TV Mulher* ou do jornal feminista *Mulherio* resultará em efeitos de sentido distintos.
- ii) técnicas de disciplina: a criação de procedimentos de seleção e interdição do discurso articulados a saberes que visam educar e disciplinar o corpo;
- iii) estratégias de resistência: a oposição à investida de censura do quadro “Comportamento Sexual”, justificada pela raridade desse tipo de discurso nos meios de comunicação de massa.

Considerando que, ao longo da história, o comportamento sexual suscitou e ainda suscita preocupação moral, observamos sua articulação com procedimentos de interdição do discurso que resultam em regularidades sobre os comportamentos e as condutas em sociedade. Dessa forma, a moral e a sexualidade se inscrevem em “um conjunto de valores e de regras de conduta que são propostas aos indivíduos e aos grupos por meio de diversos aparelhos prescritivos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc.” (FOUCAULT, 2006b, p. 198). É nesse contexto de “prescrição” que podemos identificar o papel da moral na formação dos discursos da sexualidade, seja na forma de controle e interdição, seja na forma de obediência ou resistência dos sujeitos. Assim sendo, analisaremos outra reportagem que traz na repetição do tema a atualização de novos sentidos para a questão da moral e da sexualidade. Trata-se da reportagem “*Um membro que incomoda muita gente*” (*Mulherio*, volume 11, 1983, p. 9), que repete a questão da censura do texto anterior, em um volume dedicado à questão da moral e dos costumes.



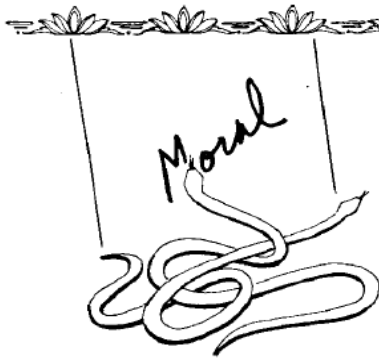
Figura 24: Capa do *Mulherio*, vol. 11, 1983.

Com uma capa que remete à imagem de uma realza da era vitoriana com o dedo em riste, o *Mulherio*, neste volume, pretende questionar o papel da moral e dos costumes no discurso da sexualidade que circula na mídia, mais especificamente, abordando a questão da censura, ainda, ao quadro de Marta Suplicy. O que antes foi uma “investida” de censura contra o quadro de Marta, neste ano, 1983, concretiza-se de fato. O acontecimento é analisado pela pesquisadora Ireda Cardoso, que expõe o papel da moral na sociedade, de modo a evidenciar as relações entre os costumes, as condutas e os dizeres sobre a sexualidade na mídia na época. A fim de compreender as relações entre moral e sujeitos, podemos pensar que a moral se refere ao “comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual elas se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição” (FOUCAULT, 1988, p. 26). Assim, o papel da moral tanto na formação dos discursos

quanto na conduta do sujeito se mostra como procedimento de regulação e interdição que determina o que se pode ou não dizer ou, ainda, de que forma agir ou não.

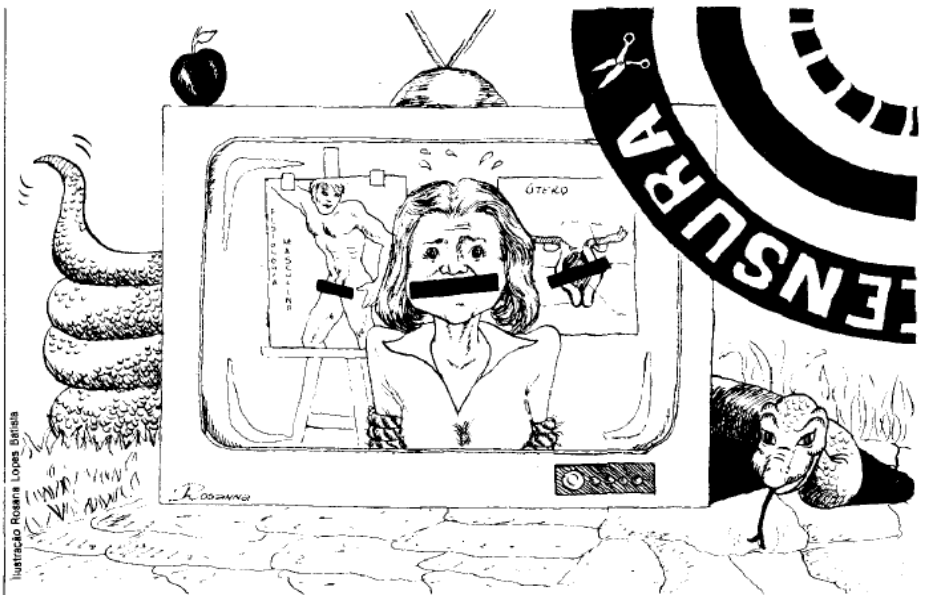
Sabemos que nenhum discurso é neutro, livre e independente sendo constituído por relações de repetição ou transformação de dizeres anteriores, e estabelecendo jogos polêmicos com outros discursos (FOUCAULT, 2012a, p. 121). Pois bem, na sociedade existem diversos procedimentos de organização e seleção de discursos, assim como os de *exclusão*, que funcionam como de interdição do dizer para aqueles que não têm autoridade nem condições para dizê-lo. A questão da censura está ligada a esse procedimento uma vez que joga com três tipos de interdito: “tabu do objeto”, “ritual da circunstância” e “direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 2012b, p. 9). Censurar, proibir a manifestação ou a liberdade de expressão de um sujeito ou de um veículo se insere no campo dessas relações de modo a vincular desejo e poder, uma vez que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2012b, p. 10).

Nesse sentido, vejamos como funciona o procedimento de interdição na regulação e no controle do discurso, de modo a evidenciar novos efeitos de sentido que são atualizados na repetição do tema. Destacamos algumas sequências de enunciados a fim de observar como na materialidade se dão esses processos, essas relações com a história e com a *vontade de verdade* que é, ao mesmo tempo, objeto de desejo e poder do sujeito que enuncia (FOUCAULT, 2012b, p. 10). Com isso, pretendemos identificar quais são os efeitos de sentido resultantes da posição assumida pelo *Mulherio* e que relação o jornal estabelece com os procedimentos de interdição e com as normas de conduta moral.



Numa segunda-feira de dezembro, ao final do programa TV Mulher, Marília Gabriela leu um comunicado da direção da TV Globo avisando que o quadro "Comportamento Sexual" de Martha Suplicy não mais seria transmitido, devido às pressões de "órgãos oficiais obscurantistas". Conscientes da importância do trabalho de Martha, as feministas mobilizaram-se rapidamente e, duas horas depois, uma comissão que incluía uma vereadora do PT e uma deputada do PMDB já comparecia à sede da tevê para entregar abaixo-assinado de várias feministas protestando contra o ato.

Seguiu-se uma semana agitada, com desmentidos e esclarecimentos da Globo e do DENTEL, e manifestações das mulheres que foram às ruas e ameaçaram impetrar um mandado de segurança. Essa mobilização obteve vitória imediata: uma semana depois, o quadro de Martha era reestabelecido. Neste artigo, Irede Cardoso, editora do programa, analisa as razões que estão atrás do episódio.



Um membro que incomoda muita gente

A diferença entre "uma" censura e "a" censura é evidente para qualquer pessoa de bom senso. No Brasil, não chegamos ainda a ultrapassar Aristóteles, fixados que somos em categorias existentes num céu da sétima esfera, essas abstrações que se cristalizam no pensamento e comportamento, especialmente dos que se encastelam no poder. Assim, não temos uma censura, mas "a censura", em poder de um grupo que se considera iluminado, falando em nome de uma sociedade que ele diz representar e que, na realidade, não existe.

Sempre digo que quando alguém tem problemas de ordem sexual e não faz terapia, não conversa abertamente sobre o que sente e, além disso, por artimanhas nem sempre legítimas, é guindado ao poder, vamos ver vir à tona todas as fantasias inconscientes. Nada temos contra fantasias, mas se elas são ridículas, coíhem um pouco de bom humor. Então, quando Martha é censurada por falar "pênis" e não "membro", por não poder falar "transa", "himen", vai daí que é possível, por exemplo que ela, um dia, venha a não poder falar "nariz". Por que não? É preciso, por isso, que sentimentos e partes do corpo, suas secreções, o prazer, tenham liberdade de ser traduzidos através de palavras. E palavras adequadas, corretas, explícitas.

Como chegar a isso, se ainda impera a exceção e se tevês e rádios são concessões do governo? Podemos ter horror a uma relação sexual anal, mas nem por isso a relação sexual anal deixa de ser um fato e precisa ser discutida, como qualquer fato, como essa covinha no queixo ou os pelos do nariz. Discutido para ser entendido, conhecido.

Martha sempre se conduziu com firmeza, pela TV-Mulher, com sua competência e didatismo, sem transformar a sexualidade em descrições estéreis do funcionamento da anatomia humana. Ela discute valores, algo, aliás,

que a Fundação Carlos Chagas, através de Carmen Barroso e Cristina Bruschini, soube tão bem trazer à tona em seu último trabalho sobre sexualidade.

Discutir valores é que é o "perigo": isso põe em risco toda uma estrutura voltada para o trabalho e que valorizou a produção, em detrimento do prazer. Que o homem tenha prazer, ainda vá lá. Mas a mulher, essa tem que ser a mãe pura e a esposa devotada, duas expressões abomináveis, quando são pronunciadas pelos que têm nojo da sexualidade. Mulher tendo prazer vai abalar todas as estruturas, pensam esses que não só nunca tiveram prazer junto com os seus (familiares) como também só têm prazer em fantasias que consideram perversas ou em situações que consideram pervertidas.

Mal sabem que o prazer é tido, há séculos, como inimigo da sociedade industrial e que ele se interpõe entre as engrenagens devoradoras das máquinas, emperrando seu funcionamento indiferente ao ser humano inteiro. Sendo a mulher uma reprodutora de trabalhadores que serão entregues às engrenagens como mão-de-obra barata e substituível, a ela compete calar-se e sofrer o estupro todas as noites, ao cumprir seu "dever conjugal". Martha desafia essa sinistra norma: as mulheres podem, quem sabe, ter uma porção de filhinhos e filhinhas, desprezando o controle fascista da natalidade, todos eles muito prazerosos, lutando por um mundo melhor, onde trabalho e prazer, contra toda alienação, possam conviver sem embates mortais.

Martha voltou e voltou com o apoio da sociedade civil, dos professores, de supervisores pedagógicos, sociólogos, advogados e, sobretudo, com a força do movimento das mulheres agora mais fortes e capazes de lutar, com prontidão, pelos direitos inalienáveis do ser humano.

Irede Cardoso

Figura 25: Mulherio, vol. 11, 1983, p. 9.

A censura teve seu apogeu durante o regime militar, mas não deixou de ocorrer nos anos que seguiram à abertura política no Brasil. O procedimento de censura foi baseado em instrumentos regulamentadores tais como “as leis de imprensa”, “as classificações etárias” e as “proibições de atentados à moral e aos bons costumes”, impulsionados certamente pelo AI-5 (FICO, 2010, p. 188). Funcionava a partir de mecanismos de controle legitimados por largas parcelas da sociedade que os consideravam “naturais”, sendo fortemente disseminados nos meios de comunicação, no teatro, na música e no cinema. Principal veículo de comunicação, a televisão também não deixou de receber censuras e interdições na difusão de determinados conteúdos, que poderiam emitir mensagens subliminares contra o regime. Até mesmo o quadro de Marta – exibido na Rede Globo, emissora “afinada com as diretrizes da ditadura militar” – que trazia informações sobre a sexualidade, foi alvo de censura por ser classificado como “permissivo” para a sociedade e os bons costumes (FICO, 2010, p. 193).

O quadro “Comportamento Sexual” no programa *TV Mulher*, conforme vimos anteriormente, teve uma investida de censura no ano de 1981, que ameaçou a possibilidade de falar sobre sexualidade na televisão aberta para milhares telespectadores. O jornal *Mulherio* apresentou-se favorável à permanência do quadro no programa, uma vez que foi a primeira vez que se pôde produzir esse tipo de discurso a partir desse lugar público e midiático que é a televisão. O fato de falar abertamente sobre sexo, divulgando saberes de maneira clara e natural para a população foi determinante para a censura do quadro, evidenciando um procedimento de exclusão do discurso, isto é, a interdição. A fala de Marta representou um risco para o “segredo” que era a educação sexual na mídia, o que implicava “libertar” determinados saberes e modificar as relações de poder aí exercidas (FOUCAULT, 2000, p. 172). É importante considerar que, embora certos saberes tenham sido libertos, as relações de poder continuaram sendo exercidas difusamente pela sociedade.

Segundo Foucault (2000), a vontade de saber estimula a circulação e a produção de saberes que, por sua vez, condicionam e são condicionados por relações de poder. É o que ocorre com o quadro de Marta, que rompeu com uma série de discursos anteriores que reservavam o tema da sexualidade a lugares restritos. O fato de divulgar saberes sobre o sexo não teve como consequência o fim das relações de poder, e sim a criação de novas técnicas e estratégias, enfim, novas formas de organização e exercício do poder. A relação saber-poder implica mudanças no funcionamento das redes de

dispositivos que regulam os dizeres, de modo que, à medida que os saberes são produzidos e libertos na sociedade, surgem novas formas de exercício do poder.

A censura ao quadro de Marta se deu efetivamente em 1983, quando se soube que não seria mais transmitido “devido às pressões de órgãos oficiais obscurantistas” (*Mulherio*, vol. 11, 1983, p. 9). Nesse sentido, analisaremos o modo como esse acontecimento foi enunciado a partir do *Mulherio*, atentando, especialmente, para o procedimento de interdição e para a questão da moral materializados nesses discursos.

A começar pelo título sugestivo “*Um membro que incomoda muita gente*” que produz um jogo de ambiguidades cujo efeito de sentido é a ironia. Dentre os sentidos possíveis, e aqui consideramos o contexto e o referente da matéria analisada, podemos compreender o termo “membro”¹⁹ das seguintes maneiras: i) pessoa que integra um corpo social, político ou administrativo, uma família, um grupo, etc.; ii) um dos quatro apêndices do corpo, o membro genital masculino. Já no enunciado-título temos a materialização do funcionamento do discurso em relação à autoridade e à possibilidade de enunciar a partir de um determinado

lugar. Assim, compreendemos que o membro que incomoda muita gente é Marta, que expõe saberes específicos sobre sexualidade a partir de um lugar que é amplamente divulgado e visualizado, e que obedece, portanto, a uma série de regularidades e normas. Podemos também compreender que o que gera tamanho incômodo é o fato de o quadro proliferar saberes da sexualidade que representam um “tabu” na sociedade, como falar de órgãos genitais, por exemplo.



A ilustração que acompanha a matéria funciona como suporte dos efeitos de sentido produzidos pela ambiguidade do termo “membro” e pela censura ao quadro da sexóloga. A imagem se compõe da seguinte maneira: no centro da tevê está Marta com a boca vendada (uma referência ao silenciamento da censura), atrás há a imagem de um

¹⁹ As acepções aqui apresentadas foram extraídas do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009, p. 1271).

nu (com o “membro” ocultado) e de um útero (também ocultado por uma tarja) sendo expostos de modo didático em uma lousa.

Atrás da tevê está uma serpente, que a envolve, e no topo da tevê há uma maçã, signos que atualizam uma memória do discurso bíblico, mais especificamente o mito de Adão e Eva. A maçã e a serpente evocam a ideia de sexo e pecado, pois Eva morde a maçã e a oferece a Adão que também a degusta permitindo-se cair na “tentação da carne”; a maçã e a serpente são então símbolos da sexualidade e do pecado original, que se disseminaram ao longo da história. As relações entre os enunciados, o “membro”, o útero, a maçã e a serpente produzem sentidos que relacionam o sexo a um ato pecaminoso, o que permite apreender sentidos religiosos fortemente atrelados ao código de conduta morais. A dispersão dos discursos faz emergir sentidos de imoralidade e pecado, de modo que aprender sobre sexualidade é uma forma de infringir regras e valores, o que não é permitido, portanto, silenciado e censurado.

Para compreender melhor a posição de *Mulherio* em relação à censura do quadro de Marta, vejamos as sequências de enunciados de (1) a (4):

(1) Então, quando Marta é censurada por falar “pênis” e não “membro”, por não poder falar “transa”, “hímen”, vai daí que é possível, por exemplo, que ela, um dia, venha a não poder falar “nariz”. Por que não? É preciso, por isso, que sentimentos e partes do corpo, suas secreções, o prazer, tenham liberdade de ser traduzidos através de palavras. E palavras adequadas, corretas, explícitas.

Falar abertamente sobre sexo, utilizando-se de uma terminologia explícita e objetiva como “pênis”, na televisão aberta, pela manhã e para um público em sua maioria feminino, gerou tensões quanto ao que se pode dizer e como se pode dizer a sexualidade a partir desse lugar. O sujeito se inscreve nesse enunciado de modo a construir uma oposição a esse procedimento que interdita dizeres explícitos, evidenciando a regulação e a exclusão de dizeres como “pênis”, “transa” e “hímen” no programa. Os enunciados materializam os procedimentos de controle do discurso, corroborando o pressuposto de que não se pode dizer o que se quer em qualquer lugar; além disso, demonstram que há na sociedade uma seleção e organização dos discursos que obedece à vontade de verdade da época. O emprego de palavras que explicitam os “sentimentos”, as “partes do corpo”, o “prazer” é defendido no enunciado, o que pode ser compreendido como ponto de resistência local às práticas que determinam o que se

pode e como se pode dizer a sexualidade. O sujeito, assim, constitui um ponto de resistência frente às coerções na linguagem, defendendo o emprego de “palavras adequadas, corretas, explícitas” para enunciar a sexualidade neste lugar.

Atentando para as condições de emergência dos discursos – abertura lenta e gradual na política do país, marcada por longo histórico de censuras à imprensa, à música, ao teatro, etc. – podemos compreender que os procedimentos de interdição e controle são motivados, sobretudo, pelas práticas sociais e pelos valores compartilhados na época. Vejamos a sequência de enunciados seguinte:

(2) *Discutir valores é que é o “perigo”: isso põe em risco toda uma estrutura voltada para o trabalho e que valorizou a produção, em detrimento do prazer. Que o homem tenha prazer, ainda vá lá. Mas a mulher, essa tem que ser a mãe pura e a esposa devotada, duas expressões abomináveis, quando não pronunciadas pelos que têm nojo da sexualidade.*

A discussão em torno de valores representa “perigo” para uma forma de organização social que privilegia o trabalho em detrimento do prazer. Isso implica pensar que falar de prazer e difundir saberes que favorecem e facilitam o prazer da mulher representa um risco ou uma possibilidade de transformação de um dado sistema de enunciabilidade, regido pelas normas de controle e disciplina do corpo. É nesse sentido que a moral produz seus efeitos de sentido no discurso: prescrevendo e normatizando as práticas e as condutas do sujeito perante os outros.

De fato, a história mostra como os sujeitos se relacionam às normas e a si mesmos, de modo a constituírem uma “consciência de si” que determina como conduzir-se (FOUCAULT, 1988, p. 28). Pensando na divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres, o enunciado atualiza uma memória discursiva que autoriza o acesso ao prazer ao homem “*Que o homem tenha prazer, ainda vá lá*”; e que situa a mulher no interior de um código moral tradicional “*Mas a mulher, essa tem que ser a mãe pura e a esposa devotada*”. A repetição desses movimentos na história no interior do enunciado resulta em determinados efeitos de sentido, tais como: a explicitação de um código moral de condutas sexuais e uma manobra de resistência por parte do *Mulherio*, que questiona e defende a necessidade de transformação das práticas moralizantes.

Por fim, podemos dizer que os enunciados que emergem no jornal contribuem para um movimento de “liberalização” dos costumes morais, pois abrem novas

possibilidades de constituição do sujeito e de exercício da sexualidade feminina. É o que podemos verificar nas sequências discursivas (3):

(3) *Martha desafia essa sinistra norma: as mulheres podem, quem sabe, ter uma porção de filhinhos e filhinhas, desprezando o controle fascista da natalidade, todos eles muito prazerosos, lutando por um mundo melhor, onde trabalho e prazer, contra toda a alienação, possam conviver sem embates morais.*

Segundo o sujeito desse enunciado, o quadro de Marta na *TV Mulher* contribuiu para o movimento de resistência já iniciado historicamente pelas mulheres, no sentido de possibilitar o “desvio” de normas rigorosas aplicadas no domínio da sexualidade “*Martha desafia essa sinistra norma*”. A posição assumida pelo *Mulherio* em relação à difusão dos saberes na televisão aberta, por meio de uma sexóloga, é favorável e evidencia uma rede de dispositivos de saber-poder no campo da sexualidade. Assim sendo, há uma regularidade que interdita a proliferação de saberes específicos sobre o sexo na televisão aberta, em função do contexto político e histórico – período de abertura política lenta e gradual sob a égide do governo militar – que ainda exercia controle e seleção de conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação.

Além disso, os enunciados do jornal produzem novos saberes, uma vez que o lugar de onde se fala há a legitimidade acadêmica, dando uma abordagem crítica ao tema e constituindo dizeres e saberes distintos daqueles da grande mídia, por exemplo. Isto implica pensar que, a partir da imprensa feminista, há condições de emergência de enunciados que: i) refutam discursos anteriores segundo os quais a sexualidade da mulher tem apenas a finalidade de procriação (“*as mulheres podem, quem sabe, ter uma porção de filhinhos e filhinhas*”); ii) materializam práticas biopolíticas de controle da natalidade constituindo pontos de resistência a práticas regulatórias (“*desprezando o controle fascista da natalidade*”); iii) demonstram que os saberes condicionam transformações nas relações de poder, dando possibilidade às mulheres de desviarem-se das normas morais e terem prazer (“*lutando por um mundo melhor, onde trabalho e prazer, contra toda a alienação, possam conviver sem embates morais*”).

Apesar da censura, o quadro de Marta voltou ao ar, devido à pressão de telespectadores, feministas e outros profissionais responsáveis pelo programa. No entanto, o quadro prosseguiu até 1986, ou seja, até o final do *TV Mulher*, emigrando para a extinta *TV Manchete* onde foi exibido até o final da década. Considerando as

transformações nas condições de aparecimento desses discursos, verificamos um princípio de transformação no interior do arquivo. Se antes o saber da sexualidade pôde emergir no contexto da educação sexual – ainda que com procedimentos de interdição – posteriormente, o saber da sexualidade marca enunciados que funcionam segundo regularidades distintas, isto é, que incitam e estimulam a vontade de saber o sexo como segredo. É o que veremos na última etapa deste trajeto temático.

Por fim, identificamos no *corpus* a ocorrência de enunciados, no ano de 1987, que fazem emergir, ainda, o contraponto entre o *Mulherio* e a grande mídia. Podemos dizer que são enunciados que questionam o modo como os saberes da sexualidade eram difundidos na grande mídia durante a década de 1980, dando a ver a existência de jogos de poder que regulam a formação dos dizeres da época e determinam as condições para assumir a posição de sujeito nesses lugares. Assim, analisaremos a matéria intitulada “*O jogo das imagens*” (*Mulherio*, vol. 30, 1987, p. 11), na qual a socióloga Marina Heck analisa como a publicidade na televisão mobiliza o discurso da sexualidade para alcançar o público e promover adesão ao consumo de determinados produtos. Desde já, evidenciamos que o sujeito desses enunciados fala a partir da academia – Heck é pesquisadora e socióloga –, portanto, podemos considerar os saberes aí produzidos legitimados e institucionalizados, o que corrobora a posição acadêmica assumida pelo *Mulherio* frente às demais mídias.

O “jogo de imagens” expresso pelo título justifica o funcionamento discursivo da materialidade não-verbal que está atrelado à uma determinada memória social. Desse modo, é condição necessária para a produção de efeitos de sentido a existência de um espaço de memória, isto é, um domínio de existência histórica de formulações que possibilitam a constituição dos enunciados (COURTINE, 2009). Os sujeitos estão inscritos nessa memória que é operada por distintas materialidades, neste caso, pelas imagens, que, por serem materialidades repetíveis, demonstram um percurso já empreendido antes e em outro lugar. A imagem pode também ser considerada um enunciado – e aqui nos servimos da concepção de enunciado apresentada no método arqueológico –, pois tem natureza semiológica, o que nos permite observá-la como operador de uma memória social, que, por conseguinte, conduz às regras de transformação e formação do *arquivo* (FOUCAULT, 2012a, p. 158).

O JOGO DAS IMAGENS

MARINA HECK

O brasileiro é obcecado por bunda". Esta afirmativa está se tornando cada dia mais verdadeira. Enquanto na Europa a tendência que se afirmou foi a do "topless", no Brasil se inventou o "fio dental". Os seios à mostra tiveram um primeiro efeito chocante, mas logo se impuseram nas praias e piscinas européias com muita naturalidade. O machismo sul-americano não permitiu tal audácia, e a necessidade de dar mais liberdade ao corpo encontrou seu similar no incômodo "fio dental". Passado o verão e a grande explosão de bundas femininas nas praias e bailes de carnaval, agora é a vez dos traseiros masculinos invadirem a nossa domesticidade através da publicidade na televisão. O exibicionismo masculino convida a um "voyeurismo" por parte das mulheres, que experimentam assim um prazer antes só permitido aos homens.

Uma reflexão interessante é a que faz com que as bundas sejam objetos de marketing. Tanto o "fio dental" quanto a bundinha que mexe da Hope, ou ainda a bunda masculina em tantos anúncios, estão com certeza ligados à ambivalência sexual desta parte do corpo humano. Ambivalência sexual que vem sendo explorada pela publicidade não apenas sob esse aspecto, mas em geral, por exemplo no anúncio de duas páginas inteiras nas revistas, da Gucci e da Calvin Klein — esta última, tendo tido os seios femininos censurados, perdeu grande parte do efeito.

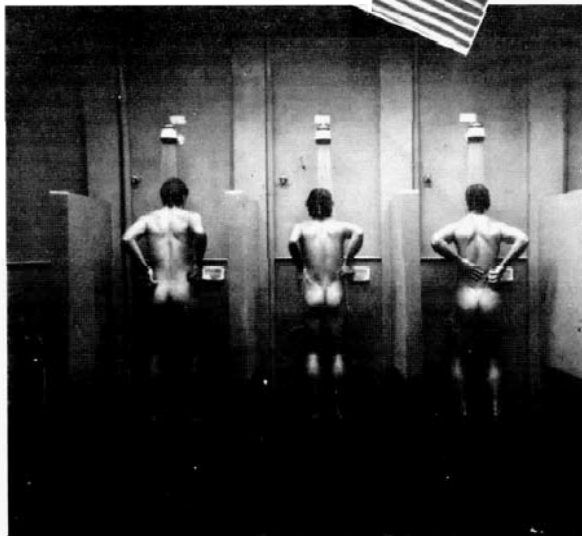
A Mulher de Sempre

Não é de hoje que a publicidade vem impondo papéis sociais femininos em função do seu consumo. Ao invés de se identificarem com o que produzem, as pessoas se identificam cada vez mais com aquilo que consomem. A grande explosão da produção e o fluxo de bens industriais vêm transformar sobremaneira a concepção do lar, que deixa de ser o refúgio do artesanato e da auto-subsistência para vir a ser o lugar, por excelência, do consumo dos produtos industrializados.

A imagem da mulher na publicidade dos anos 20 foi marcada pela preocupação em identificá-la como a chefe da casa, encarregada da gestão do lar e, portanto, a grande consumidora em potencial. Foi preciso para isso atrair as mulheres para as vantagens dos produtos que o mercado oferecia. A mulher nos anúncios da época era primeiramente apresentada como a administradora da economia doméstica; suas atividades cotidianas passavam a ser um elemento capital do bom funcionamento do sistema industrial.

Além do apelo óbvio para o consumo das novidades eletrodomésticas, a publicidade pedia às mulheres para também intervirem em áreas que por princípio não eram de seu domínio. Por exemplo, um anúncio no *Saturday Evening Post* de 1929, sobre óleo Mobil para

Bumbuns masculinos ajudam a vender ducha



Tom da Ideologia

Os tempos também mudam o tom da ideologia feminina na publicidade. Os anos 60 foram especialmente ricos em anúncios que apelavam ao incentivo à sexualidade. Um anúncio inglês de batons *Yardley* dizia: "As meninas estão voltando com lábios aquecidos". Os batons de sucesso deveriam aquecer e umedecer os lábios. Hoje vemos um anúncio que, aparentemente, contrapõe dois sistemas de referência ideológicos: a sexualidade feminina representada pela boca delineada por um batom úmido e de cor forte, gritando um palavrão com uma agressividade de conotação tipicamente masculina. O clip de TV anunciando o batom *Boka Loka* engloba uma contradição no seu significado, criando um signo novo: a "agressividade feminina", até agora pouco presente na publicidade, sobretudo quando ligado a um produto de sedução.

Significados diferentes também podem ser dados à representação de um mesmo papel social. A mulher que trabalha, por exemplo, é interpretada pela publicidade segundo valores específicos de uma ou outra clientela. Uma recente publicidade de água mineral na televisão francesa mostra uma mulher jovem tomando apressadamente o café da manhã, enquanto ao mesmo tempo termina de abotoar o casaco do filho e nessa correria pega uma garrafa de água, põe na sacola e sai. Na cena seguinte deixa o filho na porta da escola, corre e pega o ônibus. Chega ao escritório e sentada à sua mesa tira a garrafa de água da sacola e toma um copo em companhia de uma colega de trabalho. A diferença fundamental entre esse anúncio francês e os que brasileiros, que representam a mulher que trabalha, está na classe social. No Brasil, a trabalhadora é sempre uma executiva, elegantíssima, de classe dominante, insinuando ocupar cargos de dirigente. Sempre rodeada de homens — desodorante *Feel Free* —, ela pode além disso ter um amante que lhe faz uma surpresa: Chocolate *Toblerone* — numa escapada em baixo de chuva. A feminilidade destas mulheres adquire posturas e até mesmo um dinamismo com conotações masculinas.

Nessas publicidades a imagem da mulher que trabalha fora de casa é praticamente masculina, embora carregue todos os fetichismos da sexualidade feminina. A mulher do anúncio de água trabalha e ao mesmo tempo acumula as tarefas de mãe e dona de casa, enquanto que as outras se colocam num mundo predominantemente masculino. Não só através dos tempos, portanto, mas também em ambientes culturais diversos, a publicidade vem refletindo as mudanças sócio-econômicas e os diferentes valores e psiquismos sociais dos indivíduos.

Marina Heck é socióloga-urbanista, autora de L'Etat des Lieux e The Ideological Dimension of Media Messages.

motores de automóvel, induzia à participação feminina: "Seu marido pode esquecer, mas você não. Você sabe que economizando (nos custos do carro) terá mais dinheiro para comprar outra coisa".

Um grande incentivo era dado para que as mulheres se modernizassem, para que rompessem com velhas tradições, utilizando detergente. Não era mais preciso ferver a roupa como a avó fazia. Hoje, a indústria e a técnica já são parte da vida cotidiana, não é mais necessário convencer ninguém de sua praticidade. Algumas publicações buscam então realçar os aspectos tradicionais de tal ou tal produto. Os produtos que passam de geração em geração traçando assim o percurso tradicional dos valores da família estável e sedimentada. É o caso dos atuais anúncios do *Aroz Tio João* e das *Panelas Rochado*, nos quais o valor tradição e família atestam suas qualidades.

Uma vez que as mulheres foram "liberadas" das árduas tarefas domésticas pelos fantásticos eletrodomésticos, poderosos detergentes e extraordinários alimentos pré-fabricados, sobrou-lhes tempo e, se geriram com sucesso a economia doméstica, dinheiro também. A publicidade pôs em cena então uma mulher que precisa cuidar de si mesma,

agradar aos outros, ser bela, não envelhecer e sobretudo ser sexualmente desejável. Precisa consumir para seduzir. O poder de sedução está em todos os produtos, primeiro e obviamente nos produtos de beleza, onde o apelo à sexualidade é flagrante no realce dado às partes do corpo feminino de valor fetichista: meias/pernas, batom/lábios, perfume/pescoco-colo, sabonete/dorso, shampoo/cabelos, desodorante/axilas-seios.

Mas essa ideologia da sexualidade pode também ser passiva e virginal: moças loiras de cabelos esvoaçantes, vestidas de branco, correndo numa relva verde e fértil, sugerem uma sexualidade primaveril que pode servir para anunciar todo e qualquer tipo de produto. A ambigüidade destas representações da sexualidade fica mais saliente nas representações narcisistas, onde o prazer da mulher é induzido pelo simples consumo do produto, sem contar necessariamente com a presença do homem. A imagem da mulher se acariciando, olhando no espelho, numa atitude tipo soft-porno adiciona ao narcisismo uma insinuação de masturbação. Por exemplo, na publicidade da lingerie *Du Loren*, onde uma voz off feminina lânguidamente anuncia as qualidades do produto, enquanto uma mão a acaricia.

Tendo em vista o contexto publicitário, o jogo de imagens a que se refere a reportagem é resultante de relações com enunciados anteriores, irrompendo novos significados e saberes sobre a sexualidade na década de 1980. O jogo de imagens, a coexistência entre enunciados e a memória discursiva que atesta a existência histórica desses dizeres inscrevem o corpo feminino em uma rede de saberes e poderes, docilizando-o através de técnicas de incitação, estimulação, disciplinarização e controle. Vejamos como essas relações se dão a partir da seguinte materialidade linguística: “*O brasileiro é obcecado por bundas. Esta afirmativa está se tornando cada dia mais verdadeira. Enquanto que na Europa a tendência que se afirmou foi o topless, no Brasil se inventou o fio dental*”.

Na década de 1960, vinte após a criação do biquini, surge uma nova prática nas praias europeias: o *topless*. Um regime de pudor passa a conviver com outro, mais ousado que preza pela liberdade corporal, gerando novas normas de conduta em relação aos gestos, posturas e olhares (SOHN, 2008, p. 112). Enquanto em Saint-Tropez, por exemplo, o *topless* tornou-se comum, no Brasil, a liberação nos modos de exibição do corpo foi outra. Aqui, a parte inferior do biquini diminuiu dando maior destaque a outra forma bastante peculiar da mescla abrasileirada de raças: a bunda.

A descrição das normas de conduta e das formas de exposição do corpo nos dois continentes evidencia regularidades distintas: nas praias da Europa é possível fazer *topless*, porém, nas da América do Sul tais práticas são marcadas por uma certa raridade. Para compreender as condições de formação desses discursos, podemos pensar na memória histórico-cultural brasileira, especificamente, marcada pelos processos de colonização e miscigenação das raças. Com isso, no Brasil, pode-se dizer que os seios não representam a parte do corpo de maior destaque, pois, o maior atributo que o corpo feminino recebeu como herança da miscigenação entre índios, africanos e europeus foi justamente o bumbum. Sobretudo da raça africana²⁰ – caracterizada por quadris e bumbuns maiores que os do biotipo europeu –, veio esse traço corporal conhecido culturalmente como a principal marca da mulher brasileira, o que pode ter contribuído para que os seios fossem negligenciados nos movimentos de “liberação” do corpo no país.

²⁰ Aqui fazemos menção à pesquisa de Análise do Discurso arqueogenológica realizada por Braga (2013), que investiga os padrões de beleza africana no Brasil, desde o período da escravidão até a contemporaneidade.

Por outro lado, as representações da sexualidade no Brasil são também materializadas nas imagens publicitárias que lançam mão de determinados procedimentos de incitação e de intensificação dos prazeres, por meio do incentivo ao consumo. Assim sendo, vejamos qual é a posição-sujeito assumida pelo *Mulherio* frente à mobilização de tais imagens, e quais são os efeitos de sentido resultantes tanto do lugar de onde se fala quanto das condições de emergência desses discursos. Vejamos as sequências (1) e (2):

(1) Uma vez que as mulheres foram “liberadas” das árduas tarefas domésticas pelos fantásticos eletrodomésticos poderosos detergentes e extraordinários alimentos pré-fabricados, sobrou-lhes tempo e, se geriram com sucesso a economia doméstica, dinheiro também. A publicidade pôs em cena então uma mulher que precisa cuidar de si mesma, agradar aos outros, ser bela, não envelhecer e sobretudo ser sexualmente desejável.

As sequências discursivas em (1) demonstram um movimento de transformação nas regras e condições de formação dos discursos publicitários dirigidos às mulheres. Antes, era possível produzir anúncios direcionados ao público feminino somente se o tema fosse vinculado à esfera doméstica, o que pode ser justificado pela tradicional divisão de papéis sociais entre os gêneros masculino e feminino, na época ainda fortemente exercida no contexto brasileiro. Com o decorrer das décadas, novos produtos inovaram o mercado e também a vida cotidiana das mulheres. Do mesmo modo, as práticas discursivas foram modificadas tornando possíveis dizeres relacionados à estética no contexto da publicidade. Se antes a condição de produção de discursos publicitários para as mulheres era o “cuidar da casa”, em momento posterior a condição foi o “cuidar de si mesma”, incitando as mulheres à “constituição de si” enquanto sujeitos de sua própria sexualidade. Os novos padrões de beleza divulgados pela publicidade refletiram mudanças nas normas de conduta, estimulando fortemente um trabalho de organização de si e do modo de apresentar-se ao outro, sobretudo, por um viés sexual.

Seguindo uma descrição arque-genealógica do discurso, observamos nas materialidades efetivamente produzidas pelo *Mulherio* as marcas, os vestígios, os rastros de sentidos da sexualidade, o que permite identificar as técnicas de incitação, estimulação e controle dos corpos. Dessa feita, questionamos as condições, o solo

histórico em que emergem esses enunciados, a fim de compreender: por que mobilizar saberes da sexualidade para estimular a constituição “estética” de si nas mulheres? Por que falar da sexualidade e do corpo no discurso publicitário? Indagações que surgem ao deparar-nos com as sequências discursivas (2) e (3):

- (2) *Precisa consumir para seduzir. O poder da sedução está em todos os produtos. Primeiro e obviamente nos produtos de beleza, onde o apelo à sexualidade é flagrante no realce dado às partes do corpo feminino de valor fetichista: meias/pernas, batom/lábios, perfume/pescoço-colo, sabonete/dorso, shampoo/cabelos, desodorante/axilas-seios.*
- (3) *A imagem da mulher se acariciando, olhando no espelho, numa atitude tipo soft-porno adiciona ao narcisismo uma insinuação de masturbação. Por exemplo, na publicidade da lingerie Du Loren, onde uma voz off feminina languidamente anuncia as qualidades do produto, enquanto uma mão a acaricia.*

O regime de verdade está instaurado: *Precisa consumir para seduzir*. Se antes a sedução e a sexualidade restringiam-se ao pecado e à interdição, as novas regras estabelecem que a sensualidade pode ser exercida, desde que através do consumo. São produtos que investem forças de estimulação e incitação, criando uma verdadeira ritualização do corpo nas zonas mais erotizadas: a boca, as pernas, o pescoço, o dorso, os cabelos, os seios. Partes do corpo da mulher que incitam ao segredo tão “reprimido”, melhor dizendo, tão escondido e mostrado ao mesmo tempo. Do mesmo modo a propaganda da calcinha *DuLoren*, num jogo de revelar-esconder, insere-se nessa lógica na qual o segredo estimula ainda mais os discursos. A publicidade “brinca” com a questão da masturbação feminina, antes relegada ao pecado e à anormalidade, demonstrando princípios de transformação nas práticas discursivas da sexualidade no Brasil. O paradoxo da repressão ganha novas dimensões, pois, se antes não era permitido, agora é autorizado e, até, comercializado. Porém, ainda assim mantém-se um ritual de segredo e mistério: poderes desse dispositivo da sexualidade, jogos de incitação e excitação.

Entretanto, a partir do lugar ocupado pelo *Mulherio*, os usos do corpo na publicidade não têm por efeito senão fazer aparecer todas essas imbricações de saber-poder, materializadas no jogo de segredos, olhares e incitação. Não se trata de revelar o

que está oculto para o público, mas sim, de posicionar-se discursivamente frente à postura da grande mídia. Com postura feminista, o *Mulherio* opõe-se à sexualidade comercializada e fetichizada como um uso do corpo, como uma forma de estabelecer padrões e normas de conduta. Se no início da década, o jornal fez resistência à censura de programas de educação sexual, no final, a resistência se dá ao modo como é mobilizada a sexualidade na tevê e na publicidade: como objeto de fetiche para consumo.

Por fim, verificamos mudanças no modo de proliferação dos saberes da sexualidade na imprensa feminista e na grande mídia. Antes situados como forma de educação sexual, no final da década a grande mídia mobilizou esses saberes atrelando-os ao consumo e ao lucro do mercado. As relações de poder modificaram-se, novos saberes foram colocados em jogo – saberes médicos, pedagógicos, econômicos –, nas formas de incitação e estimulação dos corpos proporcionadas pela compra de dados produtos. Podemos então concluir que o funcionamento deste sistema de enunciabilidade é marcado, inicialmente, por técnicas de correção e normalização do corpo, passando por um regime de educação sexual, chegando a uma técnica que inscreve as relações de poder na própria *carne*, na exibição do corpo como mercadoria, como ideal de beleza, como alvo de desejo e prazer.

O *Mulherio* materializa tais práticas e demonstra como, na grande mídia, o corpo da mulher acompanha os movimentos históricos, culturais e econômicos do país. A posição assumida pelo jornal, pequena mídia impressa feminista, no período de abertura, permite identificar a existência de relações de poder dispersas, materializadas em jogos de imagens e de enunciados, que atualizam, repetem e refutam sentidos ligados ao corpo e à sexualidade femininos. Os enunciados são habitados por uma série de formulações outras, por traços de uma memória coletiva – desde a divisão social de papéis gênero, passando pela normalização e disciplina do corpo, até a valorização da estética e da sexualidade feminina – que possibilitam e condicionam dizeres, refutações, transformações em relação a enunciados anteriores. Daí a “incorporação” histórica dos saberes da sexualidade: os movimentos na história são materializados nas práticas, interiorizados pelos sujeitos e marcados na superfície do corpo.

Uma movência de sentidos na qual docilidade e utilidade caminham juntas e entrelaçadas.

CONCLUSÃO: UMA VOZ NÃO TÃO SUAVE

*Sou uma moça polida
levando uma vida lascada.*

(Alice Ruiz, **Navalhanaliga**, 1980)

Para finalizar esta dissertação, destacamos os acontecimentos discursivos que se deram a partir das materialidades, bem como as transformações que se deram ao longo do período analisado. Nesse sentido, atentamos para o teor da “voz” que este jornal feminista, o *Mulherio*, assumiu na década de 1980. Acreditamos que desta feita podemos compreender as motivações e a importância que seus discursos tiveram e ainda têm nas práticas discursivas no domínio da sexualidade no Brasil. Propomos, assim, a consideração do passado, não tão distante, tampouco contínuo, que ainda ressoa entre nós por meio de regras históricas e já-ditos ou, mesmo, por dispersões que nos causam a impressão de esquecimento. E justamente no tocante às imbricações do passado com o presente, apontamos este trajeto pelos discursos da década de 1980, como parte deste *arquivo*, parte deste sistema de enunciabilidade que não cessa de formar e transformar os discursos até a atualidade, reverberando suas marcas no futuro (FOUCAULT, 2012a).

O início da década de 1980 foi marcado pela amplitude de “*suaves vozes*”, cuja determinação feminista deparou-se com um cenário de reformas e propício para lutas políticas. Em um contexto de abertura lenta e gradual, o movimento de mulheres se reorganizou, alimentou-se de novas ideias vindas do exílio, institucionalizou-se, ganhou espaço na academia e fez “barulho” na Assembleia Nacional Constituinte (PINTO, 2003). Mulheres que, de uma postura “*polida*” – e aqui, referimo-nos à pausa que o feminismo brasileiro teve até 1975 –, passaram a reivindicar questões do público e do privado, reconhecendo as limitações de uma “*vida lascada*” na conjuntura social da época. A antítese entre “suave” e “não suave”, marcada entre título e conclusão, pode ser melhor apreendida nos processos históricos de constituição do sujeito, o que implica pensar na mudança de postura de um grupo de mulheres, antes inscritas em um conjunto de regras desde muito exercidas, e depois organizadas em pontos dispersos de resistência, que culminaram em mudanças nos modos de assumir-se como sujeito de sua sexualidade e de seu próprio corpo.

Em que pese a posição institucionalizada que o *Mulherio* assumiu, produzido por acadêmicas e jornalistas da Fundação Carlos Chagas, temos uma legitimidade que dá aos discursos a condição de verdade em meio a tantos dizeres que circulavam naquele período. O lugar científico ocupado pelo jornal, no entanto, não impediu que fossem abordados temas específicos da mulher (sexualidade, prazer, aborto, contracepção, etc.) acompanhando, também, as lutas gerais pela redemocratização. É importante perceber como os discursos, que se originaram a partir dessa imprensa da academia, puderam circular durante oito anos (1981-1988) entre mulheres de classes e níveis de instrução distintos (PINTO, 2003).

Tendo em vista os jogos de saber-poder que habitavam os discursos naquela época, podemos pensar que a posição de autoridade científica funcionou como manobra nessas relações, isto é, como estratégia para obter maior legitimidade, tanto entre as leitoras, quanto entre os membros da sociedade civil. Afinal, quem fala a partir deste lugar não são as operárias, as donas-de-casa, tampouco, as trabalhadoras rurais, sujeitos sociais que não satisfariam as condições dessa ordem naquele período específico. A posição de jornalistas e acadêmicas feministas pode, então, ser compreendida como condição que possibilitou a produção e a circulação desses discursos como manifestação, protesto e resistência. Em suma, falar a partir deste lugar, ocupando esta posição-sujeito, foi, provavelmente, o que possibilitou o alcance que esse discurso feminista teve juntamente às instituições e à jurisprudência do Estado.

Em uma conjuntura social na qual o medo e a repressão deram lugar às manifestações de rua pela democracia (as “Diretas-já”, em 1984, por exemplo), o *Mulherio* encontrou possibilidades de conciliar a luta geral com questões específicas da mulher como o direito ao prazer, ao aborto, ao planejamento e à disseminação de saberes da sexualidade pelos grandes veículos de comunicação. Nessas condições, tomando o domínio da sexualidade podemos questionar: qual foi a função social e política deste veículo naquela conjuntura? Pois bem, se pensarmos nas condições de emergência desses discursos, nas relações de poder, nas configurações dos saberes constatamos que o *Mulherio* assumiu uma posição antagonista frente às forças do Estado, da Lei, da Igreja, da medicina e da economia. E foi a partir deste movimento antagonista que o jornal fez aparecer as imbricações entre poderes, saberes e verdades nas regras de formação dos discursos no domínio da sexualidade. Isto não quer dizer que o jornal “revelou” uma rede de poderes, afinal as relações não estavam ocultas; e sim *demonstrou* o funcionamento dessa rede de dispositivos formada pela conjunção de

diversos fatores e forças (leis, políticas públicas, doutrinas cristãs, exames médicos), cujos efeitos se deram nas normas, nas regras de conduta, na disciplina e na vigilância dos corpos. Em certos momentos, por exemplo, o *Mulherio* descreveu manobras do Estado na questão do planejamento como técnicas de controle, o que nos leva a reconhecer seus distintos enunciados como suporte para a materialização de jogos de saber, poder e verdade.

E é nesse sentido que apresentamos os acontecimentos discursivos que se deram na relação desse conjunto de enunciados com a história. Visto que naquela década não havia muitos lugares na mídia para transmitir informações do modo como o fez o *Mulherio*, isto é, com tom de instrução e, ao mesmo tempo, de protesto feminista, identificamos seu papel nessa rede de discursos como um ponto de resistência. Assim, o jornal funcionou como lugar estratégico para resistências, colaborando para transformações no interior do sistema de enunciabilidade que rege os discursos no domínio da sexualidade.

As análises aqui realizadas concluíram que os saberes disseminados pelo *Mulherio* determinaram as seguintes possibilidades de falar de prazer ao longo daquela década: inicialmente como ideal de igualdade entre mulheres e homens (efeito do interdiscurso cristão de pecado e das divisões históricas dos papéis de gênero); passando pela “revolução” do prazer na vida sexual das mulheres (tendendo mais para aberturas e transformações nas práticas discursivas que revoluções propriamente ditas); chegando à nova condenação do prazer pelo viés da saúde com a proliferação da Aids (o que impulsionou forte oposição do *Mulherio* ao discurso biopolítico, que interditou o prazer com o risco da doença como forma de punição).

Na esteira dos discursos que defendem os direitos do corpo, o jornal trouxe a questão da legalização do aborto, inscrevendo-a numa relação de antagonismos entre legalidade e ilegalidade, que funcionou como princípio de incitação e proliferação de sua prática. Nesse contexto, as práticas de objetivação do corpo pelos saberes médicos, econômicos e políticos tiveram como resposta processos de subjetivação que emergiram em materialidades como “*Nosso corpo, nós decidimos*”, estabelecendo um movimento de resistência. A reivindicação pelo exercício da sexualidade desvinculada da reprodução favoreceu a politização do sexo no contexto da Lei, ocasionando embates entre as feministas e os Códigos quanto ao direito de decidir pela vida ou pela morte. Diante das restrições e impossibilidades de falar de aborto na Constituinte, o jornal, que defendia o aborto como direito de decisão das mulheres, teve de assumir posição

distinta em seus enunciados, situando-o num processo de descriminalização no Código Penal. Efeitos das regras para adentrar na ordem da legalidade. Ao final, o trajeto evidenciou a atualização dos discursos do aborto na Constituinte articulados à moral cristã, o que resultou na rarefação e na dispersão desses discursos no *Mulherio*.

A dificuldade de estabelecer o direito de vida ou de morte trouxe à tona a questão do controle da fecundidade, que pôs em pauta as políticas de planejamento familiar, uma das reivindicações das feministas que exigiam do Estado programas de assistência à saúde reprodutiva. O modo como a posição-sujeito do jornal se constituiu, nesse sentido, demonstrou processos de assujeitamento às normas biopolíticas de cuidado da saúde da população e aos procedimentos de vigilância, exercidos pela própria mulher no controle de sua fecundidade. Logo, esse sujeito se constituiu no interior dessas normas biopolíticas – de exame, diagnósticos e cuidados do corpo –, tendo a possibilidade de controlar e decidir sobre a própria fecundidade; enfim, um movimento de autovigilância. Apesar disso, verificamos processos de subjetivação, em oposição ao controle da natalidade exercido pelo Estado e outras instituições, em favor da economia política centrada nos fluxos da população. Em suma, o tema planejamento familiar atualizou discursos constituídos por movimentos de contradição, porque formados por processos de objetivação e assujeitamentos de um lado, e subjetivações e resistências de outro.

A forma como o *Mulherio* se posicionou diante da distribuição de saberes sobre a sexualidade pelas demais mídias – e aqui servimo-nos da denominação “grande mídia” em função de suas distribuição e produção – foi relevante, do mesmo modo, para compreendermos o teor da voz desse jornal no período de abertura. Opondo-se inicialmente às normalizações materializadas em reportagem da revista *Capricho*, o jornal deu a ver regras históricas que regulam a forma e os usos do órgão sexual feminino, categorizando-o num conjunto de normalidades e anormalidades. Em contrapartida, constituiu-se favoravelmente à distribuição de saberes, ou seja, à proposta de educação sexual pelo quadro de Marta Suplicy na *TV Mulher*, promovendo resistências na ocasião de censura ao programa. Questionando as manobras de censura, em 1983, o *Mulherio* falou de sexualidade em termos de repressão na mídia, efeito dos procedimentos de interdição e exclusão do discurso da sexualidade nesse período. No final da década, numa conjuntura bastante distinta, com mais abertura para colocar esses saberes em discurso na mídia, o jornal aponta os usos do corpo e da sexualidade feminina como objeto de fetiche comercializado na publicidade. Nesse sentido,

posicionou-se favoravelmente à divulgação de uma “pedagogia do sexo” na grande mídia, porém, opôs-se a qualquer mobilização do corpo como mercadoria sexual na publicidade. Chamando a atenção para a distribuição dos saberes e para as técnicas de poder, o jornal demonstrou o funcionamento de normas de conduta e promoveu mudanças nas regras, nos usos e nas formas do corpo na sexualidade.

Um olhar pela história do *Mulherio* demonstra uma trajetória bem sucedida em termos de alcance e longevidade para uma publicação acadêmico-feminista. Lançado em 1981, o jornal modificou seu corpo editorial, deixou de receber determinados patrocínios, trabalhou com vistas a novos projetos encerrando seus trabalhos em 1988 (TAMIÃO, 2009). Tendo em vista a contribuição do jornal para a transformação de determinadas regras no domínio da sexualidade, questionamos, por fim, o motivo pelo qual um veículo desse tipo deixa de existir na sociedade brasileira. Não se trata de interpretar questões de financiamento específicas deste jornal, mas de compreender a razão de não circularem, na contemporaneidade, discursos midiáticos que assumam esse tom de instrução e protesto, isto é, que divulguem saberes como forma de resistência e que se contraponham a determinados regimes de verdade no domínio da sexualidade.

Pois bem, de 1980 para cá muitas transformações se deram na conjuntura política, econômica, social e cultural do país. A população saiu às ruas exigindo eleições diretas, o regime militar deu lugar lenta e gradualmente à redemocratização, que veio com eleições indiretas e com a reescritura da Constituição Federal em 1988. A partir daí, o Brasil sentiu o gosto de democracia com as primeiras eleições diretas (1989) e com a deposição de Fernando Collor de Melo da presidência (1992) (FERREIRA, 1996). No decorrer da história, também houve importantes transformações para as mulheres: as leis de planejamento familiar foram regulamentadas em 1996, as mulheres ganharam mais espaço no mercado de trabalho, as relações conjugais tornaram-se mais flexíveis, bem como as práticas no domínio da sexualidade. O país foi cenário não só de uma abertura na política, mas também de mudanças nas organizações sociais e nos costumes.

A noção de “repressão sexual” entrou em dispersão. A virada do século XX para o XXI presenciou a eclosão de diversos lugares na mídia, a partir dos quais é possível falar abertamente sobre assuntos que há aproximadamente trinta anos eram considerados tabus. As *mutações do olhar* resultaram em maiores possibilidades de exercer e falar a sexualidade na televisão, na imprensa, na publicidade, na internet, nas redes sociais, no cinema, na música, etc. (COURTINE; VIGARELLO, 2008). São

tantos os lugares nessa ordem que autorizam a falar abertamente sobre o “segredo” do sexo que o funcionamento deste dispositivo se modificou, criou novas formas de organização do saber e distribuição dos poderes. E é neste “excesso de lugares” que encontramos uma resposta para a questão antes lançada.

A ampla possibilidade de difundir e receber saberes específicos sobre sexualidade, questões reprodutivas, educação sexual faz com que novas problemáticas, novas reivindicações tomem lugar nessa ordem. As resistências e os regimes de verdade são outros, assim como as regras de formação dos discursos e as possibilidades de constituição do sujeito. E é em função dessa atual organização de saberes e poderes, de uma regularidade bastante distinta daquela de 1980, que não vemos mais a emergência desse tipo de jornal feminista na atualidade. Apesar disso, como analistas do discurso, atentos às condições históricas de emergência dos enunciados, concluímos que os discursos feministas aqui analisados contribuíram de certa forma para as transformações que resultaram nas regularidades e na rede de dispositivos que habitam os discursos da sexualidade na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. Dizer ao outro no já-dito: interferências de alteridades – interlocutiva e interdiscursiva – coração do dizer. Tradução de Leci Borges Babisan. In: **Letras de Hoje**, Porto Alegre, vol. 46, n. 1, jan/mar de 2011, p. 6-20.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Tradução de Celene Cruz e João Wanderley Geraldi. Campinas: UNICAMP, n. 19: 25-42, jul.; dez.1990.

BARSTED, L. L. Breve panorama dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. In: _____.; HERMANN, J. (Orgs.). **As mulheres e os direitos civis**. Rio de Janeiro: CEPIA, 1999, p. 43-64.

_____. Comunicação: é falando que a gente se entende. In: **Projeto Mulher: Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983, p.13-16.

_____. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil, 10 anos de luta feminista. In: **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. 0, p. 104-130, 1992.

_____. O movimento de mulheres e o debate sobre o aborto. In: BARBOSA, R. M.; ROCHA, M. I. (Orgs). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2009, p. 228-256.

BELTRÃO, K. I.; MÉDICI, A. C. **Financiamento dos programas de planejamento familiar no Brasil: estratégias econômicas de sustentação**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995.

BORGES, A. Editoriais. **Mulherio**, São Paulo, n. 0, p. 1, 1981.

_____. Jornal Mulherio. In: **Projeto Mulher: Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983, p. 22-24.

BRAGA, A. **Retratos em branco e preto: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil**. Tese de doutorado. PPGLet, UFPB, João Pessoa-PB, fevereiro de 2013.

BRASIL. **Código Penal**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista brasileira de estudos da população**. vol. 22, n.2, 2005, p. 351-369.

BURUNDARENA, M. Entrevista: Maitena Burundarena. In: **Revista TPM**. Set. 2013. <www.revistatpm.uol.com.br/so-no-site/entrevistas/maitena-burundarena.html>. Acesso em setembro de 2013.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

CASTRO, M. P. P. **Vasectomia**. São Paulo: Livraria Roca, 1983.

CORRAL, T. Controle de população no Brasil: o fracasso de um “sucesso”. In: SCAVONE, L. (Org.). **Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência**. São Paulo: Editora da Unesp, 1996, p. 99-111.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001.

CORTÊS, I. R. A trilha legislativa da mulher. In: PEDRO, J. M.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 260-285.

COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, EDUFSCar, 2009.

_____. O Chapéu de Clémentis : observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, F. (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999, p. 15-22.

DOSSE, F. **História do Estruturalismo**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

FERNANDES, C. Discurso e produção de subjetividade em Michel Foucault. In: **Laboratório de estudos discursivos**, Uberlândia, ano 2, n. 1, 2011, p. 1-19.

FERREIRA, O. L. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 167-205.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: _____. **Ética, política e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 264-287.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura F. A. Sampaio. 22ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012b.

_____. Aula de 22 de janeiro de 1975. In: _____. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002b, p. 69-100.

_____. Aula de 5 de março de 1975. In: _____. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002c, p. 293-334.

_____. Aula de 15 de janeiro de 1975. In: _____. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002d, p. 39-68.

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 5ª Edição. Petrópolis, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 15ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

_____. **Segurança, território e população**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. Sexualidade e poder. In: _____. **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade e política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 56-76.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 24ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRANCO, S. S.; PRADO, M. L. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PEDRO, J. M.; PINSKY, C. B. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 194-217.

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. In: **Revista Comunicação, Mídia e Consumo da ESPM**. São Paulo, vol. 4, n. 11, 2007, p. 11-25.

_____. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Orgs). **Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003, p. 21- 34.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004a.

_____. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades**. In: SEAD II, 2005, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/rosariogregolin.pdf>> Data de acesso: mai/2012.

_____. J-J. Courtine e as metamorfoses da Análise do discurso: novos objetos, novos olhares. In: _____; SARGENTINI, V. **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 21-36.

_____. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: NAVARRO-BARBOSA, P.; SARGENTINI, V. (Orgs). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004b, p. 23-44.

_____. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha a nossa vã autoria? In: _____; BARONAS, Roberto (orgs.). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2001, p. 60 – 68.

GROSSI, M. Uma breve história do feminismo no Brasil. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, set-dez/2004, 211-221.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso ao lado da História. Tradução de Bethania Mariani. In: ORLANDI, E.(Org.) **Gestos de leitura: da História ao Discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007, p. 13-31.

HILST, H. Passeio. In: _____. **Poesia 1959-1979**. São Paulo: Quíron, 1980, p. 147.

HOUAISS, A. et. al. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE, R. S. C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da Imprensa Feminista Brasileira. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 11, n. 1, jan/jun. 2003.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MILANEZ, N. O sujeito e a disciplinaridade. In: _____. **As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa**. Tese. Unesp/FClar. Araraquara, dezembro de 2006, p. 43-50.

MORAES, M. L. Q. **Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política**. São Paulo: Nobel-Conselho da Condição Feminina, 1985.

NAVARRO, P. Práticas discursivas de subjetivação: dispositivos de análise. In: CURCINO, L.; PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Orgs). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 269-292.

PAULO, V. **Aulas de direito constitucional**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani. Campinas: Editora Pontes, 1997b, p. 311-319.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. O estranho espelho da Análise do Discurso (Prefácio). In: COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, EDUFSCar, 2009, p. 21-26.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi Pucinelli. Campinas: Ed. da UNICAMP: 1997a.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PEDRO, J. M. Corpo, prazer e trabalho. In: _____.; PINSKY, C. B. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEDRO, J. M. Novos tempos, antigas questões... In: PEDRO, J. M. (org.) **Práticas proibidas: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. In: **Cadernos AEL**, nº 3/4, vol. 2, 1996, p.11-43.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 578-605.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. Revisão de Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROCHA, M. I. B. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. In: **Revista brasileira de estudos da população**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 369-374, jul/dez. 2006.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife, SOS Corpo, 1993.

RUIZ, A. **Navalhanaliga**. Curitiba: Editora ZAP, 1980.

_____. **Pelos pêlos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

SARGENTINI, V. A descontinuidade na história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: NAVARRO, P., SARGENTINI, V. (Orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 77-96.

_____. Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, P. (Org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 35-44.

_____. **Discurso e história: as vozes anarquistas na construção do trabalhador brasileiro**. Tese. Unesp/FCLAr. Araraquara, 1997.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini. São Paulo: Cultrix, 2009.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVA, F. C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-282.

SOHN, A. M. O corpo sexuado. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). **História do corpo 3. As mutações do olhar: o século XX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 109-154.

SOIHET, R. A conquista do espaço público. In: PEDRO, J. M.; PINSKY, C. B. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 218-237.

TAMIÃO, J. S. **Escritas feministas: os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* (1975-1988)**. 142 páginas. Dissertação de mestrado. PUC-SP, São Paulo, 2009.

VENTURA, M. Saúde feminina e o pleno exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos. In: ALVES, B. M.; BARSTED, L. L. et al. (Orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM, 2006, p. 210-239.

VENTURA, M. A questão do aborto e seus aspectos jurídicos. In: BARBOSA, R. M.; ROCHA, M. I. (Orgs.). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2009, p. 176-205.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CORPUS DE ANÁLISE

- MULHERIO. São Paulo, vol. 1, 1981, p. 4
- MULHERIO. São Paulo, vol. 1, 1981, p. 14.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 2, 1981, p. 18.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 4, 1981, p. 22.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 5, 1982, p. 17.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 6, 1982, p. 12.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 7, 1982, p. 21.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 11, 1983, p. 9.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 14, 1983, p. 3-4.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 15, 1983, p. 3.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 17, 1984, p. 6.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 24, 1986, p. 12.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 24, 1986, p. 16-17.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 25, 1986, p.14.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 28, 1987, p. 8.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 30, 1987, p. 5.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 30, 1987, p. 11.
- MULHERIO. São Paulo, vol. 37, 1988, p. 3.

ANEXOS

Matéria “A lei ignora a realidade” (*Mulherio*, 1981, vol. 1, p. 4).

A LEI IGNORA A REALIDADE

Apesar de suas ambiguidades, pois a principal interessada mostrou-se contraditória em suas atitudes e depoimentos, o recente caso de Edna Pereira dos Santos, moça mineira que procurou aplicar judicialmente o preceito legal de que um aborto em consequência de estupro não é punível por lei, teve pelo menos algumas consequências importantes. A primeira delas foi chamar a atenção para as falhas da nossa lei penal no tocante a dois assuntos que dizem respeito especificamente à mulher: o aborto e o estupro.

No caso do aborto, revelou não só a insuficiência, como a hipocrisia da lei e do corpo judicial que aplica, já que o pedido foi negado pelo juiz, sob a alegação de que o estupro não fora provado, o que, na maioria dos casos, é praticamente impossível na situação atual.

A publicidade em torno do caso de Edna fez com que surgissem na imprensa numerosas outras denúncias de situações semelhantes, mostrando que elas nada têm de excepcional, mas são lugar-comum nas periferias de nossas grandes cidades (e não só nelas, onde dificilmente as mulheres têm condições de escapar de um círculo vicioso de violência que a própria lei sanciona).

Um pedido à OAB

Mas a consequência mais importante desse caso e também a mais concreta surgiu de uma iniciativa de várias entidades feministas do Rio (Movimento de Mulheres Profissionais em Direito, Grupo Ceres, Núcleo Feminino de Cultura, Coletivo de Mulheres e Casa da Mulher do Rio de Janeiro), que entregaram a Bernardo Cabral, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uma carta em que sugerem a criação na entidade de um grupo de estudos em torno da questão do aborto, com vistas a uma possível modificação na nossa lei, no sentido de uma liberalização ou descriminalização. A sugestão foi bem recebida e espera-se que o grupo seja criado o mais breve possível. Esta não é a primeira vez que os meios jurídicos

brasileiros manifestam sua preocupação com o grave problema do aborto, apontando a ineficácia de uma lei que não impede, mas estimula a prática do aborto clandestino, nas piores condições possíveis. Fizeram declarações nesse sentido penalistas respeitados como Heleno Fragoso, mas elas não têm o mesmo peso que a manifestação de um órgão coletivo como a OAB, cuja atuação em defesa dos direitos humanos em nosso País não precisa ser realçada.

Mais de três milhões por ano

E o quadro existente é suficientemente alarmante para justificar essa preocupação, pois, apesar da lei punitiva ou por causa dela, calcula-se que se praticam atualmente no Brasil mais de três milhões de abortos clandestinos. Em consequência deles, morrem muitas mulheres por ano, sem contar aquelas afetadas permanentemente por danos diversos à sua saúde física e mental, com destaque para as doenças crônicas e a esterilidade. Esses dados são sempre aproximativos, obtidos a partir de extrapolações ou da análise quantitativa das complicações abortivas constatadas em nossos hospitais, pois é muito difícil obter estatísticas exatas sobre uma prática que se realiza na clandestinidade.

Mas há, principalmente no setor médico, quem considere esses números subestimados, quando confrontados com a situação de verdadeiro flagelo social que constata cotidianamente no exercício de suas profissões. O trágico nisso tudo é que se trata de um flagelo totalmente desnecessário, pois o aborto realizado em boas condições sanitárias e médicas, durante os três primeiros meses de gravidez, é uma operação bastante simples e segura, com uma taxa de mortalidade muito inferior à do próprio parto: três por 100 mil no primeiro caso, contra 18 por 100 mil no segundo. Estas são cifras da Organização Mundial de Saúde, para casos de aborto legalizado; mas a taxa de mortalidade cresce para 18-160 por 100 mil em caso de aborto clandestino não medicalizado, segundo a mesma fonte.

Outro aspecto a ser destacado é que nos países em que o aborto foi legalizado (que abrangem já 2,3 da população mundial, devido principalmente às novas legislações introduzidas nos últimos anos) o número total de abortos tende a cair depois dos primeiros anos. Em termos mundiais, o aborto é uma prática declinante, constituindo o terceiro método de controle de nascimentos, depois da contracepção oral e da esterilização voluntária. Entretanto, no Brasil e em outros países da América Latina, com legislações restritivas, instituiu uma prática em expansão, apesar de proibida.

Embora o aborto clandestino seja uma experiência traumatizante que pode ocorrer para qualquer mulher, ela não se aplica da mesma maneira a todas as classes sociais. Uma mulher de classe alta ou média, que tenha condições de pagar os preços artificialmente inflacionados das clínicas de aborto, pode fazê-lo em relativa segurança ou, pelo menos, sem perigo de morrer por causa disso. O mesmo não acontece com as mulheres das classes mais desfavorecidas que, diante de uma gravidez não desejada, são forçadas a recorrer a curiosas ou a praticarem o auto-aborto, com meios primitivos sempre bastante perigosos. Isso mostra que a manutenção da proibição contribui para manter um odioso privilégio de classe, tornando claro que pouco adiantará a simples liberação legal se a prática não ser também gratuita e acessível à população feminina, através da rede de saúde oficial. O ônus financeiro não será maior, já que boa parte dos leitos de ginecologia e obstetrícia são justamente ocupados por casos de complicação por aborto clandestino, cujas internações se estendem às vezes por um mês.

A legalização não aumenta o número de abortos, mas apenas cria condições para que aqueles se realizem de toda forma se façam em condições menos perigosas e mais humanas para as mulheres que assim escolheram.

Um debate só aparentemente moral

O debate sobre a atual legislação, que já começa a ganhar as páginas dos jornais, indica que se deverá repetir no Brasil, as mesmas polarizações de opiniões registradas em outros países: de um lado, os que consideram o aborto uma questão social e complexa e apoiam todas as medidas que possam contribuir para a sua solução; e de outro, os que veem unicamente como uma questão de moral individual: de um lado, os que pretendem pôr fim à morte de milhares de mulheres; e, de outro, os que sobrepõem à vida desses seres humanos bem reais os direitos do feto, por considerarem que já são seres humanos desde a concepção (embora nem as religiões nem o direito lhes atribuam, para qualquer outra eventualidade, o status de pessoa, fetos de abortos espontâneos não são batizados e muito menos registrados).

Na verdade, o que se esconde por trás desse debate aparentemente moral, é uma discussão política da maior importância: quem deve controlar a reprodução humana? Os homens, o Estado ou as mulheres, que têm o seu próprio corpo envolvido? Por isso mesmo, não é de estranha que, sob o slogan abstrato de “direito à vida”, surjam posições bem contraditórias, como a do presidente americano Ronald Reagan, que é contra o aborto e, portanto, favorável ao direito à vida dos fetos, mas que ordena de

consciência tranquila a construção da bomba de nêutrons, que liquida a vida dos organismos, mas deixa as propriedades intactas. Ou a de certas organizações antiabortistas, que são também favoráveis à pena de morte.

Ao legislar sobre o assunto, um Estado que se pretenda leigo e democrático não pode privilegiar a opinião de uma corrente religiosa ou moral, por mais respeitável que ela possa parecer, mas procurar atender às necessidades da sociedade como um todo. Justamente por que se baseia apenas em argumentos de moral abstrata, que só podem ser objeto de escolha individual, é que a atual legislação sobre aborto não é capaz de atender à situação social concreta, acarretando com isso uma injustiça de fato, que atinge milhares de mulheres.

Nota: voltaremos ao assunto num próximo número. Para quem quiser ter uma visão de conjunto sucinta sobre o assunto, indicamos o livro “O que é o aborto?”, publicação da Frente de Mulheres Feministas, editada pela Cortez Editora.

“Aborto” (*Mulherio*, vol. 15, 1983, p. 3).

ABORTO

“Umas coisa é a política antinatalista do governo, pressionado pelo FMI; a postura natalista da Igreja e dos setores de esquerda. Outra é o programa de planejamento familiar do Ministério da Saúde, tal como está sendo montado e distribuído por aí. Outra discussão é a oferta da contracepção, hoje. E uma outra, ainda, é a gente no meio de tudo isso”. (Sônia do SOS Corpo, de Recife, no Encontro em Brasília).

O assunto está aí. Apesar de em seu 1º Congresso as mulheres paulistas já terem chegado à resolução de denunciar amplamente o aborto clandestino e a década de 80 ter sido aberta com a ação direta das feministas cariocas no caso das duas flagradas numa clínica de aborto em Jacarepaguá, o fato é que ainda hoje, às vésperas do 22 de setembro – Dia Nacional de Luta pela Legalização do Aborto, aprovado por 300 representantes de 57 grupos feministas de todo país no Encontro sobre Saúde, Sexualidade, Contracepção e Aborto realizado em março no Rio de Janeiro – o assunto permanece polêmico e obscuro.

Muitos temores correram (e correm) por baixo do pano dessas discussões. Num pai onde os direitos elementares de saúde estão longe de serem cumpridos, será certo

destacar o aborto enquanto questão social? Como enfrentar a poderosa influência da Igreja? E o grande número de mulheres católicas organizadas nas comunidades de base, como reagirão?

Estas são algumas das perguntas que tantas vezes nos fizeram e nos fizemos, mas que ainda não sabemos responder. Sabemos que nós, mulheres brasileiras em idade fértil, temos abortado muito e dolorosamente. Sabemos que para nós a possibilidade de abortar é talvez mais presente que a de dar à luz. Que a contracepção é um problema nunca inteiramente resolvido, uma preocupação cotidiana. E que vivemos (e morremos) num país onde a mortalidade infantil alcança no Ceará, o incrível percentual de 50%. Onde a cada duas vidas que geramos, uma é abortada. Aborto provocado? Por quem?

Como abortamos

Garrafada de feira (mistura de pinga ou vinho com ervas mais ou menos tóxicas); Pílula contra (feita de uma árvore da Amazônia, muito usada no Maranhão); chá de alfazema, patchouli, quina-quina, fedegoso; gotas (mistura de formol, iodo e albocresil); sonda, talo de couve, fio de luz, pedaço de arame (hemorragia). As privilegiadas (privilegiadas?) fazem curetagem, com médicos mais ou menos sórdidos. Estes são alguns dos métodos usados pelas mulheres brasileiras para praticar esse inominável que é o aborto e que a maioria prefere chamar “descer” ou “arriar filho”. Drogas e objetos estranhos que nos enfiam ou deixamos enfiam pela boca e vagina, no desespero de arrancar alguma coisa que à revelia nos cresce no ventre.

O preço é muito alto sempre. De perfuração no útero à própria vida, pagamos ainda em dinheiro (emprestado), quantias que vão hoje de 30 a 200 mil cruzeiros (amanhã será muito mais) para sustentar um comércio criminoso e por isso mesmo tão bem remunerado. Fora as sequelas, impunidade que pode custar nossa própria capacidade de gerar como demonstra Hildete Pereira de Melo, economista, em sua pesquisa nos hospitais do INPS do Rio (Mulherio, n. 7, julho/agosto de 1982).

É primavera

É por estas razões que o 22 de setembro não será certamente um dia marcado por manifestações públicas de massa, como seu nome poderia sugerir, e isso ficou claro nos depoimentos que recebemos de feministas de vários Estados – pessoalmente, por carta ou telefone.

Mas o início da primavera marcará, este não no Brasil, um amplo debate sobre o aborto. A palavra maldita poderá ser ouvida ao mesmo tempo num programa de rádio dirigido às donas de casa de Olinda, em Pernambuco, e em debates públicos, dentro e fora das Universidades, em Florianópolis, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Luís do Maranhão e São Paulo. E ainda subindo a rampa do Planalto, em Brasília, na forma de um anteprojeto elaborado pelas feministas cariocas e que deverá somar-se ao da deputada Cristina Tavares (PMDB/PE), já existente.

Embora tenham sido unânimes em aproveitar o dia para discutir o assunto politicamente, os grupos feministas com que tivemos contato de modo geral concordam que uma campanha pela legalização do aborto hoje, no Brasil, encontrará sérios obstáculos nas bases que trabalham. Exceção feita às cariocas, que têm atuação direta em casos como o de Cícera (Mulherio, n. 2, julho/agosto de 1981) ou das moças de Jacarepagua, sem se ligarem diretamente ao movimento popular. Elas colocam sua contribuição no âmbito da agitação pela Imprensa, assumindo o papel de amplificadores de um grito ainda sufocado.

“Dia 22 pretendemos fazer um grande debate”, conta Clair Castilho Coelho, vereadora do grupo feminista Vivências, de Florianópolis. “Não dá para fazer passeata ou ato público, o que dá é para jogar o tema em discussão”.

Embora o aborto infectado seja a segunda causa de mortalidade materna em Florianópolis, “a população não consegue encarar o assunto francamente”, diz Clair. “As poucas pessoas que acham que deve ser descriminalizado pensam assim por razões médicas e não do ponto de vista da mulher decidir sobre o próprio corpo. Por isso penso que o debate deveria trazer alguém da Igreja, do feminismo e da saúde pública para que se possa analisar os vários lados da questão”.

Falando de longe do movimento organizado, considerado Sônia Roedel, do Departamento de Psicologia da Universidade da Paraíba: “Agora como o pessoal iria reagir... tenho a impressão que muito mal. É que a Igreja lá é uma Igreja dita progressista, mas que nunca vai-se colocar a favor da descriminalização do aborto”. Ela conta que a poucas feministas de João Pessoa têm-se defrontado, mais que com o aborto, com brutais assassinatos de mulheres por seus ex-maridos.

De São Paulo, Vera Soares exprime uma opinião quase unanime entre as entrevistadas, particularmente do Maranhão e Pernambuco: a necessidade do aborto ser focalizado no quadro do planejamento familiar e das condições de saúde da mulher. Diz ela:

“É fundamental obter a descriminalização, pois o aborto praticado na clandestinidade impede o controle das condições em que é realizado. Não há como conter os abusos contra as mulheres. Mas veja, não há como pensar em aborto livre se as condições de saúde são o que são. A luta pelo aborto é inseparável da luta pela saúde da mulher”.

Maria Celina Borges de Belo Horizonte, contribui com a experiência de base do grupo Sempre Viva: “A realidade que temos encontrado é de uma grande influência da Igreja sobre as mulheres, chegando ao ponto de um padre interferir diretamente nas reuniões de grupo, polemizando muito na questão dos anticoncepcionais e do aborto. Num bairro de Contagem havia uma questão muito comum ao movimento popular: as reuniões tinham que ser realizadas em local da Igreja”. E continua dizendo que “mais do que a descriminalização do aborto, é preciso que todas tenhamos acesso a ele. O aborto deve ser assumido pelo serviço de saúde do Estado, deve ser gratuito. E é preciso que este serviço melhore, e muito. Pois hoje é de dar medo pensar em fazer um aborto pelo INPS...”.

Restam ainda muitas questões a se pensar. O perigo de nossas reivindicações serem capitalizadas por setores os mais conservadores e controlistas do Governo, e o conflito causado pelo uso de verba de instituições internacionais envolvidas com o controle das populações do 3º mundo. E ainda, e principalmente, o nosso direito de não abortar: informação e acesso aos meios de contracepção para engravidar apenas quando queremos; alimento e alegria para nossos filhos; o prazer de amamentar; creches. O direito à maternidade compartilhada com nossos homens e toda a sociedade.

Inês Castilho

Matéria: “Constituinte: vamos batalhar esse debate” (*Mulherio*, 1986, vol. 24, 1986, p. 16-17).

CONTITUINTE: VAMOS BATALHAR ESSE DEBATE

Apesar das frequentes queixas e críticas dirigidas aos partidos políticos em geral, impermeáveis às questões e candidaturas femininas, as mulheres vêm discutindo em todo país os direitos a serem conquistados na próxima Constituição. *Mulherio* vem recebendo inúmeras sugestões de temas a debater no próximo período: maternidade,

trabalho doméstico, exercício da sexualidade, enfim, tudo que afere a vida das mulheres. Neste número tratamos de três temas bastante intrincados entre si: a polêmica liberalização do aborto, uma visão de Emir Sader dos direitos do corpo e dos direitos à propriedade da terra e ainda uma contribuição de Florisa Verucci, que faz parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a respeito das mudanças a propor no texto constitucional sobre a família. Esperamos que os textos publicados contribuam para o debate. E ainda, pedimos a nossas leitoras e leitores que escrevam, relatem suas discussões e suas sugestões. Ânimo, moçada!

De todos os debates relacionados com a questão feminina na futura Constituinte, o mais polêmico, seguramente é o do aborto. Antiga reivindicação das mulheres, a legalização do aborto cada vez mais assume dimensões ditas “ideológicas”, ganhando sempre contornos que por mais apelativos que sejam (lembram-se do Grito Silencioso?) são incapazes de responder aos dramas vividos anualmente por cerca de 3 milhões de brasileiros obrigados a recorrer a curiosas, profissionais inescrupulosos, passando riscos de vida, humilhações, enfim...

Para o movimento de mulheres no Brasil, o aborto tem sido preferencialmente tratado como uma questão de saúde da mulher. Reconhecidas as dificuldades de acesso à contracepção e sua falibilidade, considera-se o aborto um mal necessário para interromper gravidez não desejada. Uma questão de saúde, uma vez que o objetivo de legalizar a prática do aborto não se desvincula de uma política global de direitos reprodutivos, onde o que se quer é exatamente reduzir o número de abortos praticados.

Mudança no Código Penal

Situar o debate nesse terreno é difícil. Fechando os olhos ao número escandaloso de sequelas e mesmo morte por abortos praticados na ilegalidade, forças de direita em geral (mas também de esquerda) e sobretudo a Igreja Católica vêm promovendo uma campanha contrária à legalização do aborto ou mesmo à regulamentação dos casos permitidos por lei (estupro e perigo de vida para a mãe).

De todo o jeito, o aborto hoje é matéria do Código Penal. Nada existe na Constituição brasileira que recrimine sua prática. Ou seja, bastaria mexer no Código Penal para legalizar o aborto sem mexer numa só linha da atual Constituição.

“Mas é preciso mexer sim, afirma Rachel Gutiérrez, autora de ‘O Feminismo é um Humanismo’, se não tratarmos da questão do aborto nesse período, quando é que vamos

tratar? Nunca? De todo jeito, acho que é precipitado falar em legalização do aborto. Devemos garantir na Constituição que ele seja despenalizado”.

“Não se deve nem levantar a lebre do aborto na Constituição – rebate Florisa Verucci, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, formada a partir da iniciativa do Presidente Sarney. Acontece que no Brasil ainda não há condições de legalizar o aborto. Esta é uma luta nossa para muito tempo”.

Florisa acredita que se houver alguma tentativa de colocar qualquer medida liberalizante no texto constitucional, “seremos brindadas com um inciso que proíbe de vez a prática do aborto. Sabemos que há interesse na Constituição. Não seremos nós a dar o motivo”.

“Com a proibição mantida ao nível do Código Penal, fica mais fácil pensar numa alteração. Agora os mecanismos de mudar o texto da próxima Constituição são complicadíssimos. Já no Código Penal, depende apenas do Legislativo. E o mandato parlamentar, afinal, é de quatro anos”.

Florisa conta que na própria Comissão de Estudos Constitucionais, ela propôs a mudança de um inciso que se referia ao Direito à Vida, com medo de que essa expressão (tão cara aos antiabortionistas no mundo inteiro) fosse aproveitada para uma interpretação antiaborto. Ao invés, então, de direito à vida, fala-se no direito à existência digna.

Direito Democrático

Já o autor do projeto de lei nº 5.456 de 1984 que dispõe sobre a não punição de aborto praticado por médico com o consentimento da gestante, na Câmara dos Deputados, José Genoíno Neto (PT – SP) acredita que “se não for enfrentado o debate político sobre o aborto no momento da Constituinte, ou seja, um momento de ampla discussão nacional de todos os temas, não se abrirá, sequer, a possibilidade de alterar o Código Penal”.

“O argumento legal que fala do perigo de um retrocesso na Constituição e das dificuldades de alterá-la depois é muito forte, sem dúvida. Mas não podemos nos esquecer de que haverá a possibilidade de recorrer a plebiscito em caso de uma emenda ser recusada por um terço do Congresso, e também devemos nos preocupar em que os trabalhos constitucionais deverão ter a preocupação de traduzir a vida concreta das pessoas. O direito ao aborto, portanto, deve constar de um capítulo como, por exemplo,

de direitos humanos, ou mesmo de Direitos de Reprodução, como sugerem algumas feministas”.

“Sabe-se que a Igreja vai cobrar posicionamentos dos constituintes sobre aborto e, quem for favorável à sua legalização, será incluído num índice eleitoral da Igreja. Hoje, depois de tanta discussão sobre o assunto eu sinto que o tabu já não é tão forte. O aborto é um direito democrático, que diz respeito à consciência das pessoas, elas é que têm que decidir. Se ainda não for possível quebrar o tabu, ao menos conseguiremos ampliar o debate”.

Matéria: “Planejamento familiar” (*Mulherio*, 1983, vol. 14, p. 3-4)

PLANEJAMENTO FAMILIAR

O planejamento familiar está na ordem do dia. Projetos, reuniões, artigos, pronunciamentos mil. A nível de governo federal parece haver uma disputa ferrenha entre o Ministério da Saúde e a Benfam e seus aliados. O projeto do Ministério é até bem razoável, pois propõe o atendimento integral à saúde da mulher e o desliga das pregações controlistas que pretendem reduzir a natalidade para resolver os problemas sociais do país. Preconiza o acesso a todos os métodos anticoncepcionais, mas não fala nada da fabricação de diafragmas e DIUs. E aí começam a surgir as dúvidas quanto à sua implementação. Há também a suspeita de que seja a resposta a uma imposição secreta do FMI. Mas, neste, o projeto da senadora Michilles, de criação de uma poderosa Comissão Interministerial de Planejamento Familiar, atenderia melhor aos objetivos de redução do crescimento demográfico.

A Igreja Católica continua sua resistência a essa política antinatalista e ao uso de métodos que considera não naturais. No entanto, teólogos importantes como o padre Charboneau e Hubert Lepargneur questionam a posição tradicional da Igreja: o primeiro numa série de artigos publicados na Folha de S. Paulo; o segundo, em seu livro “Demografia, Ética e Igreja”, que acaba de ser lançado pela Ática.

Nos governos estaduais de oposição – é o caso da Secretaria da Saúde de S. Paulo – enfrenta-se a difícil questão de atender às necessidades das mulheres e dos homens de controlar sua fecundidade e, ao mesmo tempo, não se confundir com programas parciais, autoritários e mistificadores. A mistificação continua imutável.

Num programa de TV de larga audiência, ao abordar o problema do menor, o senador Roberto Campos é invocado para resolver a questão com a diminuição dos nascimentos. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas mostra-se alarmado com o nível de saúde dos jovens que se alistam para o serviço militar. A solução? Menos bebês, por incrível que pareça! Autoritarismo também é o que não nos falta. Um publicitário de destaque, através da Folha de S. Paulo, oferece seus serviços para convencer 125 milhões de brasileiros a planejar sua família.

E nisto tudo onde ficam as feministas? Situação nova, novas questões, novas respostas. No Rio, a adoção de um programa de “planejamento familiar” nos postos de saúde é reivindicada, juntamente com uma série de medidas. Em S. Paulo, grupos se reúnem e propõem a criação de um setor de saúde da mulher em cada Centro de Saúde. Na CPI do Senado, as feministas Carmen Barroso e Marta Suplicy dão seus depoimentos. Aqui, o resumo da fala de Carmen Barroso a deputados e senadores.

Em 5 de janeiro de 1979, o New York Times noticiou que quatro trabalhadoras de uma indústria química americana haviam optado pela esterilização para não ter que desistir de seu emprego – em que estavam expostas a perigosas substâncias teratogênicas e mutagênicas. Embora esse exemplo não seja necessariamente típico das condições em que se encontra a maioria das mulheres, é certamente sintomático dos determinantes sociais da escolha reprodutiva. Em diversos graus e modos, mulheres em diferentes países, ocupações, classes, raças, idades e situações conjugais encontram suas decisões reprodutivas estruturadas por um conjunto de condições sobre as quais têm muito pouco controle.

Como é sabido, a taxa de fecundidade das mulheres brasileiras permaneceu praticamente constante de 1930 até 1965, verificando-se uma queda a partir daquela data. Pesquisas realizadas em diversos Estados indicam aumento acentuado do uso de anticoncepcionais, da prática do aborto e, especialmente, do recurso à esterilização. A esterilização feminina (que permanece praticamente irreversível) em alguns Estados, como o Piauí, já é o método mais comum.

Comparando dados de São Paulo de 1965 a 1978, vemos que o recurso à esterilização aumento de 100% nesses 13 anos. Em pesquisa realizada em 1979 no Piauí, constatou-se que 93% das ligaduras foram realizadas após 1970. No Rio Grande do Norte, das mulheres esterilizadas até 1980, 71% o foram na segunda metade da década, indicando um aumento extraordinário nos anos mais recentes.

Um exame cuidadoso dos dados aponta sugestivas diferenças regionais: a esterilização é um método relativamente mais importante no Nordeste do que em São Paulo. Em São Paulo o ritmo de expansão da esterilização foi mais rápido entre as mulheres de nível mais baixo de instrução. No Nordeste, o grande fornecedor de esterilização tem sido o Estado, através de hospitais estaduais e municipais, seguido pelo INAMPS.

É provável que grande parte das esterilizações realizadas no país tenha sido ardentemente solicitadas pelas clientes. Claramente, não foram o resultado de coerção ou manipulação diretas mas é também provável que a grande maioria dessas solicitações seja determinada por fatores da estrutura da própria sociedade capitalista.

Embora uma ampla variedade de fatores determinem a probabilidade de diferentes grupos de mulheres serem esterilizadas, quatro determinantes sociais parecem críticos: a posição da mulher na família e no mercado de trabalho, a cultura patriarcal, a política de saúde e a política demográfica.

Posição da mulher

A grande maioria das mulheres não está, como as trabalhadoras da indústria química americana, em condições de escolher entre a fertilidade e empregos melhor remunerados. Seja como boias-frias nos canaviais paulistas, como quebradeiras de castanha em Belém do Pará, ou como trabalhadoras a domicílio nas indústrias de confecções do Rio de Janeiro, as mulheres não contam com nenhum apoio da sociedade para a reprodução das novas gerações. Como empregadas domésticas, à margem da legislação trabalhista, como operárias que têm de se submeter a humilhantes provas de não-gravidez, como clientes das extorsivas clínicas de aborto clandestino, diferentes grupos de mulheres experimentam diferentes formas de opressão reprodutiva. Mas para a maioria das mulheres, a crise econômica e a impossibilidade de a família servir como refúgio seguro são determinantes estruturais da decisão de se submeter a uma cirurgia irreversível para controlar a fecundidade.

Em face das consequências da maternidade, sem apoio de equipamentos sociais e instituições públicas, sob condições de vida extremamente difíceis, muitas mulheres sem dúvida escolhem – racionalmente, sem coerção – a solução que oferece mais garantias contra a concepção. No entanto, o desejo de um método eficaz, que está na raiz do crescimento das esterilizações, não pode ser reduzido apenas a condições

econômicas. O controle da fecundidade também envolve as questões relacionadas à autonomia e à autodeterminação da mulher.

Cultura patriarcal e sexualidade

Por vezes, a promoção da esterilização é acompanhada da promessa de um bônus especial de “uma vida sexual sem preocupação”. Para muitas mulheres, no entanto, o sexo pode ser muito diferente do mito da liberdade sexual projetado na retórica do mercado de esterilização. Para as mulheres educadas para ignorar o próprio corpo, e se ater a normas sexuais de recato e passividade, com o medo de serem estigmatizadas como “fáceis”, a esterilização não apresenta os problemas de assumir a responsabilidade pela atividade sexual.

Por outro lado, é também verdade que o contexto material e sexual no qual uma mulher se encontra pode fazer com que a esterilização seja o método que maximiza seu controle sobre sua própria vida. Se os companheiros são hostis aos métodos anticoncepcionais ou não querem assumir nenhuma responsabilidade, as mulheres podem preferir o método que é o menos conspícuo, o mais garantido e menos dependente da cooperação masculina.

Política de saúde

Atualmente a contracepção é uma indústria controlada por interesses econômicos altamente concentrados – as companhias farmacêuticas multinacionais, a rede hospitalar privada, a medicina de grupo e as instituições de planejamento familiar. A mercantilização da regulação da fecundidade assume formas que refletem os interesses destes grupos: uma definição de “eficácia” em que a garantia de evitar filhos pesa mais do que a saúde e segurança dos usuários, o favorecimento do controle dos profissionais em detrimento da autonomia dos “pacientes”, a preferência por métodos de tecnologia sofisticada, mais rentáveis e eficientes. Daí a predominância da pílula e da esterilização.

Dadas as características do sistema médico brasileiro, a maioria das esterilizações cirúrgicas são realizadas imediatamente após uma cesariana (97% das esterilizações realizadas em hospitais de Campinas e 60% das esterilizações do Rio Grande do Norte e Pernambuco). Não é por acaso que o Brasil é o país que tem maior porcentagem de cesarianas. E que um estudo realizado em nove hospitais de São Paulo e Rio conclui que considerações financeiras desempenham um papel importante ao

encorajar os médicos a planejar maior número de cesarianas entre clientes particulares e de convênio do que entre outras mulheres. Entre outros, estes dados refletem dois aspectos do sistema brasileiro: a submissão dos interesses da saúde à lógica do lucro e a tendência à medicalização da contracepção, que faz parte de uma tendência geral de favorecimentos de hospitalização e sofisticação dos serviços em detrimento das medidas preventivas e de cuidados básicos de saúde.

Evidentemente, porém, os produtores e fornecedores das mercadorias de contracepção não impõem seus métodos preferidos sem ter de se acomodar às necessidades percebidas pelas mulheres. A política da reprodução segue em processo sutil de negociação e luta. A prevalência de um método num determinado momento tem tanto a ver com estratégias para manutenção do controle, legitimidade política e ausência de resistência organizada quanto com a lucratividade ou eficácia demográfica. Isto explica, por exemplo, por que o uso do DIU ainda não é mais disseminado no país

Política demográfica

A política do governo brasileiro ao longo dos últimos 20 anos tem sido marcada por contradições e ambiguidades, tanto a nível da retórica oficial quanto a nível das medidas concretas. As contradições de interesses antagônicos entre facções internas dos diferentes grupos que detêm o poder resultaram numa política de acomodação onde coexistem a omissão de um panorama global e o apoio, ao nível dos governos estaduais, à atuação de entidades privadas financiadas por organismos estrangeiros, sobre os quais não têm controle.

Como não poderia deixar de ser, os efeitos dessa política sobre o exercício da liberdade reprodutiva são também contraditórios, embora sempre restritivo – numa direção ou noutra.

Por fortes que tenham sido as profissões de fé natalistas não foram suficientes para promover um sistema de saúde que desse à gestação, ao parto e ao puerpério, uma atenção adequada, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Não é de surpreender que mulheres procurem limitar a prole para preservar sua saúde, pois a tava de mortalidade materna por complicações do parto é nove vezes maior no Brasil do que nos países desenvolvidos.

Por sistemáticas que tenham sido as campanhas dos neo-malthusianos para promover a ideia de que a redução da natalidade seria importante para a solução de todos os problemas sociais que nos assolam, desde a poluição até o desemprego, não

foram suficientes para dar a todas as mulheres interessadas o acesso a meios anticoncepcionais ideais, ou seja, seguros, inócuos, reversíveis, de baixo custo e de fácil uso. (Aliás, nem é de interesse dos controlistas promover o acesso amplo a métodos reversíveis, pois dependem da motivação individual e, portanto, não são os mais eficazes do ponto de vista da redução da natalidade). Mulheres que querem evitar a gravidez enfrentam dificuldades que vão desde a falta de acesso às informações necessárias até a exposição ao risco de efeitos danosos à saúde causados pela ingestão de pílulas sem o devido acompanhamento médico. Não é de surpreender que a esterilização definitiva lhes pareça uma alternativa tentadora.

Aborto

Pelo mesmo motivo que não interessa aos controlistas a plena disseminação de métodos que dependam da persistência da vontade de não ter filhos, também não lhes interessa tornar o aborto mais seguro e acessível, através de sua descriminalização. Permanecendo ilegal, o aborto apresenta um sério risco para as mulheres que decidem interromper uma gravidez que não conseguiram evitar. Pagando exorbitâncias incompatíveis com seus míseros salários e entregando seus corpos a mãos sobre cuja qualificação não há nenhum controle social, muitas dessas mulheres são levadas a optar “livre e racionalmente” pela solução definitiva da esterilização.

Em relação à esterilização, a política oficial apresenta uma forma curiosa de acomodação. Ao mesmo tempo em que, como vimos, a esterilização vem sendo praticada em larga escala no país, inclusive pelo INAMPS, o Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Medicina não adotaram a proposta que lhes foi encaminhada em 1981 pelo Congresso de ginecologistas brasileiros no sentido de alterar a legislação para permitir a laqueadura por indicação médica e vontade da paciente. Dessa forma, esta cirurgia, que se torna cada dia mais comum, mantém um caráter de semi clandestinidade, o que impede sua regulamentação e fiscalização. Com isto, abrem-se as portas a abusos muitos sérios.

Conclusões

O problema da esterilização apresenta de forma mais aguda e dramática as dificuldades que as mulheres enfrentam no controle de sua vida reprodutiva. A análise deste problema deixa claro que somente a construção de uma nova sociedade mais justa, igualitária e livre possibilitará a todos o pleno exercício do direito de desejar ou de não

desejar ter filhos e agir de acordo com esse desejo. No entanto, há uma série de medidas que poderiam e deveriam ser implantadas desde já, a fim de que as pesadas restrições que atualmente pesam sobre a liberdade de escolham possam ser minoradas.

No relatório que preparei para o Unicef em 1982 tive a oportunidade de fazer uma série de recomendações, complementares e mutuamente dependentes, que, no seu conjunto, focalizam a questão específica da mulher como um elemento muito importante, dentro da estratégia global para promover a plena participação de todos os brasileiros. No que se refere ao planejamento familiar, estas recomendações incluíam o seguinte:

“Deve-se proporcionar às mulheres o acesso a meios anticoncepcionais e seguros, com acompanhamento médico. Paralelamente, será necessário incentivar a participação masculina na responsabilidade pela concepção e pela anticoncepção, e coibir os abusos na esterilização praticada sem pleno consentimento e conhecimento da paciente, quanto à sua irreversibilidade. Devem-se, a todo custo, evitar imposições no sentido de constranger a mulher a ter ou não ter filhos. Igualmente deve-se combater a ideia falaciosa de que a pobreza é causada pelo grande número de filhos. Propiciar às mulheres a informação e a oportunidade de debaterem livremente entre si os seus problemas será fundamental para que possam optar conscientemente e usufruir do seu direito de dispor de seu próprio corpo, de sua sexualidade e de sua vida”.

Essas reivindicações são entendidas como parte de um plano global de atendimento à mulher durante todas as fases da vida. Essa mesma ideia norteou o grupo de estudos sobre saúde, do Conselho de Condição Feminina, do Governo do Estado de São Paulo. Além de caráter globalizante, suas propostas diferem dos atuais programas de planejamento familiar em dois pontos essenciais: o respeito à liberdade da mulher e do homem quanto à sexualidade e à reprodução e a ênfase na participação popular, tanto a nível dos métodos de ensino quanto a nível da orientação e controle do próprio programa.

Matéria: “Xô espermatozoides” (*Mulherio*, 1986, vol. 24, p. 12).

XÔ ESPERMATOZOIDES

Uma vasectomia pode ter como resultado uma diminuição da libido, da ereção ou da masculinidade? Ou, pelo contrário, pode aumentar a potência? Tem aí alguma coisa a ver com tesão?

A medicina já cansou de responder negativamente a estas perguntas. Mas elas continuam merecendo para cada caso uma resposta, muitas vezes positiva. Até esta: é ele quem faz e é ela quem brocha. É que os mais temidos efeitos colaterais de esterilização masculina, que está aí em grande oferta no mercado, fogem ao campo da medicina que investiga o perfeito funcionamento fisiológico de um pênis não dedicado à reprodução. Eles florescem e descambam pelo terreno criativo, místico e conflituoso do imaginário social tudo que se refira a sexo, reprodução, virilidade e amor. Nesta matéria falam homens, mulheres, médicos e psicólogos que de alguma forma convivem com a opção.

Depois de alguns anos protelando a ideia de esterilizar-se, e muito pouco informado sobre como fazê-lo, o bancário Ivan Zanetti conseguiu, aos 30 anos, a sua vasectomia. E levou um susto. Mal se livrara do suspensório que o ajudou a recuperar-se da operação, Ivan descobriu-se subitamente tomado por uma sensação de liberdade que ele mesmo preferia não admitir. “Eu sentia que ia ser cantado e paquerado por todas as mulheres. Elas de alguma forma saberiam que eu não oferecia mais perigo. É isso foi estranho. Fiquei assim alguma tempo, até me certificar de que nada tinha mudado”.

A mesma coisa contou Heitor dos Santos, advogado e gerente comercial que, perto dos 40 anos, resolveu esterilizar-se. Com ele nada mudou. Mas não livrou-se da sensação de que “as mulheres mudariam” com relação a ele. Estariam mais dispostas, menos “indecisas”. E isso foi estimulantes, ainda que não estivesse entre os objetivos da esterilização em si.

Amor?

Tanto Ivan quanto Heitor são casados. E viram na vasectomia a expressão de um ato de amor pelas companheiras, com enfoques bem diferentes. Ivan chegou a ver na esterilização uma forma de atrair a mulher, Eliana, de volta. Após três filhos – três cesarianas dramáticas – o casamento se esfacelou. A escolha da vasectomia já tinha sido feita pelo casal, mas a operação foi sempre adiada.

“Eu mesmo não sabia porquê” – lembra Ivan – “Como militante estudantil, tinha todo um discurso que me impedia de admitir a ideia de estar com medo frente a uma decisão dessa natureza”. Já separados, ele viu na cirurgia uma forma de mostrar à Eliana

que o casamento poderia reestruturar-se sem que ela, arcasse, sozinha, com a prevenção de uma quarta gravidez.

Heitor dos Santos conseguiu misturar, numa estranha dosagem de sentimento machista “assumido” e de companheirismo, as preocupações de estar sendo, a um só tempo, amoroso com Tereza, ao poupá-la da responsabilidade pela contracepção, e solidário com um eventual futuro marido dela, que, “caso eu venha a faltar terá uma esposa em condições de dar-lhe filhos”. O mesmo, de qualquer forma, não valeria para uma eventual futura companheira dele. “Ela teria que conviver com isso. Minha experiência como pai de família já está realizada”.

Afronta

Ainda que a ideia de uma ejaculação desprovida dos perigosos espermatozoides possa ser estimulante para homens e mulheres, essa “sensação” estranha com que um número cada vez mais assustador de homens é devolvido das clínicas de esterilização para o convívio do lar, nem sempre é de liberdade. E a reação das mulheres nem sempre é de liberação.

Acontece que a vasectomia revelou-se, entre os métodos cirúrgicos para a esterilização definitiva, o mais prático, rápido e barato, e foi incorporado com facilidade pelas clínicas que atuam sob o signo do planejamento familiar. Mas tomando como público alvo uma população menos privilegiada – econômica e culturalmente – onde o controle da natalidade é mais incentivado, estas clínicas e suas propostas de salvar os homens de novos filhos, fazem afronta a valores que estão longe de ser reformulados.

Entre esses valores, segundo a psicóloga Vera Paiva, a maternidade é uma espécie de “alicerce de resistência moral”. Mas não é único ameaçado. A contracepção sempre foi considerada como encargo feminino. Transferida ao homem, a ameaça passa a recair sobre o seu sentido de virilidade, com todos os fantasmas que possa relacionar-se com o modo de castração. Um medo que, condicionado pelo sentido de poder patriarcal, não encontra saídas para dissipar-se. “Ou seja” – diz Vera – “Cutuca-se o demônio sem permitir que ele se manifeste”.

A preocupação e os fantasmas, ao pertencerem a um esquema social de valores, não são apenas masculinos. As mulheres brasileiras, como constata claramente a ginecologista Tânia das Graças, também zelam pelo “falos” de seus homens. E às vezes, mesmo que tenham maridos predispostos a esterilizar-se, mesmo que não vejam alternativa senão a esterilização para o planejamento de sua família, e mesmo que

morreram de medo de cirurgia, elas preferem submeter-se a uma laqueadura, bem mais cara, e muito mais agressiva ao organismo.

Acostumada a lidar com o drama do “não quero mais ter filhos mas vivo esquecendo de tomar a pílula”. Tânia das Graças percebe que, em muitos casos, a opção pela laqueadura ainda se reveste de um certo status junto à vizinhança, que sabe reconhecer um bom marido quando ele não mede esforços e arca com todas as despesas para que a mulher faça a operação.